

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

VERÔNICA FERRAZ DE OLIVEIRA

**A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO CENTRO DA RELAÇÃO
CAMPO-CIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

São Cristóvão-Sergipe
2018

VERÔNICA FERRAZ DE OLIVEIRA

**A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO CENTRO DA
RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
GEOGRÁFICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Eloízio da Costa

**São Cristóvão-Sergipe
2018**

**A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO CENTRO DA RELAÇÃO
CAMPO-CIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO MUNICÍPIO
DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

VERÔNICA FERRAZ DE OLIVEIRA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-
requisito para obtenção do título de doutor em Geografia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. José Eloízio da Costa
Universidade Federal de Sergipe – UFS/PPGEO

Profª Drª Ana Emília de Quadros Ferraz
Membro externo à instituição – UESB

Prof. Dr. Dean Lee Hansen
Membro interno à instituição – UFS

Profª Drª Diana Mendonça de Carvalho
Membro externo à instituição – UFS/Itabaiana

Profª Drª Fernanda Viana de Alcântara
Membro externo à instituição - UESB

O48m

OLIVEIRA, Verônica Ferraz de
A Mobilidade da força de trabalho no centro da relação Campo-Cidade
e a produção do espaço Geográfico no Município de Vitoria da
Conquista –Ba /Verônica Ferraz de Oliveira
,- São Cristóvão:UFS,2018.
234.f.:il

Orientador: Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Sergipe
,São Cristóvão.2018.

1. Relação Campo-Cidade. 2.Mobilidade da Força do Trabalho
3. Produção do Espaço I. Oliveira, Verônica Ferraz de
II. Universidade Federal de Sergipe III. Titulo

CDD: 362.09

Comparo a construção de uma tese ao trabalho de um artesão. Um ponto de cada vez, uma peça aqui e ali... aos poucos, o trabalho vai tomando forma, e você, de maneira paulatina, se entranha nele... se apropria dele! No final, tem a doce e agradável sensação do dever cumprido.

Verônica Ferraz

AGRADECIMENTOS

NÃO IMPORTA QUANDO, O IMPORTANTE É CHEGAR!

Verônica Ferraz

Estou concluindo o processo de doutoramento aos (quase) 51 anos de idade. Tenho a consciência de que está sendo um pouco tardiamente, mas foi o máximo que consegui galgar, mediante tantas dificuldades enfrentadas desde a infância.

Sempre segui meu caminho muito devagar, mas nunca desisti!

No meu ritmo lento, estou podendo mostrar ao mundo que somos capazes de superar, que não devemos sofrer, hoje, com o que nos fez sofrer ontem e que somos (sim!!!) donos dos nossos destinos.

Fazer o doutorado, para mim, terá pouca representatividade financeira, pouco retorno em dinheiro terei! Mas não há e nem haverá maior gratificação do que dizer: EU VENCI!!!

Venci, graças ao meu **Deus**, vivo e cheio de misericórdia, o Deus da bondade, da esperança, do amor e do perdão. O Deus da verdade e de tudo que é bom. Ele é bondade, caridade, acolhimento, paternidade e maternidade, pois, como é cantado no Salmo 27: “Ainda que meu pai e minha mãe me abandonem, o SENHOR me acolherá”. A Ele toda honra e toda glória, sempre! A única forma que tenho para agradecê-lo é tornar-me uma pessoa melhor e dar testemunho cristão por onde eu passar.

Dou graças pela família, que Deus, muito zelosamente, arquitetou para mim. Ele utilizou-a como sua ferramenta para me manter firme diante dos acontecimentos que poderiam (mas não conseguiram!!!) me fazer desistir. Muito especialmente minha MÃE, que sempre foi a fortaleza da minha vida, meu padrasto Iris, meu genro Lucas, e às minhas tias, que são exemplos de idoneidade para mim. Vocês são bênçãos em minha vida. Obrigada, Deus os abençoe!

A Deus toda honra por ter tecido em minhas entranhas, com muito primor, as minhas filhas: Marília (minha primogênita) e Luiza (caçula de mãe). Sou grata a Ele por ter me dado o dom da maternidade. Se errei ou se acertei? Não sei! Mas, desde o momento em que elas foram geradas, passaram a ser minha prioridade. A força motriz da minha vida, a maior motivação para prosseguir minha caminhada. Minha vida tomou outro rumo, eu renasci! Em Marcos 12;31 está escrito: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Porém, eu vos digo: eu amo vocês mais do que a mim mesma!

Como diz o poeta: “foi Deus que fez o céu, fez a lua que prateia minha estrada de sorrisos...”. Ele fez, também, os meus amigos! São tantos que dificilmente conseguiria nomeá-los. Com certeza, por esta estrada, não só de sorrisos, vocês sempre estiveram comigo:

- Da Geografia: Gê, Miri, Vila, Déa, Dri, Meirinha, Bedo, Guaras, Gabi, Naná e Greizi.
- Fernanda, por ter me acompanhado, tão carinhosamente, para fazer a seleção do doutorado, e Mila, por me orientar, desde a elaboração do projeto até a conclusão da tese. Vocês são exemplos de profissionais, para mim. Minha inspiração e meu vigor para continuar a caminhada acadêmica.
- De Condeúba e da infância: Zaza, meus compadres: Su e Jorge, Cida, Sandra...
- Da vida, que caíram como estrelas cadentes: Alita, Dani, Dri, Ione, Geni, Mara e tantos outros...

O incrível é que todas estas pessoas trouxeram consigo filhos, mães, pais esposos, irmãos... E foi dessa forma que meus amigos brotaram como flores em meu jardim. Cada um com o perfume, *sui generis*, que me inebria!

A Amélia, fica a minha eterna gratidão por ter sido a minha fonte de inspiração para construção de minha tese e por ter contribuído, com muita presteza e gentileza, com meu trabalho de campo. Foi o seu exemplo de vida que me motivou a prosseguir em minha pesquisa.

À Mila e à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia por ter aberto as portas para que eu pudesse realizar minha pesquisa de campo. Foi um trabalho longo, intenso e exaustivo, mas valeu a pena. Hoje, tenho propriedade sobre meu município! Minha mãe diria: muito obrigada é pouco para Mila. Então eu digo: Que Deus continue abençoando você e sua família! Deus te pague com a sorte de tudo que é bom!

Não posso, jamais, esquecer de agradecer a Deus pelos profissionais que Ele colocou em minha vida: meu orientador Eloízio, que, com muito carinho, expresso minha gratidão pelo acolhimento, respeito e consideração que sempre teve por mim. Everton, que, ininterruptamente, acompanhou a minha caminhada acadêmica, na Universidade Federal de Sergipe, com muito carinho, zelo e dedicação. Vagner, meu monitor, que me auxiliou, com muita responsabilidade, compromisso, competência, paciência e sensatez. Patrícia, por ter me auxiliado com presteza e simplicidade na revisão do texto. E, finalmente, Luizinho (meu amigo e advogado), que não me deixou desistir, quando tentaram impedir o meu ingresso no doutorado. Uma certeza eu tenho, todos possuem um mesmo lugar: O MEU CORAÇÃO!

RESUMO

Este estudo discute a relação campo-cidade e a produção do espaço, apresentando como base fundante a centralidade da força de trabalho, e sustentando empírica o município de Vitória da Conquista-BA. Portanto, o estudo tem como o objetivo analisar as vinculações do rural com o urbano e a produção do espaço, fundando-se na mobilidade da força de trabalho, neste município. O alicerce teórico discute as abordagens conceituais da relação campo cidade, os conceitos e a evolução histórica do trabalho, preenchida por suas diferentes fases, bem como as concepções e historicidade das migrações, deslocamentos e mobilidades humanas, no intuito de responder a questionamentos acerca da relação do rural com o urbano. Quanto aos aspectos metodológicos, foi efetivada uma intensa revisão bibliográfica e aplicados questionários. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observações diretas, nos anos de 2014 a 2018. As análises deram suporte às descobertas que vão para além dos objetivos propostos no projeto de pesquisa acerca da relação campo-cidade, pois foi realizado um amplo estudo sobre a população rurícola, para entender a ligação que ela possui com a sede do seu município. No processo de investigação, verificou-se uma articulação significativa do campo com Vitória da Conquista, por meio de vários elementos, mas a mobilidade da força do trabalho é o que mais se destaca. Constatou-se, ainda, que esse deslocamento não provoca, de forma expressiva, a perda do vínculo e da condição de homem rural. Foram identificados, também, os fixos e fluxos socioespaciais advindos do deslocamento de pessoas em função de suas atividades laborativas, bem como os fatores que contribuem para este processo. Ademais, descobriu-se a produção do espaço como procedimento intrínseco ao processo norteador da relação campo-cidade, pois o movimento que as pessoas realizam de um lugar para outro produz dialeticamente o espaço, tanto do rural quanto do urbano. Além disso, a pesquisa revelou a falta de alguns aspectos infraestruturais nas vilas, como: serviços de correios, bancos, lotéricas, hospitais, escolas, delegacia, dentre outros. Esta carência promove uma articulação intensa com a sede do município, porque as pessoas declararam que necessitam se deslocar, cotidianamente, para utilização de serviços bancários, de saúde, de educação e ainda precisam ir à cidade para fazer compras de alimentos, de roupas e de outros bens, uma vez que as vilas não possuem comércio que supra as necessidades dos produtos utilizados no dia a dia. As análises revelaram a precariedade do trabalho em que vive o homem da zona rural de Vitória da Conquista, pois os índices de trabalhadores que não possuem vínculo empregatício e direitos trabalhistas são altos. Além do mais, observou-se, também, um grau de escolaridade baixo, com indicativos surpreendentes de analfabetismo. Este fato está intimamente relacionado com as atividades que os trabalhadores rurícolas desenvolvem, quais sejam: empregadas domésticas, pedreiros, faxineiras, vigilantes, zeladores etc. Nesse sentido, confirma-se a tese de que a mobilidade da força de trabalho é uma categoria central na relação entre campo e cidade, no município de Vitória da Conquista-BA.

Palavras-chave: Relação campo-cidade. Mobilidade da força de Trabalho. Produção do espaço.

ABSTRACT

This study discusses the urban-rural relationship and space production, presenting the centrality of the labor force as basis, and as empirical arguments: the city of Vitória da Conquista-BA. Hence, the study aims to analyze the links of the rural with the urban and space production, based on the mobility of the labor force in this city. The theoretical foundation discusses the conceptual approaches of the urban-rural relationship, the concepts and historical evolution of labor, with its different phases, as well as migration conceptions and historicity, human movements and mobility, in order to answer questions regarding the urban-rural relationship. In terms of methodological aspects, an intense bibliographic review and application of questionnaires was carried out. In addition, semi-structured interviews and direct observation were performed from 2014 to 2018. The analyses provided support to the findings which go beyond the objectives of the proposed research project regarding the urban-rural relationship, since a broad study on rural population was carried out, to understand the connection it has to its municipality. In the investigation process, a significant connection between the countryside with Vitória da Conquista was observed through several elements, nonetheless the labor force mobility stands out. It was also noted that this displacement does not lead to a significant loss in the connection and condition of rural citizen. The fixed and social-spatial flows were also identified, which result from the displacement of people according to their labor activities, as well as the contributive factors to such process. Furthermore, the space production was found as an intrinsic procedure to guide the process of urban-rural relationship, since the movement of people from one place to the other dialectically affects the space, both rural and urban. Additionally, the research revealed the absence of some infrastructural aspects in the villages, such as: mailing services, banks, lottery kiosks, hospitals, schools, police precinct, among others. This deficiency causes an intense articulation with the municipality, for people stated they need to move around daily to use bank, health, education services, and still need to go to the city to buy groceries, clothes and other goods, as the villages do not have sufficient commerce to satisfy daily product's needs. The analyses revealed the precariousness of labor that is the reality of the rural citizen of Vitória da Conquista, as the rates of unemployed and unregistered workers are high. Moreover, poor levels of schooling were observed, with evidence of astonishing illiteracy. This fact is closely related to the labor activities rural workers perform, namely: housekeepers, construction workers, maids, security guards, janitors, etc. In such sense, the thesis that labor is a key category in the urban-rural relationship in the city of Vitória da Conquista-BA is confirmed.

Key-words: Urban-rural relationship. Labor force mobility. Space production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa de localização do município de Vitória da Conquista-BA (2017).....	15
FIGURA 2 - Carta imagem da cidade de Vitória da Conquista-BA (2017).....	16
FIGURA 3 - Mapa de comunidades rurais que foram objeto do trabalho de campo no município de Vitória da Conquista (2014-2018).....	28
FIGURA 4 - Vista parcial da vila de Cabeceira do Jiboia, distrito de Vitória da Conquista, Bahia, 2017.....	41
FIGURA 5 - Vista de uma rua da vila de Cabeceira do Jiboia, distrito de Vitória da Conquista, Bahia, 2017.....	42
FIGURA 6 - Casa no povoado Rancho Alegre no distrito do Iguá, em Vitória da Conquista, Bahia. 2017.....	47
FIGURA 7 - Casa no povoado Rancho Alegre no distrito do Iguá, em Vitória da Conquista, Bahia. 2017.....	47
FIGURA 8 – Casa no povoado das Barrocas, distrito de Vitória da Conquista, Bahia, 2017.....	69
FIGURA 9 – Casa no povoado das Barrocas, distrito de Vitória da Conquista, Bahia, 2017.....	70
FIGURA 10 – Painel fotográfico da produção de pamonha no povoado do Capinal, no município de Vitória da Conquista-BA (2014-2018).....	113
FIGURA 11 – Painel fotográfico da produção de biscoito na vila do Pradoso, no município de Vitória da Conquista-BA (2014-2018).....	115
FIGURA 12 – Painel fotográfico da produção de farinha na vila do Pradoso, município de Vitória da Conquista, 2014 a 2018.....	117
FIGURA 13 – Hortas cultivadas por moradores na vila do Pradoso, no município de Vitória da Conquista-BA (2014-2018).....	118
FIGURA 14 – Hortas cultivadas em fundo de quintal, na vila do Pradoso, no município de Vitória da Conquista-BA (2014-2018).....	119
FIGURA 15 – Mapa de fluxo campo-cidade-campo no município de Vitória da Conquista – BA. 2018.....	152
FIGURA 16 – Casa antiga do entrevistado 3, no povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá. Vitória da Conquista- BA. (2017).....	155

FIGURA 17 – Casa nova do entrevistado 3, no povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá, Vitória da Conquista, Bahia. (2017)	155
FIGURA 18 – Casa antiga e casa nova da entrevistada 3, no povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá, Vitória da Conquista, Bahia. (2017).....	156
FIGURA 19- Estrutura interna (cozinha) da casa antiga da entrevistada 3, do povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá, Vitória da Conquista, Bahia. (2017).....	156
FIGURA 20 - Estrutura interna (cozinha) da casa nova da entrevistada 3, do povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá. Vitória da Conquista, Bahia. 2017.....	157
FIGURA 21 - Banheiro da casa antiga da entrevistada 3, do povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá Vitória da Conquista, Bahia. 2017.....	157
FIGURA 22 - Banheiro da casa nova da entrevistada 3, do povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá Vitória da Conquista, Bahia. 2017.....	158
FIGURA 23 – Situação de afunilamento da educação brasileira (PNAD/2009).....	161
FIGURA 24 – Reforma da praça Hercílio Lima, em 1987. Vitória da Conquista-BA (2018)	170
FIGURA 25 – Praça Hercílio Lima, reformada de 2008. Vitória da Conquista-BA (2018).....	170
FIGURA 26 - Ponto de parada de ônibus da zona rural, na Praça Hercílio Lima, em Vitória da Conquista-BA (2018)	171
FIGURA 27 - Ponto de parada de ônibus da zona rural, na Praça Hercílio Lima, em Vitória da Conquista-BA (2018)	171
FIGURA 28 - Fixos gerados no entorno do ponto de parada de ônibus da zona rural, na Praça Hercílio Lima, em Vitória da Conquista-BA (2018)	172
FIGURA 29 - Entorno da Praça Hercílio Lima, ponto de parada de ônibus da zona rural, em Vitória da Conquista-BA (2018)	173
FIGURA 30 - Casarões no entorno da Praça Hercílio Lima, ponto de parada de ônibus da zona rural, em Vitória da Conquista-BA (2018)	173
FIGURA 31 – Área externa do mercado de carnes na vila do Bate-pé, em Vitoria da Conquista-BA (2016).....	175
FIGURA 32 – Área interna do mercado de carnes na vila do Bate-pé, em Vitoria da Conquista-BA (2016).....	175
FIGURA 33 – Loja de confecções na vila do Bate-pé, em Vitoria da Conquista-BA (2016).....	176
FIGURA 34 – Supermercado na vila do Bate-pé, em Vitoria da Conquista-BA (2016).....	177
FIGURA 35 – Loja de material de construção civil na vila do Bate-pé, em Vitoria da Conquista-BA (2016).....	177

FIGURA 36 – Loja de eletroeletrônico e eletrodoméstico na vila do Bate-pé, em Vitoria da Conquista-BA (2016).....	178
FIGURA 37 – Ponto de vendas de lanches e verduras na vila do Bate-pé, em Vitoria da Conquista-BA (2016).....	178
FIGURA 38 – Posto bancário na vila de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	179
FIGURA 39 – Agência lotérica na vila de São Sebastião, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	179
FIGURA 40 – Posto policial no distrito do Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	182
FIGURA 41 – Posto policial no distrito de Inhobim, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	182
FIGURA 42 – Posto policial no distrito de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	183
FIGURA 43 – Posto policial no distrito de São João da Vitória, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	183
FIGURA 44 – <i>Lan House</i> na vila de Inhobim, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	184
FIGURA 45 – Telefone público na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	185
FIGURA 46 – Esgoto a céu aberto na periferia da vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2014)	185
FIGURA 47 – Esgoto a céu aberto na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2014).....	186
FIGURA 48 – Esgoto a céu aberto na vila de Inhobim, em Vitória da Conquista-BA (2014)	186
FIGURA 49 – Esgoto a céu aberto na periferia na vila de São Sebastião, em Vitória da Conquista-BA (2014)	187
FIGURA 50 – Abastecimento de água em casas de moradores da vila de Dantelândia, em Vitória da Conquista-BA (2016)	188
FIGURA 51 – Rua na vila de Veredinha, na qual o poder público municipal fez a tubulação para conduzir água encanada às casas, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	188
FIGURA 52 – Rua na vila de Veredinha, na qual o poder público municipal fez a tubulação para conduzir água encanada às casas, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	189
FIGURA 53 – Lixo descartado em rua da Vila de Cabeceira do Jiboia, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	190
FIGURA 54 – Carta imagem da vila de Cabeceira do Jiboia, em Vitória da Conquista-BA (2018).....	191
FIGURA 55 - Carta imagem da vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2018).....	192
FIGURAS 56 – Rua pavimentada na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	192
FIGURAS 57 – Rua não pavimentada na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	193

FIGURA 58 - Carta imagem da vila do Pradoso, em Vitória da Conquista-BA (2018).....	193
FIGURA 59 – Estrada de acesso de Vitória da Conquista à vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	194
FIGURA 60 – Quadra poliesportiva na vila de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	195
FIGURA 61 – Quadra poliesportiva na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	195
FIGURA 62 – Campo de futebol na vila de Dantelândia, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	196
FIGURA 63 – Campo de futebol na vila de Cabeceira do Jiboia, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	196
FIGURA 64 – Campo de futebol na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	197
FIGURA 65 – Praça central da vila de Cercadinho, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	198
FIGURA 66 – Praça central da vila de São João da Vitória, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	199
FIGURA 67 – Praça central da vila de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	199
FIGURA 68 – Unidade de Saúde da Família na vila do Iguá, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	200
FIGURA 69 – Unidade Satélite de Saúde da Família no povoado de São Joaquim, distrito de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	201
FIGURA 70 – Creche municipal na vila do Iguá, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	202
FIGURA 71 – Escola municipal na vila do São Sebastião, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	202
FIGURA 72 – Escola estadual na vila do Iguá, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	203
FIGURA 73 – Transporte escolar na vila do Iguá, em Vitória da Conquista-BA (2016).....	203
FIGURA 74 – Estação rodoviária na vila de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	204
FIGURA 75 – Estação rodoviária na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	204
FIGURA 76 – Farmácia na vila de São Sebastião, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	205
FIGURA 77 – Salão de beleza na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	206
FIGURA 78 – Salão de beleza na vila de Inhobim. em Vitória da Conquista-BA (2017).....	207
FIGURA 79 – Igreja católica na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	208
FIGURA 80 – Igreja protestante na vila de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	208

FIGURA 81 – Igreja protestante na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	208
FIGURA 82 – Mercadinho na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	209
FIGURA 83 – Mercadinho na vila de São Sebastião, em Vitória da Conquista-BA (2017).....	209
FIGURA 84 - Verticalização na vila de Cercadinho, em Vitória da Conquista-BA (2017)	211
FIGURA 85 - Verticalização no entorno da vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2017)....	211

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Lugares onde os moradores da zona rural de Vitória da Conquista fazem feira semanal, 2014 a 2017.....	53
GRÁFICO 2 – Lugares onde os moradores da zona rural de Vitória da Conquista compram roupas, 2014 a 2017.....	54
GRÁFICO 3 - Lugar onde os moradores da zona rural de Vitória da Conquista compram produtos do dia a dia. 2014 a 2017.....	55
GRÁFICO 4 – Moradores dos distritos de Vitória da Conquista-BA inseridos ou não no mercado de trabalho (2004-2018).....	102
GRÁFICO 5 – Razões de os trabalhadores não estarem inseridos no mercado de trabalho. Vitória da Conquista-BA (2014 a 2018).....	104
GRÁFICO 6 – Lugar onde os moradores dos distritos estão inseridos no mercado de trabalho. Vitória da Conquista-BA (2014-2018).	105
GRÁFICO 7 – Moradores dos distritos do município de Vitória da Conquista-BA que possuem profissões relacionadas a atividades do campo (2014-2018).....	107
GRÁFICO 8 – Tipo de vínculo empregatício dos trabalhadores entrevistados dos distritos de Vitória da Conquista-BA (2014-2018).....	109
GRÁFICO 9 – Relação de trabalho declarada pelos moradores entrevistados dos distritos do município de Vitória da Conquista-BA (2014-2018).....	111

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Estratégias articuladas pela burguesia e operariado, referentes ao mundo do trabalho no Brasil (1890-1985).....	101
--	-----

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - Localidades abrangidas para a pesquisa de campo, no município de Vitória da Conquista, entre os anos (2014-2018).....	29
TABELA 2 - Grau de escolaridade das pessoas entrevistadas nos distritos do município de Vitória da Conquista-BA (2014, 2016, 2017).....	158
TABELA 3 - População do município de Vitória da Conquista por situação de domicílio, segundo os distritos – 2010.....	162
TABELA 4 - Lugar onde os entrevistados dos distritos de Vitória da Conquista realizam atividades bancárias (2014-2017).....	180

LISTA DE SIGLAS

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MS – Ministério da Saúde

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

PASEP - Patrimônio do Servidor Público

PIS - Programa de Integração Social

SMED – Secretaria Municipal de Educação

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SUMÁRIO

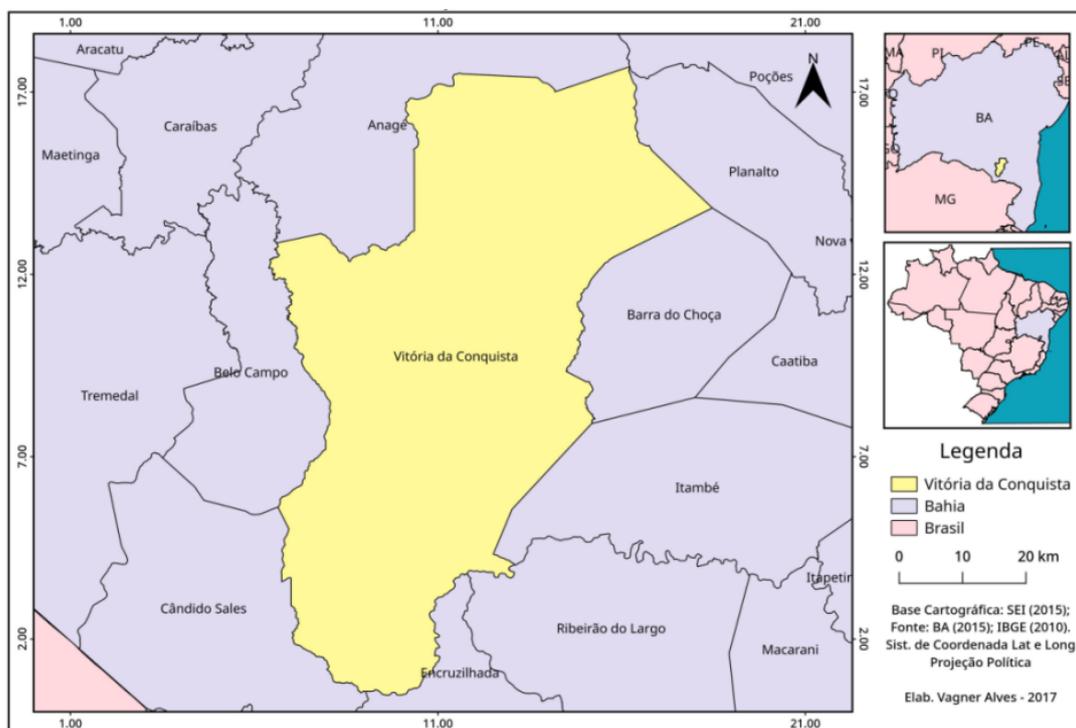
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 METODOLOGIA.....	24
3 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	30
3.1 Dicotomia: o rural analisado como o avesso do urbano.....	34
3.2 Continuum rural-urbano: teoria do transbordamento do urbano para o mundo rural..	37
3.3 Continuum rural-urbano: permanências das ruralidades.....	45
3.4 As atividades não agrícolas no campo: uma articulação entre o campo e a cidade....	56
3.5 Ruralidades e urbanidades: transformações e permanências.....	65
4 O CONTEXTO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO.....	71
4.1 Trabalho: conceitos e concepções.....	86
4.2 Trabalho: uma categoria central de análise geográfica.....	91
4.3 O contexto da evolução histórica do trabalho no Brasil	95
4.4 O trabalho na zona rural de Vitória da Conquista.....	102
5 MIGRAÇÕES, DESLOCAMENTOS E MOBILIDADES HUMANAS: CONCEPÇÕES E HISTORICIDADE.....	120
5.1 A migração segundo a apreciação de Salim e Zamberlam.....	121
5.2 Troncos teóricos acerca da migração – os estudos neoclássicos.....	127
5.3 Tronco teórico histórico-estrutural.....	136
5.4 Tronco teórico – mobilidade da força de trabalho.....	138
5.5 O processo histórico e a realidade dos deslocamentos populacionais no Brasil.....	140
5.6 A mobilidade do campo para a cidade e suas características expressas no tempo e no espaço	147
5.7 A mobilidade campo-cidade em Vitória da Conquista-BA.....	151
6 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUAS MATERIALIDADES.....	163
6.1 A produção do espaço geográfico na relação campo-cidade: as materialidades expressas na cidade.....	166
6.2 A produção do espaço geográfico na relação campo-cidade: as materialidades expressas no campo.....	174
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	221
9 APÊNDICES.....	229

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo norteador compreender a centralidade da mobilidade da força de trabalho na relação campo-cidade, no município de Vitória da Conquista, na Bahia. Esta proposta de estudo tem a intenção de contribuir com o debate geográfico acerca das relações entre o campo e a cidade, tendo como suporte empírico de análise, dentre outros aspectos, a mobilidade da força de trabalho no município de Vitória da Conquista. Este estudo é resultado do processo de doutoramento em Geografia, na Universidade Federal de Sergipe, que tem como área de concentração a organização e dinâmica dos espaços agrário e regional. Portanto, está inserido na linha de pesquisa relacionada à análise do espaço agrário.

Os pesquisadores, no âmbito da Geografia, têm se debruçado sobre esse tema há algum tempo, contudo ele ainda necessita de investigações no município de Vitória da Conquista, localizado no estado da Bahia, para contribuir, mais efetivamente, com a análise desse processo na atualidade. Sendo assim, o mapa apresentado na Figura 1 auxilia na identificação da posição geográfica em que o município conquistense se encontra em relação ao estado que ele pertence e o seu posicionamento no país.

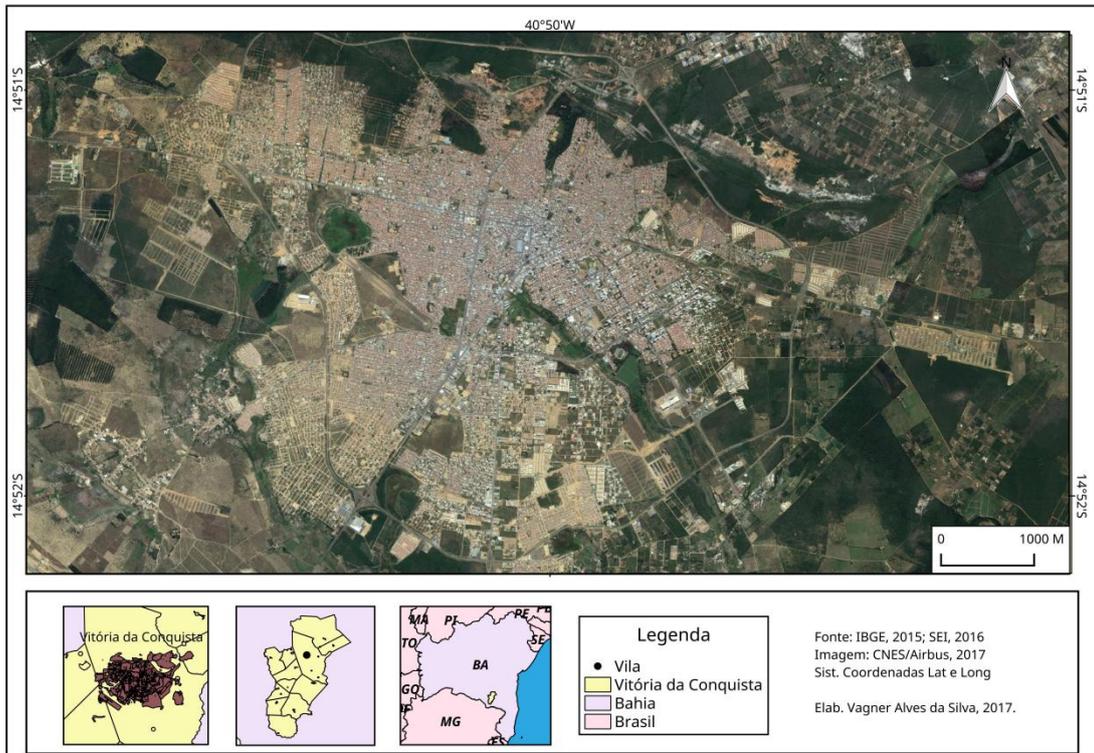
FIGURA 1 - Mapa de localização do município de Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: IBGE/SEI, 2010.

A carta imagem, por sua vez, conforme a Figura 2, a seguir, tem o objetivo de colaborar com o leitor, para que entenda a produção do espaço da cidade de Vitória da Conquista, auxiliando nas análises acerca do contexto da relação campo-cidade.

FIGURA 2 – Carta imagem da cidade de Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: IBGE/SEI, 2018.

Nos últimos 30 anos, com a efervescência da globalização, têm ocorrido transformações na relação campo-cidade. Para explicar essas metamorfoses, a construção da Geografia e de outras ciências tem criado novos paradigmas que instigam maior aprofundamento nas análises dos elementos imbricados nesse processo. Portanto, ao tomar conhecimento da complexidade que o tema possui, surge um leque de questionamentos e alguns passam a ser basilares para a concretização do estudo, tais como:

1. Em que medida a relação campo-cidade e a produção do espaço se articula com a mobilidade da força de trabalho, no município de Vitória da Conquista-BA?
2. Que fatores contribuem para o movimento do trabalhador no sentido campo-cidade?

3. Até que ponto a mobilidade da força de trabalho indica a perda da condição de homem rural?
4. De que maneira a mobilidade da força trabalho pode interferir ou influenciar na relação campo-cidade e na produção do espaço?
5. Quais os fixos e fluxos socioespaciais, advindos da relação campo-cidade, no município de Vitória da Conquista-BA?

Dessa maneira, alguns objetivos foram elaborados, para auxiliar a busca das respostas a tais inquietações. Portanto, os objetivos deste estudo são:

1. Discutir a relação campo-cidade e a produção do espaço, tendo como base a mobilidade da força de trabalho.
2. Investigar os fatores que contribuem para a mobilidade da força de trabalho no sentido campo-cidade.
3. Averiguar até que ponto a mobilidade da força de trabalho indica a perda da condição de homem rural.
4. Explicar de que maneira a mobilidade da força de trabalho pode interferir na relação campo-cidade e na produção do espaço.
5. Identificar os fixos e fluxos, socioespaciais, oriundos da relação campo-cidade, no município de Vitória da Conquista-BA.

O processo da relação campo-cidade demandou um esforço de análise contextualizada na complexidade das relações entre espaços que, muitas vezes, nos estudos geográficos, são tratados como dicotômicos. Não raro, a distinção entre rural e urbano, campo e cidade, tão presente na Geografia compartimentada em áreas, remete a análises fragmentadas dessa realidade. Acredita-se que a mobilidade da força de trabalho é uma variável que viabiliza essa análise.

A escolha da temática relação campo-cidade vinculada à mobilidade da força de trabalho, como objeto de estudo, teve como motivação um conjunto de fatores que formam um somatório de questões. A realidade vivida pelos trabalhadores catadores de café foi objeto de estudo do meu mestrado. Portanto, as indagações acerca do trabalho sempre estiveram presentes em minha trajetória acadêmica. Ademais, as experiências do cotidiano e observações realizadas sobre a vida de pessoas que moram no campo e trabalham na cidade

de Vitória da Conquista instigaram a necessidade de sistematizar e analisar dados e informações para compreender esse processo.

Cabe dizer, ainda, que a escolha dessa temática para estudo também se relaciona com alguns aspectos pessoais, pois, como conquistense e professora de geografia da rede pública municipal de ensino, lecionei para alunos advindos, também, da zona rural, os quais, quase sempre, são trabalhadores ou filhos de trabalhadores rurais. Além disso, muitos deles, apesar de residirem na cidade, vendem a sua força de trabalho em atividades vinculadas ao setor agrário. Portanto, o interesse por esse tema também surgiu pelo fato de essa realidade se mostrar, inclusive, no cotidiano de algumas escolas de Vitória da Conquista.

Com os resultados deste estudo, pretende-se contribuir com os debates geográficos e com a revisão de conceitos, principalmente da geografia agrária, para o fortalecimento da centralidade da força de trabalho na relação campo-cidade, como categoria geográfica. Do ponto de vista social, os resultados da pesquisa oferecem à sociedade civil organizada informações sistematizadas sobre a produção do espaço, em detrimento da mobilidade da mão de obra do campo para a cidade.

Como resultado do estudo, elaborou-se a tese que foi concebida ao longo do processo de doutoramento e se encontra estruturada da seguinte maneira: introdução, metodologia, desenvolvimento, conclusão e bibliografia. O seu desenvolvimento é composto por quatro capítulos.

O primeiro capítulo disserta sobre as abordagens teórico-metodológicas da relação campo cidade. Inicia-se fazendo alusão à visão dicotomizada acerca do espaço rural e urbano, que, durante muito tempo, os teóricos da Geografia teórica quantitativa apoiaram. Por muitos anos, esses espaços foram analisados de forma estanque, sem possuir quase nenhuma ligação. O campo era visto como o lugar do atrasado e da produção puramente agropecuária; já a cidade como o *lócus* do civilizado, das indústrias e dos serviços. Os teóricos dessa vertente possuem uma visão setorial e compartimentada do espaço.

Dessa forma, as investigações conduziram para o entendimento de que o espaço rural ganhou novas funções e novos tipos de ocupações. Portanto, o campo não pode mais ser relacionado a apenas um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais. Nesse sentido, ele tem incorporado algumas atividades que lhe garantiram um novo perfil, como área de lazer por meio de pesque-pague, hotéis-fazendas, condomínios rurais fechados, áreas de preservação e conservação, que proporcionam o ecoturismo, além dos parques estaduais e estações ecológicas, dentre outros.

As atividades não agrícolas têm assumido um papel de suma importância para a fixação do homem no meio rural. Então, um dos elementos que têm viabilizado a interação do campo com a cidade é a pluriatividade, pois o rurícola tem encontrado em atividades que antes não eram relacionadas ao campo a solução para dirimir as dificuldades ligadas à sua permanência no meio rural. Em parte, se atribui à pluriatividade as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho, tanto do campo quanto da cidade.

As atividades não agrícolas são fenômenos que têm despontado no meio rural, porque as ocupações profissionais, tipicamente agrícolas, não têm suprido a oferta de mão de obra existente no campo. Entende-se que esse não é um fenômeno novo, mas foi, de forma pertinente, incluído no rol de questões que explicam a relação campo-cidade no município de Vitória da Conquista. Por conta desse fato, este capítulo se dedica, também, a analisar, mais profundamente, alguns pressupostos teóricos conceituais sobre essa temática.

Como se pode perceber, todas essas transformações contrariam o passado em que o campo vivia; o mundo rural torna-se, cada vez mais, diferente do agrícola. Ademais, é impossível negar a penetração do mundo urbano industrial no meio rural, porque esse fenômeno faz parte da estratégia de expansão do capitalismo na busca incessante pelo lucro.

Este mesmo capítulo dá prosseguimento ao estudo da relação campo-cidade e mostra o surgimento de uma vertente que concebe a ideia do *continnum*. Seus teóricos tentam invalidar a dualidade do espaço. Esta corrente possui dois vieses. Um, indica a homogeneidade do espaço por meio do transbordamento do urbano para o rural e apoia-se na ideia de que o urbano tende a ultrapassar o rural – a fazer a unicidade do espaço. Ou seja, eles concebem um espaço uno, homogeneizado, todo tomado pelo urbano e, sendo assim, defendem o “fim do rural”. Seus teóricos possuem uma visão urbanocentrista.

O outro viés da concepção do *continnum* admite as metamorfoses pelas quais o campo tem passado, porém não aceita a concepção de que ele irá acabar. Os teóricos que optam por essa abordagem até admitem que o rural tem se modificado e não possui mais o perfil dos tempos passados, mas defendem que ele guarda suas especificidades e peculiaridades. Eles identificam a influência de urbanidades no rural, mas negam a ideia do seu “fim”.

Para dirimir algumas dúvidas acerca dessa questão, foi necessário fazer uma revisão de fatos históricos que interferiram na maneira de viver, pensar e agir das pessoas e levaram os estudiosos a formularem abordagens antagônicas. Sendo assim, o processo da formação das cidades, da urbanização e da reestruturação do campo foi analisado em suas diversas etapas. Para tanto, foi imprescindível relacionar esses fatos com o contexto da industrialização, seguindo suas fases, pois esse acontecimento provocou transformações nas cidades e

principalmente no campo, tanto no que diz respeito à produção do espaço quanto às relações socioeconômicas e culturais da sociedade brasileira. Entender toda essa dinâmica auxiliou na condução para o desvelamento dos processos que regem a relação campo-cidade.

No capítulo em questão, foi realizada, ainda, a vinculação da teoria com a prática, por meio do que se observou e analisou com os resultados obtidos no trabalho de campo, pois foram identificados alguns elementos que possibilitam uma intensa relação campo-cidade no município de Vitória da Conquista-BA.

O capítulo inicial também enfoca os aspectos das ruralidades e urbanidades, pois eles são fenômenos que auxiliam o entendimento de como ocorrem as relações entre o campo e a cidade. As urbanidades e ruralidades podem acontecer em suas formas variadas, tanto físicas quanto ideológicas. Elas podem se apresentar no tipo de vestimenta, em um estilo musical, na maneira de falar, no cultivo de uma horta no meio urbano e até mesmo na forma de consumir. São inúmeras as características que podem revelar um urbano ruralizado ou um rural urbanizado. Tudo isto revela a hibridez que o espaço possui.

Em detrimento da falta de consenso sobre o que é rural e urbano, optou-se por analisar esses espaços sob a ótica das ruralidades e urbanidades, visto que ela considera as especificidades de cada lugar. É necessário entender que um fenômeno não é a oposição do outro, porque, ao se olhar por este prisma, chega-se à compreensão de que o urbano se insere no rural, bem como o rural apresenta características do urbano. Há, portanto, uma simbiose entre esses lugares, mesmo guardando as suas peculiaridades.

Ao construir o arcabouço teórico da relação campo-cidade e da produção do espaço, foram utilizadas contribuições de teóricos conceituados, como: Hespahnol (2013), Santos (1993), Rua (2006), Graziano (1997), Reis (2006), Abramovay (2000), Ferrão (2000), Lefebvre (1969; 2000), Sorokin e Zimmermann (1929), Alentejano (1997), Carneiro (1997), Carlos (1992; 2003), dentre outros.

No segundo capítulo da tese, aborda-se a análise do contexto da evolução histórica do trabalho, com seus conceitos e concepções, pois acredita-se que ele é um agente ativo e central das vinculações socioeconômicas engendradas na relação campo-cidade e na produção do espaço. As análises que revelam a possibilidade de superação do homem dos limites rurais e urbanos, por meio das suas atividades laborativas, suscitaram a necessidade de analisar a questão do trabalho de forma mais apurada.

Nessa perspectiva, foi realizada uma revisão bibliográfica da evolução histórica sobre o mundo do trabalho de forma mais ampla, num contexto mais geral e nas suas diferentes fases. Dessa maneira, foi analisado o regime de trabalho do primitivo à base das relações de

produção no sistema de escravidão; do sistema feudal até o surgimento do capitalismo, que foi marcado por novas e diversas relações de trabalho, em suas diferenciadas etapas, chegando aos dias atuais, que leva ao questionamento do perfil do trabalhador e da posição em que o trabalho se encontra, agora, no século XXI. Assim, é discutido que tipo de trabalho e trabalhador deve prevalecer nesta sociedade de bens intangíveis, em que muitas coisas mudaram, mas ele guarda sua importância e o seu valor.

Em seguida, foi realizada a análise do tema, em sua forma mais aprofundada, para as peculiaridades que o Brasil resguarda acerca dessa temática. Foi investigado do regime de escravidão ao sistema de colonato, até o período da industrialização, em que os trabalhadores passaram a ter um novo perfil e conseguiram elaborar sua identidade. O estudo acompanha a evolução que a classe trabalhadora brasileira viveu até os dias atuais, em que ela assiste ao desmanche de muitos benefícios que lhes foram conferidos por meio de lutas, greves e reivindicações.

Nessa etapa, foi elaborado o perfil do trabalhador da zona rural desse município. As variáveis utilizadas para subsidiar as análises sobre o mundo do trabalho foram: tipo de profissão, localidade do trabalho, tipo de vínculo, tipo de ocupação, dentre outras questões.

A categoria trabalho discutida por Marx (1992; 2013), Harvey (2004; 2013), Antunes (1995; 2006), Braverman (1980), Martins (1981; 1986; 2002), Huberman (1986), Reis (2014), Moreira (1997; 2013), Oliveira (1987), Lessa (2007), Thomáz Júnior (2002; 2005), além de outros autores, ocupou lugar de destaque nesta pesquisa por seu potencial explicativo nas relações campo-cidade. O enfoque do trabalho como “categoria central” na Geografia é um fato relativamente novo, pois, por muitos anos, o discurso acerca dele, nesse ramo da ciência, teve posição de mediador e não um lugar central como é apresentado hoje. Por ser um fenômeno inerente ao homem e à produção do espaço, esse tema não pode escapar dos estudos científicos geográficos, pois a produção do espaço que o trabalho permite ao homem realizar tem sido veículo para que a Geografia se aproprie do tema e faça análises aprofundadas desse fenômeno.

No terceiro capítulo, constam reflexões sobre as concepções e historicidade das migrações, dos deslocamentos e das mobilidades humanas, relacionadas ao trabalho. Atualmente, o conceito de migração tem adquirido variadas conotações, pois, com o passar do tempo, o termo foi se transformando e adquirindo uma formatação carregada de ideologias. Com isso, foram surgindo correntes, teórico-filosóficas, que se dedicam a analisar o assunto. Diante desse fato, seria quase impossível realizar um estudo aprofundado sobre a relação

campo-cidade, trabalho e produção do espaço sem fazer as devidas vinculações com as mobilidades humanas, pois a pesquisa poderia correr o risco de ficar rasa e incipiente.

A mobilidade faz parte da História da humanidade desde os seus primórdios, quando o homem necessita migrar em busca de sua sobrevivência. Portanto, até os dias atuais, os deslocamentos, quase sempre, estão relacionados aos aspectos econômicos, pois o trabalho é uma das grandes motivações da migração, seja de forma definitiva ou temporariamente.

O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta três troncos teóricos existentes a respeito das migrações. Iniciou-se com os estudos neoclássicos. Os teóricos Lee (1966), Todaro (1979) e Ravenstein (1980) defendem a migração como deslocamento geográfico dos trabalhadores. Eles afirmam que as migrações ocorrem devido aos desequilíbrios espaciais das partes que compõem a produção e que este fato é determinante para a tomada de decisão das pessoas no ato de migrar. Os neoclássicos analisam os movimentos migratórios como fenômeno positivo, principalmente para a satisfação da carência de mão de obra em determinados lugares. Eles, também, mostram que os deslocamentos populacionais possuem um papel preponderante no sentido de dissolver as diferenças regionais e corrigir os desequilíbrios socioeconômicos.

O segundo tronco teórico examinado foi o histórico-estrutural. Seus adeptos sobrepõem as características históricas, especificamente sobre as migrações internas, e analisam esse fenômeno tanto do ponto de vista social quanto do econômico. Esta perspectiva considera a migração uma estratégia do desenvolvimento do capital. Eles analisam esse fenômeno sob o ponto de vista totalizante, porque entendem que ele possui múltiplas determinações. Sendo assim, seus teóricos concebem que a migração tem condições estruturais de nível social, econômico e político. Apesar de terem esta ótica, eles sobrelevam os aspectos econômicos como determinantes para a migração.

O terceiro tronco é o da mobilidade da força de trabalho. No ponto de vista desta vertente, a mobilidade tem relação com a produtividade e com a expansão do capital. Portanto, o deslocamento humano ocorre devido à mobilidade do capital. Ele é reflexo e, ao mesmo tempo, condicionante do desenvolvimento das forças produtivas, pois possui papel imperativo no processo de acumulação, que tem como consequências a concentração e a própria mobilidade do trabalho. Autores dessa corrente, como Gaudemar (1977), propõem que em uma sociedade capitalista a mobilidade do trabalho acontece como fenômeno de submissão e não de liberdade. Eles comungam da mesma ideia, ou seja, que toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada.

Encontra-se, também, neste capítulo, a análise do processo histórico e da realidade dos deslocamentos populacionais no Brasil. Para corroborar essa realidade, foram tomados como

base os fluxos populacionais brasileiros, resgatados desde os ciclos econômicos, pois a formação do território brasileiro foi marcada pelas migrações, tanto internas quanto internacionais. Foi examinada, também, a mobilidade do campo para a cidade e suas características expressas no tempo e no espaço. Neste caso, a História foi um recurso indispensável, uma vez que o movimento do homem, em relação ao campo-cidade, apresenta-se desde a antiguidade, passa pela Idade Média, principalmente na Europa Feudal, e adentra a modernidade, chegando aos dias atuais. O estudo mostra os movimentos migratórios com as características peculiares de cada tempo.

As análises a respeito desse tema se materializam com a investigação da mobilidade campo-cidade, no município de Vitória da Conquista, na Bahia, pois a teoria só é validada à medida que ela possibilita a leitura do real, do concreto e do vivido.

Nessa seção, teóricos de renome, como: Martins (2002), Salim (1992), Singer (1976), Zamberlam (2004), Furtado (2005), dentre outros, auxiliam as análises realizadas sobre as perspectivas existentes acerca da temática e ponderam que os deslocamentos e mobilidades humanas são fenômenos sociais carregados de nuances históricas e determinados pelas relações socioeconômicas de produção. Portanto, eles foram imprescindíveis para o enriquecimento e confiabilidade desta pesquisa.

O quarto capítulo aborda a produção do espaço geográfico, pois entende-se que este fenômeno está sujeito aos rebatimentos da relação campo-cidade e da mobilidade do trabalho. Para isso, foi realizada a caracterização geográfica, econômica e social dos lugares envolvidos na pesquisa e analisadas as materialidades expressas na produção do espaço, tanto no campo quanto na cidade.

Este tópico é composto, em grande parte, pelos estudos empíricos associados às questões teóricas que têm como sustentação as contribuições de Harvey (2004), Lefebvre (2000), Santos (1978) e Corrêa (1989), pois estes estudiosos concebem o espaço como uma construção social, fruto da produção humana, que expressam as ações do passado. Eles comungam a ideia de que o espaço possibilita a realização da leitura do modo como as sociedades vivem e se reproduzem.

Finalmente, nas considerações finais são realizados os remates necessários para melhor compreensão teórico-conceitual e prático-social das variáveis engendradas pela centralidade do trabalho na relação campo-cidade-campo.

2 METODOLOGIA

Para analisar a relação campo-cidade, as migrações, os deslocamentos humanos, a mobilidade do trabalho e seus rebatimentos, na produção do espaço conquistense, foram adotados o método dialético e os procedimentos metodológicos que permitiram captar o movimento das dimensões sociais, econômicas e políticas embutidos na temática proposta. Buscou-se ir além do racionalismo técnico, que dominou a geografia teórico-quantitativa por vários anos e que escamoteou as relações sociais e históricas das análises dos fenômenos, pois fundamentava-se no Positivismo Lógico.

Essa corrente não concebe o indivíduo como um ser histórico e preocupa-se, prioritariamente, com as manifestações imediatas e concretas dos fenômenos, supervalorizando a empiria. Além disso, o Positivismo conforma-se com o estudo das aparências e não chega à essência de um fenômeno, estuda os fatos isolados e esquece a interação existente entre os elementos de um fenômeno e até mesmo entre fenômenos. E, por último, não se preocupa com os processos de conhecimento e análise, pois supervaloriza os resultados, realizando pesquisas, meramente, descritivas e quantitativas.

Ao contrário de todos esses pressupostos, esta pesquisa utilizou como método de análise e interpretação o método dialético porque ele é inerente a uma corrente epistemológica que considera a História como um fator importante e essencial para análise, investigação e desenvolvimento dos processos. Por isso, ao realizar o estudo acerca da temática estudada aqui, foram considerados seus princípios, suas leis, bem como “algumas” de suas categorias.

Pode-se afirmar que este estudo teve um caráter analítico-explicativo, visto que seu objetivo primordial foi o de analisar a relação campo-cidade, tendo como base empírica a mobilidade do trabalho e seus rebatimentos na produção do espaço. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade e permite que ela seja analisada com ponderadas reflexões.

De acordo com o método escolhido, um dos principais objetivos foi o de estudar a temática em todos os seus aspectos, priorizando atingir a sua essência. Dessa forma, foi realizada uma análise completa dos elementos e processos que permeiam a relação campo-cidade e a produção do espaço rural, advindos da mobilidade do trabalho, observando suas propriedades e qualidades por meio da reflexão crítica que possibilitou novas descobertas.

A Dialética utiliza-se de algumas categorias como instrumentos metodológicos para analisar os processos de forma interagida e interligada. Portanto, este estudo não se limitou e contentou com resultados de fatos isolados. Ele transitou entre a singularidade de suas partes para compreender a unidade ou sua totalidade. Assim, acredita-se que, dessa maneira, a pesquisa teve condições de extrapolar a aparência e sair da superficialidade para atingir a parte mais profunda do objeto, chegando à sua essência.

Foram também utilizados, como métodos de investigação, o estatístico, o cartográfico e o classificatório. Parte-se, portanto, do princípio de que as quantidades não devem ser abolidas, mas devem servir de suporte para as análises qualitativas. Para Damiani (1994, p. 7), não devemos abdicar dos números, devemos “na verdade, relacioná-los imediatamente com as qualidades”. Há outros autores que também entendem que a investigação quantitativa deve servir, de certo modo, à qualitativa. Goode e Hatt, por exemplo, refletem a respeito disso, quando fazem a seguinte afirmação:

A pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos “qualitativos” e “quantitativos”, ou entre ponto de vista “estatístico” e “não estatístico”. Além disso, não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade (GOODE; HATT, 1973, p. 398, destaques do autor).

Richardson corrobora os autores citados, quando assim pondera:

O aspecto qualitativo de uma investigação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos, não perdem seu caráter qualitativo quando são transformadas em dados quantificáveis, na tentativa de se assegurar a exatidão no plano dos resultados (RICHARDSON, 1999, p. 79).

Nesse sentido, a pesquisa proposta, sobre a relação campo-cidade, a mobilidade do trabalho e os rebatimentos na produção do espaço, deu prioridade aos aspectos qualitativos, pois eles permitiram análises e avaliações dos processos políticos, sociais e econômicos imbricados na realidade pesquisada. Porém, o estudo não se furtou das quantidades, porque entende-se que elas puderam subsidiar o enriquecimento e aprofundamento das análises. Isto posto, observa-se que o tema em pauta apresenta três variáveis/categorias principais: a relação campo cidade, a produção do espaço, e a mobilidade do trabalho.

Um caminho percorrido na composição da tese foi o aprofundamento de análises referentes aos movimentos do homem em relação ao trabalho, pois acredita-se que as

migrações, os deslocamentos e as mobilidades humanas estão intimamente ligadas ao processo de relação campo-cidade. Por isso, este estudo levantou debates sobre questões relevantes às condições de reprodução do homem, que, com a mobilidade do trabalho, produz, também, a relação campo-cidade.

Portanto, inicialmente, foi realizada uma revisão teórico-conceitual, utilizando ampla bibliografia específica, para o entendimento do tema proposto. Foram utilizadas outras fontes de pesquisa, como os periódicos geográficos nacionais e internacionais e de ciências afins, que registraram a trajetória das questões acerca da relação campo-cidade e da mobilidade do trabalho no cenário internacional, no Brasil e no sudoeste da Bahia. Em decorrência desta investigação, foi imprescindível buscar dados em acervos de bibliotecas, institutos de pesquisa, artigos, dissertações, teses, anais de eventos científicos, Internet etc.

Para tanto, tornou-se indispensável fazer uma revisão em torno de alguns conceitos que fazem parte do leque de questões que tem levado estudiosos a discutir e elaborar novas concepções que transitam no meio acadêmico. Desse modo, destacam-se os estudos de Rua (2002, 2003, 2006), que aborda e analisa com competência as teorias que permeiam a relação campo-cidade; Graziano da Silva (1996, 1997), que faz uma reflexão sobre o “novo rural brasileiro”; Carlos (1992, 2003), que aborda questões do campo com a cidade em suas análises sobre o urbano; Marx (2008, 2013), e Antunes (1995, 2006), que dão suporte teórico-metodológico e discutem, vigorosamente, sobre o trabalho; e Thomáz Júnior. (2002, 2005), que fala do trabalho como categoria geográfica.

Além dos autores citados anteriormente, há, ainda, Carneiro (1997), que extrapola o espaço brasileiro e analisa as atividades das pessoas que moram no meio rural e buscam estratégias de adaptação à crise gerada pela modernização tecnológica; Wanderley (2001, 2002, 2003), que aprofunda sobre as raízes históricas do campo brasileiro; Lefebvre (1996, 2000) e Santos (1978, 1993, 1996), que focam o espaço como produto, e a pesquisa seguiu essa abordagem como categoria geográfica; Oliveira (1987) e Martins (1981, 1986, 2002), dentre outros, que aprofundam os estudos sobre o espaço agrário e o trabalho aí realizado.

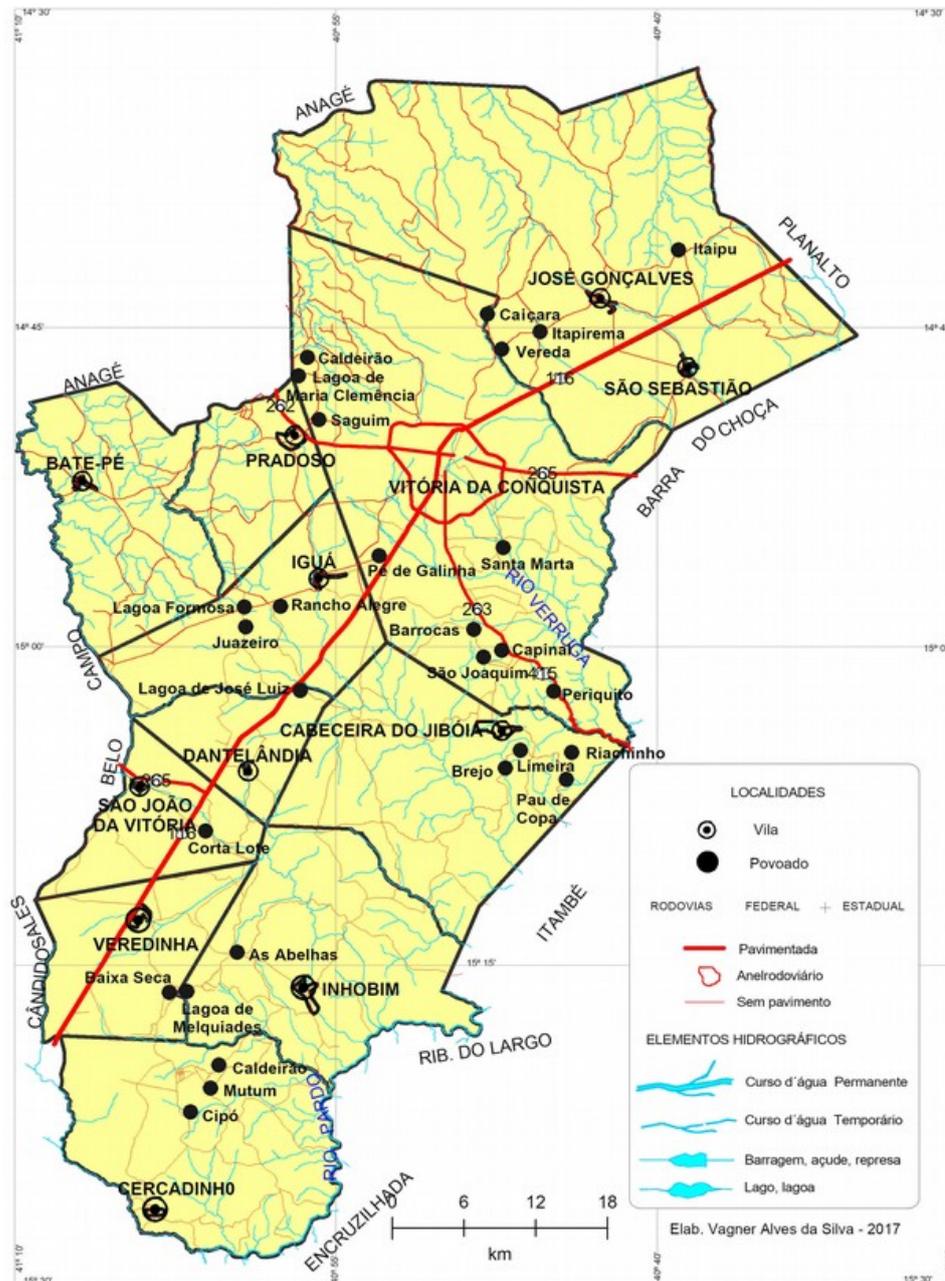
Ao estudar um tema de tamanha pluralidade e complexidade, ligado a aspectos culturais e sociológicos da população dos lugares, é necessário que a Geografia se utilize das contribuições de ciências afins, como, por exemplo, da Sociologia e da Economia. Para tanto, foi imprescindível a leitura de teóricos como: Carneiro (1997), Wanderley (2001, 2002, 2003) e Veiga (2001), dentre outros. É importante lembrar, ainda, que novas bibliografias foram incorporadas à medida em que os estudos sobre a temática foram realizados, no processo do doutoramento.

Ao considerar a insuficiência de informações sistematizadas sobre o trabalho como principal interlocutor da relação campo-cidade no município de Vitória da Conquista, a pesquisa de campo teve um peso fundamental. Assim, foram utilizados alguns instrumentos de coleta de dados pré-formados, tais como: grade de observação direta, formulários, roteiros de entrevistas e outros.

As informações e os dados sistematizados foram tabulados e categorizados em forma de tabelas, gráficos, mapas e figuras que fundamentaram as análises apresentadas nos textos do relatório final, em formato de uma tese. Esse processo permitiu a análise entre a teoria e a prática, para desvendar a essência das relações existentes na interação campo-cidade com a mobilidade do trabalho e sua materialização no espaço.

Quanto à base de amostragem, a pesquisa foi aleatória. Assim sendo, a princípio, todos os sujeitos tiveram a mesma probabilidade de serem escolhidos. O estudo teve como suporte para o trabalho de campo as sedes dos distritos e alguns povoados da zona rural de Vitória da Conquista, conforme mostra a Figura 3, que se segue. Foram escolhidos os povoados que possuem uma quantidade de habitantes mais significativa e de forma que abrangesse pontos diferentes do município, para que a pesquisa não se concentrasse em apenas uma região. Todas as vilas foram atendidas, isto é: Bate-Pé, Cabeceira do Jiboia, Cercadinho, Dantelândia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião, Verdinha e o distrito sede. Optou-se por realizar a investigação em todas elas para que a observação acerca da relação entre as vilas e a cidade de Vitória da Conquista pudesse ser mais aprofundada.

FIGURA 3 – Mapa de comunidades rurais que foram objeto do trabalho de campo no município de Vitória da Conquista (2014-2018)



Fonte: IBGE (2015).

Elaboração: Vagner Alves da Silva.

A tabela 1, a seguir, explicita a amostragem utilizada pela pesquisa de campo. Ele indica as localidades investigadas, a quantidade de domicílios ocupados nelas e a quantidade de questionários aplicados. Dessa maneira, o quadro sistematiza o universo e a amostragem da pesquisa. Avaliou-se o processo da relação campo-cidade e a mobilidade do trabalho, bem como da produção do espaço rural de Vitória da Conquista, de forma ampla, para que a

pesquisa pudesse apresentar uma visão holística e revelar os processos que envolvem a relação dos distritos: sedes e povoados com a Cidade de Vitória da Conquista-BA.

TABELA 1 - Localidades abrangidas para a pesquisa de campo, no município de Vitória da Conquista, entre os anos (2014-2018)

DISTRITOS	LOCALIDADE	QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS OCUPADOS	QUANTIDADE DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS			QUANTIDADE DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS (%)			TOTAL DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS	TOTAL DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS (%)
			2014	2016	2017	2014	2016	2017		
Bate Pé	Vila de Bate-Pé	353	11	17	/	3,12%	4,82%	/	28	7,93%
Cabeceira do Jiboia	Limeira – Brejinho – Riachinho – Pau de Copas	Ap. 200	16	/	9	8,00%	/	4,50%	25	12,50%
	Vila de Cabeceira do Jiboia	205	8	/	9	3,90%	/	4,39%	17	8,29%
Cercadinho	Vila de Cercadinho	234	11	/	/	4,70%	/	/	11	4,70%
	Caldeirão	41	4	/	/	9,76%	/	/	4	9,76%
	Cipó	28	4	/	/	14,29%	/	/	4	14,29%
	Mutum	14	3	/	/	21,43%	/	/	3	21,43%
Dantelândia	Vila de Dantelândia	192	13	18	/	6,77%	9,38%	/	31	16,15%
	Lagoa de José Luiz	134	/	16	/	/	11,94%	/	16	11,94%
Iguá	Vila do Iguá	238	14	16	/	5,88%	6,72%	/	30	12,61%
	Rancho Alegre	Ap. 30	4	/	/	13,33%	/	/	4	13,33%
Inhobim	Vila de Inhobim	633	19	/	/	3,00%	/	/	19	3,00%
	Abellas	147	5	/	/	3,40%	/	/	5	3,40%
	Lagoa de Melquiades	112	5	/	/	4,46%	/	/	5	4,46%
José Gonçalves	Vila de José Gonçalves	592	18	/	/	3,04%	/	/	18	3,04%
	Itaipu	105	10	/	/	9,52%	/	/	10	9,52%
	Cabeceira	55	6	/	/	10,91%	/	/	6	10,91%
	Itapicema	169	10	/	/	5,92%	/	/	10	5,92%
Pradoso	Vila do Pradoso	398	12	14	/	3,02%	3,52%	/	26	6,53%
São João da Vitória	Vila de São João da Vitória	423	8	15	/	1,89%	3,55%	/	23	5,44%
São Sebastião	Vila de São Sebastião	488	15	/	15	3,07%	/	3,07%	30	6,15%
Distrito Sede	Barrocas	200	14	/	9	7,00%	/	4,50%	23	11,50%
	Capinal	309	13	/	9	4,21%	/	2,91%	22	7,12%
	Lagoa de Maria Clemência	Ap. 50	4	/	/	8,00%	/	/	4	8,00%
	Penquito – Santa Marta – Sagum – São Joaquim – Pé de Galinha	Ap. 162	11	/	/	3,40%	/	/	11	3,40%
	Veredinha	Vila de Veredinha	316	14	/	/	4,43%	/	/	14

Fonte: Trabalho de campo (2014-2018).

Como pode ser observado na Tabela 1, todas as sedes dos distritos foram visitadas em dois momentos. A primeira visita ocorreu no ano de 2014 e o retorno às vilas aconteceu entre os anos de 2016 e 2017. Dessa forma, a amostragem varia entre 3,4% a 21% dos domicílios ocupados nesses lugares.

3 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Durante muito tempo, esteve em vigor uma visão dicotomizada do espaço rural e urbano, que foram analisados de forma estanque e sem estabelecer conexões. O campo era o lugar do atrasado e da produção agropecuária, a cidade o *lócus* da modernidade e o lugar dos serviços e da indústria. Com o processo de industrialização, esta separação tornou-se ainda mais evidente. Atualmente, existem estudos que tentam dirimir a dicotomia do urbano e do rural.

Elabora-se, então, a ideia do *continuum*. Dentro desta abordagem existem duas vertentes: aquela em que os autores defendem a homogeneidade do espaço por meio do transbordamento do urbano para o rural, afirmando que o rural tende a desaparecer em função da urbanização; e outra que admite que o campo tem passado por transformações, porém não irá perder as suas especificidades. Essa vertente advoga que o campo tem adquirido novos significados, mas resguarda suas particularidades. Assim sendo, neste capítulo, serão aprofundadas questões que permeiam essa temática.

É impossível realizar uma análise da relação campo-cidade, urbano-rural sem, antes, fazer um resgate dos fatos históricos que interferiram no modo de viver, pensar e agir das pessoas, no mundo contemporâneo. Segundo Hespanhol (2013), o campo e a cidade assumiram complexidades em níveis, graus e espacialidades diferenciados, levando estudiosos a formularem abordagens antagônicas.

Na segunda metade do século XX, as discussões acerca da urbanização brasileira foram inevitáveis. Os diálogos ocorridos sobre esse tema foram impulsionados pela realidade vivida, com um intenso processo de crescimento de algumas cidades brasileiras. Fato que instigou estudos mais apurados sobre esse fenômeno.

Ao analisar a urbanização é imprescindível relacioná-la com o processo de industrialização, pois foram dois acontecimentos interdependentes. A indústria buscava um lugar que pudesse fornecer-lhe suporte infraestrutural, como: acesso à matéria-prima, aos recursos energéticos, ao mercado consumidor, à mão de obra, dentre outros fatores. O lugar ideal era a cidade. Dessa maneira, a industrialização, no Brasil, assumiu papel preponderante para o crescimento dos centros urbanos.

As cidades não ocuparam posição central na estrutura do Brasil Colonial e tampouco possuíam a importância de hoje, pois o país era essencialmente agrário. Como afirma Santos (1993, p. 19), “o urbanismo é condição moderníssima de nossa evolução social”. Nesse sentido, ele ainda afirma que “O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do

campo. Do campo, as bases em que se assentam a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial” (SANTOS, 1993, p. 19).

Abreu (2002, p. 149) corrobora Santos (1993), quando afirma que “era somente em ocasiões especiais, e muito especialmente nas festas cívicas ou religiosas, que a classe proprietária se dirigia aos poucos núcleos urbanos existentes”. Isto se deve a vários fatores, como: a autossuficiência das fazendas na época, a precariedade das estradas, os longos trajetos que tinha de percorrer para chegar até as cidades e, sobretudo, a deficiência dos meios de comunicação e de transporte.

Com a industrialização esse cenário mudou. As cidades começaram a ampliar a estrutura, iniciada com a cafeicultura, composta por estradas, portos, aeroportos, instituições financeiras e melhoria dos meios de comunicação, de transporte, de energia e ampliação de estabelecimentos comerciais. Tudo isso para atender às demandas geradas pela indústria.

Assim, a oferta de empregos no setor industrial passou a ser uma atração para o homem do campo, que migrou em busca de uma posição no mercado de trabalho e melhores condições de vida. Nesse sentido, algumas cidades passaram por profundas e grandes transformações em função do êxodo rural e, por conta desse fato, houve um crescimento populacional desordenado provocado pela ausência de planejamento, em algumas áreas urbanas do Brasil. Em virtude disso, surgiram problemas, tais como: a questão da moradia, segregação socioespacial, violência, subemprego, dentre outros fatores. Diante desse quadro, a cidade passou a ser alvo de investigações científicas mais aprofundadas e assumiu um papel de grande importância para a sociedade brasileira. Segundo Reis:

Nas primeiras décadas do século XX a sociedade brasileira se configurava como amplamente rural. Em paralelo ao expressivo crescimento da população verificado no país entre 1940 e 1980, observou-se uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. Nesse sentido, o esvaziamento das áreas rurais, o crescimento desordenado de grandes cidades e a formação de centros metropolitanos são reflexos evidentes que sinalizam um país de um novo tempo (REIS, 2006, p. 2).

O processo de industrialização permitiu o deslocamento do centro do poder do campo para a cidade e da agricultura para a indústria. Conforme Rua (2006), em decorrência desse fato, houve uma recriação do rural e da cidade pelo capitalismo. Então, ainda seguindo o raciocínio deste autor, o urbano e o rural, o campo e a cidade ganharam novos sentidos e assumiram novas imagens. Com base nessa realidade, surgem correntes teóricas que tecem análises diferentes. Rua afirma que:

São ênfases e não antagonismos teóricos. Uns autores enfatizam o urbano como polo das relações campo-cidade, muitas vezes vendo a urbanização como destino final do espaço; outros enfatizam o rural, mantendo suas especificidades, e resistindo ao poder hegemônico do urbano; alguns fazem uma abordagem mais territorial que outros; poucos percebem o território como algo mais que os recortes político-administrativos (RUA, 2006, p. 90).

Existem três abordagens sobre a relação campo-cidade: a dicotômica, a do *continuum*, (que defende o “fim do rural”) e a terceira opta por defender as permanências das ruralidades. Segundo Reis (2006), a abordagem acerca da ambivalência entre campo-cidade vincula-se a uma visão marcadamente setorial, pois seus autores consideram o campo restrito à produção agropecuária e a cidade voltada à produção industrial e ao fornecimento de bens e serviços. Esta abordagem realça as principais diferenças entre estes dois polos e não busca compreender as similaridades existentes no rural e no urbano. Eles se baseiam nas diferenças para argumentar e formular conceitos dicotômicos entre o campo e a cidade.

A segunda vertente apoia-se na ideia do “fim do rural” e tem por base a homogeneização do espaço, tanto rural quanto urbano. Segundo Hespanhol (2013), esta corrente argumenta que a ampliação dos processos de industrialização e globalização provocou a urbanização geral da sociedade. A autora ainda afirma que essa perspectiva está relacionada, também, a uma concepção dualista da realidade, porque consideram o rural e o urbano como polos extremos. Conforme Abramovay (2000), esse *continuum* rural-urbano significa a ausência de diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura.

Na terceira abordagem, os teóricos identificam a existência de influências de urbanidades no rural, mas destacam a permanência de diferentes ruralidades advindas das particularidades de cada lugar e da maneira como cada um participa dos processos econômicos e sociais. Para Mota e Schmitz (2002), os autores que defendem essa tendência admitem haver transformações no meio rural, mas advertem: as especificidades perduram e isso pode ser visualizado não só nas atividades econômicas, mas também nas formas de ocupação do espaço, na paisagem, nas relações de trabalho e, sobretudo, nas representações sociais.

Ao analisar essas correntes teóricas, faz-se necessário realizar uma conexão com os depoimentos coletados em entrevistas, os quais revelaram realidades completamente diferentes e antagônicas. O entrevistado 3, por exemplo, relata que trabalha na cidade, mas não perde os laços que possui com o campo e, tampouco, as características de homem do campo. O entrevistado 7, paradoxalmente, relatou que, após vivenciar o mundo urbano, não se

adapta mais ao estilo de vida do mundo rural. Já o entrevistado 2 declarou que teve de se adaptar ao mundo urbano, pois não podia falar com o patrão, que é um doutor, da mesma maneira que fala com as pessoas do campo – lugar onde ele mora. Os três depoimentos seguintes mostram a complexidade presente na análise da relação campo-cidade.

Trabalho na cidade, mas continuo a mesma pessoa: simples e humilde como eu sou. O fato de viver lá na cidade todo dia, não me muda em nada. Porque às vezes a pessoa fica um mês em São Paulo e aí muda tudo. Às vezes fica uma semana em Conquista, já fica diferente, muda o modo de vida, mas eu não. Eu continuo a mesma pessoa. Continuo uma mulher do campo. Nasci no campo e vou morrer no campo. Com fé em Deus! (Depoimento oral, entrevistado 3, 2017).

Vim trabalhar aqui em Conquista, aluguei uma casa, mas meu objetivo era ir todo fim de semana pra roça. Ficava de segunda a sexta trabalhando e voltava para a zona rural no final de semana. O meu objetivo era morar na roça no futuro. Trabalhar aqui em Conquista e voltar para construir meu lar. Só que aí eu fui me adaptando a Vitória da Conquista, fui gostando daqui e no final de semana que eu ia pra roça comecei a sentir falta do movimento da cidade. Aí foi quando eu comecei a pensar diferente, a querer ter algo aqui para mim, construir algo para mim. Aí chegou o projeto Minha Casa Minha Vida, fui lá e consegui a casa. Aí pronto minha vontade foi de ficar aqui, construir meu lar e fazer meu futuro aqui mesmo. Depois disso eu não me adaptei mais na roça. Hoje, graças a Deus, tenho meu lar, meus móveis e minha casa toda completinha, graças ao meu trabalho aqui em Conquista (Depoimento oral, entrevistado 7, 2017).

Moro no campo, mas trabalho na cidade. A gente acaba adquirindo algumas características da cidade. A gente precisa atualizar a nossa forma de falar e de tratar as pessoas. Tive que elaborar uma forma de falar com o dono do estabelecimento que eu trabalho, pois ele é um doutor. Tive que me atualizar para me expressar com ele. O contato que eu tenho com a cidade mudou meu linguajar e a minha forma de falar (Depoimento oral, entrevistado 2, 2017).

Diante dessa complexidade, serão analisadas, mais detalhadamente, a seguir, as três correntes de pensamento que dão embasamento aos teóricos na discussão a respeito da relação campo-cidade.

3.1 Dicotomia: o rural analisado como o avesso do urbano

A visão dicotômica entre campo e cidade vincula-se a concepções que consideram a produção do espaço urbano e rural como processos diferenciados, separados e desintegrados. É corriqueiro encontrar trabalhos, tanto da Geografia Agrária quanto da Urbana, que

privilegiam as formas e desconsideram os conteúdos, limitando suas análises a recortes setoriais. Geralmente, deixam de estabelecer a relação entre os fenômenos presentes no campo e na cidade. No entanto, a pesquisa realizada, na zona rural de Vitória da Conquista, por meio de questionários e entrevistas, mostra o contrário do que essa teoria dualista advoga, pois foram constatados vários elementos que cumprem a função de interligar o campo com a cidade, especialmente no município conquistense. Vale ressaltar que o trabalho é o principal elemento da relação campo-cidade em Vitória da Conquista. Com base no relato do entrevistado 5, pode-se perceber a veracidade deste fato:

Nossos pais já não têm mais o recurso que tinha para sobreviver, que era lidar diretamente com a roça. Hoje a gente não tem mais este recurso. Até mesmo a água para usar no dia a dia é uma dificuldade tremenda. Aqui é abastecido pelo exército. Então hoje a única opção dos jovens do campo é de ir para a cidade para trabalhar. A maioria vai pra Vitória da Conquista. É a opção mais fácil! (Depoimento oral, entrevistado 5, 2017).

A vertente que analisa as temáticas do rural-urbano e campo-cidade, separadamente, estuda o espaço rural como o lugar reservado à produção de alimentos, com o objetivo de abastecimento das cidades, voltado exclusivamente para as atividades agropecuárias. Com base no relato do entrevistado 5, observa-se que não se pode mais dar continuidade a essa visão puramente produtivista, que se pauta em um viés exclusivamente econômico e ignora a integração desses espaços. Por outro lado, esse viés dicotômico concebe a cidade como o lugar que sedia o setor secundário e terciário e analisa o espaço urbano como meramente fornecedor de bens e serviços para a população rural. O oposto do urbano. Segundo Blume:

Os primeiros debates e reflexões surgem sistematizadas por uma leitura que assume o rural como uma realidade específica e oposta ao urbano, embasada pelos estudos das diferenças entre comunidade e sociedade, de Ferdinand Tönnies. Este antagonismo dualístico para o rural era o tema da corrente denominada de dicotômica (BLUME, 2004, p. 18).

Nesse sentido, Reis assim complementa:

As definições clássicas, formuladas a partir do final do século XIX, partem da observação de vários aspectos da realidade para ressaltar as principais características do espaço rural, constituindo-se em um alicerce para formulações de conceituações dicotômicas entre o rural e o urbano (REIS, 2006, p.2).

Essa abordagem, em que os autores concebem o campo como espaço oposto ao urbano, tem uma visão setorial, porque entende o campo como o lugar restrito à produção agropecuária e a cidade, como o espaço dedicado puramente ao setor industrial e de serviços. Dessa maneira, Graziano afirma que:

Marx e Weber ressaltam que, pouco antes da disseminação do capitalismo urbanoindustrial pelo mundo, originou-se um conflito entre duas realidades distintas: o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica, e o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida. A dicotomia entre rural e urbano procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunham na Europa do século XVII e não a um corte geográfico propriamente dito. A partir disso, o urbano passa a ser associado ao novo, ao progresso capitalista das fábricas, e o rural, ao velho, ou seja, à velha ordem social vigente (GRAZIANO, 1996, p. 12).

Segundo Hespanhol (2013), o trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1929) é uma referência dessa abordagem dicotômica, pois suas análises dão ênfase às diferenças que marcam o urbano e o rural; praticamente eles não consideram as semelhanças entre os dois espaços. Eles concebem o campo como algo em oposição à cidade e vice-versa.

A Revolução Industrial e o desenvolvimento tecnológico aprofundaram as diferenças entre o campo e a cidade, que passaram a ser, ainda mais, analisados como um lugar oposto ao outro. Estes acontecimentos refletiram profundamente no relacionamento do rural com o urbano, pois ao campo foi atribuído o rótulo de arcaico e retrógrado e a cidade recebeu o título do novo, do moderno e, sobretudo, do progresso. Esses dois fatos da História da humanidade fizeram com que se acentuassem as diferenças e esses espaços se distanciassem cada vez mais um do outro. Nesse contexto, Ferrão adverte:

[...] a emergência de uma nova sociedade urbano-industrial acarretou duas consequências [*sic*] principais para as áreas rurais. Por um lado, inicia-se um acentuado processo de perda de centralidade econômica, social e simbólica por parte do mundo rural. Por outro lado, este tende a ser globalmente identificado com realidades arcaicas, enquanto as aglomerações urbano-industriais são vistas como o palco, por excelência, do progresso (FERRÃO, 2000, p. 2).

De acordo com Ferrão (2000), a visão dicotômica acerca de campo-cidade ainda perdura em algumas regiões da União Europeia, pois, em alguns lugares, o mundo rural ainda possui realidades centradas, fortemente, na natureza e na agricultura e os estilos de vida e

valores urbanos são menos intensos. A respeito do Brasil, a visão dicotomizada do espaço rural-urbano teve preponderância até os anos 1980, mas, segundo Hespanhol (2013), esta realidade permanece presente nas instituições, agências e políticas, sendo o espaço rural entendido de maneira restrita e vista apenas como o lugar em que se realiza a produção agropecuária.

Lefebvre (1969), por sua vez, afirma que: foi com base na divisão social do trabalho que se configurou a separação do campo para a cidade. E acrescenta: este fato foi decisivo para o acirramento da divisão entre esses espaços. O autor apoia-se na ideia de que a divisão do trabalho entre a cidade e o campo possibilitou a separação entre o trabalho braçal e o intelectual. Nesse sentido ele expõe:

A la ciudad incumbe el trabajo intelectual: funciones de organización y dirección, actividades políticas y militares, elaboración del conocimiento teórico (filosofía y ciencias). La totalidad se divide; se instauran separaciones; entre ellas la separación entre Physis y Logos, entre teoría y práctica, y, ya dentro de práctica, las separaciones entre praxis (creación sobre los grupos humanos), póiesis (creación de obras), téchne (actividad armada de técnicas y orientada hacia los productos). El campo, a la vez realidad práctica y representación, aportaría las imágenes de la naturaleza, del ser y de lo original. La ciudad aportaría las imágenes del esfuerzo, de la voluntad, de la subjetividad, de la reflexión, sin que estas representaciones se disocien de actividades reales¹ (LEFEBVRE, 1969, p. 47).

A visão dualista considera a cidade, exclusivamente, sob a ótica de sua área administrativa, e o campo como o *lócus* da produção agropecuária. Eles não possuem uma visão da totalidade do espaço e não veem o campo e a cidade como partes complementares, que interagem e se integram e, sobretudo, não conseguem visualizar semelhanças, atendo-se apenas às diferenças. Santos (1993), ao analisar esta realidade, se contrapõe a ela, quando informa que

A tradicional separação entre um Brasil rural e um Brasil urbano passou a não mais contemplar a atual realidade. Rural e urbano não podem ser divididos, como se fossem duas realidades isoladas entre si e independentes. São partes integrantes de um todo e tais partes constantemente mantêm relações entre si. Todavia, o fato de apresentarem aspectos que os tornam

1 A cidade é responsável pelo trabalho intelectual: funções de organização e direção, atividades políticas e militares, elaboração de conhecimentos teóricos (filosofia e ciências). O todo é dividido; Separações são estabelecidas; entre eles, a separação entre Physis e Logos, entre teoria e prática, e, já dentro da prática, as separações entre praxis (criação em grupos humanos), poiesis (criação de obras), téchne (atividade armada de técnicas e orientada para produtos). O campo, ao mesmo tempo, a realidade prática e a representação, forneceriam as imagens da natureza, do ser e do original. A cidade forneceriam as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que essas representações fossem dissociadas das atividades reais (Tradução nossa).

comuns, não os transformam em um todo homogêneo (SANTOS, 1993, p. 157).

Diante do exposto, é preciso que se entenda que, quando as categorias campo-cidade ou rural-urbano são vistas e analisadas como espaços opostos, essa teorização não serve, ou pouco contribui, para explicar a realidade espacial de um município, de uma região e até mesmo de uma nação.

3.2 Continuum rural-urbano: teoria do transbordamento do urbano para o mundo rural

A concepção dos autores que se encaixam nesta perspectiva é a de que o rural possui um destino inevitável de desaparecer e tornar-se urbano. Isto é, eles apregoam esta ideia porque acreditam no transbordamento da cidade sobre o campo devido ao processo de industrialização e urbanização que difundem o urbano e o rural em uma única espacialidade, deixando de perceber as especificidades e até mesmo as contradições existentes nesses dois espaços. Para Rua (2006), essa tendência advoga a urbanização do espaço e defende que o urbano ultrapassa a cidade e faz desaparecer a ruralidade. A ideia do “novo rural” é resultado de uma lógica capitalista, em que rural e urbano se fundem de tal forma que a cidade se sobrepõe ao campo.

Santos (1996), ao analisar o processo de urbanização brasileira, pondera sobre o seguinte: o espaço geográfico sofreu transformações que foram promovidas pelo processo técnico-científico-informacional e, com certeza, o campo e a cidade receberam os rebatimentos advindos desse fenômeno. Nesse sentido, ele afirma que:

Com a emergência do meio técnico-científico-informacional a partir dos anos 1970, decorrente dos avanços da técnica e de sua irradiação no espaço geográfico, a dinâmica socioespacial vem se complexificando, ao ponto de ser cada vez mais difícil separar o que é rural do que é urbano (SANTOS, 1996, p. 45).

Conforme Reis (2006), afirma: Sorokin e Zimmermann (1929) foram os primeiros a introduzir a perspectiva do *continuum* rural-urbano. Este autor defende que essa vertente também está relacionada a uma concepção dual do espaço, pois considera o rural e o urbano como polos extremos e ainda os vê em uma escala de gradação. Reis (2006) ainda salienta que a obra clássica de Sorokin e Zimmermann (1929) sugere uma série de traços essenciais nas diferenciações do espaço rural-urbano. Por isso, apesar de eles terem sido os primeiros a

abordar a ideia do *continnum*, sua obra acaba sendo um forte alicerce para as conceituações dicotômicas.

Os teóricos elaboraram o conceito de *continnum* rural-urbano com o intuito de tirar essas áreas do isolamento, mas eles dão prioridade ao urbano ao subjugar o rural. Para os estudiosos dessa vertente, o urbano é o lugar do progresso, das oportunidades, das tomadas de decisões, isto é, eles possuem uma visão urbanocentrista, porque colocam a cidade como núcleo principal das relações entre esses dois espaços. Ao tratar de um lugar homogeneizado, subordinam completamente o campo à cidade, desconsiderando as características econômicas, sociais, culturais e históricas que cada um possui. Wanderley nos faz analisar essas questões, quando expõe a seguinte constatação:

Levada às últimas consequências, esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano, apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana (WANDERLEY, 2001, p. 108).

Dessa corrente de pensamento derivou o Projeto Rurbano, que tem Graziano como coordenador e um dos principais defensores das teorias que sustentam a ideia do *continnum*. Do ponto de vista econômico e territorial, ele afirma que os dois espaços encontram-se tão integrados que é impossível entender um separado do outro. Segundo o autor:

Pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno – se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (GRAZIANO, 1997, p. 1).

Nesse contexto, para os teóricos que se posicionam a favor dessa corrente, fica cada vez mais difícil separar, do ponto de vista espacial e econômico, o urbano do rural. Eles não conseguem enxergar as diferenças entre um lugar e outro, porque concebem um espaço homogeneizado, tomado pelas urbanidades. Assim, Graziano continua, afirmando que:

Está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (GRAZIANO, 1997, p. 1, destaque do autor).

Graziano apoia-se no argumento das transformações econômicas ocorridas nas cidades e no campo, devido ao processo de industrialização e avanços dos meios de comunicação e transportes, em ambos os espaços, para justificar a ideia do *continuum* em que defende não haver mais diferenças significativas entre os dois polos. Ele utiliza vários indicadores para justificar a ideia do “novo rural”, tais como: a expansão dos complexos agroindustriais, a proliferação de “chácaras de fim de semana” e as atividades não agrícolas, para justificar a urbanização do campo (GRAZIANO, 1997).

A respeito das chácaras de fim de semana, Graziano (1997) indica três aspectos que interferem sobre a paisagem rural. O primeiro é a contribuição que esses sítios têm dado, a fim de conservar alguns aspectos naturais, como fauna e flora, por exemplo; além de realizar reflorestamentos e cultivar novas espécies. O segundo aspecto relaciona-se com expulsão de “grandes culturas”. E, no terceiro, ele enfatiza o novo uso de terras que antes eram ocupadas pela agricultura familiar. Este fato tem provocado transformações nas relações de trabalho, principalmente pela substituição de antigos posseiros e moradores por caseiros, jardineiros e vigilantes. A esse respeito, Graziano explica o seguinte:

Já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas [*sic*] – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro (GRAZIANO, 1987, p. 24).

Graziano enfatiza que o meio rural ganhou novas funções e novos tipos de ocupações para justificar que ele não pode mais ser relacionado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais. Assim, ele aponta quatro funções e ocupações que podem provocar o desligamento do mundo rural, do agrícola:

- Propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente as famílias de renda média/baixa que têm transporte próprio), através dos pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana, etc;
- Dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);
- Desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do eco-turismo [*sic*], além da criação de parques estaduais e estações ecológicas;
- Abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural assegurada com a igualdade trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos) (GRAZIANO, 1997, p. 27-28).

Nesse sentido, Reis (2006) complementa a ideia de Graziano, quando afirma que o meio rural brasileiro passou por importantes transformações. Ele chama atenção para o surgimento de um espaço rural com múltiplas funções, em consequência da diversificação econômica. Para o autor, essas transformações contrastam com o passado em que o campo vivia. Reis ainda complementa sua proposição, concomitante a de Graziano, quando afirma que a expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais indica a existência de um novo paradigma socioespacial brasileiro. Em suas palavras:

Surgiram ainda, a partir da década de 1980, mudanças significativas no meio rural brasileiro. Observa-se a emergência de um espaço rural multifuncional com a introdução de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado. A expansão do tecido urbano sobre áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades considerada até então como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma sócio espacial no Brasil (REIS, 2006, p.1).

Alentejano (1997) expõe que as formulações de Graziano contêm três problemas básicos. Primeiro, ele diz que Graziano não observa as diferenças que existem no processo de modernização e tampouco leva em consideração as especificidades e contradições que tal modernização gera. Depois, Alentejano observa que Graziano não analisa o que está por trás desse processo, ou seja, quais as intenções que se tem, ao adotar práticas idênticas e homogeneizar o espaço. E, finalmente, ele observa que a teoria do “novo rural” não leva em conta o processo histórico em que o Brasil viveu, pois atribui um caráter de novidade às transformações socioespaciais que o Brasil tem experimentado. Dessa forma, de acordo com o autor:

Em primeiro lugar, obscurecem as diferenças existentes no próprio processo de modernização, deixando de perceber as especificidades e contradições presentes neste; de outro, não observam as diferentes estratégias que estão por trás da adoção de práticas idênticas, atribuindo-lhes uma racionalidade comum; finalmente, não identificam as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade (ALENTEJANO, 1997, p. 68).

A respeito da relação entre o rural e o urbano no Brasil e sobre as definições político-administrativas, Veiga (2001) expõe a existência de um problema quanto à definição administrativa desses espaços. Para ele, o Brasil é muito menos urbano do que se pensa. Segundo este autor, o que deu origem ao mito do desaparecimento crescente do rural no Brasil foi o Decreto Lei 311 de 1938, transformando todas as sedes municipais em cidades (VEIGA, 2001). Ademais, pequenas localidades, com dinâmicas estritamente apoiadas na agricultura, passaram a ser consideradas urbanas. Quando se lê a tese de doutorado de Veiga, no que diz respeito ao Brasil ser menos urbano do que se imagina, é impossível não se reportar ao espaço urbano da vila de Cabeceira do Jiboia, distrito de Vitória da Conquista, na Bahia. Observa-se que, apesar de esta área ser considerada urbana, ela nos remete ao espaço rural, conforme pode ser observado nas figuras 4 e 5, que se seguem.

FIGURA 4 – Vista parcial da vila de Cabeceira do Jiboia, distrito de Vitória da Conquista, Bahia, 2017



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 5 - Vista de uma rua da vila de Cabeceira do Jiboia, distrito de Vitória da Conquista, Bahia, 2017



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Veiga (2001) defende a adoção do critério da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a fim de estabelecer o que é urbano e o que é rural no Brasil. Esta organização determina como limite para definir as áreas urbanas 150 hab/km². Se fosse adotado este critério, 60% da população urbana brasileira seria reduzida, pois 70% dos municípios do Brasil possui a densidade demográfica inferior a 40 hab/km². Assim, a população rural brasileira passaria de 20 para 52 milhões de habitantes.

É preciso entender, portanto, que quando se fala acerca de todas essas questões que perpassam o espaço urbano e rural torna-se necessário situar a questão no tempo e no espaço, pois o mundo possui uma infinidade de variações sociais, econômicas, culturais e históricas. Estes elementos são alterados conforme o tempo e de acordo com o espaço. Sem dúvidas, existem áreas rurais, principalmente no Brasil, que a industrialização e modernização da agricultura não atingiram.

No caso da zona rural do município de Vitória da Conquista aplica-se essa tese, pois o trabalho de campo realizado, em todos os seus distritos, possibilitou a concretização de uma análise que conduz a essa afirmação. Dessa maneira, não se pode apregoar a ideia de *continnum* para toda realidade brasileira e tampouco mundial. A realidade não se traduz da mesma forma em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Diante do exposto, Reis assim corrobora:

Em vastas áreas dos países em desenvolvimento e nos países mais atrasados, a industrialização da agricultura e as demais mudanças que levam ao transbordamento do urbano para o rural ainda não se efetivaram. A conceituação dicotômica ainda pode se valer eficiente para essas regiões, uma vez que esse tipo de abordagem indica a existência de áreas rurais distantes das cidades. Dessa forma, vale destacar que seria impossível chegar a uma definição universal do que seja rural e urbano, já que as diferentes realidades sócio-espaciais [*sic*] encontradas no globo clamam por adequações apropriadas e específicas (REIS, 2006, p. 6).

Conforme Reis (2006) expressa na citação, além de não poder negligenciar as diferenças regionais, não se deve universalizar os conceitos e efetuar uma análise unívoca da realidade. O caso brasileiro pode ser a verdadeira expressão dessa ressalva que o autor faz, pois existem variadas realidades em nosso território. Existem características estruturais, funcionais e conjunturais diferenciadas que revelam uma realidade complexa. O teórico Graziano da Silva (1996), por exemplo, baseia muitas das suas pesquisas no território paulista e em alguns países capitalistas desenvolvidos, sobretudo os europeus. No caso do Brasil, é possível avaliar que ele possui uma realidade heterogênea, tanto física quanto socioeconômica, por isso não se pode realizar análises que fundamentam o contexto rural de um todo baseada apenas em uma realidade.

Diante disso, como colocar dentro da perspectiva do *continuum* duas realidades tão díspares entre o Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste brasileiro? Como inserir países desenvolvidos e subdesenvolvidos num mesmo contexto socioeconômico? Então, se isto é impossível, não há também a possibilidade de realizar uma análise teórico-conceitual que abranja integralmente o espaço. Dessa maneira, deve-se estar atento a dois fatos: o primeiro, às especificidades que cada lugar resguarda; e, o segundo, às transformações ocorridas no campo brasileiro, visto que não possuem a mesma magnitude em todo o seu território.

Pode-se encaixar na perspectiva do *continuum* modelos de desenvolvimento como os Estados Unidos e países da Europa, como: França, Espanha, Itália, dentre outros. Ao realizar análises acerca desse contexto, deve-se ter o cuidado para não cometer o equívoco de realizar generalizações, pois alguns fenômenos, como pluriatividade, segunda moradia no espaço rural e turismo no campo, precisam ser adaptados às realidades socioeconômicas diferenciadas.

No caso brasileiro, por exemplo, destaca-se que os estados do Sul, Sudeste e Centro Oeste têm incorporado, cada vez mais, ciência e tecnologia em espaços que antes eram considerados tradicionais, voltados puramente à produção agropecuária. Alguns lugares dessas regiões têm se convertido em espaços multifuncionais, como consequência do processo de urbanização do seu território. Quando se afirma que não se deve generalizar as

conceituações e os fenômenos, é porque, no Brasil, existem áreas rurais que ainda não podem ser analisadas na perspectiva do “Rurbano”. É o caso de alguns espaços rurais nordestinos.

Garcia Ramon (1995) aponta cinco componentes que ele classifica como essenciais em relação à urbanização do campo:

- A perda da população, resultante da mecanização das atividades agrícolas e da especialização na produção, tendo como consequência a concentração de terras e a exigência cada vez menos de mão de obra.
- o uso residencial do espaço rural em áreas próximas as cidades, principalmente de médio e grande porte.
- A residência secundária e o re-povoamento [*sic*] de áreas rurais.
- a implantação de alguma atividade que só pode ser realizada em áreas rurais com determinadas condições, como por exemplo, a instalação de hidroelétricas ou parques aquáticos.
- A predominância da população rural original em áreas onde as atividades agropecuárias ainda são relativamente importantes do ponto de vista econômico (GARCÍA RAMON, 1995, p. 57).

Sem dúvidas, todos os elementos que compõem o processo de urbanização, abordados até agora, são provocadores de transformações intensas que geram a complexidade do meio rural e urbano. Novas análises e concepções têm se formado com base nessas transformações, com o intuito de promover o entendimento das novidades no mundo real, proporcionadas por essas metamorfoses.

3.3 Continuum rural-urbano: permanências das ruralidades

A segunda vertente do *continuum* rural urbano é composta por autores que percebem o impacto do urbano no rural, mas advogam que, mesmo diante desse processo, o rural não perde suas especificidades. Os seguidores desta corrente de pensamento analisam o território para além dos limites físicos, econômicos e administrativos. É importante lembrar, sobre essa questão territorial, como Abramovay explicita, que:

O território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além dos seus atributos naturais, dos custos de transporte e de comunicação. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000, p. 28).

Diferentemente do pensamento clássico, essa vertente consegue realizar uma abordagem mais plural permeada também pelo social e cultural. Daí decorre o fato de seus autores defenderem que o espaço rural possui “sintomas de urbanidades”. Nesse sentido, Rua (2006, p. 90) afirma que esta corrente de pensamento resiste ao poder hegemônico do urbano e possui uma visão mais integradora das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam, definindo particularidades e singularidades que marcam essa localidade, mesmo quando são impelidos pela força do urbano.

Sobre essa vertente, Rua (2006) admite que, apesar de possuir uma enorme diversidade de pensamento, é possível destacar: Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider. Estes autores percebem a necessidade de enfatizar o rural e concentram-se na ideia de “novas ruralidades”. Eles não negam que o rural tem sofrido forte impacto pela força do urbano, mas acreditam que apesar dessa realidade, o rural tem mantido suas peculiaridades.

Nessa direção, o rural também é visto como uma categoria social e não apenas como um recorte espacial. Esta segunda vertente se manifesta contrariamente não só no que diz respeito à dissolução do agrário, mas também sobre a uniformização das condições de vida no campo, pois, para os teóricos que defendem este pensamento, não é possível compreender as “ruralidades”, hoje, somente por meio da penetração do mundo urbano industrial, sem analisar as manifestações culturais próprias do meio rural. Nessa perspectiva, Carneiro assim afirma:

As transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam. Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social (CARNEIRO, 1997, p. 58).

Abramovay complementa a reflexão de Carneiro, ou seja:

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor – e não somente de suas atividades econômicas setoriais – que se procuraram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas (ABRAMOVAY, 2000, p. 28).

Não é possível negar a penetração do mundo urbano industrial no campo, pois este fenômeno é intrínseco ao Capitalismo, que busca incessantemente a sua expansão. Com base nesse processo, não há dúvidas de que o campo tem sofrido transformações, mas, como afirma Carneiro (1997), não se trata de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais, mas da sua reestruturação, com base na incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais.

Nesse sentido, o campo se reestrutura e adquire novos significados ao apanhar púberes hábitos, costumes e valores, mas isto não significa o fim da sua cultura. Deve-se compreender que esse é um processo dialético, de troca e de apropriação de novos elementos culturais que acontecem tanto do campo para a cidade quanto da cidade para o campo. Esse intercâmbio é um processo dinâmico e isso não impõe o fim de um em detrimento do outro e, tampouco, a anulação de um em função do outro. Nessa mesma linha de raciocínio, Carneiro assim expõe:

Esse conjunto de reflexões nos leva a pensar a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade (CARNEIRO, 1997, p. 61).

Ao levar em consideração essa hibridez do campo com a cidade, possibilitada pelas novas relações socioeconômicas estabelecidas pelo capital, não se deve perder de vista que os conteúdos desses dois espaços são diferenciados. É inegável que essa articulação tem proporcionado transformações que levam o campo a adquirir “sintomas de urbanidades”. Segundo Rua (2003, p. 54), a urbanidade no mundo rural dá uma ressignificação a ele. Para Rua, esta nova roupagem não é fruto apenas das criações urbanas, mas, também, das leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais. O trabalho de campo possibilitou a identificação de alguns sintomas de urbanidades que essa corrente defende, principalmente no que diz respeito à produção do espaço, pois foi observado que a arquitetura de muitas casas em vários distritos de Vitória da Conquista, possui características urbanas. Vejam o exemplo nas Figuras 6 e 7.

FIGURA 6 – Casa no povoado Rancho Alegre no distrito do Iguá, em Vitória da Conquista, Bahia, 2017



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 7 – Casa no povoado Rancho Alegre no distrito do Iguá, em Vitória da Conquista, Bahia, 2017



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Conforme as Figuras 6 e 7, observa-se que em torno da casa existe um muro, mas também há uma cerca, típica da zona rural. Quando a moradora foi inquirida se o muro foi construído por uma questão de segurança, ela respondeu que não, pois lá era um lugar tranquilo. E acrescentou: “Meu marido sempre quis construir este muro só porque acha bonito. Eu acho que no lugar de gastar com este muro ele devia ter construído outra casa. Aí o dinheiro seria mais bem empregado”. Esse fenômeno foi observado em vários distritos.

Apesar de o mundo rural possuir suas especificidades tanto históricas quanto sociais, culturais e naturais, atualmente tem-se assistido a uma tendência de interação entre as cidades e o campo. Dentro desse contexto, não se pode mais observar e analisar esses espaços dissociados. Eles possuem diferenças e semelhanças, mas resguardam suas particularidades; por isso, não é possível afirmar e até mesmo defender a ideia do fim do rural. A respeito disso, Wanderley afirma:

Mesmo ressaltando a semelhança entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades entre os dois polos. Estes espaços vivem um intenso processo de mudança em suas relações, mas isto não representa o fim do rural (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Abramovay (2000, p. 9) faz um questionamento: como definir o meio rural, de maneira a levar em conta tanto sua especificidade quanto os fatores determinantes em sua relação com a cidade, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de urbanização? Por certo, esta não é uma questão para a qual se encontra de pronto uma resposta, pois são inúmeros quesitos que interferem em um diagnóstico. Mas, *a priori* dois pontos podem ser abordados: o primeiro propõe abolir a ideia de relacionar o rural com o pobre e atrasado e a cidade com o sofisticado e civilizado. O segundo advoga que não se deve limitar ou imaginar o rural ligado, exclusivamente, ao agrícola e a indústria somente com a cidade. Acerca do primeiro ponto, Abramovay deixa claro que

Em muitos países – entre eles o Brasil – o rural é definido de tal forma que o associa imediatamente a precariedade e a carência. [...] Há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais do Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente ao atraso, carência de serviços e falta de cidadania (ABRAMOVAY, 2000, p. 5-8).

Quanto ao segundo ponto, Rua (2006, p. 85) destaca que o rural torna-se cada vez mais diferente do agrícola, isto é, existem outras atividades não agrícolas em que as pessoas do campo têm se ocupado. Por isso, não se deve mais relacionar o campo somente à agricultura, à pecuária e ao extrativismo. Ele deixa de ser apenas o lugar da produção. Portanto, novas atividades têm tomado espaço frente à oferta de mão de obra disponível no meio rural. Sobre esta questão, Hespanhol ressalta:

A deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles, em virtude do agravamento dos problemas de falta de saneamento básico, habitação, transporte público, atendimento médico-hospitalar etc., tem levado a uma revalorização do campo, não apenas como lugar de desenvolvimento das atividades agropecuárias, mas também como espaço para se viver e desenvolver outras atividades, emergindo novas ruralidades derivadas da presença de atividades não agrícolas, como o turismo, a prestação de serviços etc. (HESPANHOL, 2013, p. 2).

A respeito dessas novas atividades que têm sobressaído no campo, Rua (2006) aponta como uma característica da pluriatividade. Para ele, tem sido essencial na manutenção e reprodução da vida do homem no meio rural. Conforme suas palavras:

A pluriatividade marca uma nova relação com a terra. Define, ainda, uma estratégia de resistência para permitir à família nela permanecer. Graças a pluriatividade, as funções familiares, ultrapassam em muito aquelas abarcadas pela produção, permitindo alternativas à família para gerir um projeto coletivo de incorporação de gerações. Para nós a pluriatividade já se integra a uma série de “urbanidades no rural” (RUA, 2006, p. 86, destaque do autor).

Neste sentido, Wanderley (2003) corrobora as considerações de Rua (2006), ao afirmar que

Para alguns autores, a pluriatividade corresponde a um processo gradual, cujo desfecho é o abandono das atividades agrícolas – ou a perda relativa de sua importância para a reprodução das famílias – e a passagem, também gradual, do meio rural para o meio urbano. Do meu ponto de vista, tal desfecho não é inexorável e o processo pode ser entendido num sentido inverso: a pluriatividade seria, neste caso, uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família (WANDERLEY, 2003, p. 52).

Quanto à questão de não mais relacionar a atividade industrial exclusivamente à cidade, deve-se ao fato de assistir, hodiernamente, a expansão da indústria no meio rural. Ela não é mais uma ocupação exclusiva do espaço urbano, pois esta atividade também ocorre no campo e, por isso, parte dele encontra-se a seu serviço. Assim, torna-se impossível negar que a agroindústria é uma realidade no campo. Ela tem tomado uma dimensão tão grande que existem proprietários rurais produzindo exclusivamente para atender às suas necessidades e cumprir as exigências no que diz respeito à produção, preço e qualidade, trabalhando no sentido de atender às exigências da indústria. Isto tem criado não somente uma relação com o produtor rural, mas uma forte dependência, pois sua produção segue o ritmo que a agroindústria determina.

No entanto, para muitos teóricos, esse fenômeno não indica a inexorável e completa dominação do urbano sobre o rural, tampouco o fim desse espaço. Não é possível negar as transformações que a agroindústria tem provocado no campo, tanto no âmbito de Brasil quanto de mundo, mas também não se deve esquecer que os fatos sociais são dinâmicos e este dinamismo possibilita recriar ou refazer as práticas, não só do ponto de vista econômico, mas, ainda, do social, cultural e histórico. É por essa razão que Hespanhol pondera, quando afirma que

As mudanças que ocorreram no Brasil a partir dos processos de industrialização, urbanização e, mais recentemente, de reestruturação produtiva, engendraram múltiplas consequências sobre as relações campo-cidade, resultando em novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticos) e funcionalidades a esses recortes territoriais e seus conteúdos, ressignificando-os (HESPANHOL, 2013, p. 1).

Sabe-se que o processo de industrialização provocou metamorfoses significativas nas cidades, sobretudo nas metrópoles. Este fato instigou mudanças de hábitos, costumes e valores dos indivíduos e tem interferido diretamente na qualidade de vida das pessoas. Atualmente, vive-se um processo intenso de trabalho e um estresse exacerbado para que se tenham condições, mínimas, de vida digna no espaço urbano. A necessidade de consumo que o capitalismo desperta faz com que as pessoas vivam um eterno *frenesi* em busca de atender seus anseios. Ademais, esse processo provocou mudanças intensas nas relações sociais, pois o homem tem vivido em espaços onde o respeito, a tolerância, a justiça, a igualdade, a fraternidade e a solidariedade são valores que têm se perdido nas relações entre os indivíduos citadinos. A grande cidade é um lugar em que as pessoas vivem juntas e ao mesmo tempo separadas.

Mediante tal realidade, o campo tem se transformado em uma opção com melhor qualidade de vida. Então, ele passou a ser visto de maneira diferente e ganhou novas conotações. De pobre e atrasado passa a ser visto como saudável, confortável, tranquilo, seguro e aconchegante. As pessoas têm visualizado nele a possibilidade de viverem com mais dignidade, sem o medo e a estranheza que a cidade tem lhes provocado. As falas dos entrevistados 5, 9 e 10 comprovam este fenômeno:

A qualidade de vida aqui na roça é melhor que na cidade. Eu fico lá só para trabalhar, não abro mão de vim no final do dia pra minha casa. Aqui é tudo mais tranquilo, mais agradável e sossegado. Minha família está aqui. Meus filhos podem brincar sem preocupação, soltos por aí. Todo mundo passa os olhos neles! Já tentei morar na cidade, mas não deu não. Fui um tempo pra estudar e voltei. Meu lugar é aqui! (Depoimento oral, entrevistado 5, 2017)

Eu vim trabalhar aqui em Vitória da Conquista com 13 pra 14 anos e minha mãe teve que autorizar meu patrão a me trazer. Eu vim e acabei gostando. Moro aqui em Conquista e pago aluguel, acho que vale a pena. Optei por morar aqui porque é cansativo ir e vir todos os dias. Eu gosto muito de Conquista, mas não abro mão de ir todos os finais de semana pra São Sebastião. Durante a semana, Conquista-trabalho-violência-perigo-prisão. Final de semana, roça-descanso-liberdade-sossego-tranquilidade (Depoimento oral, entrevistado 9, 2017).

Não tenho vontade de ir morar na cidade porque aqui a gente está bem localizado, é perto de Conquista, eu vou lá vender os biscoitos todos os dias e volto. Gosto daqui por causa da tranquilidade e do espaço para a gente trabalhar e morar. Tem qualidade de vida e custo de vida mais baixo. Aqui é melhor! (Depoimento oral, entrevistado 10, 2017).

Além do mais, o campo tem oferecido atividades que, necessariamente, não estão ligadas às atividades agropecuárias, como: turismo, pesque-pague, hotéis-fazendas, turismo de aventura, agroindústria e pesqueiros. Em algumas regiões do Brasil, a zona rural tem oferecido equipamentos e infraestrutura que suprem as necessidades das pessoas, por exemplo: os meios de comunicação e de transporte. Tudo isto, sem dúvidas, tem sido um atrativo para o campo, representando uma alternativa de moradia. Nesse sentido, Hespanhol assim afirma:

A crescente deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras, por um lado, e a presença de novas atividades, funções, sujeitos e agentes sociais nos espaços rurais, por outro, tem levado a uma revalorização do campo, apreendido não apenas como o lugar de desenvolvimento das atividades

agropecuárias, mas também como espaço para se viver (HESPANOL, 2013, p. 1).

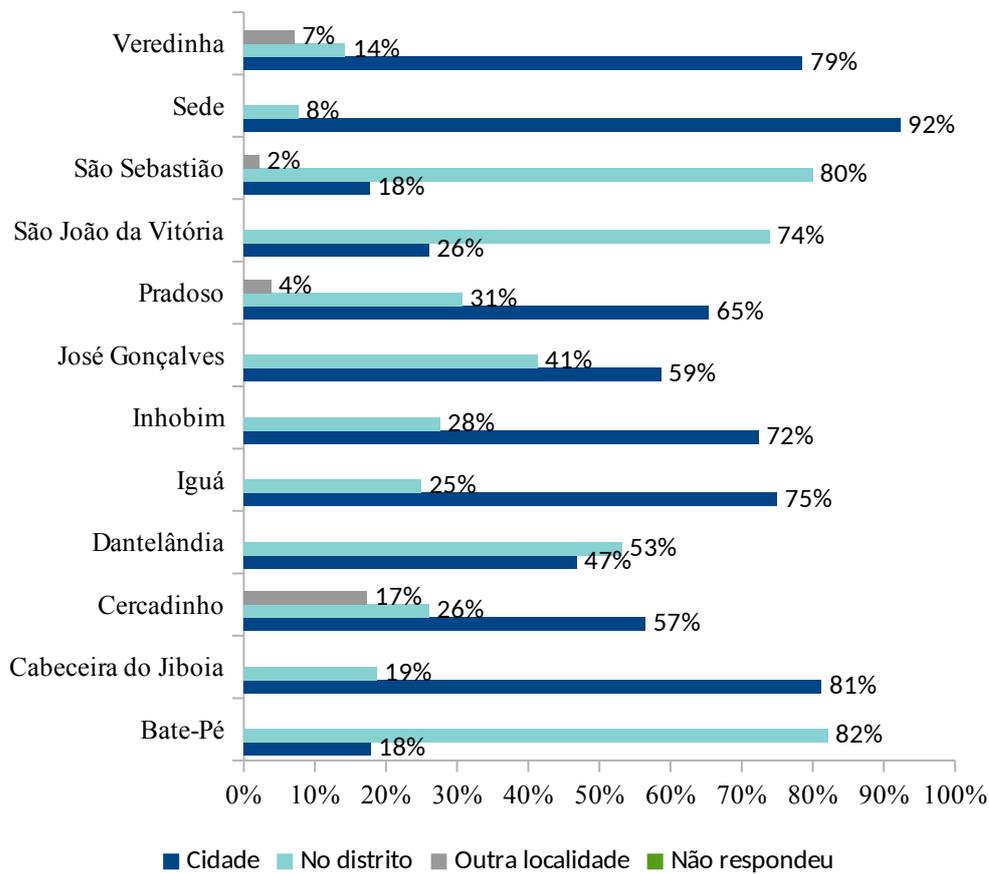
Alentejano (1997) faz uma crítica a essa corrente de pensamento. Para ele, os autores que a concebem persistem na seguinte ideia: o que move o rural e o torna um espaço dinâmico é o urbano e não a própria dinâmica do rural. Segundo o autor, embora os teóricos defendam que o rural tem sofrido transformações e tem sido influenciado pelo urbano, eles ainda resguardam suas especificidades. Os autores dessa corrente continuam no âmbito dos que não atribuem dinamismo próprio ao campo.

No caso do mundo rural de Vitória da Conquista, a pesquisa *in loco* possibilitou o entendimento de que ele realmente possui uma dinamicidade limitada. Principalmente quando se trata dos serviços que estão ligados a bancos, correios, lotéricas, cartórios, feira livre, dentre outros. No que diz respeito a estas atividades, por exemplo, as pessoas que moram nos distritos de Vitória da Conquista não têm outra saída a não ser irem realizá-las na cidade. De fato, a pesquisa identificou um forte grau de dependência do campo com a cidade, porém isso não significa que há uma homogeneização do espaço, pois se observa que a zona rural, desse município, tem conservado as suas características.

De acordo com Alentejano (1997), restam duas direções para essa discussão: aceitar a ideia de que o rural foi ou está sendo sepultado pela expansão do urbano ou considerar que o rural e o urbano são categorias inúteis para a análise do espaço. Ele apresenta uma terceira opção que é a de considerar que ainda há lugar para o rural como elemento de descrição e explicação da realidade, mas seu significado atual mudou. Para o autor, apesar de todas as transformações, o rural não deixou, nem deixará de existir, apenas está tendo seu significado alterado (ALENTEJANO, 1997).

Diante do exposto, fica evidente que o campo e a cidade do município conquistense têm vivido um processo intenso de articulação, possibilitada por vários elementos. Apesar de a pesquisa indicar que o principal deles é o trabalho, não é se pode esquecer o papel fundamental que as atividades comerciais exercem nesse processo, pois 56,16% da população rural declarou que faz feira semanal na cidade de Vitória da Conquista e apenas 42% no próprio distrito, como é apresentado no Gráfico 1, que se segue.

GRÁFICO 1 - Lugares onde os moradores da zona rural de Vitória da Conquista fazem feira semanal, 2014 a 2017



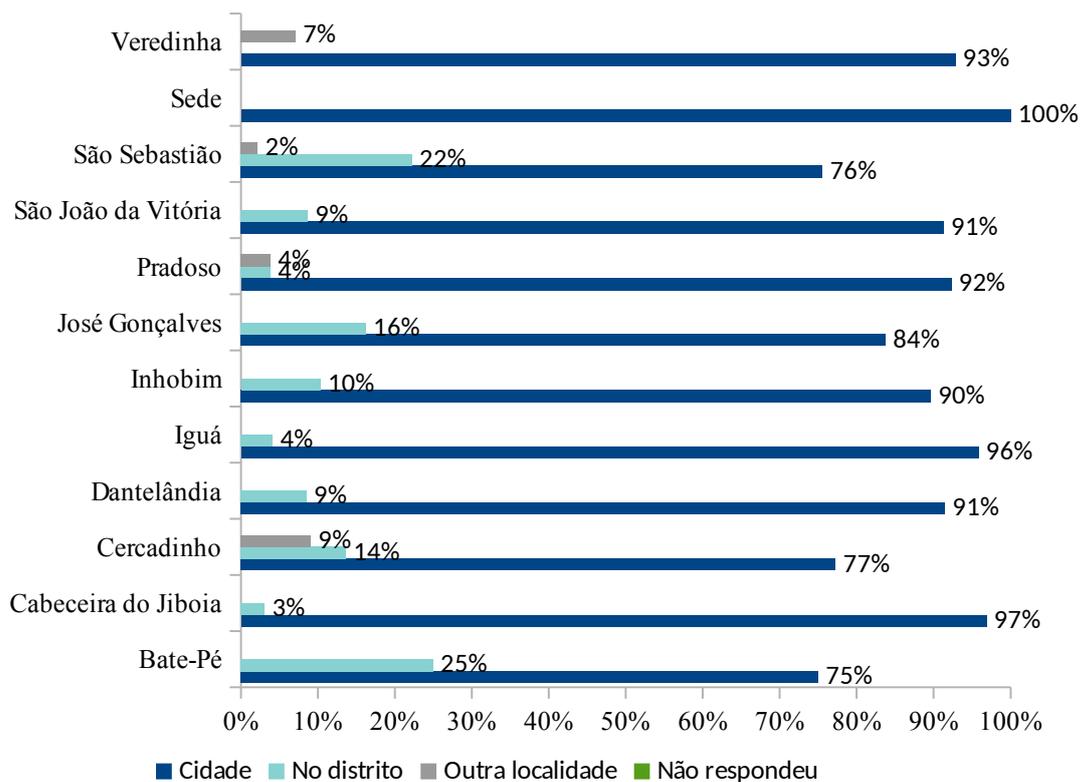
Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Conforme os dados da pesquisa, demonstrados no Gráfico 1, 92,31% das pessoas dos povoados, da sede municipal, fazem feira na cidade de Vitória da Conquista. No distrito de Cabeceira do Jiboia foi declarado que 81,25% de seus moradores necessitam sair para fazer compras de mercado nesta cidade. Veredinha, por sua vez, indicou 78,57% de sua população que, também, precisa se deslocar para a sede do seu município com o intuito de fazer feira. Ademais, do restante total, cinco distritos revelam que mais de 50% de sua população migram por conta dessa necessidade. Os lugares nos quais o maior número de pessoas indicou que fazem feira em seu próprio distrito foram Bate-Pé com 82,14%, São Sebastião com 80% e São João da Vitória com 73,91%.

O grau de dependência do campo em relação à cidade, no que tange às atividades econômicas, também se revela de forma acentuada, quando 87,84% das pessoas entrevistadas nos distritos responderam que adquirem suas vestimentas em Vitória da Conquista e somente 10,92% admitiram comprar roupas no próprio distrito (Gráfico 2). 100% das pessoas

entrevistadas, nos povoados da sede municipal, declararam a dependência que possuem, da cidade, nesse setor. O distrito de Cabeceira do Jiboia revelou um quantitativo de 96,88% de indivíduos que adquirem vestuário na cidade; e o Iguá apontou para um montante de 95,83% da população que compra suas vestes em Vitória da Conquista. O setor de confecções na zona rural conquistense mostra-se precário com os resultados obtidos na pesquisa do trabalho de campo, indicados no gráfico 2.

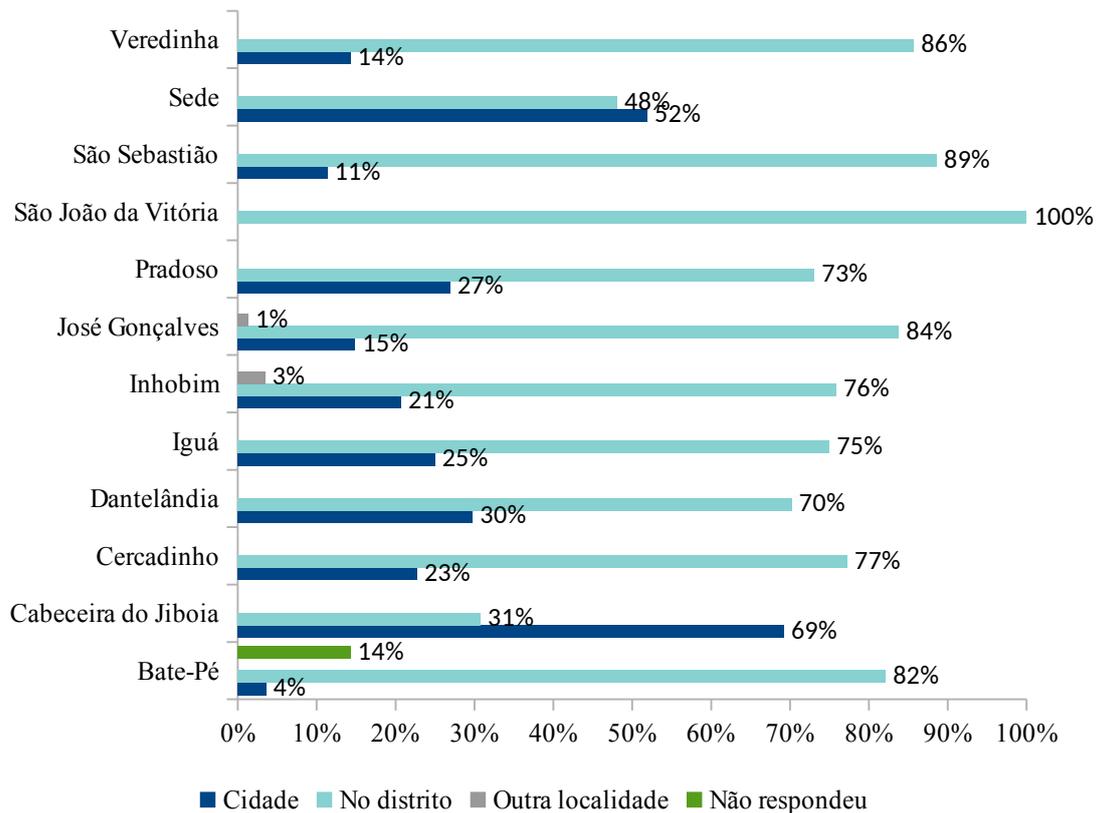
GRÁFICO 2 – Lugares onde os moradores da zona rural de Vitória da Conquista compram roupas, 2014 a 2017



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Para comprovar, ainda mais, o grau da relação do campo com a cidade no município em foco, por meio do comércio, foi analisado sobre o lugar onde as pessoas realizam compras do dia a dia, (Gráfico 3). Desse modo, foi perguntado onde os indivíduos da zona rural adquirem algum produto que, porventura, possa faltar em sua casa.

GRÁFICO 3 - Lugar onde os moradores da zona rural de Vitória da Conquista compram produtos do dia a dia, 2014 a 2017



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

No cômputo geral, 73,59% dos entrevistados responderam que resolvem o problema da falta de algum produto em suas casas na própria sede do distrito e 24,94% em Vitória da Conquista. 100% dos que foram questionados em São João da Vitória disseram que compram lá mesmo, na vila. Em São Sebastião, 88,64% declararam que tratam da questão de compras do dia a dia no próprio distrito. Bate-Pé e Cercadinho são os lugares mais distantes da sede municipal; neles, a pesquisa indicou que as pessoas resolvem as compras cotidianas na própria sede distrital, pois Bate-Pé apresenta um percentual de 82,14% e Cercadinho 77,27%. Este fato se deve em razão não só da distância, mas também da dificuldade de acesso a esses lugares, porque as estradas não são pavimentadas. Os que revelaram uma porcentagem maior em relação às compras diárias, em Vitória da Conquista, são exatamente os mais próximos e com estradas asfaltadas. Cabeceira do Jiboia com 68,23%, os povoados da sede municipal apresentaram um resultado de 51,92% e Dantelândia demonstrou um total de 29,79% de pessoas que adquirem as coisas do dia a dia na sede do município.

Estes resultados são reflexos da estrutura comercial precária existente na zona rural e da maior acessibilidade dos meios de transporte e comunicação. Isso permite perpetuar o grau de dependência do campo com a cidade em relação a esse aspecto. Apesar de toda essa relação existente entre zona rural e a urbana, não se pode ignorar que esses espaços continuam apresentando características que lhes são próprias, específicas e particulares. A realidade vivenciada durante a pesquisa revela que a relação campo-cidade tem adquirido uma dimensão cada vez maior; dessa forma, torna-se impossível analisar esses espaços como polos isolados e desarticulados. O fato de eles estarem imbricados e incorporarem aspectos socioeconômicos e culturais um do outro não significa que vão se tornar um espaço homogêneo, pois até podem adquirir algumas características de ambos, mas resguardam as peculiaridades que sustentam as suas diferenças.

3.4 As atividades não agrícolas no campo: uma articulação entre o campo e a cidade

Um dos elementos que viabilizará o entendimento acerca de como o campo se relaciona e interage com a cidade é a pluriatividade, pois as atividades agrícolas têm sido, cada vez menos, alvo dos trabalhadores rurais no Brasil, ao passo que as não agrícolas têm tomado espaço no mundo do trabalho camponês. O trabalhador rural tem encontrado em atividades não relacionadas ao campo a saída para sanar dificuldades que dizem respeito à sua manutenção em seu lugar, no meio rural, como: lazer, turismo, comércio e alguns afazeres que são típicos do mundo urbano. Mas, antes de entrar no mérito desta questão, é necessário fazer um resgate conceitual do que se chama de pluriatividade.

O processo da pluriatividade tem sentido amplo e complexo, porque envolve concepções de diversos teóricos que se utilizam de vários ramos da ciência para subsidiá-los. Um dos principais estudiosos sobre este tema é Schneider. A concepção dele revela que

A pluriatividade no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção) que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (SCHNEIDER, 2009, p. 3).

Schneider (2009) configura a pluriatividade como “dupla ocupação” de membros de famílias rurais que buscam algum tipo de trabalho ou renda, geralmente em tempo-parcial, fora de suas propriedades. Em sua contextualização histórica sobre esse processo, ele define três fases: a primeira, refere-se a década de 1980, em que foram realizados estudos sobre “colonos-operários”. A segunda, incorpora as noções de *part-time e multiple-job holding* para abordar o crescente número de agricultores que dedicam parte do seu tempo a atividades não agrícolas (SCHNEIDER, 2009).

A terceira etapa configura-se no final da década de 1990 até os dias atuais. Assim, a pluriatividade passa a ser vista, segundo a ótica de Fuller (1990), como um elemento de diversificação que pode funcionar como uma estratégia, modificando-se de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrícola. Diante dessa realidade, teóricos passam a analisar a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no setor da agricultura familiar e os respectivos impactos sobre a economia local.

No que diz respeito à segunda fase, vale retornar a ela para entender os conceitos que têm sido estudados. Schneider (2009), por exemplo, difunde a pluriatividade com o *part-time*. Sobre este fato, Graziano posiciona-se da seguinte forma:

No mundo rural dos países desenvolvidos esse novo paradigma “pós-industrial” tem um ator social já consolidado: o **part-time farmer** que podemos traduzir por agricultores em tempo parcial. A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais (GRAZIANO, 1997, p. 4, destaques do autor).

Ainda de acordo com Graziano (1997), o *part-time* não é um tipo de especialização do fazendeiro. Ele é apenas um trabalhador autônomo que incorpora diversos tipos de ocupações, assalariadas ou não, agrícolas ou não. Nesse sentido, ele propõe que a pluriatividade é a combinação de todos esses elementos. Esta é, sobretudo, uma característica relativamente nova nos países subdesenvolvidos.

Graziano (1997) expõe que a generalização da atividade agropecuária em tempo parcial, nos países desenvolvidos, ocorre em função de dois elementos: da redução do tempo de trabalho que os produtores familiares necessitam e do fato de as pessoas trabalharem por conta própria. Ele analisa que isto se deve ao crescimento da mecanização das atividades agrícolas e da automação nas atividades criatórias, aliados aos programas de redução das

áreas cultivadas e extensão da produção agropecuária. Em função dessas mudanças, ele aponta duas grandes transformações que ocorreram nas atividades agropecuárias do mundo desenvolvido:

- As unidades familiares se individualizaram no que diz respeito à gestão produtiva, liberando os membros da família para buscarem fora outras atividades;
- Os membros da família que já trabalhavam individualmente ou por conta própria reduziram o tempo dedicado às atividades agropecuárias em busca de outras atividades rurais ou urbanas que lhes assegurassem maior nível de renda (GRAZIANO, 1997, p. 6).

Mingione e Pugliese (1987) complementam a concepção de Graziano, ao sinalizarem que a pluriatividade também se processa quando o mesmo trabalhador atua em dois papéis: o de empregado e aquele que trabalha por conta própria. O melhor exemplo que pode ser citado é o de um dono de trator que aluga a máquina e vende sua força de trabalho, recebendo um salário em função de horas trabalhadas neste equipamento. Conforme Mingione e Pugliese,

Atualmente, nota-se cada vez mais que uma pessoa conjuga vários papéis, que há uma pluri-atividade [*sic*]. Já afirmamos que atividade agrícola a tempo parcial é um testemunho empírico dessa inversão de tendências, que tem sido sempre considerado como algo que tem a ver com atividade por conta própria de operário e agricultores. Evidentemente que a pluri-atividade [*sic*] não é nem exclusiva nem predominante nos agricultores por conta própria: está igualmente generalizada entre os trabalhadores agrícolas (MINGIONE; PUGLIESE, 1987, p. 96).

Um novo debate surge em decorrência da pluriatividade, pois, em parte, atribuem-se a ela as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho campo-cidade. Nesse processo, afloram discussões de temas, tais como: a relação rural-urbano, a dinâmica demográfica do campo e da cidade, identidade social e representações simbólicas sobre esses espaços, dentre outros. Mas, segundo Schneider (2009), o impulso decisivo ao estudo da pluriatividade ocorreu à medida que se ampliaram as pesquisas sobre as mudanças no mercado de trabalho rural, no Brasil. Todavia, foram as investigações realizadas e coordenadas por Graziano da Silva, por meio do Projeto Rurbano, que impulsionaram as análises da produção e organização do espaço e também das mudanças ocupacionais no meio rural.

Os estudos acerca do Rurbano suscitaram nos teóricos a necessidade de reavaliar as concepções e os conceitos, até então, elaborados sobre aspectos socioeconômicos que perpassam o espaço rural. Para Schneider (2009), a zona rural passou a ser vista para além da produção agrícola. Por isso, conclui-se que houve um aumento significativo de atividades não agrícolas n

o campo brasileiro e uma conseqüente redução do número de pessoas que trabalham em atividades relacionadas à agricultura.

Schneider alerta para a necessidade de esclarecer as diferenças entre a dinâmica das ocupações não agrícola e pluriatividade das famílias. Para ele,

Mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinações das atividades agrícolas com as não-agrícolas [*sic*] em um determinado contexto social e econômico, sustenta-se que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos indivíduos que os compõem (SCHNEIDER, 2009, p. 2).

A pluriatividade está relacionada a estratégias sociais e produtivas. É da interação de atividades agrícolas, para-agrícolas e não agrícolas que nasce esse fenômeno. Schneider (2009) expressa que a atividade agrícola compreende uma miríade diversificada e complexa de tarefas, procedimentos e operações e que, em função disso, torna-se difícil e muito relativo definir onde a pluriatividade começa e onde termina. Para ele, devido à complexidade do fenômeno, sempre haverá algum grau de arbitrariedade em sua definição (SCHNEIDER, 2009).

Schneider e Conterato (2006) apontam elementos exógenos à unidade familiar, que são os determinantes para definir a pluriatividade, como: o mercado de trabalho, a infraestrutura disponível, grau de escolaridade dos membros da família, a superfície da terra disponível para a produção, o número de membros da família, a diferenciação etária e o acesso à renda.

Ademais, a pluriatividade tanto pode ser individual quanto coletiva. Isto quer dizer que, se apenas um indivíduo em uma família pratica outras atividades além da agricultura, ela é caracterizada como pluriativa. Porém, Schneider (2009) alerta que a definição de pluriatividade e não está ligada à renda e, tampouco, é o fato de o indivíduo possuir diferentes tipos de renda, além da agrícola, que o torna pluriativo. Nesse caso, é importante lembrar que não são contadas a renda das aposentadorias e remessas de dinheiro por parentes e/ou outros. Nesse sentido, a pluriatividade só é configurada como tal por meio da combinação de atividades não agrícolas com a agricultura.

Outro ponto que o autor enfoca: a pluriatividade também não pode ser definida por meio da quantidade de tempo que o trabalhador gasta, seja parcial ou integral. Isso não define se a família é ou não pluriativa. Assim, Schneider afirma que

Embora a combinação de atividades produtivas seja uma característica histórica e recorrente ao meio rural, sobretudo entre camponeses, pode-se dizer que a pluriatividade distingue-se destas formas de trabalhos complementares por ter deixado de ser um recurso ocasional e temporário, tornando-se uma estratégia planejada e permanente de inserção dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2009, p. 6).

A pluriatividade deve ser tratada como uma estratégia de reprodução social, tanto familiar quanto individual. É importante reconhecer que ela pode contribuir para a solução de dificuldades e restrições que afetam as famílias do campo, tais como: geração de emprego, acesso à renda e sua estabilização, e oferta de oportunidades para jovens, dentre outros, que simbolizam a fixação do homem no campo. Schneider (2009) sintetiza que a pluriatividade se trata de um processo estável e diversificado.

Não se deve afirmar que só existe um tipo de pluriatividade, pois são vários os fatores que promovem o surgimento dela no espaço rural. Então, Schneider (2009) propõe uma tipologia para esse processo. Em face de condicionantes internos e no contexto em que se desenvolve, ele apresenta uma proposta de quatro tipos de pluriatividade: tradicional ou camponesa, intersectorial, de base agrária e para-agrícola.

A pluriatividade é estimulada e influenciada por fatores diversificados. Schneider (2009) cita os elementos que ele considera de maior importância, ou seja:

- A modernização técnico-produtiva da agricultura;
- Os processos de terceirização;
- Crescimento da prestação de serviços no meio rural;
- A queda crescente e continuada das rendas agrícolas;
- As mudanças no mercado de trabalho;
- As políticas de desenvolvimento rural, que estimulam as atividades não agrícolas, tais como: o turismo, as pequenas e médias indústrias, a preservação ambiental.

Saco dos Anjos (2003) complementa a ideia de Schneider, explicitando que a pluriatividade é um fenômeno que tem despontado no meio rural, porque as atividades tipicamente agrícolas não têm suprido a oferta de mão de obra existente no campo. Dessa maneira, resta como alternativa para os trabalhadores os afazeres que antes eram vistos apenas como tarefas urbanas. Isto tem sido uma estratégia de fixação do homem no campo, pois eles vêm para a cidade em busca de trabalho, para incrementar a renda familiar, mas não abrem

mão de sua moradia no meio rural. Assim sendo, Saco dos Anjos (2003) faz a seguinte afirmação:

A pluriatividade, ou a emergência de atividades não-agrícolas [*sic*] no meio rural, é um fenômeno onde as famílias de agricultores tradicionalmente ocupadas com atividades estritamente agrícolas passam a desenvolver outras atividades como estratégia de complementação de renda. Essa complementação pode vir através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços, ou de iniciativas internas a propriedade como o turismo rural, o artesanato, diversificação na produção e pequenos beneficiamentos de seus produtos (SACO DOS ANJOS, 2003, p. 20).

Marafon (2006) nos alerta que a pluriatividade não é um fenômeno novo, pois os agricultores familiares sempre realizaram atividades não agrícolas para complementar a renda. Nesse sentido, para ele:

Tal fenômeno não deve ser encarado como uma situação nova, mas uma característica histórica importante de agricultores familiares, que sempre, no intuito de incrementar sua renda, desenvolveram atividades não-agrícolas [*sic*] ou para-agrícolas (beneficiamento de alimentos e bebidas). Essas estratégias representam, portanto, características intrínsecas dos agricultores familiares (MARAFON, 2006, p. 3).

Um fato importante é a qualificação da mão de obra das pessoas que praticam a pluriatividade, pois as tarefas ocupadas por elas, geralmente, não requerem uma especialização, isto é, um nível de escolaridade compatível ao do homem do campo. Lopes chama atenção para essa realidade, quando informa que

As ocupações não-agrícolas [*sic*] tendem a se concentrar em profissões que exigem pouca qualificação, entre as quais se sobressaem: os serviços domésticos, pedreiro, ajudante de pedreiro, serventes, pintores. Recentemente, tem-se constatado o engajamento de pessoas residentes na zona rural em ocupações vinculadas ao setor industrial, principalmente calçadista e têxtil (LOPES, 2005, p. 7).

Nesse sentido, Martinez (2010) corrobora Lopes (2005), ao expor o seguinte pensamento:

Cabe resaltar que en este trabaxo, las actividades no agrícolas, hacen referencia a todo el conjunto de actividades no agrícolas, que son realizadas bajo el régimen de autoempleo o como asalariado, sin contar aquellas actividades agrícolas asalariadas. Entre ellas podemos encontrar: el servicio doméstico, la venta ambulante, el empleo en el sector turístico (hoteles, administración de cabañas, excursiones) o en el sector comercial, hay que tener presente que existe una amplia variedad de actividades incluidas en esta categoría (no agrícola) y que el grado de heterogeneidad guarda estrecha

relación con el ámbito y el entorno en el cual se localice la población a la cual se haga referencia² (MARTINEZ, 2010, p. 4).

Lopes (2005) aponta algumas características que são bastante peculiares, sobre a forma como os pluriativos se organizam. Normalmente, os responsáveis pelas famílias, aliados aos filhos mais velhos, trabalham, integralmente, nas atividades agrícolas, enquanto as tarefas domésticas e econômicas são designadas às esposas e filhas.

No período de safra, em que não se requer maior necessidade de mão de obra, as mulheres dividem o tempo e acabam auxiliando, também, nas atividades agrícolas. Isto demonstra que, apesar de os trabalhadores saírem para realizar atividades fora de sua terra, eles não perdem o vínculo com ela, não abandonam suas propriedades e, tampouco, deixam de trabalhar nelas – o que permite compreender a defesa de muitos autores sobre a pluriatividade ser a interação de atividades agrícolas com as não agrícolas.

Atualmente, assiste-se a tendência da chegada de novos serviços no campo por meio da indústria, que tem se “ruralizado”. Isto é um indicativo de atividades industriais, que eram exclusivas da cidade e tem surgido no campo. Este fato reforça o que alguns autores denominam urbanidades no rural. Segundo Rua (2006), há um movimento de expansão física e “ideológica” dos padrões urbanos, característico do que alguns chamam de “novo rural”, se distanciando, cada vez mais, do predominantemente agrícola.

Para Rua (2006), a pluriatividade já se integra a uma série de urbanidades no rural. Segundo este autor, ela possibilita que as famílias extrapolem as atividades abarcadas apenas pela produção e as permitam conceber novos projetos. Esse teórico aponta dez características da pluriatividade:

- Faz desaparecer o tradicional corte rural/urbano;
- Mescla atividades não-agrícolas [*sic*] (a maioria de “caráter” urbano) e agrícolas no espaço rural;
- Diminui o tempo necessário para o trabalho agrícola (mecanização etc.), que podem levar o agricultor à dedicação parcial à agricultura, podendo incorporar outras fontes de renda ao orçamento familiar;
- Promove políticas de redução das áreas cultivadas, onde tecnologias são incorporadas – área menor com mais produtividade;
- Promove novas atividades no campo, antes exclusivas da cidade;
- Realiza a difusão de trabalho industrial no campo (trabalho a domicílio);
- Torna a unidade familiar cada vez mais distinta da unidade de produção;

² Note-se que, neste trabalho, as atividades não agrícolas se referem a todo o conjunto de atividades não agrícolas, que são realizadas sob o regime de trabalho autônomo ou assalariado, sem contar as atividades agrícolas assalariadas. Entre eles podemos encontrar: serviço doméstico, venda ambulante, emprego no setor de turismo (hotéis, gestão de cabines, excursões) ou no setor comercial, devemos ter em mente que há uma grande variedade de atividades incluídas nesta categoria (não agrícola) e que o grau de heterogeneidade está intimamente relacionado ao âmbito e ambiente em que se localiza a população referida (Tradução nossa).

- Proporciona o trabalho fora da unidade produtiva, quando membros da família dedicam-se à prestação de serviços (tratorista, turmeiro, frentista, comerciário, bancário, veterinário, piloto agrícola etc.);
- Estabelece uma estratégia de não-fragmentação [*sic*] da terra (RUA, 2006, p. 86).

Há uma corrente de pensadores que “demonizam” a pluriatividade, porque acreditam que o trabalhador, quando sai de sua unidade produtiva, passa a ser assalariado e está se proletarizando. RUA (2006) destaca que é o contrário; ele afirma que é exatamente fugindo da proletarização que a família, ou parte dela, busca trabalho fora.

Wanderley (2003) concebe a pluriatividade como uma estratégia da família, com a finalidade de assegurar a reprodução, desde a sua permanência no campo, como ponto de referência central, até a convergência de todos os seus membros. A concepção da autora permite entender que a pluriatividade, entre tantas funções, possui também a de fixação do homem no campo e de permanências de aspectos socioeconômicos que lhes são próprios. Outrossim, a pluriatividade também possibilita que os membros da família estejam juntos, porque possuem a alternativa de trabalho em sua unidade familiar ou próximo dela.

Reis (2006) relata que o fenômeno da pluriatividade extrapola a escala local. Ela é bastante consolidada nos países desenvolvidos e, embora não tenha a mesma magnitude deles, tem tomado força nos países de economia capitalista subdesenvolvida. Aqui, no Brasil, a pluriatividade tem sido uma solução para amenizar o desemprego e fornecer o incremento de renda para as pessoas que vivem no campo. Vale lembrar que o desemprego e o subemprego no campo foram episódios que instigaram o êxodo rural brasileiro. Nesse contexto, Reis assim afirma:

O fato é que a pluriatividade no Brasil aparece como importante alternativa de emprego e renda no campo, uma vez que o desemprego e o subemprego nas atividades agrícolas consistia, há algumas décadas, em um fator decisivo na manutenção das altas taxas de êxodo rural. É importante destacar que as mudanças verificadas nas últimas décadas conferiram às áreas rurais a capacidade de reter e atrair trabalhadores, isto é, de uma forma geral, já não se sobressaem os fatores de repulsão populacional nas áreas rurais com maior diversificação econômica (REIS, 2006, p. 7).

Em resumo, Graziano (1997) propõe que a pluriatividade pode se configurar de duas formas básicas:

- Através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.);
- Através da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o “management” das atividades agropecuárias (GRAZIANO, 1997, p. 5, destaque do autor).

Graziano (1997), então, assim argumenta: é devido a essa combinação de atividade do setor terciário com atividades agropecuárias que as pessoas das cidades passaram a ver o campo como uma excelente oportunidade para realização de negócios. Muitos profissionais liberais têm associado seus afazeres na cidade com os negócios no campo, atraídos, é claro, pelas facilidades dos novos serviços que têm chegado ao meio rural.

Para resumir, Graziano (1997) afirma que das principais atividades não agrícolas de importância crescente no meio rural brasileiro destacam-se três: as relacionadas às agroindústrias, as referentes ao crescimento da urbanização do meio rural (moradia, turismo e outros serviços) e à proliferação dos sítios de recreio ou as conhecidas chácaras.

Sendo assim, entende-se que a pluriatividade não se limita apenas ao movimento de pessoas do campo que saem para trabalhar em atividades não agrícolas, mas há também aqueles que realizam a combinação de suas atividades na cidade com as agropecuárias. Para melhor entendimento, ela viabiliza os dois movimentos: o do homem do campo que sai para trabalhar em ocupações tipicamente urbanas e o do homem da cidade que busca também alternativas de incremento da renda em atividades rurais. Nesse sentido, pode-se entender que a pluriatividade não só possibilita a relação campo-cidade, mas também cidade-campo.

Vale ressaltar que a pesquisa de campo mostrou a realidade das pessoas que são pluriativas, em diversas entrevistas realizadas. Pode-se constatar este fato, por exemplo, na fala do entrevistado 11, que afirma a necessidade de sair para trabalhar fora e manter-se em seu local de moradia no campo, com qualidade de vida.

Eu trabalho aqui na horta, mas trabalho também como pedreiro. O que me sustenta mesmo é o trabalho da cidade. Eu vou trabalhar na cidade para me manter aqui na zona rural. Minha esposa também trabalha na cidade como empregada doméstica e minha irmã tá lá, trabalhando num negócio que uma prima nossa tem lá. Elas vão e volta todos os dia. O custo de vida aqui é mais barato: água, energia e tudo é mais barato. Para quem ganha salário mínimo, a cidade não dá para viver bem (Depoimento oral, entrevistado 11, 2017).

Enquanto os mais novo sai para trabalhar fora, para ajudar no sustento da família, os mais velho fica na lida aqui na roça, na horta. A renda aqui é pouca, não dá pra todo mundo. Então uns tem que sair. Eu não vou morar na cidade porque nasci e criei aqui. Se eu for para a cidade eu adoço. O ar aqui na roça é outro, a tranquilidade é outra! Mesmo que já chegou a droga, na cidade é pior! (Depoimento oral, entrevistado 11, 2017).

A realidade apresentada em grande parte da zona rural de Vitória da Conquista, que foi alvo das investigações realizadas por meio de entrevistas e coleta de dados com aplicação de questionários, mostra que, de fato, muitas pessoas necessitam migrar para a cidade em busca

de trabalho. Então, isto confirma a tese de que muitos trabalhadores da zona rural, deste município, utilizam a pluriatividade como mecanismo de reprodução social e fixação no campo.

3.5 Ruralidades e urbanidades: transformações e permanências

Não é viável fazer análises das vertentes que investigam o espaço urbano e o rural, sem compreender os aspectos que perpassam as ruralidades e urbanidades, pois elas são fenômenos que auxiliam o entendimento de como se dão as relações entre o campo e a cidade. As urbanidades e ruralidades encontram-se em duas formas: físicas ou ideológicas. As ruralidades podem se manifestar desde o cultivo de uma horta no meio urbano até um estilo musical *country* na cidade. Por outro lado, as urbanidades revelam-se por meio de um tipo de vestimenta típica da cidade e a instalação de uma indústria no campo, dentre outros aspectos. Segundo Rua (2003), pode-se identificar diversas manifestações desses fenômenos, sem necessariamente obter um campo urbanizado fisicamente.

Carlos (2003) informa que o rural e o urbano fazem parte de algo único, contínuo e interdependente: “o espaço geográfico”. Em decorrência das dificuldades ideológicas para se chegar a um consenso acerca do que é rural e do que é urbano, alguns autores têm optado por analisar esses dois espaços pelo prisma das ruralidades e urbanidades.

Nesse sentido, surge a necessidade de delimitar o que pertence a cada campo. É evidente que os objetos, as ações, as características materiais e imateriais fazem parte tanto da realidade rural quanto da urbana. Portanto, concebe-se que o espaço rural e o urbano estão interligados e, evidentemente, as ruralidades e urbanidades se inter-relacionam, o que permite entender que não se pode analisá-las de forma estanque. Dessa maneira, é correto afirmar: o urbano se insere no rural e o rural, por sua vez, adentra no urbano. É necessário entender que ruralidade não é a oposição de urbanidade.

Wanderley (2002) discorre sobre a emergência de uma nova ruralidade, com base em algumas realidades de países europeus. Ela cita como exemplo: a agricultura, a silvicultura, a aquicultura, a pesca, além de atividades econômicas, como: artesanatos, serviços, indústrias e ainda espaços de lazer, reservas naturais e moradia. Em todas estas atividades estão implícitas questões ideológicas e materiais que podem, ou não, interferir no modo de vida das pessoas que moram no campo e na cidade.

Todos os elementos que Wanderley (2002) aponta como meios de ruralidades podem proporcionar e viabilizar a incorporação de novos hábitos, costumes, valores e técnicas. As

ruralidades e urbanidades são processos dinâmicos, porque elas não apenas sofrem, mas também provocam transformações sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, Carneiro reafirma:

A ruralidade é um processo dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local, com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, decorrentes de novas relações cidade/campo. A ruralidade não é mais definida com base na oposição à urbanidade. Pelo contrário, a revalorização da natureza cria uma urbanidade contemporânea que revaloriza a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis (CARNEIRO, 1997, p. 15).

Portanto, existem ruralidades que são próprias da população rural, pois são produzidas pelas pessoas que moram no campo, e existem as que são adquiridas. Estas ruralidades vão passando por transformações quando entram em contato com as técnicas e com o urbano, devido ao seu caráter de dinamicidade. As ruralidades também são encontradas na cidade, uma vez que elas não são exclusivas do campo. Segundo Candiotto e Corrêa (2008), a população urbana também apresenta ruralidades, por meio de pessoas que são atraídas por aspectos que se constituem do rural.

Candiotto e Corrêa (2008) apresentam um “novo personagem” no processo de formação das urbanidades e ruralidades: a mídia. Elas afirmam: as ruralidades são idealizadas pela mídia e por pessoas que veem o rural como uma mercadoria, porque vendem a ideia de campo como natureza e como um espaço de vida mais saudável. Candiotto e Corrêa (2008) afirmam que da mesma forma ocorre com as urbanidades do mundo rural, pois a mídia também exerce forte influência na incorporação de valores urbanos pela população do campo, seja por meio da TV (novelas, telejornais e outros), da Internet ou do *marketing*.

Diante do exposto, nota-se que existe uma simbiose entre as ruralidades e urbanidades, pois elas se relacionam e realizam trocas de elementos que as permeiam. Têm-se, então, aspectos do urbano no rural e características do rural no urbano. Isto quer dizer que a população urbana exerce influência sobre a rural e também sofre interferências do campo, de acordo com os laços que ligam os dois espaços. Sobre as ruralidades, por exemplo, Marques ressalta:

As possibilidades de desenvolvimento de qualquer comunidade rural dependem dos laços que ela mantém com centros urbanos, particularmente com as cidades de sua própria região. É preciso, portanto, além do consumo simbólico e material do campo por parte dos habitantes das cidades, ater-se a outras relações econômicas e políticas estabelecidas entre o rural e o urbano (MARQUES, 2012, p. 103).

No que diz respeito a conceitos acerca das urbanidades, Rua (2002) afirma o seguinte: tanto a urbanização física quanto a ideológica, no campo, levam ao estabelecimento de urbanidades no espaço rural. Ele deixa claro que não se pode entender as ruralidades somente por meio da penetração do mundo urbano-industrial e físico, mas, também, pelas ideologias das pessoas do campo. Assim, Rua elabora o seu conceito de urbanidades, isto é:

As “urbanidades do rural” seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos. O conceito de urbanização rural dificulta a compreensão dos processos em curso, enquanto a idéia [*sic*] de “novas ruralidades” parece enfatizar a força do rural diante do urbano, que comanda o processo de reestruturação espacial (RUA, 2002, p. 34, destaques do autor).

Segundo Rua (2002), as urbanidades são constituídas por uma enorme gama de manifestações, desde a melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação e transporte até a aposentadoria e novas formas de lazer. Para ele, a expansão das urbanidades ocorre por meio das atividades não agrícolas (pluriatividade) que estão presentes na vida do homem do campo, em forma de turismo e passeios ecológicos e, até mesmo, dos movimentos organizados para reivindicações dos habitantes rurais (RUA, 2002).

Nota-se que a concepção de Rua acerca das ruralidades e urbanidades transborda as questões ideológicas e não se limita à dimensão da identidade, pois ele aponta como fatores determinantes de urbanidades: objetos (parabólica, TV a cabo, Internet, telefonia celular), atividades agrícolas e não agrícolas que podem provocar transformações acerca de concepções e comportamentos dos indivíduos e dos grupos, tanto rurais quanto urbanos.

Conforme Candiotto e Corrêa (2008), os afazeres agropecuários, a ligação à terra, o apego à fauna e flora, a maneira de viver no campo, o orgulho por ser homem rural, o jeito de falar, dentre outros fatores, correspondem às ruralidades. No que diz respeito às ruralidades dos urbanos, seriam aspectos que a população urbana percebe como próprios do rural. Estas podem se originar em vivências passadas das pessoas da cidade no espaço rural, ou na atual valorização e idealização do rural pela mídia e por outros atores urbanos. O estilo *country*, a busca de lazer, os rodeios, a música “sertaneja” e diversão no meio rural (cavalgadas, hotéis-fazenda, esportes radicais) são condutores de ruralidades aos urbanos, apesar de serem aspectos promovidos e organizados por pessoas das cidades. Neste sentido, para Candiotto e Corrêa:

De forma geral, as ruralidades dos urbanos estariam ligadas à utilização do rural como mercadoria, manifestadas na busca idealizada de um rural/natureza, bucólico e tranquilo, onde a vida é mais devagar, mais

saudável e sem *stress*. Diversos indivíduos possuem, contudo, algum laço familiar com o rural, que também leva à existência de ruralidades. Por outro lado, os urbanos valorizam o rural como paisagem, e buscam um rural sem os inconvenientes tradicionais do campo (mau cheiro, insetos, sujeira, animais peçonhentos, trabalho pesado), e com o máximo de conforto das cidades (infraestrutura, boas estradas, TV, internet, piscina, ar condicionado, etc.) (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 239, destaque do autor).

Nesse contexto, CandiOTTO e Corrêa (2008) alertam ser necessário ter a consciência de que há duas realidades: uma faz parte das ruralidades do real e do verdadeiro e outra é concebida e idealizada pela mídia, por políticos e, sobretudo, por empresários e agentes imobiliários que influenciam a percepção dos habitantes urbanos, atraindo-os para o consumo do espaço rural.

Quanto às urbanidades, CandiOTTO e Corrêa definem da seguinte forma:

As urbanidades seriam aspectos identitários do espaço urbano, presentes na percepção de indivíduos e grupos sociais, sobretudo urbanos, mas também rurais. Nos habitantes das cidades predominam as urbanidades e nos do campo, as ruralidades, porém, assim como os urbanos podem apresentar ruralidades, os indivíduos e grupos rurais podem ter territorialidades urbanas (urbanidades) (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 239).

Nessa perspectiva, as autoras citam como exemplos de urbanidades: o ritmo de vida determinado pelo relógio, o individualismo, a competitividade, a poluição sonora e visual, o uso de tecnologias no campo, a influência da mídia e da televisão, a valorização da estética e da aparência, e a migração para as cidades, dentre outros fatores. É necessário ter o discernimento de que esta não é uma realidade generalizada na zona rural do território brasileiro, especialmente na nordestina, porém algumas entrevistas concedidas em trabalho de campo, na zona rural de Vitória da Conquista, mostram a veracidade do que a teoria concebe. Os entrevistados 2 e 10, ao relatarem suas rotinas, demonstraram alguns aspectos de urbanidades definidos no transcórre do texto:

Eu me sinto na zona rural, porém com acesso a coisas que tem na zona urbana. O povoado aqui é atualizado. Tem energia, internet, televisão normal, com parabólica e a cabo. Aqui a gente não sente necessidade de nada dessas coisa. O mais ruim mesmo é sobre a água, mas o resto é igual na cidade! (Depoimento oral, entrevistado 2, 2017).

Comecei trabalhar com biscoito lá na cidade, depois que a gente veio morar aqui na roça. A rua ficou muito difícil, muito ruim até para estacionar um carro, para receber e entregar a mercadoria. Era um tumulto! A matéria-prima a gente compra tudo aqui: goma, leite, manteiga etc. Aqui a gente tem tudo para o conforto, pode ver minha casa tem: fogão a gás, geladeira,

micro-ondas, televisão com parabólica, forno a gás para assar os biscoitos, água, energia. Eu nem penso em voltar para a cidade. Aqui nós estamos muito bem localizados (Depoimento oral, entrevistado 10, 2017).

Como dito anteriormente, Candiotto e Corrêa (2008) abordam que as urbanidades se expressam na zona rural de várias formas, inclusive por meio do individualismo, da estética e da aparência. Esse fenômeno pode ser observado em vários lugares pesquisados durante o trabalho de campo. As Figuras 8 e 9 servem de referência para esta análise, pois elas mostram algumas casas que possuem a arquitetura diferenciada. A presença do muro dá uma ideia de isolamento e distanciamento. Fato muito característico do meio urbano em geral.

FIGURA 8 – Casa no povoado das Barrocas, distrito de Vitória da Conquista, Bahia, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017.

FIGURA 9 – Casa no povoado das Barrocas, distrito de Vitória da Conquista, Bahia, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017.

Sobre essa temática, duas ideias importantes Rúa (2002) advoga: as urbanidades fazem novas territorialidades, que podem ser identitária-cultural ou econômico-política; e as urbanidades não representam oposição às ruralidades – pelo contrário, elas se integram. Estes dois fenômenos intensificam, cada vez mais, as relações e a interdependência entre o campo e a cidade. Sendo assim, torna-se impossível analisar o espaço, de forma estanque, sem considerar a hibridez que nele existe. Se em algum período da História brasileira foi possível conceber o espaço rural distanciado do urbano, hoje não há mais esta possibilidade, pois é perfeitamente possível e viável analisá-los como espaços integrados e interdependentes, sem ter que submetê-los a uma hierarquia, uma vez que não existe o melhor ou o pior. Todos guardam a sua importância e as suas peculiaridades.

4 O CONTEXTO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO

A visão dualista que coloca em oposição o rural e o urbano já não faz mais sentido, pois as trocas entre esses dois espaços e as relações socioeconômicas engendradas neles têm se intensificado cada vez mais. Indubitavelmente, o trabalho é um agente ativo e mediador desse processo, porque ele é um veículo que aproxima o campo da cidade e possibilita uma relação mais íntima entre esses espaços.

Nesse sentido, este estudo também possui o objetivo de investigar o caráter efetivo de envolvimento da questão do trabalho na relação rural-urbano, pois existem análises que indicam que as atividades laborativas conduzem o homem na realização de movimentos, enquanto processos de trabalho, que lhe possibilitam não somente superar os limites rurais e atingir o espaço urbano, mas, também, realizar o movimento contrário: extrapola os limites da cidade para o campo. Daí a necessidade de analisar a questão do trabalho de forma bem particular e mais aprofundada.

A História do trabalho se inicia quando o homem passa a buscar meios de satisfazer suas necessidades e produzir sua vida material, dando continuidade à sua sobrevivência. Antunes (2006) afirma:

O trabalho é, portanto, o elemento mediador introduzido entre a esfera da necessidade e da realização desta: dá-se uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico quando o trabalho intervém como mediação entre necessidade e satisfação imediata (ANTUNES, 2006, p. 139).

O trabalho cria relações sociais e subordina-se a um determinado modo de produção, pois ganha diferentes roupagens a depender das formas sociais em que se vive. Portanto, ele pode ser analisado por meio dos variados modos de produção que os homens desenvolveram ao longo do tempo histórico. Segundo Braverman (1980), toda sociedade é consequência de um momento do processo histórico, e só pode ser apreendida como parte daquele processo.

Assim, a evolução histórica do trabalho é preenchida por diferentes fases. Este fato conduz à investigação acerca do seu percurso e da sua evolução, que são determinados de acordo com variáveis socioeconômicas, culturais e políticas. Primeiro, os homens viveram o regime de trabalho primitivo de autossustentação, depois o escravista e, mais tarde, o feudal, por meio das relações de vassalagem. Após esta etapa, o trabalho é inserido no sistema capitalista de produção, que, com a Revolução Industrial, adquire uma nova roupagem do

ponto de vista das forças produtivas e das relações de produção, onde seu maior esteio é sua alienação.

As atividades laborativas fazem parte das necessidades dos seres humanos. Apesar de o trabalho ser intrínseco ao homem, não é uma característica exclusivamente dele, pois os animais também necessitam trabalhar para manterem-se vivos. Em sua forma primitiva, os homens desenvolveram ferramentas e meios que lhes auxiliassem na busca por alimentos, na construção de seus abrigos e no combate aos inimigos. Neste sentido, Marx afirma:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera (MARX, 2013, p. 255-256).

O regime de trabalho primitivo era realizado coletivamente e surgiu quando o homem passou a viver em comunidades e deu início à fabricação de suas ferramentas, construídas a base de pedra e madeira. Nessa etapa, as relações de trabalho eram simples e igualitárias. A terra era uma propriedade comum a todos, numa espécie de comunismo primitivo. A hierarquia e a divisão do trabalho eram quase inexistentes, pois as atividades eram voltadas, basicamente, para a sobrevivência. Nesta perspectiva, Reis assevera:

O trabalho é tão antigo quanto o homem. Em todo o período da pré-história, o homem é conduzido, direta e amargamente, pela necessidade de satisfazer a fome e assegurar sua defesa pessoal. Ele caça, pesca e luta contra o meio físico, contra os animais e contra os seus semelhantes, tendo como instrumento as suas próprias mãos (REIS, 2014, p. 1).

Esse sistema primitivo de trabalho começa a sofrer transformações quando o homem passa a cultivar seus alimentos e criar animais que lhes sirvam tanto para suprir suas carências nutricionais quanto para auxiliar no transporte. Inicia-se, nesse momento, a acumulação primitiva de capital, pois, mesmo que de forma tímida e incipiente, o excedente da produção viabilizou a acumulação de riquezas, nessa época. Assim, novas relações sociais e, sobretudo, de produção vão surgindo, mas é importante lembrarmos que um modo de produção não é criado num “passe de mágica”, mas como processo histórico. Nesse contexto, nascem o excedente da produção, a propriedade privada e, conseqüentemente, as formas de hierarquias sociais, sob o sistema metabólico do capital. Estes elementos possibilitaram a criação de um novo sistema de produção que tem como apoio a escravidão.

A base das relações de produção no sistema de escravidão foi a propriedade privada dos meios de produção e dos trabalhadores, tendo como alicerce a mercantilização da economia, e se realizou de forma “brutal” a acumulação primitiva do capital. A origem do regime escravagista se deu por meio dos combates que ocorriam entre grupos humanos primitivos e, quando terminadas as batalhas, era de costume que os adversários fossem mortos, feridos e escravizados, no caso dos prisioneiros, para usufruir do seu trabalho. Segundo Martins (1999), o escravo era apenas considerado uma coisa, sem qualquer direito, afinal não era tratado como sujeito de direito e, sim, propriedade do *dominus*. Portanto, ser escravo significa que um homem é propriedade jurídica de outro homem. Reis ainda completa:

Os vencedores valentes que faziam maior número de prisioneiros, impossibilitados de utilizá-los em seus serviços pessoais, passaram a vendê-los, trocá-los ou alugá-los. E, aos escravos eram dados os serviços manuais exaustivos não só por essa causa como, também, porque tal gênero de trabalho era considerado impróprio e até desonroso para os homens válidos e livres (REIS, 2014, p. 2).

Foi em decorrência das inovações nas formas de trabalho que surgiram as relações de dominação entre os homens. Isto é, foram criadas hierarquias em que os detentores do poder econômico transformaram-se em senhores de escravos. Assim, obrigavam seus servos a praticarem trabalhos diversificados, desde a construção de palácios até serviços domésticos, sem haver nenhum tipo de recompensa financeira. O sistema de trabalho escravo perdurou até o fim da antiguidade, com a queda do Império Romano.

Sendo assim, o regime escravista sucumbiu aos golpes de revoluções das classes trabalhadoras e de povos bárbaros, com inserção do trabalho assalariado e de sua divisão técnica e social. Com isso, chegou o momento em que as possibilidades de progresso que o regime escravista poderia oferecer foram esgotadas, quanto ao aspecto das forças produtivas. Então, esse modo de produção perde sua força e legitimidade, no ocidente europeu, e a escravidão passa a não ter mais viabilidade tanto econômica quanto social. Desta maneira, Oliveira confirma:

A passagem do escravismo ao servilismo é marcada por profundas transformações, ocorridas na Europa Ocidental de domínio romano após as invasões bárbaras. Colocam-se frente a frente duas formações. O trabalho escravo já não corresponde às necessidades da produção com o avanço dos latifúndios e a industrialização do colonato (OLIVEIRA, 1987, p. 42).

O regime de escravidão perde sua força com o avanço dos povos bárbaros na Europa e com a queda do Império Romano no ocidente europeu. Os preços dos escravos sobem demasiadamente e, devido ao investimento e manutenção dispendiosos, fica insustentável a permanência desse tipo de mão de obra. Paulatinamente, esse regime se transforma em um sistema de servidão e, aos poucos, o trabalhador vai se personalizando. Conforme Reis (2014), o servo não é mais *rês*, como no regime de escravidão.

Nesse cenário, surge a igreja como uma instituição ideológica dominante, grande e potente controladora social. O campo ganha forças na Europa, com o avanço da ruralização. Estes fatos proporcionam o aparecimento de uma nova ordem socioeconômica: o feudalismo. A base das relações desse novo regime é a propriedade dos senhores feudais, dos meios de produção e principalmente das terras. Nesse sentido, Gilissen explica:

A apropriação do solo leva a desigualdades sociais e econômicas e estas desigualdades econômicas levam a diferenças mais ou menos consideráveis de produção de um clã para outro, duma família para outra. Segue-se o aparecimento de ricos e pobres e, por consequência, de classes sociais. E, estas classes vão diferenciar fortemente à medida que os ricos se tornam mais ricos e os pobres mais pobres [...]

Chega-se assim a uma sociedade fortemente estruturada, geralmente do tipo feudal, piramidal, tendo à sua cabeça um chefe, abaixo do chefe os vassalos, depois os vassalos dos vassalos e assim seguidamente, finalmente os servos e os escravos (GILISSEN, 2001, p. 2).

O modo de produção era piramidal, caracterizado por estamentos sociais. Cada indivíduo possuía funções bem definidas na sociedade. O clero tinha a incumbência de cuidar do intelecto e da espiritualidade, os nobres eram os responsáveis por governar e proteger a população e os servos trabalhavam em atividades braçais. Esta era a configuração social desse sistema. A base da pirâmide social desse regime era constituída e sustentada pelos servos, que repassavam a maior parte de suas colheitas aos senhores feudais. Segundo Moreira (2013), foi no período áureo do feudalismo que se estruturou a base da renda em trabalho e em produtos. Para ele:

A relação entre servidão estruturou a base da renda em trabalho e da renda em produto, distinguindo-se espacialmente, uma e outra em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente: o tempo de trabalho necessário promovendo as necessidades de subsistência do servo e o tempo de trabalho excedente promovendo a subsistência e modo de vida do seu senhor (MOREIRA, 2013, p. 133).

Desse modo, os servos trabalhavam na terra do senhor e, em retribuição, recebiam um pequeno terreno para trabalhar por conta própria. O feudo cobrava taxas deles, para utilizarem as ferramentas de trabalho, os moinhos e os currais. Vianna (1984) chama atenção para o fato de que a servidão foi um tipo muito generalizado de trabalho, em que o indivíduo não tinha a condição jurídica de escravo, mas, ao mesmo tempo, não dispunha de sua liberdade para trabalhar e viver por conta própria. Mota descreve o sistema feudal da seguinte forma:

O Feudalismo foi um sistema social, político e econômico caracterizado pela relação de dependência pessoal entre servos e senhores. É consequência [*sic*] do enfraquecimento do poder central de Roma, dos altos custos em armar guerreiros a cavalo para fazer a guerra. O sistema feudal estabeleceu uma hierarquia de vassalagem entre o rei, o senhor feudal e o camponês. Este devia fidelidade ao seu senhor, recebendo dele proteção contra invasores, e retribuindo com trabalho (corvêia [*sic*]) e taxas sobre o uso das instalações (moinhos, celeiros) e a terra. O senhor devia fidelidade ao seu rei, que lhe dava as terras, e retribuía fazendo a guerra e pagando taxas. O senhor feudal vivia no castelo fortificado para a guerra e centro econômico autônomo, onde era feito o artesanato e guardados os alimentos. Além da nobreza guerreira, a igreja também compunha o sistema feudal, exercendo em cada mosteiro o senhorio sobre um feudo, e devendo fidelidade ao rei (MOTA, 1997, p. 4).

Por volta dos séculos XIV e XV, nasceu o comércio e, no século XVI, o Feudalismo passou a ser substituído, paulatinamente, por um novo sistema socioeconômico: o Capitalismo. Segundo Oliveira (1987), vários traços gerais definem a transição do Feudalismo para o Capitalismo e todos eles são explicados pela adoção do mercantilismo. Os servos e senhores feudais passaram a viver conflitos que levaram ao abandono dos feudos e, conseqüentemente, à ruína desse sistema socioeconômico. Foi na tentativa de evitar uma debacle que surgiu o dinheiro. Sobre isso, assim explica Moreira:

A renda em dinheiro teve origem nas necessidades e tensões internas do feudalismo, em geral relacionadas ao crescimento da demanda de excedente do senhor, seja pela ampliação de seus hábitos de consumo, seja pelo aumento contínuo do número de feudos. Este crescimento pôs o senhor e o servo em constante estado de conflito, dentro do feudo, e os senhores entre si, fora dele, com sua intensificação originando um abandono generalizado dos servos de seus feudos e levando a economia feudal a um estado de ruína. A introdução da renda em dinheiro veio para dirimir os efeitos da crise. A renda em dinheiro visava fazer o servo retornar às atividades do trabalho e da produção, atraído pelas possibilidades de emancipação que vinha com ela. Mas, ao contrário do esperado, se, de um lado, ela reergueu a economia feudal combatida, de outro, a levou à desagregação que daria origem no sistema de trabalho e produção do capitalismo. E ao começo da acumulação primitiva (MOREIRA, 2013, p. 133).

A transição do Feudalismo para o Capitalismo foi marcada por novas e diversas relações de trabalho. Três tipos de trabalhadores podem ser citados nas corporações de ofício: os mestres, os companheiros e os aprendizes. Os aprendizes eram jovens que se submetiam aos ensinamentos dos mestres. Quando concluído o curso, eram promovidos à categoria de companheiro, e passavam a receber um rendimento por seu trabalho. Conforme Reis (2014), as corporações de ofício não passavam de uma fórmula mais amena de escravidão do trabalhador.

Estas corporações impunham um sistema rígido de trabalho, tendo como norte a autoridade do mestre que usava os poderes que lhes eram conferidos pelas normas do estatuto da corporação. Mesmo após terem concluído a aprendizagem, os jovens aprendizes não conseguiam atingir a posição de mestre, pois esta era reservada apenas a seus filhos ou sucessores, com o objetivo de impedir o surgimento de novos concorrentes. De acordo com Huberman (1986), no início das corporações, havia a possibilidade de mobilidade e um aprendiz podia torna-se mestre com relativa facilidade, mas, com o passar dos tempos, esta mobilidade foi inibida. Esse sistema de trabalho foi extinto após a Revolução Francesa, por ser considerado incompatível com o ideal de liberdade do homem, pela liberdade que o comércio adquiriu e pelo encarecimento dos produtos das corporações.

As oficinas funcionavam na residência desses profissionais, sendo o espaço do trabalho compartilhado com o de moradia. Então, o lugar do trabalho era o mesmo do lar e vice-versa. Desde essa época já se contava com o trabalho de crianças e mulheres. Portanto, seguindo essa lógica, quanto mais filhos a família tivesse, melhor seria para o aproveitamento na produção.

Na sociedade feudal, o trabalhador era dono de sua força de trabalho e possuía total domínio sobre o processo produtivo, controlando o tempo e o espaço em que realizavam suas atividades laborativas. Sobre essa realidade, Moreira complementa:

Concorrente da produção artesanal familiar da economia doméstica, a manufatura moveu forte concorrência também com a produção artesanal das corporações urbanas de ofício. Foi assim que, rejeitada por esta, fortemente organizada em guildas (grandes redes de comércio formadas pela união entre as cidades artesãs), a manufatura viu-se inicialmente obrigada a se localizar nas margens de contato das áreas rurais e urbanas, de um lado, aproveitando a matéria-prima e a força de trabalho fornecidas pelo meio rural, e, de outro, a presença do mercado de consumo do meio urbano (MOREIRA, 2013, p. 135).

Assim, a nova estrutura socioeconômica do sistema capitalista formou-se num processo lento. O crescimento comercial, aliado ao das cidades e à produção em larga escala, caracterizou o modo de produção capitalista. Esse sistema se sustenta na transformação dos produtos em mercadoria e, conseqüentemente, o valor de troca assume o lugar do valor de uso. Ademais, três elementos formam o seu tripé: a propriedade privada dos meios de produção, a livre concorrência e a livre iniciativa. Huberman assevera:

A velha organização feudal rompeu-se sob a pressão de forças econômicas que não podiam ser controladas. Em meados do século XV, na maior parte da Europa Ocidental, os arrendatários pagos em dinheiro haviam substituído o trabalho servil, e, além disso, muitos camponeses haviam conquistado a emancipação completa (HUBERMAN, 1986, p. 51).

A primeira etapa do capitalismo foi a comercial. Esta fase foi marcada pela expansão marítima das potências da Europa Ocidental e corresponde a uma etapa em que a burguesia mercante buscava novas rotas para o comércio, fora da Europa. Esse processo resultou na colonização da África e da América, e o tipo de trabalho nessas regiões foi caracterizado pelo regime de escravidão. Esse período distingue-se pelo início do mercantilismo e do colonialismo, tendo como símbolo de riqueza os metais preciosos: ouro e prata.

A gestão do capitalismo comercial começou dos séculos XIII ao XIV, mas só ganhou força no início do século XV, com fortalecimento e consolidação da burguesia comercial europeia. Essa etapa inicial do capitalismo foi fortemente marcada pela substituição do trabalho artesanal familiar, que teve início ainda no sistema feudal, para a produção manufatureira. O artesão perdeu suas ferramentas de trabalho e, sem alternativa, começou a vender sua força de trabalho nas manufaturas, dando início ao processo de proletarização do seu trabalho. Conforme Moreira:

A orientação da economia domiciliar para o mercado levou o artesanato a ser superado progressivamente pela manufatura como forma de produção industrial, e, nesse passo, a relação autônoma do trabalho familiar a ser superada pela relação assalariada do trabalho manufatureiro (MOREIRA, 2013, p. 135).

Dessa forma, ainda de acordo com Moreira:

O trabalhador artesão que se deslocava de sua unidade de produção domiciliar para trabalhar como assalariado na manufatura não era ainda, a rigor, um proletário propriamente dito. Seus hábitos de tempo-espço eram ainda os do artesão rural-familiar e contrastavam com as regras rígidas do

trabalho industrial que iriam instituir-se com a transformação da manufatura na fábrica (MOREIRA, 2103, p. 137).

O capitalismo comercial perdeu força no século XVIII, com a primeira Revolução Industrial. Porém, é necessário lembrar que, apesar de as relações industriais terem ganhado mais relevância no contexto econômico, em meados do século XVIII, as relações comerciais perduraram, pois perderam força, mas não sua importância. No processo de análise da História, é importante entender dois fatos: o primeiro é que não há uma ruptura brusca entre os acontecimentos históricos, ou seja, as transformações vão ocorrendo de forma paulatina. E o segundo é que um tempo histórico sucede ao outro carregando resquícios daquele que o antecedeu, isto é, não existe um período na história que apague, definitivamente, as características do anterior.

Já a fase seguinte foi a do Capitalismo Industrial, período em que se observam algumas particularidades. Despontou-se na segunda metade do século XVIII até a segunda metade do século XIX. Nessa etapa, sobressaiu o transporte à vapor, a eletricidade e o aço. A passagem do capitalismo comercial para o industrial teve como marco a Primeira Revolução Industrial, quando houve a troca do trabalho manual pelo mecânico ou manufatureiro. Moreira ainda explica:

Quando, em seu estágio mais avançado de desenvolvimento (o do sistema de maquinismo), a manufatura desembocou na Revolução Industrial, e esta, por sua vez, na fábrica, a fase da acumulação primitiva, por fim, se completou. Houve uma unidade de hábitos de trabalho, da cultura, de cotidiano, do sistema técnico e do ordenamento correlato de organização de espaço. E sobre ela, então, o capitalismo se implantou, com sua base de sociedade do trabalho (MOREIRA, 2013, p. 138).

A Inglaterra foi a pioneira na produção de bens industrializados, pois ela possuía a estrutura necessária para a instalação de fábricas, como: mão de obra barata e abundante; capital proveniente e excedente de suas colônias; amplos mercados consumidores; abundância de matéria-prima e um Estado liberal, porque, nessa época, fora colocado “fim” ao Absolutismo, do ponto de vista de sua estrutura política, face à formação de um Estado garantidor ao processo de acumulação de capital industrial.

No Capitalismo Industrial, a produção passa a ter uma nova lógica, o trabalho sofre transformações e ganha novos contornos. O operário passa a vender a sua força de trabalho, perde o controle de tomada de decisões e de sua produção. O labor torna-se estranho a ele, porque deixa de ser sua criação, ou seja, passa a não mais ser uma concepção sua. Assim, o

operário perde o domínio sobre o produto final. O trabalho passa a não mais servir à satisfação das necessidades, e os produtos gerados por ele transformam-se em mercadoria, tornando-se um processo de muito mais valor de troca do que valor de uso, mediado pelo dinheiro. Para Marx (2013), este é o trabalho alienado, pois há uma situação de desapossamento da classe trabalhadora por um processo de exploração da sua mão de obra. Segundo Souza e Santos:

Ao transformar a natureza, a sociedade dialeticamente se transforma. Neste contato, as sociedades humanas, através da divisão do trabalho, garantem sua reprodução ao longo do tempo e alteram, significativamente, a natureza. Com este propósito, o trabalho é considerado condição ontológica do homem, ou seja, em uma sociedade onde a relação da sociedade com a natureza tem como prioridade a satisfação das necessidades dessa sociedade, prevalece a produção de valores de uso e o trabalho serve para a realização do ser social que trabalha. No entanto, quando o trabalho deixa de servir a satisfação do ser social que trabalha, este torna-se estranho a ele, portanto, trabalho alienado (SOUZA; SANTOS, 2011, p. 2).

No que diz respeito à quantidade de horas trabalhadas e local de trabalho, no capitalismo industrial a realidade também foi modificada. As horas passaram a ser mensuradas e o espaço físico migrou da casa do operário para a fábrica. Nessa época, a procura pela mão de obra de mulheres e crianças se intensificou, visto que as mulheres ganhavam muito menos que os homens e as crianças ainda menos que as mulheres. Além disso, eram trabalhadores fáceis de serem manipulados. Nas palavras de Huberman:

Pagavam os menores salários possíveis. Buscavam o máximo de força de trabalho pelo mínimo necessário para pagá-las. Como mulheres e crianças podiam cuidar das máquinas e receber menos que os homens, deram-lhe trabalho enquanto o homem ficava em casa, frequentemente sem ocupação. A princípio, os donos das fábricas compravam o trabalho das crianças pobres, nos orfanatos; mais tarde, como os salários do pai operário e da mãe operária não eram suficientes para manter a família, também as crianças que tinham casa foram obrigadas a trabalhar nas fábricas e minas. Os horrores do industrialismo se revelam melhor pelos registros do trabalho infantil naquela época (HUBERMAN, 1986, p. 178).

A essa altura, o lucro advinha basicamente da produção de mercadorias e o comércio não era mais a essência do sistema capitalista. A relação de trabalho, nessa fase, passa a ser o regime de assalariamento. O trabalhador transforma-se em um consumidor em potencial, além de ser levado a apresentar maior produtividade que a do escravo, porque o uso de máquinas aumentou a produção exponencialmente.

Nesse sentido, o proletário vivia em péssimas condições de vida, eles eram submetidos a surtos epidêmicos que dizimavam vidas em grande quantidade. As condições de moradia e trabalho eram precárias. As jornadas de trabalho chegavam a dezesseis horas, as instalações eram insalubres e os operários passavam por uma disciplina e hierarquia extremamente rígidas. Os salários eram baixíssimos. A exploração do trabalho feminino e infantil era evidente. Huberman (1986) apresenta o depoimento de uma criança, em 1883, com onze anos de idade, a uma comissão que investigava o emprego de crianças nas fábricas:

Sempre nos batiam se adormecíamos. O capataz costumava pegar uma corda da grossura do meu polegar, dobrá-la e dar-lhe nós. Eu costumava ir para a fábrica um pouco antes das seis, por vezes às cinco, trabalhava até nove da noite. Trabalhei toda a noite, certa vez. Nós mesmos escolhíamos isso. Queríamos ter algum dinheiro para gastar. Havíamos trabalhado desde as seis da manhã do dia anterior. Continuamos trabalhando até às nove da noite seguinte. Estou agora na seção de cordas. Posso ganhar cerca de quatro xelins. Meu irmão faz o turno comigo. Ele tem sete anos. Nada lhe dou, mas se não fosse meu irmão. Teria de dar-lhe um xelim por semana. Levo-o comigo, às seis, e fica comigo até as oito (HUBERMAN, 1986, p. 179).

A qualidade de vida do trabalhador era bastante precária, ao ponto de ter a expectativa de vida de cinquenta anos apenas, pois, além de ocorrerem muitos acidentes de trabalho, a classe operária era desprovida de qualquer assistência médica e hospitalar. Esta realidade foi acompanhada por uma série de males que marcaram a história da humanidade, como: infanticídio, suicídio, prostituição, alcoolismo e criminalidade. O trabalhador transformou-se em uma potente fonte de lucro: uma mercadoria.

A terceira fase, por sua vez, caracteriza-se pelo Capitalismo Financeiro Monopolista, que ascendeu com a segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX. Nessa etapa, foram introduzidas novas tecnologias e a fonte de energia passou a ser conduzida pela eletricidade e petróleo. Isto deu impulso à criação de novas máquinas e ferramentas. Em função dessas inovações coloca-se em prática outra estrutura de trabalho.

Desse modo, enquanto a segunda fase do capitalismo foi movida pelos teares mecânicos e pela indústria têxtil, a terceira foi marcada pela indústria automobilística. Henry Ford emprega em sua fábrica de automóveis o sistema de produção concebido por Taylor, que é guiado pela produção em série por meio de linhas de montagem. Este novo modelo de trabalho consistia, basicamente, na divisão de tarefas entre os operários e na produção em série, tendo como objetivos:

- aumentar a produtividade;
- eliminar o desperdício de tempo e de materiais;
- acabar com a ociosidade operária;
- reduzir os custos da produção;
- aumentar os lucros.

Nessa forma de trabalho, o operário era responsável por uma única tarefa. A ele não era permitido conceber a forma (método) de como iria executar suas atividades. O modelo Fordista/Taylorista aplica um tipo de atividade que não é produto mental do trabalhador, pois ele não tinha a chance de participar do processo que concebe a produção e, tampouco, de usar a sua criatividade. Nessa perspectiva, as atividades laborativas tornaram-se repetitivas, rotineiras, cansativas e monótonas. O operário apenas repetia o que lhe era conferido em sua função, sem ter o controle da sua produção. Eles ocupavam funções que não necessitavam usar sua intelectualidade. Apenas executava, não idealizava o projeto, ou seja, o trabalho continuou cada vez mais alienado. A respeito disso, Moreira ainda ressalta:

Daí o trabalho Taylorizado ser especializado, fragmentado, não-qualificado [*sic*], intenso, rotineiro, insalubre e hierarquizado. Sobretudo hierarquizado. Há um engenheiro em cima, projetando no escritório, para que os de baixo executem no chão da fábrica. Para que chegue aos trabalhadores de execução, o projeto deve passar por toda uma rede intermediária de chefias (MOREIRA, 1997, p. 5).

Em virtude do princípio de especialização dos operários, Taylor foi criticado por robotizar seus trabalhadores, porque seu sistema de trabalho provocou a perda da autonomia do operário e do incentivo ao estabelecimento de sua própria maneira de trabalhar. É nessa fase que surge a remuneração por produção, em que o pagamento era realizado conforme o número de peças produzidas. Quando o operário superava a meta, sua remuneração seria acrescida de um prêmio extra ou incentivo salarial adicional. Esta estrutura de trabalho predominou no mundo inteiro até o final da Segunda Guerra Mundial.

Com o tempo, a proposta Fordista/Taylorista foi gradativamente substituída pelo Toyotismo que apresenta uma sugestão adversa à de Ford e Taylor. É importante lembrar que nos dois sistemas predomina a busca pela maior produção, aliada ao menor desperdício e à redução de custos. O novo sistema de produção apresenta uma proposta de tirar as amarras e os limites que eram estabelecidos aos operários pela estrutura de trabalho que predominava no mundo.

A principal característica que diverge o Toyotismo do sistema anterior de produção é a autonomia que ele resgata e devolve aos trabalhadores. Delega a eles a possibilidade de decidirem qual a melhor maneira de executar suas funções, tendo a possibilidade de aplicar inovações e criatividade no processo de produção. O trabalho passa a ser executado em grupo, perde o caráter individualista e a produção deixa de ser em série e passa a ser quase personalizada. É com esse sistema que surgem os programas de qualidade total.

Nesse contexto, identificam-se muitos avanços de um sistema de produção para outro, mas é importante entender que a perfeição não atingiu nenhum dos dois, pois, apesar de o Toyotismo apresentar inovações, no sistema de produção, nele também existem características que não favorecem o trabalhador. Como exemplo, pode ser citado o fato de que o modelo fordista fabricava um produto em uma mesma unidade fabril, enquanto o Toyotismo passou a produzir em lugares diversos, conforme a variação dos preços.

Desse modo, o trabalhador sofre a consequência imediata dessa fragmentação, porque, ao parcelar a produção e distribuir em variadas unidades produtivas, pelo mundo, ele perdeu a capacidade de se organizar e ficou desarticulado, pois esse novo sistema ajudou na promoção da desarticulação dos sindicatos. Segundo Alves:

O complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital, cujo “momento predominante” é o Toyotismo, tende a impulsionar, em sua dimensão objetiva, as metamorfoses de trabalho e a fragmentação de classe. Surge um novo e (precário) mundo do trabalho. São novas (e cruciais) provocações do capital para o mundo do trabalho organizado. É a partir daí que emerge uma nova crise do sindicalismo moderno, de cariz estrutural, com múltiplos desdobramentos sócio-históricos (ALVES, 2000, p. 65, destaque do autor).

Na Era do Toyotismo, novas máquinas, mais precisas e mais produtivas, surgiram e substituíram grande parte da mão de obra do homem. O fantasma do desemprego passa a assolar a classe trabalhadora. O operário torna-se refém do trabalho e submete-se às condições mais adversas que o mundo do trabalho lhes apresenta atualmente.

Finalmente, apresenta-se a quarta fase do Capitalismo, que corresponde à terceira Revolução Industrial. Esta etapa é marcada pelas energias alternativas e pela descoberta de novos materiais. Vive-se a era técnico-científica-informacional, usufruindo da robótica, da biotecnologia, do sistema multiuso da informação e da fusão nuclear. A sociedade encontra-se no mundo da globalização em que os avanços dos meios de comunicação e de transportes favorecem e viabilizam a proposta de produção Toyotista. Um produto pode não ser fabricado em um mesmo lugar; por isso, ele pode possuir várias nacionalidades.

Ao longo desse processo, o trabalho tomou novos rumos e se adaptou ao modo de produção de cada época, pois a forma de estrutura socioeconômica das sociedades tem ligação direta com o trabalho, ou seja, ele é reflexo do modo de produção que cada lugar possui. Conforme Moreira:

A forma como as sociedades se estruturam tem relação com o modo como se organiza o processo do trabalho. Toda sociedade é ontologicamente derivada do trabalho, origem genética do conjunto de suas relações. Mas só a sociedade capitalista veio a receber das teorizações a nomenclatura de uma sociedade do trabalho (MOREIRA, 2013, p. 131).

Nos últimos anos, observou-se a uma verdadeira transformação no mercado de trabalho. A sociedade teve que acompanhar a rápida revolução tecnológica, pois as pessoas vivem no mundo dos computadores e da tecnologia, em que a informação é veiculada com muita fluidez. A todo instante elas recebem uma carga de informações imensurável. Contudo, resta alguns questionamentos: de que forma esta realidade rebote no mundo do trabalho? Como deve ser, atualmente, o perfil do trabalhador? Em que posição o trabalho se encontra neste momento que é, radicalmente, diferenciado da sociedade industrial?

Hoje, vive-se na “sociedade do conhecimento”, a qual estabelece novos desafios para o mundo do trabalho. Diante disso, que tipo de trabalhador deve ser o do século XXI? Que tipo de trabalho deve prevalecer nessa sociedade de bens intangíveis? Pode-se dizer que a sociedade vive em um mundo no qual o conhecimento tem mais valor que terra, capital e energia. O trabalho é a principal matéria-prima para se transformar em riquezas. Muitas coisas mudaram, mas ele continua tendo sua importância e um valor sem medidas.

Se na Era Industrial a palavra de ordem era “competir”, atualmente ela é substituída por “compartilhar”. Quanto mais se compartilha o conhecimento, mais ele é adquirido. A sociedade se encontra na era em que a informação passou a ser o principal fator de produção. Isso implica mudanças no trabalho. O diferencial, hoje, está no perfil do trabalhador, pois ele necessita ter uma visão sistêmica de mundo, abandonar o espírito cartesiano em que foi criado (tarefa que não é fácil) e pensar no todo. É preciso extrapolar a sua função e ir além das suas atribuições.

Nesse sentido, o trabalhador do século XXI não é mais aquele que serve apenas para apertar parafusos, como nos sistemas passados, que lhe suprimiram toda a criatividade e subjetividade. Pelo contrário, hoje, ele necessita ser criativo e adotar valores contrários à competição e à busca desenfreada pelo lucro e, principalmente, ter um olhar voltado para além do setor em que trabalha na empresa; enfim, ter uma visão global da corporação e não se

limitar apenas às atribuições que lhe são delegadas. Ademais, é importante que ele tenha iniciativa na tomada de decisões. Nesse contexto, Antunes assim assevera:

A classe trabalhadora no mundo contemporâneo é mais complexa e heterogênea do que aquela existente durante o período da expansão do fordismo. O resgate ao sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas, impostas pelo capital, é um dos seus desafios mais prementes. Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é desafio imperioso no mundo contemporâneo (ANTUNES, 2006, p. 227).

Lessa (2007) corrobora as considerações de Antunes (2006), quando afirma:

Nas novas condições, o trabalhador atenderá à empresa também com sua alma, além de sua força de trabalho; que as novas tecnologias e estratégias gerenciais exigirão que o trabalhador tome iniciativas e interfira no processo de trabalho. Não bastam mais as suas forças de trabalho no sentido mais estrito do termo, é agora preciso que estejam convictos da identidade de interesse e de propósitos entre eles e a empresa (LESSA, 2007, p. 59).

Outra característica que o trabalhador deve ter, na atualidade, é a tolerância, ou seja, para trabalhar em equipe ele necessita entender e aceitar as diferenças, reconhecendo as riquezas apresentadas nas adversidades. Nos tempos atuais, o trabalhador tem que ter a capacidade de construir coletivamente e entender que a colaboração vale mais que a competição. Dessa forma, o trabalho torna-se mais “produtivo” e “agradável”.

Ressalta-se que a classe de trabalhadores foi submissa e assistiu, durante muito tempo, o Fordismo/Taylorismo inibir a criatividade do operário, mas a repressão ao talento não tem mais sentido no mundo do trabalho atual. Este é o desafio contemporâneo: a emancipação do trabalhador e a valorização de sua subjetividade.

A discussão acerca dos vários tipos de atividades laborativas que a humanidade viveu é, inegavelmente, muito ampla e as análises são antagônicas. Porém, um fato é preciso ser lembrado: a permanência de resquícios de cada etapa no processo de produção que o homem experimentou. Este é um aspecto que não se pode negligenciar, uma vez que não existe um modo de produção “puro”, sem carregar características do que o antecedeu, porque a História não se apaga automaticamente. Isso é também uma realidade no mundo do trabalho.

Quando realizada uma análise mais apurada das atividades laborativas, hodiernamente percebem-se características do passado. Mesmo que sob uma nova roupagem e adaptadas à modernidade, ou pós-modernidade, ainda se encontram aspectos semelhantes de algum momento histórico anterior ao de hoje.

Atualmente, alguns aspectos têm desorganizado o pensamento e a vida do trabalhador que tem vivido em seu dia a dia o “fantasma” da insegurança de manter um vínculo formal de trabalho. O mundo das atividades laborativas apresenta-se de forma precária com as subcontratações, terceirização e outros aspectos. As empresas têm apresentado maiores índices de produtividade, porém estão cada vez mais enxutas, precisando muito menos da força de trabalho humana de que necessitavam em tempos passados. Moreira explica mais detalhadamente essa questão:

Nasce assim o sistema de terceirização e subcontratação. Da montadora às fornecedoras de autopeças e aos vendedores autorizados, todo o conjunto de empresas envolvidas se integra num funcionamento integrado de *Just In Time*. Isto abre para a administração, produção a partir do consumo, nascendo o TQC (Controle de Qualidade Total), num sistema em que o movimento do balcão determina o movimento do sistema até a produção (MOREIRA, 1997, p. 8, destaque do autor).

Nesse contexto, o sindicato encontra-se em situação de descrédito e enfraquecimento, o que tem provocado efeitos devastadores no sentido de desarticulação dos trabalhadores. Como resultado desse cenário, tem-se o aumento do desemprego e do trabalho informal, restando ao trabalhador a pobreza e a desesperança. Sem dúvidas, essa situação é bem mais grave nos países capitalistas subdesenvolvidos. Santana e Ramalho, portanto, assim asseveram:

[...] A insegurança passou a fazer parte do cotidiano do assalariado com um vínculo formal de emprego. Formas precárias de trabalho, de subcontratação, agora são a norma, incorporando-se às práticas das empresas. Fragilizou-se a instituição sindical como representação legítima dos trabalhadores. O desemprego adquiriu dimensões mais amplas, mudando hábitos e trazendo pobreza e desesperança e o trabalho informal tornou-se uma alternativa frequente [...] (SANTANA; RAMALHO, 2004, p. 10).

Hodiernamente, vive-se em um mundo de muita instabilidade, que tem provocado mutações em todos os setores da sociedade, mas, indubitavelmente, a esfera do trabalho tem sofrido de forma mais intensa, principalmente devido à insegurança que essas transformações têm provocado.

4.1 Trabalho: conceitos e concepções

O trabalho nem sempre teve a mesma importância e o mesmo valor. O seu significado tem assumido papéis diferentes no decorrer dos tempos. A palavra trabalho é derivada do latim, *tripaliare*, advinda de *tripalium*, nome dado a um instrumento de tortura muito utilizado para martirizar pessoas e, também, para manter preso o animal difícil de ser contido. Portanto, em determinados momentos da História, ele se identifica com tortura, labuta, sofrimento, pena e algo que provoca desprazer, estando ligado a uma visão negativa. Segundo Vatin:

Tornou-se banal recordar que o termo trabalho provém do latim *tripalium*, que designa um instrumento de tortura. Mas isto é apenas uma meia verdade, pois o *tripalium* é, em primeiro lugar, um banal tripé (instrumento de três pés), que pode, é certo, servir de apoio (no sentido próprio e figurado) à tortura, mas também, e em primeiro lugar, conter grandes animais quando lhes são prestados cuidados ou colocadas ferramentas. [...] foi através do verbo (*tripaliere*: fazer sofrer no *tripalium*) que surgiu o significado moderno de punição (VATIN, 1999, p. 15, destaque do autor).

Grint corrobora a ideia de Vatin, sobre do conceito de trabalho, como uma atividade relacionada com dor, aflição e ausência de liberdade. Para ele:

[...] Até o século XVI duas palavras diziam respeito a trabalho: *oevrer*, era um trabalho de arte, mas derivava do latim *operarus* que significava um homem de dor ou de aflição; enquanto *labourer*, lavrar vinha do latim *labor* ou faina agrícola. Estas duas palavras tendiam a ser substituídas pela única palavra *travailler*, trabalhar, do latim *tripaliare* que significa torturar usando um *tripalium* um garfo com três dentes (GRINT, 1998, p. 27-28, destaque do autor).

Na antiguidade, tanto na cultura grega quanto na romana, o trabalho manual era desvalorizado, sendo, em sua maior parte, uma atribuição exclusiva de escravos. Para os homens livres, eram destinadas as atividades relacionadas à intelectualidade, isto é, ao mundo das ideias. Esta visão acerca do trabalho perdura na Idade Média. Somente na Idade Moderna, por volta do século XIX, essa concepção começa a se alterar.

Assim, Hegel (2008) considera o trabalho como condição de liberdade; Marx (2013), apesar de criticar a visão otimista Hegeliana, não desmerece a condição libertadora que o trabalho possui. Para Hegel (2008), o valor do trabalho não é dado apenas por ele possibilitar que o homem satisfaça suas necessidades, mas pela capacidade de “formar o homem”, tornando-o capaz de transformar a realidade e participar, efetivamente, da vida em sociedade.

Marx (2013) acolhe a ideia de Hegel de que o homem é o resultado do seu próprio trabalho, mas o critica, porque, para ele, Hegel só concebe o trabalho em seu aspecto positivo e só reconhece as atividades do espírito e do intelecto. Destaca-se que a filosofia Marxiana tem como categoria central o trabalho humano como atividade prática em seu intercâmbio com a natureza. De acordo com Marx (2013), é a atividade prático-sensível do homem que possibilita sua autoconstrução, por isso ele concebe a Filosofia da Práxis.

Segundo Marx (2013), o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Isto significa que ele a altera, por meio do trabalho, para suprir as suas necessidades e garantir a sua sobrevivência. Marx (2013) ainda acrescenta que o homem, ao agir sobre a natureza externa, modifica-a e, ao mesmo tempo, transforma sua própria natureza.

Existem concepções simplistas que nos levam a pensar que não há diferença entre o trabalho humano e o de um animal, como a formiga, a abelha, a aranha, o castor, o joão de barro e outros, pois todos praticam essa ação. No entanto, Marx (2013) afirma que no final do processo de trabalho efetuado pelo homem chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Houve um planejamento, um objetivo e uma intenção. Para ele, a diferença entre o trabalho do animal e o do homem é que o homem tem um propósito consciente na concretização do trabalho (MARX, 2013). Braverman (1980) corrobora este pensamento ao afirmar que o trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que no caso dos outros animais é instintivo.

Segundo Harvey (2013), Marx confere ao processo de trabalho um sentido não apenas da criatividade, mas também de nobreza. Ele acredita que o pensador, ao conceber as ideias acerca desse tema, foi influenciado pelo Romantismo do início do século XIX, pois seus primeiros escritos transpiram sentimentos e significados românticos. Harvey (2013) faz esta afirmação com base no próprio Marx: os seres humanos podem transformar radicalmente o mundo, de acordo com sua imaginação e com determinado propósito, e ter consciência do que estão fazendo. Com isso, têm o poder de transformar a si mesmos.

Harvey (2013) chama atenção para a responsabilidade que Marx confere quando leva o homem a refletir sobre os propósitos humanos. Ele sublinha que se deve tomar consciência de como e quando intervir no mundo, realizando a transformação da natureza humana. E ainda afirma: não há uma transformação neutra de uma natureza exterior à nossa. O que fazemos “lá fora” tem muito a ver conosco “aqui dentro”.

Marx (2008) elabora várias reflexões acerca das atividades laborativas do homem, dentre elas está o questionamento sobre a geração de riqueza para os donos dos meios de produção, ao passo que empobrece o trabalhador. Ele nos faz refletir sobre esse paradoxo do trabalho: a produção de riqueza de poucos e miséria de muitos. Conforme o teórico,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sündenfall) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2008, p. 80).

Ao realizar análises sobre o labor, Marx promove a efetivação de várias reflexões, tais como: trabalho alienado, trabalho concreto/útil/vivo e abstrato/morto. Dentro das reflexões expostas acerca das atividades laborativas, ele se remete ao fato de que o fruto da atividade produtiva do operário é a mercadoria, e esta é propriedade de outrem. Ou seja, o trabalhador não é dono do seu trabalho, tampouco do que ele produz com seu labor. Para esse fenômeno, o teórico assim define como trabalho alienado ou estranhamento do trabalho:

Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua atividade pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O estranhamento-de-si (*Selbstentfremdung*), tal qual acima o estranhamento da coisa (MARX, 2008, p. 83, destaque do autor).

Segundo Marx, o trabalhador sofre com o poder que os produtos criados por seu trabalho exercem sobre ele próprio, gerando um estranhamento. Na verdade, existe esse processo de estranhamento porque o produto criado pelo trabalhador torna-se propriedade do outro e não dele. Neste sentido, o autor afirma: quanto mais o trabalhador cria um mundo de riqueza cristalizado nos objetos, mais pobre ele se torna. Dessa maneira, para Marx,

Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio (MARX, 2008, p. 81, destaque do autor).

Marx (2013) mostra que tanto a mercadoria quanto o trabalho apresentam um duplo caráter que se revela no valor de uso e valor de troca. No que diz respeito ao trabalho concreto/útil, ele o define como aquele que cria valor de uso e exige aplicação da força física. Ou seja, é a materialização do trabalho, e tem uma relação qualitativa. É o trabalho vivo. Não se deve perder de vista que o trabalho concreto/útil está relacionado ao surgimento das necessidades e tem o objetivo de atendê-las.

Quanto ao trabalho abstrato, Marx (2013) revela que ele é imaterial, que cria valor de troca, está relacionado aos aspectos intangíveis que, normalmente, não são percebidos e dizem respeito aos aspectos quantitativos. O trabalho morto, por sua vez, refere-se ao tempo que o trabalhador leva na produção de uma mercadoria. Ele é produtor de mais valia. É o tempo de trabalho abstrato que determina o valor de troca de uma mercadoria. Pode-se entender melhor, com base nas palavras de Marx:

Todo trabalho é por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (MARX, 2013, p. 124).

Antunes corrobora o pensamento de Marx, quando afirma que

O trabalho, entendido no seu sentido mais genérico e abstrato como produtor de valores de uso, é expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza. No seu sentido primitivo e limitado, por meio do ato laborativo, objetos naturais são transformados em coisas úteis (ANTUNES, 2006, p. 139).

Nesse sentido, fica evidente que o trabalho revela seu duplo caráter na mercadoria. Marx (2013, p. 123) aponta que a mercadoria tem duas grandezas de valor: uma acerca do valor de uso, que trata do “como” e do “que” do trabalho. E se refere ao valor de troca, fazendo alusão à quantidade de sua duração. Para melhor entendimento, o exemplo do próprio Marx pode ser utilizado, pois ele afirma que um casaco tem o dobro do valor de dez braças de linho. Ele explica que esta diferença provém de grandezas de valor e do fato de que o linho contém somente a metade do trabalho contido no casaco, pois, para a sua produção, o dispêndio da força de trabalho levou o dobro de tempo necessário para a sua confecção. Segundo Moreira:

Tal especificidade deriva do caráter duplo que o processo do trabalho adquire, o trabalho concreto e o trabalho abstrato, fruto do duplo caráter que aí também assume o valor, distinguido no valor de uso (o valor produzido pelo trabalho concreto) e no valor de troca (o valor produzido pelo trabalho abstrato). Caracteristicamente, assim, o trabalho existe de modo fragmentário, com o capital assumindo o lugar ontológico de significação e integralidade do todo (MOREIRA, 2013, p. 132).

Moreira (2013) relata que o começo da criação do trabalho abstrato foi a manufatura, pois ela se diferenciava do artesanato familiar e era uma atividade de produção exclusivamente industrial, além de apoiar-se na divisão técnica e na relação capital-trabalho. A manufatura passou a concentrar a força de trabalho, o capital e a produção em um mesmo lugar. Moreira assevera:

Foi o começo da criação do trabalho abstrato, que, mais à frente, daria na constituição da sociedade do trabalho. A base desta criação foi a instituição da divisão interna e externa do trabalho pela manufatura, pondo o trabalho concreto, o trabalho produtor de valor de uso, a mover-se dentro do trabalho abstrato, o trabalho produtor de valor de troca, num combinado de trabalho coletivo (MOREIRA, 2012, p. 135).

Para Moreira (2013, p. 137), o tempo da manufatura já era o tempo cronométrico do relógio, do número fixo de horas de atividade dentro do prédio e da regularidade diária do exercício do trabalho. Desse modo, ele indica cinco fatos que considera os embriões da centralidade do trabalho abstrato:

- A cadeia integrada dos trabalhos concretos dos artesãos, articulados num só movimento produtivo.
- A concentração do circuito de compra e venda na esfera do mercado.
- A forma de excedente produzida.
- O valor realizado no movimento de compra e venda do produto.
- O movimento do capital-dinheiro investido num ciclo repetitivo de reprodutibilidade intensiva.

Enfim, abordar a definição de trabalho não é uma resolução fácil e objetiva, pois esse é um tema que apresenta variadas questões que carregam determinadas nuances de cada momento histórico. Trata-se de um assunto do âmbito não somente técnico, mas, sobretudo, social, que o torna amplo, rico e inesgotável. Um conteúdo que suscita curiosidades e leva à realização de conjecturas. Tudo isso o torna uma temática agradável de ser estudada.

4.2 Trabalho: uma categoria central de análise geográfica

O trabalho tem sido objeto de análises e investigações em todos os âmbitos das ciências sociais, políticas e humanas. A Sociologia, a Antropologia, a Economia, a História, dentre outras áreas, tem estudado a categoria trabalho, detalhadamente e com afinco, pois é um fenômeno inerente ao homem e, por isso, não pode escapar dos estudos científicos e, sobretudo, geográficos.

Conforme Marx (2013), as atividades laborativas exercidas pelos homens, além de produzir elementos que atendem às suas necessidades, produzem a si mesmos. Vale destacar que os geógrafos complementam que, além disso, o trabalho produz, também, o espaço. A produção do espaço do qual o trabalho permite o homem realizar tem sido instrumento para que a Geografia se aproprie do tema e faça análises apuradas desse fenômeno. Assim sendo, alguns questionamentos podem ser feitos para enriquecimento dos estudos, tais como: qual a relação do trabalho com a Geografia? O que tem a ver o trabalho com a produção do espaço? Até que ponto o trabalho é uma categoria geográfica central?

Ao empreender uma análise da evolução do pensamento geográfico, percebe-se que a categoria trabalho foi inserida em sua estrutura teórica, primeiro, por Vidal de La Blache (1954) e, posteriormente, por Pierre George (1979, 1988). O primeiro enfoca o trabalho como interlocutor entre homem-natureza, pois é por meio dele que o homem garante as condições e os meios de sobrevivência. E o segundo vincula as atividades laborativas à dimensão do emprego.

A abordagem do trabalho como “categoria central” na Geografia é um fato relativamente recente, visto que, por muito tempo, o discurso acerca dele, nesse ramo da ciência, teve posição de mediador e não um lugar central como apresenta hodiernamente. Dessa maneira, Thomáz Júnior assevera:

Se pudéssemos traçar uma linha na história, o trabalho na Geografia, invariavelmente, esteve (des)sintonizado da sociedade (enquanto parte do processo social movido pela fúria reprodutiva do capital ancorada na extração de mais-valia e da vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante), portanto distante do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar seu projeto de dominação. Fora também da natureza, enquanto elemento distante do corpus natural e visto somente como atividades humanas, já que o homem já estava fora da natureza (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 4).

Thomáz Júnior (2002) convida seus leitores a compreender o trabalho em sua totalidade social. Para isto, ele os leva a refletir sobre o processo dialético que unifica as dimensões ambientais e socioespaciais, tendo o trabalho como elemento que se vincula a essas duas dimensões. Nesse sentido, a Geografia apresenta-se com o intuito de resgatar a ontologia do trabalho e, dessa maneira, colocá-lo como categoria central de análise dos fenômenos de alguns ramos dessa ciência. Como assevera o autor: ontologicamente, o trabalho, em todas as suas dimensões, é a base fundante do autodesenvolvimento da vida material e espiritual (THOMÁZ JÚNIOR, 2002).

Nesse sentido, entende-se o trabalho como uma categoria geográfica, porque ele possibilita que o homem modifique a natureza e a si mesmo, além de permitir-lhe o ato de produzir o espaço. Ou seja, ele tem uma importante e imprescindível função nos processos metabólicos entre o ser social e o meio natural. Segundo Thomáz Junior (2002), o trabalho, na condição de fonte primária da articulação entre a causalidade e teleologia, é um processo entre atividade humana e natureza, que se sintetiza na célula do ser social. Thomáz Junior comunga esse pensamento com Antunes (2006), o qual salienta:

O trabalho é, portanto, resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais. [...] a categoria ontologicamente central, presente no processo de trabalho, é anunciada: através do trabalho, uma posição teleológica é realizada no interior do seu material, como nascimento de uma nova objetividade. A primeira consequência disso é que o trabalho torna-se protoforma de toda a práxis social (ANTUNES, 2006, p. 136).

Dessa forma, entende-se que o trabalho é que assegura a existência humana, promove a vida e possibilita a autorrealização dos homens. Segundo Antunes (2006), nesse processo de autorrealização da humanidade, de avanço do ser em relação ao seu agir instintivo, bem como do seu avanço em relação à natureza, configura-se o trabalho como referencial ontológico fundante de práxis social. Nesse sentido, é possível afirmar que o labor exerce um papel fundamental para a existência do ser social e, sobretudo, para a produção do espaço. Assim, para Thomáz Júnior:

[...] o conteúdo do metabolismo social do capital que faz com que sociedade e natureza e, as mediações que governam essa relação dialética, sejam “lidas” pela Geografia como base fundante da compreensão da polissemia do trabalho no mundo atual ou a polissemização da classe-que-vive-do-trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 4-5, destaque do autor).

Mediante tais análises sobre a categoria trabalho, surge uma preocupação em relação à sua existência, por isso considera-se temerária a tese do “Fim do Trabalho”. Estudos acerca desse tema mostram resultados que reforçam a sua importância para a vida da humanidade. Sendo assim, pode-se afirmar que é ilegítima a possibilidade de um dia o trabalho deixar de existir. Ao partir dessa ideia, cabe questionar: até que ponto o homem consegue suprir suas necessidades e realizar-se sem o trabalho? De que maneira o capital poderia se manter sem o trabalho como um dos instrumentos de sua exploração? É quase impossível não afirmar que o trabalho é a base fundante da vida humana e é exatamente por isso que é imprescindível à sua sobrevivência. Conforme Thomáz Júnior:

Efetivamente o que se vê não é o fim do trabalho, mas sim a continuação desmedida da exploração do trabalho, sob novas exigências da lei do valor e uma nova gestão societal gerida por novos referenciais, impulsionados e sacramentados no interior do processo de reestruturação produtiva do capital que tem feito com que os trabalhadores vivam estágios de subproletarização diversificada (THOMÁZ JÚNIOR, 2002, p. 11).

É de suma importância esclarecer que a discussão exposta aqui, sobre o trabalho, não se limita ao “simples emprego”. Sabe-se que as atividades laborativas realizadas pelo homem vão além daquelas que lhes são remuneradas, pois, mesmo que ele esteja desempregado, faz trabalho em sua casa e no meio em que vive, para garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, Thomáz Júnior (2002) afirma que é preciso considerar o universo plural do mundo do trabalho, por isso o que está moribundo é o emprego e não o trabalho. Ademais, é preciso compreender:

O mundo do trabalho não se restringe mais à fábrica, tampouco a fábrica é o mundo do trabalho; o trabalho tem seu sentido ampliado, revelando-se polissêmico. Em tempos de globalização outros códigos e arranjos espaciais se apresentam para serem decifrados (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 9).

Ao realizar análises sobre o trabalho, Francesconi defende que tanto o desemprego quanto a precarização do trabalho têm levado a uma reorganização, com o objetivo de evitar o seu desaparecimento. De acordo com o autor:

No mundo do trabalho as evidências desse processo de reorganização consistem no aumento do desemprego estrutural e na precarização do trabalho. O desemprego estrutural responde à utilização das inovações tecnológicas e reestruturação organizacional e produtiva enquanto a precarização do trabalho recebe o nome de flexibilização do trabalho (FRANCESCONI, 2007, p. 4).

Os apontamentos explicitados, até o momento, levam ao entendimento de que o trabalho pode determinar ou redefinir o processo social e a produção do espaço geográfico. Daí o seu caráter de relevância como uma das categorias de análise do espaço. Atualmente, a Geografia do trabalho possui bases sólidas para utilizá-lo em seus estudos e análises a respeito do mundo e da realidade em que se vive.

Há estudos que permitem entender que a produção do espaço é determinada pelo tipo de trabalho realizado nele, mesmo que tenha vínculo ou não com a produção ou reprodução do capital. O exemplo que pode ser citado para comprovar a relação do tipo de trabalho com a produção do espaço é a Divisão Territorial do Trabalho, que define a produção de lugares diferenciados, revelando as particularidades de cada dimensão espacial.

Portanto, conforme Oliveira (2009), a Geografia deve analisar o trabalho para além do controle que o capital tenta manter sobre ele. Isto pode ser perfeitamente observado no momento em que uma pessoa prepara seus alimentos, realiza atividades cotidianas em sua casa, uma vez que por esse tipo de trabalho ela não possui remuneração e tampouco essa atividade gera capital. Daí conclui-se que o capital se apropria do trabalho, mas nem sempre o trabalho se subordina a ele. O trabalhador do campo, por exemplo, pode realizar atividade laborativa que produza capital, mas também realiza atividades como o cultivo de uma horta ou o desenvolvimento de uma roça que sirva apenas para o sustento familiar. Diante disso, observa-se que as afirmações de Thomaz Júnior são uma realidade. Na verdade, o que tem sofrido riscos é muito mais o emprego do que propriamente o trabalho em si.

Para Thomaz Júnior (2005, p. 3), o exercício do controle social do capital e do Estado sobre o trabalho é um tema permanentemente ligado à pesquisa geográfica. Ele expõe que o trabalho assume, no âmbito do metabolismo do capital, uma constante (re)arrumação territorial que tem na territorialização as evidências para o entendimento do que se passa da formalidade, atingindo o tecido social e, principalmente, os trabalhadores, as formas de contratação, de remuneração, de representação e de organização política.

Vê-se, então, que as questões aqui levantadas atestam que o trabalho exerce o papel de centralidade na Geografia, pois:

[...] não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito. Assim, sob o ponto de vista da sociedade do capital, o sujeito deve estar na esfera do trabalho. Por isso as metamorfoses pelas quais o trabalho tem passado, atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização do trabalho em suas diferentes formas de expressão (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 13).

Santos (1980) sugere que o espaço deve ser considerado um fato social, um produto da ação humana, uma natureza socializada, pois é através do seu trabalho de cunho produtivo e social que o homem, como sujeito da história, vai construindo o espaço. É sob esta ótica de relação sociedade-trabalho-natureza que a Geografia se pauta e se fundamenta para adotar o trabalho como sua categoria de análise central. São estas e outras contribuições teóricas que orientam as análises e aproximam o trabalho da Geografia, fornecendo meios para que essa ciência o tenha como categoria importante que subsidia estudos e análises do espaço.

4.3 O contexto da evolução histórica do trabalho no Brasil

Quando se fala em trabalho, no Brasil, quase nunca é lembrado que os índios foram os primeiros trabalhadores brasileiros, por isso é possível afirmar que o trabalho começou muito antes da chegada dos portugueses. Os índios viviam da caça, da pesca e da agricultura. A divisão do trabalho nas tribos se procedia da seguinte maneira: as mulheres eram responsáveis pela comida, por cuidar das crianças, pela colheita e pelo plantio e os homens eram encarregados do trabalho mais pesado, como a caça, a pesca, a guerra e a derrubada das árvores.

Com a chegada dos portugueses, muitos nativos foram escravizados. Segundo Ribeiro (1995) “a escravidão indígena predominou ao longo de todo o primeiro século. Só no século XVII a escravidão negra viria a sobrepujá-la”. Ribeiro ainda analisa que:

Nenhum colono pôs em dúvida a utilidade da mão-de-obra [*sic*] indígena, embora preferisse a escravatura negra para a produção mercantil de exportação. O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. Seu papel foi também preponderante nas guerras aos outros índios e aos negros quilombolas. A documentação colonial destaca, por igual, as aptidões dos índios para ofícios artesanais, como carpinteiros, marceneiros, serralheiros, oleiros. Nas missões jesuíticas tiveram oportunidade de se fazerem tipógrafos, artistas plásticos, músicos e escritores. A função básica da índia cativa foi, porém, a mão-de-obra na produção de subsistência. Para isso eram caçados nos matos e engajados, na condição de escravos, índios legalmente livres, mas apropriados por seus senhores através de toda sorte de vivências, licenças e subterfúgios (RIBEIRO, 1995, p. 99).

Além de os portugueses terem escravizado índios, eles também dizimaram tribos inteiras. Exploraram o Pau-Brasil durante trinta anos. Com o declínio desse ciclo, por volta de 1.530 iniciou-se o cultivo da cana-de-açúcar, pois era uma mercadoria que tinha um alto

valor comercial na Europa. Os engenhos formaram a base da economia colonial e com essa nova produção passou-se a utilizar, em larga escala, a mão de obra escrava composta por negros traficados, principalmente da costa ocidental Africana. Segundo Ribeiro, o negro foi

Aliciado para incrementar a produção açucareira e compor o contingente fundamental da mão-de-obra [*sic*]. Apesar do seu papel como agente cultural ter sido mais passivo que ativo, o negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como massa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se fez, quanto por sua introdução sorrateira, mas tenaz e continuada, que remarcou o amálgama racial e cultural brasileiro com suas cores mais fortes (RIBEIRO, 1995, p. 114).

A forma como o trabalho era visto no período da escravidão era a pior possível, pois o regime escravocrata fez com que o labor se tornasse uma atividade inferior dentro da sociedade. O trabalho braçal e as atividades que exigiam grande esforço físico eram algo peculiar ao negro. Para a sociedade escravista brasileira, esse tipo de atividade aviltava a moral dos brancos.

Mesmo que a mão de obra pesada fosse uma tarefa apenas para negros, eles também eram incumbidos de outros trabalhos, pois havia os escravos domésticos, que se ocupavam com serviços na casa do seu senhor, e os de ganho, que trabalhavam no comércio ou com outra atividade fora do engenho, que gerasse capital. O dinheiro angariado era repassado integralmente ao seu dono. Essa prática foi muito utilizada com o declínio dos senhores de engenho. Quando a cana-de-açúcar não estava mais gerando os lucros esperados, eles usaram os negros mais “espertos” para ajudá-los, principalmente no sustento familiar.

O regime de escravidão, no Brasil, durou mais de 350 anos. O país demorou a substituir o trabalho escravo pela mão de obra livre. Esse processo foi tardio e marcou profundamente a estrutura social e econômica brasileira, comprometendo o desenvolvimento do país. Em 13 de maio de 1888 foi assinada a lei que libertou os escravos, porém este episódio não contribuiu para melhorar a condição social e econômica deles, pois não possuíam formação escolar e tampouco uma profissão definida. Esse fato os fez perdurar em uma condição social e econômica subalterna por muitos anos.

Com o fim da escravidão, imigrantes ocuparam o lugar deixado pelos escravos, pois a agricultura cafeeira, que estava em pleno desenvolvimento, necessitava de empregados. Essa demanda estimulou a entrada de imigrantes que possuíam mão de obra especializada e trouxe novas técnicas de produção. Eles foram os primeiros trabalhadores, do Brasil, a terem um trabalho remunerado. Nesse sentido, a figura do imigrante era caracterizada pelo trabalho

“livre”. Porém, conforme Martins (1981, p. 30), “o colono continuou a fazer exatamente o mesmo que o escravo fazia, mudando apenas a organização social do trabalho coletivo do eito para o trabalho familiar”. Martins ainda acrescenta:

O colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador coletivo que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos com mais de sete anos. Enquanto na escravatura o trato do cafezal era no eito, era efetuado por turmas de escravos, já era uma tarefa socializada, no regime de colonato passou a ser organizado em base familiar (MARTINS, 1981, p. 78-79).

Foi dessa forma que o sistema de colonato foi implantado no Brasil. Os fazendeiros arcavam com os gastos com transporte e demais despesas para trazer os imigrantes. Segundo Martins:

A fim de repor o valor desembolsado com o pagamento inicial das despesas de viagem, os fazendeiros atrelavam ao contrato de parceria o compromisso de pagamento de dívidas pelas famílias recrutadas, o que logo tornou-se motivo de resistência política por parte dos imigrantes (MARTINS, 1981, p. 5).

A forma de pagamento, no sistema de colonato, era mista, pois uma parte da remuneração era composta de ganhos com a venda do café e outra parte com dinheiro. Os colonos tomavam conta da plantação e da colheita e recebiam uma área em que podiam plantar e manter suas criações para o sustento de sua família. Martins salienta:

O regime de colonato não pode ser definido como um regime de trabalho assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. Isso porque o colonato se caracterizou pela combinação de três elementos: um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar, modo camponês de trabalhar, estranho ao mundo do assalariamento e aos requisitos de sua efetivação. É, porém, a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar, que impossibilita definir essas relações como relações propriamente capitalistas de produção (MARTINS, 1981, p. 34).

As relações de trabalho, nesse modo de produção, eram variadas, porque, além de os colonos receberem salário em espécie, trabalhavam como parceiros e também eram diaristas – quando não era época de colheita, eles trabalhavam em outros serviços da fazenda e eram

remunerados por dia. Enquanto a família do imigrante estivesse trabalhando, morava em uma casa cedida pelo fazendeiro.

No que diz respeito ao sistema de parceria estabelecido como relação de trabalho, no regime de colonato, Lima (1998) afirma que, apesar de ser um trabalho “livre”, a forma como ele é conduzido ainda expressa um grau de exploração significativa, pois a relação de parceria divide os riscos de perdas e danos que a lavoura pode ter. Esse fato atrela, cada vez mais, o parceiro ao produtor, tornando o trabalhador ainda mais dependente e subordinado ao capitalista. Nesse sentido, o autor afirma:

A parceria proporciona ao capitalista obter aumento na produtividade do trabalho agrícola, atrelando a remuneração final do parceiro ao volume de produção, ao mesmo tempo que transfere para esse último os riscos de perdas inerentes ao ciclo da produção agrícola e os custos de reprodução de sua força de trabalho, mantendo uma reserva permanente de força de trabalho disponível para variações sazonais do trabalho agrícola. Para atingir esses objetivos, o capitalista submete-se à divisão do produto do trabalho agrícola com o parceiro, até que possa criar as condições tipicamente capitalistas de produção, substituindo a parceria pelo emprego de força de trabalho puramente assalariada (LIMA, 1998, p. 2).

O sistema de parceria ainda apresenta outra face, isto é, a falta da autonomia do colono, visto que o capitalista não permite que ele tome decisões e trabalhe seguindo suas próprias ideias. É certo que o trabalhador, no regime de colonato, tem a liberdade de gerir o seu tempo, mas isto não impede que ele continue altamente subordinado ao capitalista. Conforme Bertero:

A autonomia que tem é a de contrair relações de parceria. Afora isto, não desfruta de nenhuma autonomia. A propriedade limitada de meios de vida e de trabalho impede-lhe a reprodução autônoma. A relativa maleabilidade do horário de trabalho não o beneficia. Longe disso. É para que trabalhe mais do que o normal. Ademais, apesar de sócio, nada decide. Toda decisão é tomada por seu sócio. Mesmo este age sob condições dadas, que são determinadas pelo capital (BERTERO, 1983, p. 101).

Ademais, é bom lembrar ainda que o parceiro é um trabalhador “livre”. Porém, não passa de um vendedor de sua força de trabalho. Ele é mesmo um proletário rural que tem uma renda advinda do seu trabalho. Esse fato faz lembrar que a passagem do sistema de escravidão para o colonato possibilitou a criação de um mercado consumidor, no Brasil, porque o trabalhador passou a ser remunerado. A respeito disso, Bertero assim discorre:

O parceiro não é um trabalhador livre somente porque liberto de submissão pessoal, mas também porque liberto de toda propriedade que não seja a sua capacidade de trabalho. É um livre vendedor de força de trabalho familiar, cuja remuneração é proporcional ao produto. A quantia em dinheiro de que se apropria no final da safra, depois da venda do produto e dos posteriores descontos referentes à metade dos gastos da produção, não é mais que o pagamento da força de trabalho. É, pois, um trabalhador *assalariado*, mesmo quando assalaria terceiros, e não um misto de trabalhador assalariado e de 'capitalista de si mesmo' (BERTERO, 1983, p. 210, destaques do autor).

No sistema de colonato, o Brasil possuía uma economia agrária e mercantil e tinha como base a monocultura do café. A cafeicultura deu sustentação para que o país se industrializasse, pois permitiu a vinda imigrantes europeus atraídos pela expansão da economia cafeeira e formou uma mão de obra remunerada. Esse fato possibilitou a criação de um mercado consumidor que, até então, o Brasil não tinha, em razão do sistema de escravidão que possuía.

A cafeicultura também possibilitou o desenvolvimento infraestrutural dos meios de transporte e comunicação. O que favoreceu o crescimento das cidades. No contexto da crise de 1929, a produção do café entrou em decadência e perdeu sua força. Os cafeicultores passaram a investir em outros produtos e na implantação de indústrias. O Brasil passou a ser um país de economia urbana e industrial.

Nesse ínterim, o trabalho ganhou uma nova configuração, ao passar por metamorfoses, tanto quantitativa quanto qualitativa. As condições trabalhistas eram degradantes e aviltavam a condição de vida dos trabalhadores, com salários ruins, jornadas extensas e um sistema extremamente perverso. Era comum jornada de trabalho que variava de 14 a 16 horas, bem como a exploração de mulheres e crianças na execução de suas tarefas. Além de o salário possuir um valor ínfimo, não existia nenhuma proteção legal ao trabalhador, portanto todos eram explorados indistintamente.

Sob essas condições, os trabalhadores começaram a se organizar. Com a industrialização, reuniam-se centenas de operários em um mesmo espaço físico. Este fato possibilitou que eles se articulassem no sentido de analisar as condições de trabalho precárias às quais eram submetidos. Eles vivenciavam a mesma experiência. Portanto, eram instigados à necessidade de se posicionar em busca de melhorias nas condições de trabalho. Tudo isso culminou com um movimento grevista, ou seja, os trabalhadores começaram a paralisar o serviço executado e a negociar melhores salários e melhores condições de vida em suas atividades laborativas.

Entre 1914 e 1918 ocorreu a Primeira Guerra Mundial. Esse conflito estimulou a produção interna e contribuiu para o crescimento industrial brasileiro. Após 1930, foi implantado em nossas indústrias um método de produção conhecido como *Taylorismo*, que dividiu o trabalho em etapas, fazendo com que o operário desenvolvesse tarefas especializadas e repetitivas. Havia um controle rígido sobre o tempo gasto em cada tarefa, para que ela fosse executada o mais rápido possível, sem levar em conta o esforço exigido. Nesse modelo de produção, o trabalhador que produzisse mais em menos tempo recebia prêmios e incentivos.

No governo de Getúlio Vargas, em 1943, foram instituídos vários direitos trabalhistas, como: o salário mínimo, o décimo terceiro, férias, rescisão de contrato. Enfim, ele criou as Normas da Consolidação das Leis do Trabalho, conhecidas como CLT.

É possível perceber que o caminho que o trabalhador brasileiro tem percorrido não se difere muito da realidade dos países capitalistas subdesenvolvidos, em especial dos latinos americanos. Para melhor analisar esse percurso, Moreira (2013) realiza um estudo que sistematiza a trajetória da classe operária no Brasil. Ele divide a formação e a evolução das lutas do operariado em três momentos diferentes: de 1890 a 1920, de 1921 a 1935 e de 1936 a 1985.

O primeiro período, Moreira (2013) nos mostra que foi o momento composto pelo nascimento e maturidade dos trabalhadores como classe operária. Foi nessa fase que o operariado fabril buscou se organizar como classe independente e elaborar um projeto de construção de sua própria história. Pode-se dizer, então, que foi a etapa embrionária em que o trabalhador começou a definir sua identidade, porque passou a entender-se como classe antagônica à burguesia. O autor adverte que, nesse período, o espaço fábrica-bairro foi o terreno eleito para as ações dos trabalhadores. Ele afirma que a fábrica e o bairro operário chegaram a ser territorialmente confundidos.

Já o segundo período, que vai de 1921 a 1935, Moreira (2013) o caracteriza como o momento histórico em que as duas classes fabris se confrontam em uma perspectiva de construção de suas histórias, na condição de classes antagônicas.

No que diz respeito ao terceiro momento histórico, de 1936 a 1985, o autor estabelece que foi o tempo em que o operariado, às vezes, perdeu e, às vezes, reencontrou sua identidade de classe. Isto porque ele se integrou ao projeto das classes médias ou da própria burguesia fabril e perdeu de vista a sua condição de trabalhador. Nessa etapa, segundo Moreira (2013), o operariado fez uma alternância entre sua condição e a condição da burguesia.

Vale ressaltar que essa trajetória do movimento operário acompanhou o processo de formação industrial do capitalismo no Brasil, e também pode ser analisada em duas partes. Em uma prevaleceu a hegemonia do capital comercial sobre o capital industrial e na outra houve uma inversão e o capital industrial passou a sobrepor o comercial. O Quadro 1 expõe algumas estratégias realizadas pelo operariado e pela burguesia, com base em Moreira (2013).

QUADRO 1 – Estratégias articuladas pela burguesia e operariado, referentes ao mundo do trabalho no Brasil (1890-1985)

ESTRATÉGIAS DA BURGUESIA	ESTRATÉGIAS DO OPERARIADO
Ocultou os antagonismos de classe nos fundamentos do direito burguês.	Revelou a formação dos antagonismos no espaço fabril.
Expandiu o circuito mercantil por meio do aprofundamento da divisão interna do trabalho.	Estruturou as classes, fundando comissões, sindicatos, associações, partidos etc.
Separou estrutural e territorialmente trabalho/poder, trabalho/saber, trabalho/morada, ficando assim: fábrica (espaço do trabalho), escola (espaço do saber), bairro (espaço de morada).	Produziu cultura de classes substanciada em concepções próprias de mundo.
Hegemonizou o capital sobre o trabalho.	Formulou a aliança operário-camponesa.
Escolarizou os trabalhadores pelas mãos do Estado Burguês de forma que destruiu a memória histórica e ideológica-cultural operária.	Instaurou os processos de democratização da cidade, tais como: reforma agrária, reforma urbana etc.
Estabeleceu o controle espacial sobre o movimento camponês de tal modo que evitou a aliança do campesinato com o operariado fabril.	Sem contraponto estabelecido pelo autor.
Efetou o pacto populista e atrelou o movimento operário urbano ao projeto de história da burguesia fabril.	Sem contraponto estabelecido pelo autor.
Fragmentou e enfraqueceu o movimento operário, atrelando o sindicato ao Estado.	Sem contraponto estabelecido pelo autor.
Fundou a sociedade burguesa no Brasil no corporativismo.	Sem contraponto estabelecido pelo autor.
Parcelou o trabalho no interior do espaço fabril como forma de alienação do trabalho.	Sem contraponto estabelecido pelo autor.

Fonte: Moreira (2013).

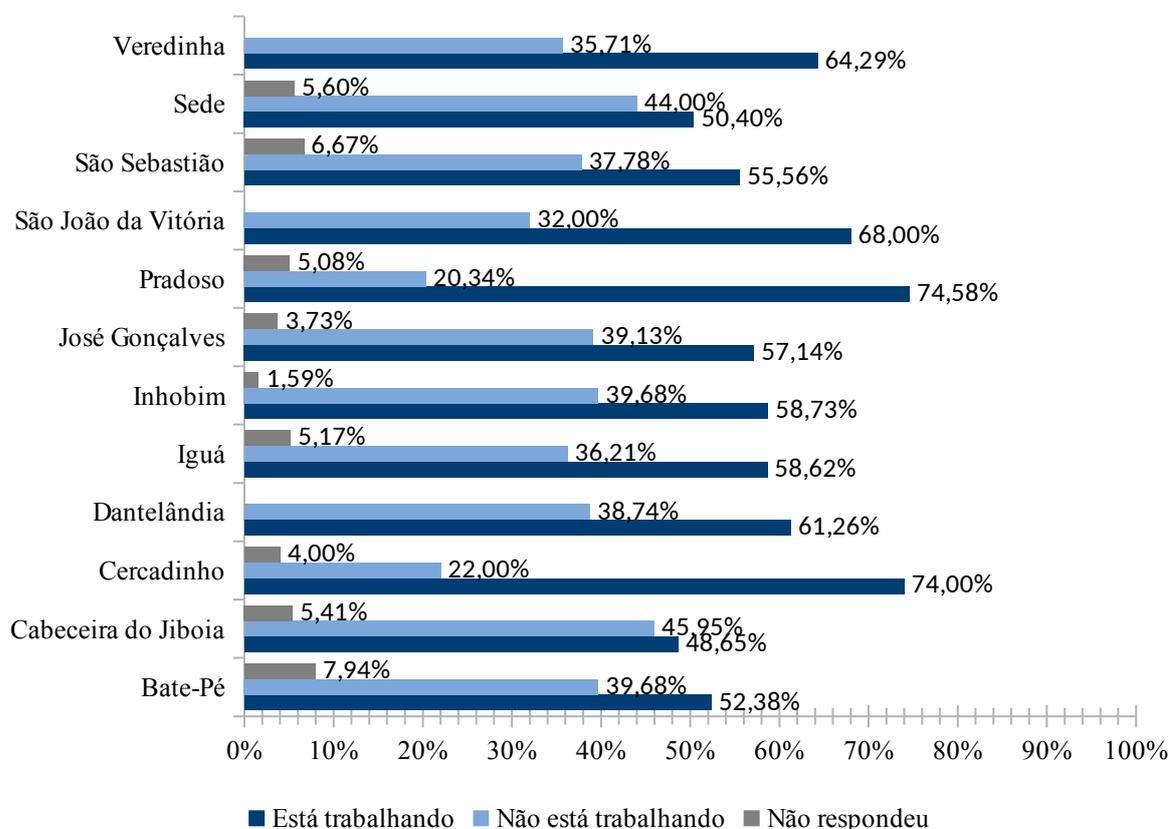
Organização: Verônica Ferraz (2017).

Atualmente, a classe trabalhadora brasileira tem assistido ao desmanche de muitos benefícios que lhes foram conferidos por meio de lutas, greves e reivindicações. Hoje, vive-se uma realidade em que muitos trabalhadores perderam o entusiasmo e a motivação para aderir a movimentos de luta contra o desaparecimento de benefícios trabalhistas previstos em lei. Existe, mais do que nunca, um trabalhador alienado ao capital, que vive refém do seu emprego. Esse fato impossibilita-o de reivindicar melhores salários e melhores condições de vida em seu labor.

4.4 O trabalho na zona rural de Vitória da Conquista

A pesquisa de campo foi realizada nos distritos (todas as vilas e povoados maiores) do município de Vitória da Conquista por meio de aplicação de questionários, observações diretas e entrevistas, nos anos de 2014 a 2018. O questionário foi elaborado de forma ampla para que se pudesse ter uma visão do todo acerca da realidade estudada. Dessa forma, nesta subseção, os dados coletados serão expostos e analisados. O Gráfico 4 apresenta informações sobre a inserção das pessoas no mercado de trabalho. As pesquisas apontaram um índice elevado de trabalhadores desempregados, pois, no total dos distritos, 37,45% dos entrevistados declararam que estão desempregados, 3,97% não responderam e apenas 58,58% afirmaram que estão trabalhando. Esta realidade que a zona rural conquistense apresenta é reflexo do conjunto de fatores que permeiam a economia do país.

GRÁFICO 4 – Moradores dos distritos de Vitória da Conquista-BA inseridos ou não no mercado de trabalho (2004-2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

Conforme os indicativos apresentados no Gráfico 4, dos doze distritos conquistenses o que apresentou o maior índice de desemprego foi Cabeceira do Jiboia, com 45,95% de pessoas desempregadas, e o percentual de empregados foi de apenas 48,65%. O segundo lugar

em desemprego foi o da população da zona rural do distrito sede, pois apresenta um número de 44% de pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho e somente 50,40% declararam a obtenção de emprego. Ficaram no terceiro lugar, em maior número de desempregados, os distritos de Bate-Pé, Inhobim e José Gonçalves, que obtiveram uma média de 39% a quase 40% de pessoas que não estão trabalhando.

O distrito onde a pesquisa apontou menor índice de pessoas desempregadas foi o Pradoso, com apenas 20,34% do total de entrevistados; e, em segundo lugar, o Cercadinho com 22% de pessoas que não apresentaram vínculo com o trabalho. De todos os distritos os que apresentaram o maior número de pessoas empregadas foram o Pradoso e o Cercadinho, uma vez que cerca de 74% das pessoas entrevistadas declararam estar trabalhando. Em segundo lugar, encontra-se São João da Vitória, que apresenta um índice de 68% de pessoas que possuem emprego; e, em terceiro lugar, Veredinha, com pouco mais de 64% de pessoas que estão trabalhando. Como é possível perceber, o indicativo da pesquisa realizada no trabalho de campo revela um alto índice de desemprego na zona rural do município de Vitória da Conquista. Por certo, esta é a face mais dramática da recessão que o Brasil tem vivido nesses últimos tempos.

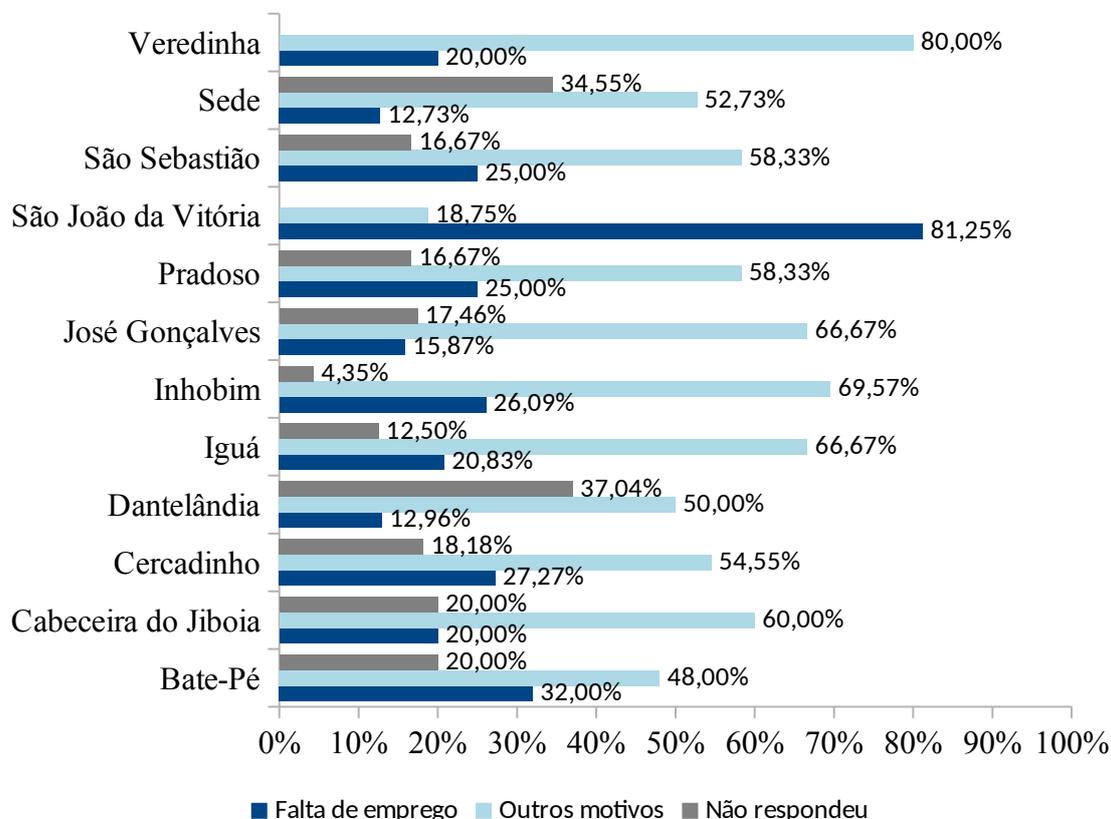
Vários fatores são intrínsecos ao desemprego, ou seja: saúde, violência, desorganização familiar e social, dentre outros. Neste sentido, Reinert (2017) aponta várias consequências desse fenômeno:

Estudos comprovam que o desemprego aumenta os problemas relacionados com a saúde física e mental do trabalhador, fazendo com que se acentue a procura pelos serviços profissionais ligados a esta área. Também há comprovação de que a violência e o crime, de um modo geral, estão diretamente relacionados com o desemprego. Este pode ainda provocar radicalização política, tanto à direita quanto à esquerda, bem como ampla desorganização familiar e social. Estudos já descobriram relação entre aumento de desemprego e aumento de divórcios, apenas a título de exemplo (REINERT, 2017, p. 2).

Os dados apontados acerca do desemprego na zona rural do município são significativos, pois sabe-se que as consequências podem ser devastadoras, tanto do ponto de vista do desempregado quanto da família. Ademais, os setores social, econômico e político também são acometidos por esse fenômeno. Algumas razões podem ser apontadas para justificá-lo, quais sejam: desenvolvimento tecnológico, terceirização, (des)territorialização da indústria, concentração de renda, problemas naturais, como seca, dentre outros. Cabe lembrar que as motivações podem ser determinadas de acordo com a realidade de cada lugar. O

Gráfico 5, a seguir, aponta a falta de emprego como principal razão de não estarem inseridos no mercado de trabalho.

GRÁFICO 5 – Razões de os trabalhadores não estarem inseridos no mercado de trabalho. Vitória da Conquista-BA (2014 a 2018)



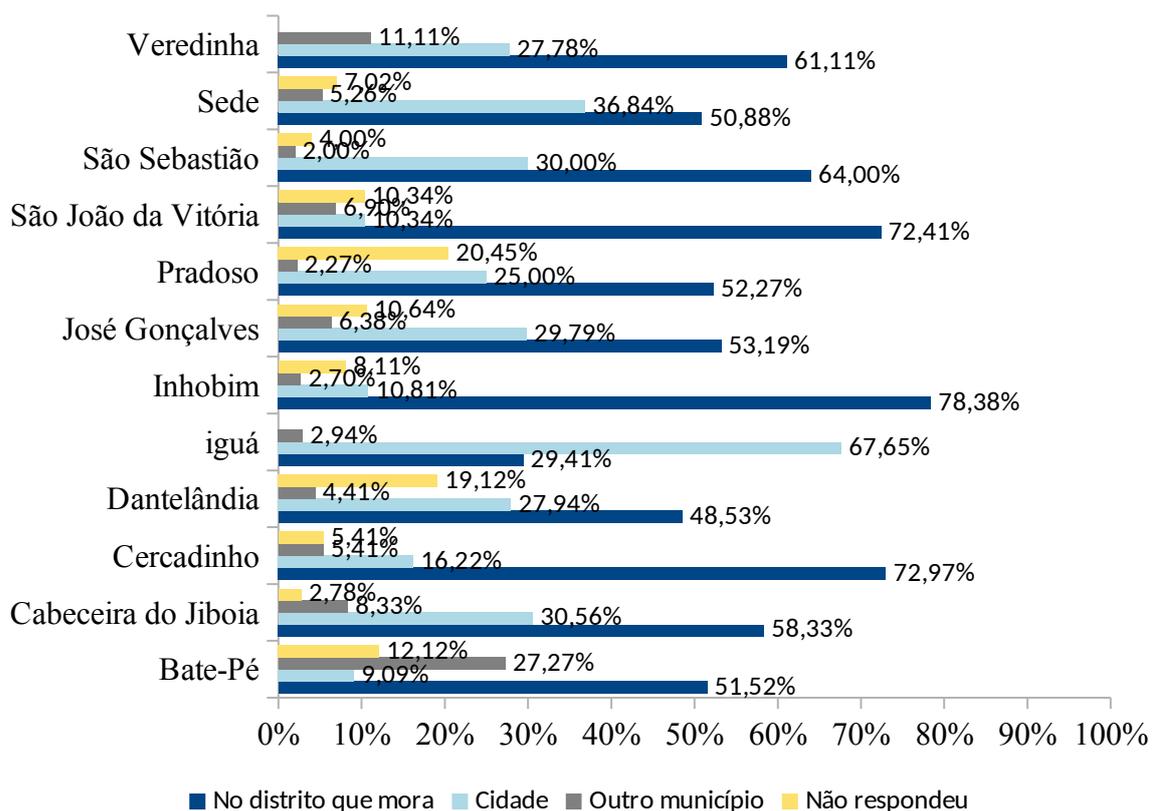
Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

Ao questionar as pessoas entrevistadas, nos distritos conquistenses, sobre o motivo pelo qual não estão trabalhando, 22,03% apontaram a falta de emprego, 20,90% não responderam e 57,06% indicaram outros motivos, conforme pode ser averiguado no gráfico anterior. Observou-se que os entrevistados não conseguiram expressar, com maior grau de detalhamento, as causas da falta de emprego em seu lugar. Talvez, pelo baixo grau de escolaridade revelado nas análises, pois isso impossibilita as pessoas de fazerem a leitura com as devidas reflexões acerca da realidade socioeconômica em que vivem.

O distrito que mais se despontou quando as pessoas indicaram a falta de emprego como principal motivação de não estarem trabalhando foi São João da Vitória, em primeiro lugar, com um índice de 81,25%. Na segunda posição está o Bate-Pé, com uma porcentagem de 32%; e em terceiro lugar o distrito de Cercadinho, com o índice de 27,27%, conforme pode ser observado, ainda, nos dados expostos no gráfico.

Constatou-se que as atividades laborativas da zona rural do município em foco são escassas e não apresentam oportunidade de emprego, principalmente, aos jovens que almejam uma posição no mercado de trabalho, após terem concluído o ensino médio. Por isso, muitas pessoas têm que migrar para outros lugares, na tentativa de conseguirem uma colocação nesse mercado tão competitivo. A pesquisa de campo indica que 27,75% dos entrevistados declararam que para manterem-se no lugar onde moram é necessário sair para Vitória da Conquista, em busca de emprego, conforme mostra o Gráfico 6.

GRÁFICO 6 – Lugar onde os moradores dos distritos estão inseridos no mercado de trabalho. Vitória da Conquista-BA (2014-2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

Portanto, com base no gráfico anterior, o distrito que mais fornece mão de obra para a cidade de Vitória da Conquista é o Iguá, com um percentual de 67,65% de pessoas que migram para trabalhar nesta cidade. Em segundo lugar estão os povoados da sede municipal, os quais foram alvos da pesquisa: Capinal, Barrocas, Periquito, São Joaquim, Santa Marta, Saguim, Caldeirão e Lagoa de Clemência, que apresentam um indicativo de 36,84% de pessoas que trabalham na cidade de Vitória da Conquista. Na terceira posição está o distrito

Cabeceira do Jiboia, que revelou um número de 30,56% de trabalhadores prestadores de serviços na sede do seu município.

Observou-se que os distritos e povoados mais próximos da sede municipal são os que fornecem maiores fluxos de mão de obra, o que ocorre devido à facilidade de acesso, tanto do transporte quanto da qualidade das rodovias que os ligam à Vitória da Conquista. Ressalta-se que em alguns lugares as estradas ainda não são pavimentadas, mas, mesmo assim, as pessoas vão em busca de trabalho, por conta de seus lugares de moradia serem adjacentes da cidade.

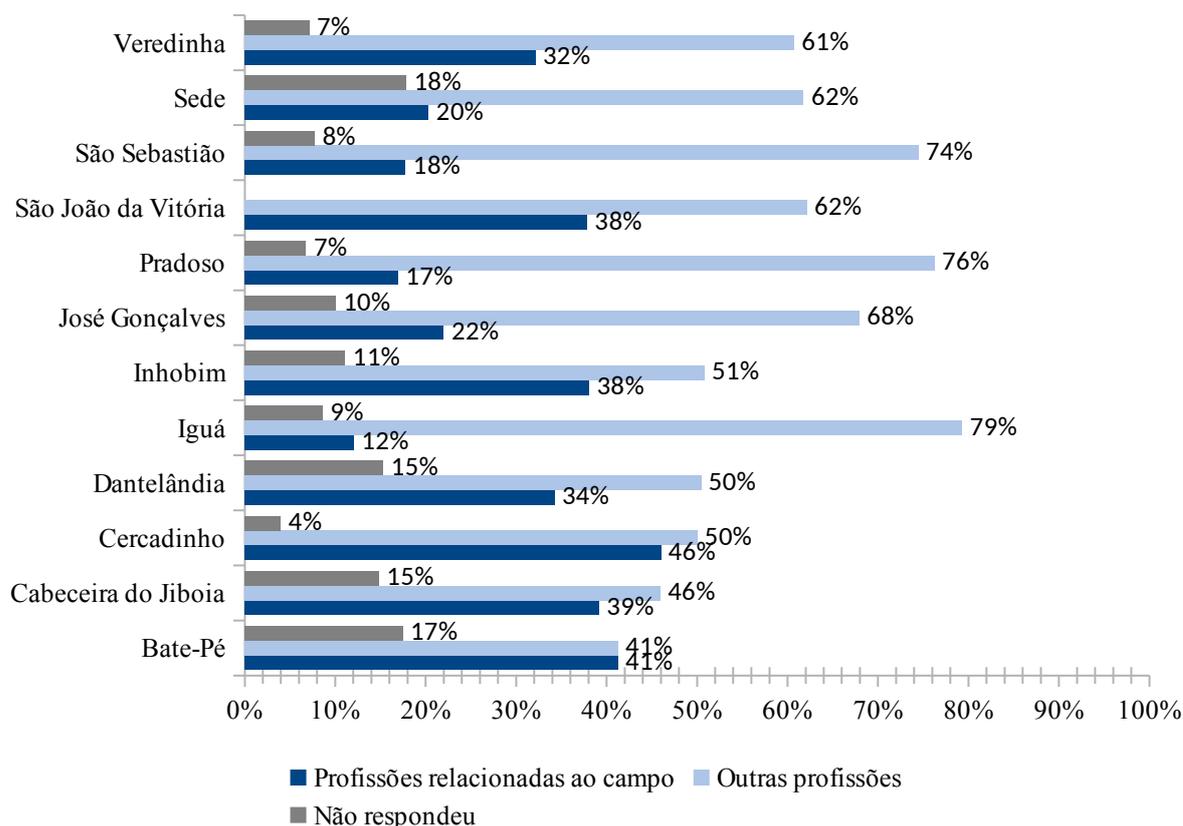
Os distritos São Sebastião, José Gonçalves, Dantelândia, Veredinha e Pradoso são, também, exemplos de lugares de onde as pessoas migram para Vitória da Conquista em busca de emprego. Eles têm o percentual que varia entre 27% e 30% de trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho na sede do seu município.

Ainda de acordo com o Gráfico 6, apresentado anteriormente, pode-se analisar que o distrito de Inhobim é o que mais retém a mão de obra, pois apresenta um percentual de 78,38% de pessoas que estão trabalhando no próprio distrito e não necessitam sair para buscar um meio de sobrevivência em outro lugar. Neste aspecto, Cercadinho encontra-se na segunda posição, pois tem um percentual de 72,97% das pessoas que asseguraram estar empregadas e trabalharem no próprio distrito. Na terceira colocação está São João da Vitória, com 72,41% de trabalhadores vinculados ao seu distrito.

No que se refere às pessoas que mencionaram estar trabalhando fora do município de moradia, apenas dois distritos tiveram um percentual expressivo. O primeiro foi Bate-Pé com 27,27% e o segundo foi Veredinha com 11,11%. Os índices dos demais distritos em que as pessoas declararam trabalhar fora do município são relativamente baixos, conforme indicação do Gráfico 6. Isto aponta para uma realidade diferenciada dos tempos passados, principalmente nas décadas de 70 e 80, em que as pessoas da zona rural, do município conquistense, migravam para lugares mais distantes, como São Paulo e outras metrópoles que captavam mão de obra em massa, da região Nordeste.

Quanto aos tipos de profissão das pessoas entrevistadas na pesquisa de campo, os estudos apontaram que muitas pessoas, moradoras da zona rural de Vitória da Conquista, não exercem profissões relacionadas ao seu lugar de moradia, pois necessitam migrar para trabalhar na cidade. Dessa forma, conforme Gráfico 7, a pesquisa revelou que 60,66% dos indivíduos que estão empregados declararam que sua profissão não está relacionada com atividades do campo.

GRÁFICO 7 – Moradores dos distritos do município de Vitória da Conquista-BA que possuem profissões relacionadas a atividades do campo (2014-2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

Em todos os distritos esse índice é substancial. O Iguá, por exemplo, apresenta um percentual de 79,31% de trabalhadores que não possuem profissão relacionada ao campo. O Pradoso tem um índice de 76,27% de pessoas que não têm profissões ligadas a atividades da zona rural; e São Sebastião também apresentou o indicativo de 74,44%. Os demais distritos apresentam um índice que fica entre 41% e 62% de pessoas que declararam terem profissões distintas das atividades rurais. Acredita-se que esse fenômeno ocorre devido ao grande número de pessoas que saem da zona rural para trabalhar na zona urbana.

A pesquisa de campo possibilitou a realização de análises acerca da precariedade do trabalho e do desmantelamento dos direitos sociais dos trabalhadores do campo, do município de Vitória da Conquista. Os Gráficos 8 e 9, adiante, revelam dados sobre a situação do trabalhador, no que diz respeito à carteira profissional e ao vínculo empregatício. A realidade apurada no trabalho de campo não dista da prática de muitos setores da sociedade brasileira e até mesmo global, pois, segundo Antunes (1995), o

trabalho, na sociedade contemporânea, tem vivido metamorfoses nefastas. Desse modo, ele assim afirma:

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 1995, p. 45).

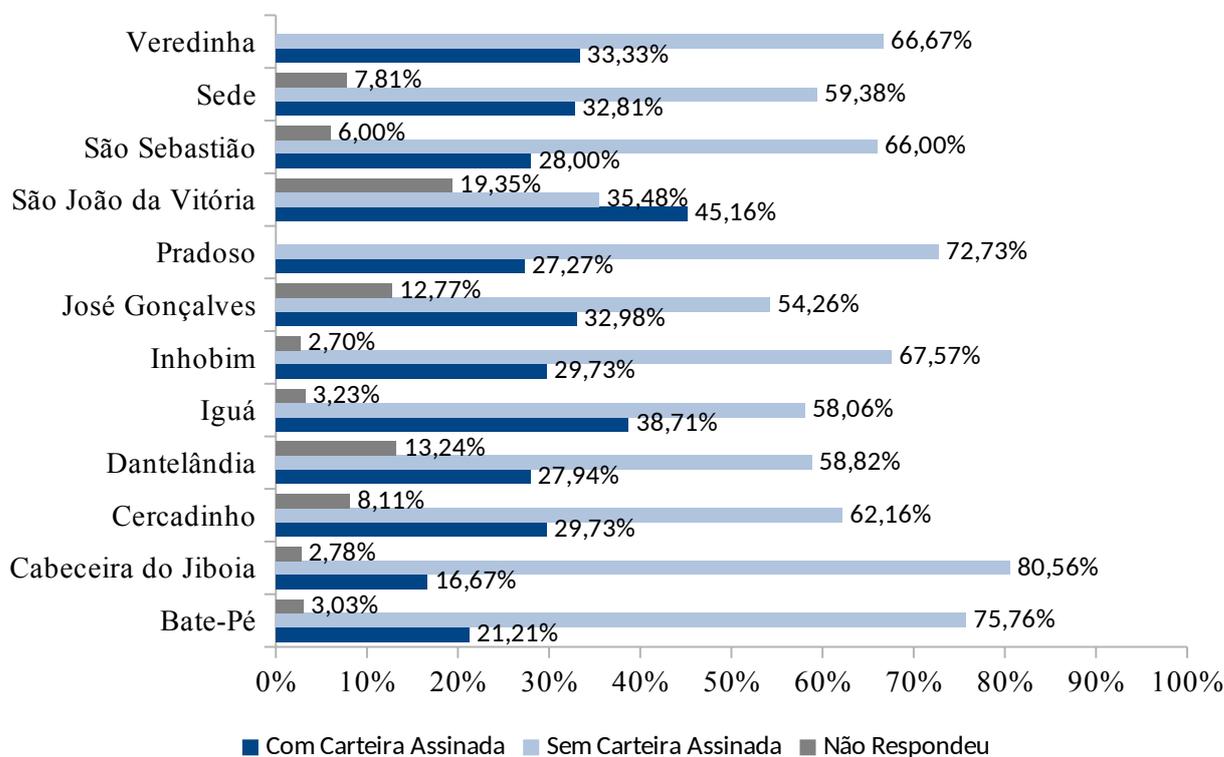
No tocante à Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), sabe-se que este documento funciona não só como registro histórico do trabalhador, mas, também, quando assinada, promove uma série de benefícios para ele. O trabalhador com registro tem os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quais sejam: férias remuneradas e décimo terceiro salário. Ademais, com o registro, ele conta com proteções sociais, como: seguro-desemprego, auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade e aposentadoria. Além de todos estes benefícios, há, ainda, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Os valores dessas vantagens dependem do tempo de serviço que a pessoa tem, no local em que possui vínculo empregatício.

Entre as inúmeras vantagens de se ter o registro profissional, há, também, o direito de saque do Programa de Integração Social (PIS) para empregados de empresa privada ou do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Como pode ser observado, as vantagens do registro profissional são inúmeras. É por isso que o trabalhador tem prejuízo quando não o possui. Ao analisar os resultados da pesquisa, conferiu-se um índice substancial de trabalhadores, da zona rural de Vitória da Conquista, que não possuem registro na carteira, pois 62,06 % do total das pessoas entrevistadas em todos os distritos declararam não ter vínculo com o trabalho e apenas 30,20% disseram que possuem o registro profissional.

Os dados indicados no Gráfico 8, a seguir, mostram que uma grande parcela dos trabalhadores da zona rural de Vitória da Conquista vive em situação de desamparo das leis trabalhistas e, conseqüentemente, dos direitos que poderiam usufruir com o registro na carteira. As informações colhidas no trabalho de campo são desanimadoras, pois o distrito de Cabeceira do Jiboia apresenta um índice de 80,56% de pessoas que trabalham e não são registradas. Outro distrito que indicou um número alto de servidores destituídos dos benefícios que a CTPS possibilita foi Bate-Pé, ele apresenta um indicativo de 75,76%

de pessoas que trabalham e não são registradas. Em terceiro lugar está o Pradoso, que tem um indicador de 72,73% de pessoas que trabalham, mas não possuem vínculo empregatício.

GRÁFICO 8 – Tipo de vínculo empregatício dos trabalhadores entrevistados dos distritos de Vitória da Conquista-BA (2014-2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

Conforme pode ser observado no Gráfico 8, todos os distritos apresentam um alto índice de trabalhadores que são desamparados pelas leis trabalhistas, porque o lugar que possui maior número de pessoas com carteira assinada é São João da Vitória, mas, mesmo assim, não atinge nem o percentual de 50%, pois a pesquisa indica que este distrito tem apenas 45,16% de trabalhadores que possuem vínculo empregatício. O segundo distrito em quantidade de pessoas que declararam ter o registro profissional foi o Iguá, com a soma de, somente, 38,71% de pessoas que trabalham com a carteira assinada. O terceiro lugar em que os trabalhadores declararam o vínculo empregatício foi Veredinha, com apenas 33,33% de pessoas que trabalham e têm os direitos garantidos no documento profissional.

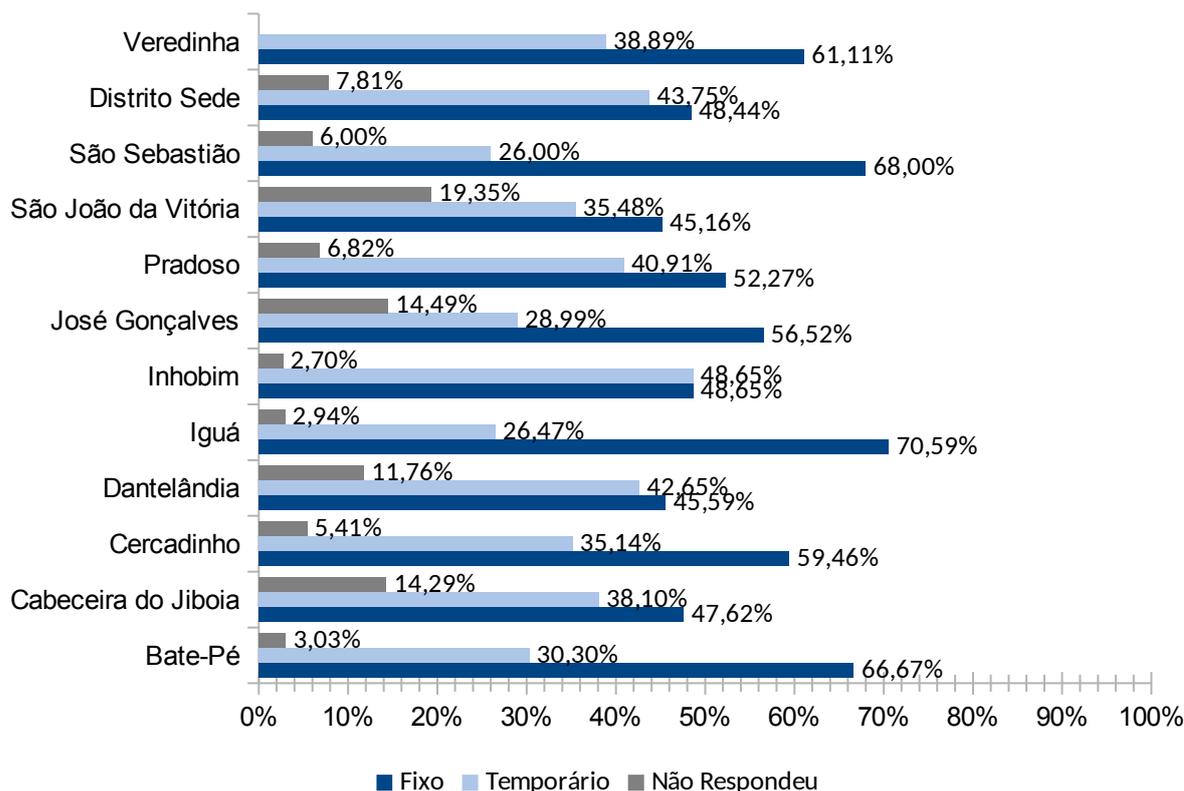
Quanto às relações de trabalho no campo, de modo geral, no Brasil, elas se desenvolvem de forma muito heterogênea, pois existem diversas maneiras de relação estabelecida entre o trabalhador e o empregador. Isto pode acontecer conforme vários

aspectos, dentre eles: a região e o tipo de atividade. Portanto, as relações trabalhistas são classificadas da seguinte forma:

- Sistema de parceria – são parcerias estabelecidas entre o dono da terra e o trabalhador rural. Uma pessoa disponibiliza o espaço e a outra a força de trabalho. No final, a produção é repartida de acordo com as regras que foram pré-estabelecidas para determinar o percentual que cabe a cada uma das pessoas a receber.
- Sistema de arrendamento – são os trabalhadores rurícolas que não possuem terra e alugam ou arrendam a terra de terceiros. Normalmente, a remuneração é realizada em dinheiro, mas existem aqueles que acordam o pagamento com parte da produção.
- Sistema de assalariados permanentes – neste caso o trabalho é fixo e o trabalhador possui certa estabilidade, o que significa que ele não tem prazo para terminar suas atividades.
- Sistema de empreitada – são aquelas atividades que o rurícola e o proprietário acordam o serviço que é para ser realizado. Eles fecham um pacote de tudo que tem para se fazer e o pagamento é realizado paulatinamente.
- E, finalmente, existe o sistema de pagamento por dia (diarista) – esta é a relação de trabalho em que o empregado recebe pelo dia trabalhado, independentemente do serviço que realiza.

Sobre as relações de trabalho que são estabelecidas na zona rural de Vitória da Conquista, a pesquisa de campo que foi realizada em todos os distritos (vilas e povoados maiores) do município não identificou o sistema de empreitada, de parceria e de arrendamento. A relação de trabalho mais comum, nessa área, é o pagamento por diária. O número de trabalhadores rurais que praticam a profissão como diaristas é considerável nos distritos conquistenses. As pessoas que trabalham e recebem por dia declararam-se trabalhadores temporários. Como pode ser observado, no Gráfico 9, que se segue, a quantidade de indivíduos que não possuem trabalho fixo, em todos os distritos, é considerável, pois a pesquisa revelou um percentual de 36,36% de trabalhadores temporários e pouco mais de 50% de fixos.

GRÁFICO 9 – Relação de trabalho declarada pelos moradores entrevistados dos distritos do município de Vitória da Conquista-BA (2014-2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

A vila que mais se despontou em relação a trabalhadores temporários foi Inhobim, com 48,65%; este número chega próximo a metade das pessoas que declararam que estão trabalhando. Em segundo lugar ficaram os povoados do distrito sede: Capinal, Barrocas, Periquito, São Joaquim, Santa Marta, Saguim, Caldeirão e Lagoa de Clemência, com 43,75% de pessoas que não possuem trabalho fixo. E na terceira colocação ficou o distrito de Dantelândia, que apresentou um índice de 42,65% de trabalhadores temporários.

A pesquisa revelou que os demais distritos apresentam, também, indicativos entre 26% e 40,91% de servidores destituídos de emprego fixo. Então, esse cenário de precariedade do trabalho é, de fato, uma realidade generalizada na zona rural do município de Vitória da Conquista. Os índices revelados pela pesquisa possibilitam concluir que a região tem um quadro socioeconômico preocupante, uma vez que são muitas as pessoas que trabalham, mas não possuem nenhum tipo de vínculo e são destituídas de qualquer benefício previdenciário.

O distrito em que os trabalhadores mais declararam ter emprego fixo foi Iguá, o qual apresenta uma percentagem de 70,59%. Esse dado coincide com o fato de as pessoas desse lugar serem as que mais migram para trabalhar em Vitória da Conquista. São Sebastião ficou na segunda posição, com o índice de 68% de trabalhadores que são fixos em seus empregos; e

o terceiro lugar ficou com Veredinha, que apresentou uma quantidade de 61,11% de pessoas que possuem trabalho permanente. Os resultados do trabalho de campo mostram que Cercadinho, José Gonçalves e Pradoso possuem indicativos de 50% a 60% de trabalhadores fixos; e Cabeceira do Jiboia, Dantelândia, Inhobim, São João da Vitória, e os povoados do distrito sede não atingem nem o percentual de 50%.

As pessoas que trabalham como diaristas não possuem estabilidade no emprego e, tampouco, os direitos sociais estabelecidos pela CLT. Essa modalidade de emprego não cria vínculo empregatício. Em caso de alguma enfermidade, por exemplo, o trabalhador não tem direito ao auxílio-saúde; se a mulher engravida, não tem acesso ao auxílio maternidade. Quanto à aposentadoria, o diarista também não possui esse benefício. Ademais, se a pessoa trabalhar, recebe; se houver algum problema e ela ficar impossibilitada de exercer suas atividades laborativas, não recebe. Ou seja, nesse sistema, o trabalhador só é remunerado se estiver em produtividade. Nesse sentido, o trabalho do diarista é precário, pois esse tipo de parceria é feito, completamente, na informalidade.

Com base nos dados apresentados, nota-se que o fluxo de pessoas que moram na zona rural de Vitória da Conquista e saem para trabalhar na cidade é significativo. Observa-se no depoimento dos entrevistados 4 e 5 que a relação de trabalho do homem do campo com a cidade é de suma importância para a fixação dele no lugar onde nasceu, pois elas expressam o desejo de continuar morando no espaço onde a família está.

Com o dinheiro do meu trabalho comprei geladeira, fogão, filtro e construí um banheiro e um quarto. Aumentei minha casa. Se não fosse o trabalho em Conquista eu não tinha conseguido nada disso que consegui, porque aqui não tem emprego. Principalmente para os jovens. A gente tem que sair daqui pra trabalhar, mas só pra isso. Porque os parente da gente está aqui! (Depoimento oral, Entrevistado 4, 2017).

Com o trabalho da cidade eu construí minha casa mais rápido. Se fosse com o trabalho daqui da roça seria muito mais lento porque ia depender de uma criação ou plantação para vender e tirar o dinheiro. A dificuldade aqui da roça é bem intensa. Aqui tudo é mais difícil, mas ainda assim é aqui que eu gosto de morar porque nasci e criei aqui e minha família está aqui (Depoimento oral, entrevistado 5, 2017).

O trabalho é algo tão importante para a fixação do homem no campo, que se apresentou, no estudo, em variadas situações. Ao passo que foi identificado um fluxo expressivo de pessoas que saem em busca de uma atividade remunerada na cidade, para garantir sua sobrevivência no campo, foram identificadas, também, diversas estratégias para que as pessoas não necessitem se locomover do lugar onde moram, em busca de emprego.

Assim, foram detectadas algumas ocupações que as pessoas realizam para mantê-las em seu lugar de nascimento. Dentre outras atividades, é possível citar: a produção de farinha, de biscoitos, de pamonhas e o cultivo de hortas. A Figura 10 é formada por um painel fotográfico que mostra algumas etapas pelas quais passa a produção de pamonhas, na região do Capinal, povoado de Vitória da Conquista. A fabricação da pamonha, nesse lugar, é uma atividade que gera empregos diretos e indiretos. Ela evita, sobretudo, a saída das pessoas para buscarem outro meio de sobrevivência fora do seu lugar de moradia.

FIGURA 10 – Painel fotográfico da produção de pamonha no povoado do Capinal, no município de Vitória da Conquista-BA (2014-2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

A respeito da produção de Pamonha, na localidade do Capinal, o entrevistado 1 expressa a seguinte realidade:

A gente tem uma pequena fábrica, com apenas seis pessoas que trabalham. Destas, duas são da família e quatro, são contratados. Parte da matéria-prima é originada do próprio lugar e outra parte é produzida fora.

A pamonha aqui é minha única renda, ela é vendida basicamente aqui no local e em Conquista. Ela gerou muito emprego. Direto e indireto. Segura a mão de obra para não sair para Conquista, pois, se as pessoas não tivessem isto aqui para trabalhar, todas tinham que ir procurar emprego em Conquista, porque aqui não tem outra renda. Não tem outro meio de vida (Depoimento oral, entrevistado 1, 2017).

É importante ressaltar que foram identificadas várias fábricas voltadas para a produção de pamonhas, nesse lugar. É interessante que o relato da entrevistada 1 se refere exatamente a um antagonismo encontrado na pesquisa: o desemprego na cidade, pois até o momento falou-se do desemprego no campo, que provoca a migração para a cidade. No entanto, este caso revela uma contradição. Aí deve residir o olhar diversificado do pesquisador, pois resta a ele saber fazer o estudo sem se limitar e seguir apenas as tendências pressupostas em seu problema de pesquisa. Ele tem de estar preparado para encontrar realidades diferentes daquelas que ele concebeu na elaboração do seu projeto.

O entrevistado 1 complementa, ainda, ressaltando a ampliação do negócio e o fato de a produção de pamonhas ser uma empreitada que envolve parentes:

Tudo começou com um parente meu, que morava em São Paulo e ficou desempregado. Ele veio para a casa de minha avó e sem ter outra coisa para fazer, começou a produzir pamonha para vender. Minha Vó cedeu um terreno onde ele fez uma barraquinha para vender as pamonhas. Aqui é beira da estrada, passa muita gente. O negócio deu tão certo que ele construiu uma casa e melhorou a fábrica. Hoje não tem mais a barraca, construiu um lugar melhor. Agora tem muitas pessoas que fazem a pamonha para vender. É tudo parente! (Depoimento oral, entrevistado 1, 2017)

A produção de biscoitos, sobre a qual podem ser observadas algumas etapas da produção na Figura 11, a seguir, é outra ocupação profissional que dá possibilidades, ao rural, de não ter que migrar em busca de emprego na cidade. Esta atividade foi detectada no trabalho de campo e localizada na vila do Pradoso. Ela, também, é uma produção que se encontra em vários lugares do município.

FIGURA 11 – Painel fotográfico da produção de biscoito na vila do Pradoso, no município de Vitória da Conquista-BA (2014-2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

A pesquisa apresenta o depoimento, conforme a entrevista, de uma das biscoiteiras mais antigas de Vitória da Conquista. O interessante é que ela revela o mesmo fenômeno declarado pelo entrevistado 1, sobre a produção de pamonhas. Sua atividade também está relacionada ao desemprego na cidade. Ela relata que o esposo ficou desempregado, do comércio em Vitória da Conquista, e, sem nenhuma alternativa para sobrevivência, com dois filhos para criar, dedicou-se à produção dos biscoitos “caseiros”, mas com o objetivo

comercial, pois a família tem o ponto de venda na feira livre em Vitória da Conquista – o que pode ser verificado no painel fotográfico da Figura 11, anterior, e nos relatos, a seguir:

Nós fazemos o biscoito aqui na roça e temos o ponto de comércio lá em Conquista. Com a produção de biscoito formei meus filhos. Hoje temos um professor e uma advogada. A gente mora aqui nesse sítio, mas temos a nossa casa da cidade. O nosso rendimento principal é a produção de biscoito.

Fazer biscoitos vem dos meus antecedentes. Minha sogra já fazia biscoitos para vender. Meu marido ficou desempregado com 45 anos e não achou mais emprego. Com 8 dias que ele saiu do emprego já começou a produção e agora a gente já tá com 26 anos no ramo. Hoje tem uma moça que trabalha aqui com a gente, mas já tive 10 funcionários (Depoimento oral, entrevistado 10, 2017).

A fabricação de farinha é, também, uma opção de trabalho que possibilita a reprodução social do homem da vila do Pradoso, bem como a fixação dele na zona rural do município de Vitória da Conquista. É importante ressaltar que essa forma de reprodução existe em todos os distritos do município em estudo. A respeito disso, a Figura 12 mostra o painel fotográfico dos trabalhadores em uma casa de fabricação de farinha em pleno funcionamento.

FIGURA 12 – Painel fotográfico da produção de farinha na vila do Pradoso, município de Vitória da Conquista, 2014 a 2018



Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

Dessa maneira, o depoimento do entrevistado 11 ratifica a relevância dessa atividade para que o trabalhador não necessite migrar em busca de emprego:

A produção de farinha aqui é só enquanto tem a mandioca. Quando acaba, eu vou vender verdura nas ruas. Saio vendendo nas portas das casas de bicicleta. A casa de farinha ajuda no meu sustento de toda forma, porque, quando acaba o serviço aqui, eu compro as verduras para vender com o dinheiro que eu juntei do trabalho aqui da casa de farinha. Então eu não paro e nem preciso sair para trabalhar fora daqui (Depoimento oral, entrevistado 11, 2017).

Foi possível verificar, ainda, que as hortas também fazem parte das ações das pessoas que moram nos distritos de Vitória da Conquista, para não terem de sair em busca de trabalho em outro lugar, especialmente na cidade do seu município. As Figuras 13 e 14, adiante, mostram as fotografias de hortas.

FIGURA 13 – Hortas cultivadas por moradores na vila do Pradoso, no município de Vitória da Conquista-BA (2014-2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

FIGURA 14 – Hortas cultivadas em fundo de quintal, na vila do Pradoso, no município de Vitória da Conquista-BA (2014-2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2014 a 2018.

As palavras de um morador da vila do Pradoso comprovam essa realidade, isto é, o cultivo de hortas pelos moradores das localidades rurais:

Aqui esse povo mais velho cultiva muita horta no quintal e sobrevive basicamente disso. Os mais jovens até que não! Saem muito para trabalhar na cidade. Eu mesmo saio, minha mulher sai e minha irmã também precisa ir trabalhar lá em Conquista, porque a horta só dá mesmo para meu pai e minha mãe. A gente vai procurar um jeito de melhorar a renda, mas eles ficam aqui com a horta mesmo (Depoimento oral, entrevistado 10, 2017).

Como pode-se observar, a pesquisa de campo possibilitou a realização de análises acerca da realidade do trabalho na zona rural do município de Vitória da Conquista. Detectaram-se algumas tendências e continuidades no mundo do trabalho, devido às metamorfoses pelas quais a sociedade brasileira tem passado, como reflexo, principalmente, da crise financeira. Sabe-se que as consequências desse fenômeno são inúmeras, porém a mais grave é o desemprego, porque ele atinge vários setores da sociedade, não só o econômico, mas o social e a vida particular das pessoas. Outrossim, é na realidade da crise que cresce a informalidade e a precariedade do trabalho. Ressalta-se que essas saídas não são as mais apropriadas para uma vida de qualidade.

5 MIGRAÇÕES, DESLOCAMENTOS E MOBILIDADES HUMANAS: CONCEPÇÕES E HISTORICIDADE

Para dar início à investigação desta temática é ideal começar conceituando-a. A palavra migração deriva do latim *migratio*. Segundo Ferreira (2000), o seu significado é: passar de um lugar para outro; mudar de habitação; ir embora; sair etc. Todavia, alguns verbetes ligados a este vocábulo foram surgindo, nos dicionários, no final do século XIX, como “imigrado”, “imigração”, dentre outros. Conforme Konings:

No pensamento mitológico grego não há a palavra migrante. Na Odisséia [*sic*], Ulisses é considerado hóspede, forasteiro e estrangeiro, mas não um imigrante. Quando se forma a polis grega, a palavra invocada para se falar da presença daquele que não é grego, ainda é *xenos*, que na Grécia antiga significava “o estrangeiro, o estranho, inconveniente, forasteiro, hóspede, hospedeiro” (KONINGS, 2001, p. 51, destaques do autor).

Atualmente, o conceito de migração tem variado bastante e apresentado características diferenciadas. George (1979) considera a migração não só como deslocamento humano, mas como irradiação geográfica de um dado sistema econômico e de uma dada estrutura social. Com o passar dos tempos, o termo foi tomando um formato carregado de ideologias. Com base na riqueza de possibilidades que o verbete nos apresenta, surgiram correntes teóricas que se dedicam a análises sobre o tema, como poderá se observar no transcorrer deste texto.

A história de vida da humanidade é permeada por vários acontecimentos e a mobilidade humana se constitui em uma dessas ocorrências, porque ela marca, incisivamente, a vida dos homens primitivos, pois eles se mantinham em um processo constante de movimento, em busca da conservação de sua sobrevivência. Eram vários os fatores que impulsionavam os homens a se deslocarem no espaço, como a procura por alimentos e por terras férteis. Hodiernamente, as pessoas se deslocam pela necessidade de fugir das guerras e das catástrofes ambientais, dos problemas econômicos, políticos, religiosos, étnicos, dentre outros. Zamberlam (2004) analisa a migração moderna da seguinte forma:

Quando a sociedade moderna introduziu a máquina como instrumento de trabalho, no final do século XVIII, e absolutizou a propriedade privada, estava reforçando a raiz geradora da atual mobilidade humana, o que aparece especificadamente nas migrações: êxodo rural, exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças, crescimento e inchaço das cidades com periferias que confinam os excluídos sem a mínima infraestrutura de esgotos, transporte, habitação, trabalho, escolas e de serviços comunitários básicos (ZAMBERLAM, 2004, p. 11-12).

Neste sentido, pode-se afirmar que a mobilidade populacional não é um fato novo na historiografia humana, mas ainda é um tema que instiga investigações científicas mais apuradas. Devido à sua complexidade, tem sido alvo de estudos acadêmicos, e assume, cada vez mais, um caráter interdisciplinar, pois a Sociologia, a Antropologia, a Economia, a História, e a própria Geografia dão subsídios para melhor analisar e compreender esse fenômeno. Para Santos (2005), a migração é um conceito essencialmente geográfico, visto estar carregado de variáveis espaciais, tais como: linhas contínuas, fronteiras, cruzamento, travessia.

5.1 A migração segundo a apreciação de Salim e Zamberlam

Segundo Salim (1992), não há uma unidade no discurso sobre migração, sequer na definição básica do seu conceito. Para ele, este é um tema pleno de antagonismos e, por isso, não apresenta unidade conceitual, muito pelo contrário. O autor expõe que há uma diversidade de concepções que revelam vários elementos que constroem a migração. Ao partir dessa ideia de diversidade, acerca de pensamentos e estudos de migração, Salim adota uma definição mais genérica que inclui todas as partes que constituem os conceitos desse fenômeno. Dessa forma, ele apresenta a migração como:

Um fenômeno de mobilidade espacial de determinada população entre unidades administrativas ou geográficas distintas, resultando em mudança de residência dos indivíduos e incluindo as variáveis: distância percorrida e tempo de permanência, qualquer que seja a magnitude do fluxo que se deslocou (SALIM, 1992, p. 120-121).

Pode-se notar que, ao apresentar tal concepção, o autor revela a existência de três elementos que constituem a migração, quais sejam: a distância do deslocamento, o tempo de permanência ou residência e o lugar de origem e destino do fluxo. Quando ele expõe esses três elementos que constituem a base de análise da migração, ressalta que esse fenômeno não se reduz à transferência entre regiões de um contingente de pessoas, por determinado tempo, ou daqueles que mudam sua residência de forma permanente. Para ele, uma definição mais criteriosa deveria incluir as migrações de retorno daquelas pessoas que saíram das suas áreas de origem e abranger, também, os deslocamentos temporários, pois Salim (1992) defende que eles podem ser tão importantes quanto às mudanças permanentes ou, até mesmo, mais expressivas no que diz respeito aos dados numéricos ou socioeconômicos.

As migrações temporárias são muito expressivas para Martins (1986), que as define para além do movimento mecânico do ir e vir de um lugar para outro. Ele concebe esse movimento, antes de tudo, como um processo social que provoca metamorfoses, tanto na vida de quem se locomove, quanto na vida do grupo em que se está inserido e da família à qual pertence. O autor também se refere a transformações no que diz respeito à divisão do trabalho familiar, como consequência dos deslocamentos temporários. Para ele, na migração temporária existe uma transição que é realizada não somente no que diz respeito ao espaço (de um lugar para outro), mas de um tempo para outro. Dessa maneira, Martins assim define:

Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente distintas; é viver como o presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca (MARTINS, 1982, p. 45).

As ciências humanas, em seu conjunto, orientam para o entendimento acerca da migração, pois ela é um fenômeno social complexo, heterogêneo, plural e varia de acordo com o tempo e com o estilo de vida de cada sociedade. Salim (1992) dialoga com Martins e corrobora o seu pensamento, quando afirma que

A migração é um fenômeno complexo essencialmente social e com determinações múltiplas, apresenta interações peculiares com as heterogeneidades de sua formação histórico social concreta. Assim diante da pluriatividade das relações sociais ou dos diversos contextos sociais onde se verificam processos de mudanças, a migração tende a assumir, diferenças e com implicações distintas para os indivíduos ou grupos sociais que a compõem e a caracterizam (SALIM, 1992, p. 2).

Martins (2002) pondera que o ato de migrar é engendrado pela desigualdade de classes e provoca a diminuição da qualidade de vida das pessoas que se locomovem, bem como a exclusão de sua terra natal e o distanciamento da reinserção social, submetendo os migrantes, desde o início, a formas conflitivas e antagônicas de integração na sociedade de adoção.

Singer (1976) propõe a classificação de correntes que estudam a migração em três troncos teóricos principais e, mais tarde, Salim (1992) ratifica esta ideia, isto é:

- os modelos neoclássicos contemporâneos, que se preocupam com a economia do espaço e a questão capitalista da mão de obra;

- a perspectiva histórico-estrutural, vinculada à tradição do marxismo e responsável por vasta produção crítica sobre a migração na América Latina; e
- a mobilidade da força de trabalho, cuja releitura dos economistas clássicos procura “reinventar” a análise da migração no processo geral de acumulação capitalista.

Ao analisar as teorias atuais sobre migração, Salim (1992) informa que, normalmente, elas apontam como causa motora principal a desigualdade econômica: social e regional. Para ele, tais teorias defendem que cabe à migração o papel de superar, diluir ou mesmo acentuar tal desigualdade, segundo os diversos contextos em que ela ocorre. Ainda na concepção desse autor, no contexto atual, as interpretações acerca do tema migração são divergentes e conflitantes (SALIM, 1992).

Esse mesmo teórico alerta que os diferenciados enfoques só parecem possuir um consenso quando analisam que os fluxos migratórios são originados pelo desequilíbrio espacial de ordem econômica, em que se produzem diferenças de renda e emprego, tanto nas áreas de origem quanto nas de destino. Salim (1992) ressalta que só há esse ponto como denominador comum, pois os outros são controversos, desde a concepção até as análises e tratamentos dos dados. Segundo esse autor:

Dependendo de cada enfoque teórico, a discordância fundamental pode se verificar na explicação da origem do desequilíbrio, na abordagem metodológica, nos pressupostos ideológicos e, principalmente, na interpretação dos fatores que determinam a migração ou das consequências que ela produz (SALIM, 1992, p. 4).

Em outro momento Salim ainda adverte que:

Até mesmo o simples inventário ou a indexação das principais correntes ou linhas teóricas sobre migração, organizando-se em sistemas lógicos unificados, gera controvérsias entre os estudiosos, impedindo o estabelecimento de uma classificação que seja universalmente aceita e que resulte em melhor compreensão científica do tema (SALIM, 1992, p. 5).

O autor ressalta que as correntes que analisam o fenômeno da migração são controversas e este fato impossibilita um pensamento unívoco. Por isso, é quase impossível uma classificação que seja, universalmente, aceita. Essa é uma característica benéfica para as ciências, pois a prosperidade das pesquisas está, exatamente, na possibilidade da existência de variados olhares, ideologias e concepções. A riqueza dos estudos acadêmicos/científicos está

nas diferenças e não nas igualdades, principalmente no que diz respeito às ciências humanas e sociais.

No processo de investigação dessa temática torna-se imprescindível analisar alguns conceitos que são revelados por Zamberlam (2004, 20), quando indica as características de cada tipo de migração. Primeiramente ele define a migração como “Um movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para outro com a finalidade de estabelecer-se ou de trabalhar naquele local”.

Zamberlam (2004) identifica sete tipos de migração, quais sejam:

- Migração forçada: é assim chamada quando alguém migra para um país que não o de sua nacionalidade ou residência por causas alheias à sua vontade. Segundo ele, a origem dessas causas pode ser econômica, política, social, desastres naturais, busca de sobrevivência.
- Migração clandestina: expressa a situação daquelas pessoas que, independentemente da razão porque migraram, entraram ilegalmente, sem portar qualquer visto ou permissão, num país diverso do de sua nacionalidade ou residência legal.
- Migração social gerada pela desigualdade de classe: é a exclusão no estamento social, com perda da qualidade de vida, da consciência crítica, da identidade política em que a pessoa migrante não se percebe como sujeito da construção de sua história na reivindicação de seus direitos básicos de cidadão.
- Migração permanente: é quando o estrangeiro foi admitido com visto permanente, ou seja, o governo o autorizou a estabelecer-se e residir permanentemente no país de acolhida.
- Migração de refugiado: é quando a pessoa migra devido a temores de perseguição por motivos de raça, de credo, de postura política; se retira, foge para um lugar seguro, buscando abrigo no sentido de tomar asilo, asilar-se, expatriar-se.
- Migração por exílio político: aquele que é expatriado, desterrado, banido, degredado.
- Migração interna: quando as pessoas são forçadas a migrar dentro do próprio país por motivos de violência interna, luta armada, violação generalizada e sistemática dos direitos humanos, grave desordem pública, incapacidade dos governos de garantir segurança a seus cidadãos. Vivem situações semelhantes à dos refugiados, mas permanecem no território do próprio país.

Percebe-se que são inúmeros os desafios encontrados quando se propõe a estudar, mais proficuamente, acerca das questões que envolvem a migração, o deslocamento ou a mobilidade humana, pois são vários fatores que permeiam esse fenômeno. Existe uma gama de estudiosos que expõem suas ideias e concepções sobre essa temática que podem auxiliar na leitura da realidade vivida. Cada um apresenta uma contribuição valiosa e resta avaliar, cautelosamente, para que se possa optar por um caminho que leve ao entendimento da realidade com a maior sensatez possível, pois, atualmente, as migrações têm se tornado cada vez mais um problema social do que um subsídio ao desenvolvimento.

Zamberlam (2004) aponta uma série de acontecimentos que desencadearam mudanças profundas. Segundo ele, com o fim da Guerra Fria e a ascensão do “império consumista”, tanto de bens materiais quanto culturais, as migrações internacionais tornaram-se uma possibilidade concreta para as sociedades que antes eram sujeitas às diversas restrições. O autor cita como exemplo os fluxos migratórios chineses, os europeus do leste comunista e os cubanos, que eram vistos como um sintoma de resistência e passaram a ser acolhidos e estimulados pelo que Zamberlam (2004, p. 23) denomina “lógica do fundamentalismo consumista do capitalismo”.

Outra mudança que Zamberlam (2004) aponta é a alteração do paradigma de Estado-nação para Estado-comercial. Ele afirma que a formação de blocos econômicos gerou a redução de fronteiras e estimulou deslocamentos massivos. Segundo ele, novos conflitos foram engendrados por questões étnicas, religiosas ou por tráfico de drogas etc. Este fato provocou a demanda por asilo político e a migração clandestina. Zamberlam (2004, p. 23) ainda complementa: “De outra parte, observou-se também mudanças paradigmáticas filosófico-culturais atingindo a razão, a ciência, o progresso, a tecnologia e a democracia, que passaram a seguir critérios do mercado”.

O fato de o sistema econômico ter incorporado a informática nas telecomunicações e na robótica também foi elemento essencial de transformação apontado por Zamberlam (2004). Ele afirma que esta incorporação acentuou o desnível econômico entre os países, principalmente os latino-americanos e africanos, em relação aos Estados Unidos, Japão e Europa. Esse autor indica que nesse processo uns passaram a gerar migrantes, enquanto outros tiveram que absorvê-los. Além de gerar um complexo de redes que possibilitam a conexão dos migrantes.

Dessa maneira, Zamberlam (2004) assim avalia: mediante tais metamorfoses os movimentos migratórios passaram a ser vistos como ato ilegal e subversivo. Ademais, a “livre” circulação de pessoas e o “fim” das fronteiras, de certa forma, deu ao migrante, pobre,

o “*status*” de criminoso, terrorista e diversas denominações que carregam um caráter jocoso. Essas considerações, apesar de antigas, retratam com bastante lucidez o que os movimentos migratórios vivem hoje.

Conforme tantas questões analisadas, Gonçalves (1986) indica algumas consequências dessas transformações. Entre tantas, ele permite refletir sobre as relações individualistas e competitivas que têm sobressaído às atitudes de solidariedade. Para ele, tais transformações também têm instigado o produtivismo e o consumismo ao ponto de agredir a sociedade e o meio ambiente de modo geral. Além disso, Gonçalves (1986) alerta para o fato de que essas metamorfoses têm favorecido o surgimento de pequenos grupos de ricos em meio a uma imensidão de pobres, bem como um grupo de pobres em meio a uma imensidão de ricos.

Ele ainda aponta o avanço do pluralismo do ponto de vista étnico, religioso e cultural como fator participativo de uma nova realidade vivida em escala planetária. Com estas análises, Gonçalves (1986) sintetiza sua ideia: as migrações passaram a ser mais intensas (em seu aspecto quantitativo), mais diversificadas (em seu caráter qualitativo) e mais complexas, no que diz respeito aos motivos que levam as pessoas a migrarem.

É verdade que as migrações criaram inquietações na sociedade e tais ansiedades perduram até os dias atuais. Cada vez mais, os migrantes têm sido vistos como ameaças ao mercado de trabalho e símbolos de violência. Esta visão faz com que o Estado tenha uma percepção ainda mais restritiva à entrada de estrangeiros em seus territórios. A sociedade, por sua vez, não consegue enxergar as contribuições que os migrantes podem fornecer em várias dimensões, como: a do trabalho, a cultural e até mesmo a dimensão da tolerância, pois a migração nos permite conhecer novas identidades e conviver com o diferente.

Diante do exposto, pode-se notar que falar de migração não é dissertar sobre um tema qualquer e banal. Ele carrega consigo variáveis que o torna complexo e não pode ser analisado de maneira ingênua e simplista, porque aborda muito dos trâmites em que os homens vivem individual ou coletivamente. Portanto, a migração é uma temática que não pode ser estudada isoladamente e tampouco em partes separadas, pois ela deve ser entendida com mais clareza, quando analisada de forma que integre: espaço, homem e as relações engendradas no modo de produção socioeconômico em que se vive. Dessa maneira, para que não se cometa nenhum tipo de incongruência, é relevante entender que cada movimento migratório possui um caráter permeado de especificidades.

5.2 Troncos teóricos acerca da migração – os estudos neoclássicos

Ao estudar essa temática percebe-se suas variadas vertentes. Aqui, nesta pesquisa, ela será analisada sob o ponto de vista dos “troncos teóricos” proposto por Singer (1980) e Salim (1992). O primeiro tronco diz respeito aos estudos Neoclássicos. Este viés analisa a migração como o deslocamento geográfico dos trabalhadores e aponta que esse movimento acontece devido aos desequilíbrios espaciais das partes que compõem a produção: a terra, o capital e os recursos naturais. Fato determinante na tomada de decisão dos homens de para onde migrar, bem como no grau de intensidade dos fluxos migratórios.

Para os Neoclássicos, a migração é realizada como fenômeno positivo que viabiliza a transposição dos excedentes populacionais de um lugar para outro. Os autores dessa corrente possuem uma concepção dual sobre a economia e visualizam a migração da mão de obra de áreas rurais, não desenvolvidas, como um ponto positivo para a satisfação da carência de mão de obra existente, a algum tempo, do setor urbano industrial. Eles, também, apontam que os deslocamentos populacionais possuem um papel preponderante no sentido de dirimir as diferenças regionais e corrigir os desequilíbrios socioeconômicos que, porventura, possam existir entre as regiões.

Portanto, para essa corrente, a migração é um fenômeno necessário, porque ela tem o papel de restaurar o equilíbrio entre as regiões, otimizando a oferta e a demanda de mão de obra dos diferentes setores da economia. Para os Neoclássicos, isto incide de forma positiva nos níveis de produtividade, principalmente nas diferenças regionais, no que diz respeito às condições de emprego e de renda, pois as diferenças salariais existem no espaço por conta de sua heterogeneidade e este fato se configura como fator básico para a migração. Porém, Gaudemar (1977) não compartilha dessa visão, pois, para ele, a mobilidade dos homens é uma estratégia do capitalismo e tal fenômeno faz perpetuar as desigualdades do capital.

Nesse sentido, essa perspectiva indica um tripé que é básico para a existência da migração, ou seja: as diferenças de salário e de oportunidade de emprego entre as regiões; os cálculos que as pessoas fazem para aferir o custo benefício existente no ato de migrar; e os fluxos migratórios, como conjunto de fatores que interferem nas decisões individuais.

Segundo Salim (1992), pode-se concluir que na visão Neoclássica os estudos sobre migração pressupõem o cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos. Além de minimizar a heterogeneidade espacial e propiciar o equilíbrio econômico entre as regiões. Gaudemar (1977, p. 155) ratifica a observação de Salim, quando expõe seu pensamento sobre a migração como: “Fluxo reequilibrante, quer em matéria de salários, quer em matéria de emprego para

os modelos com fins macroeconômicos, quer minimizando o lucro individual tirado da migração pelos modelos de comportamento”.

A teoria moderna que analisa o fenômeno da migração teve origem com Ravenstein (1885). De origem inglesa, tinha a formação acadêmica em Geografia e Cartografia. Seus trabalhos, sobre essa temática, são utilizados por diversas Ciências Sociais. Ele descreveu as “Leis da Migração” e explicou sobre os deslocamentos, não somente dentro das nações, mas também entre elas. O estudioso investigou sobre as mudanças temporárias de curtas e médias distâncias. Além de propor elucidações a respeito da transferência de pessoas, por etapa e regiões de atração/repulsão.

Ao revelar que as migrações estão relacionadas a estímulos econômicos, Ravenstein (1980) analisa que elas foram um incentivo ao crescimento industrial, porque transferiram mão de obra de regiões em que as oportunidades de colocação no mercado de trabalho eram mais difíceis para regiões que possuíam indústrias e ofereciam melhores oportunidades de emprego. Ele afirma que este fato também favoreceu a elevação da qualidade de vida dos migrantes.

Nesse sentido as leis de migração, para Ravenstein (1980), estão relacionadas às atividades econômicas, principalmente no que dizem respeito ao trabalho. Ou seja, para ele, a principal motivação da migração são as atividades econômicas, pois é a busca incessante pelo trabalho que instiga a saída do homem de um lugar para outro. A pesquisa realizada na zona rural de Vitória da Conquista, por meio de entrevistas, revelou uma situação expressa pela realidade vivida por moradores do campo e que ratifica a ideia de Ravenstein, conforme depoimento do entrevistado 6, a seguir.

Eu moro aqui na roça, no Rancho Alegre, mas trabalho em Conquista. Sou funcionário da Viação Novo Horizonte. Sou emissor de passagens. Aqui a gente não tem opção. Tem que sair pra fora pra poder trabalhar. O trabalho aqui é mais difícil, mais complicado. Dá pra viver criando uma galinha, ou plantando alguma coisa... mas se quiser salário fixo mesmo, tem que sair pra trabalhar em Conquista (Depoimento oral, entrevistado 6, 2017).

Ravenstein (1980) analisa o processo de dispersão e absorção da população de um lugar como fenômenos opostos, apesar de possuírem características semelhantes. Ele afirma que os lugares de absorção populacional eram grandes centros industriais, enquanto os de dispersão, na maioria das vezes, eram as áreas agrícolas. Essa realidade a que o autor se refere encontra-se em tempo e espaço diferenciados da realidade pesquisada, porém, nos dias atuais, ainda se observa a repetição desse fenômeno, mesmo com menor intensidade e aspectos

diferenciados. Pelo depoimento do entrevistado, pode-se identificar que o homem do campo ainda migra para a cidade, em busca de trabalho.

Eu trabalho em Vitória da Conquista, no Serviço Social da Indústria (SESI). Hoje sou auxiliar de disciplina, mas já trabalhei como doméstica, faxineira e cuidadora de idosos. Eu nasci e criei aqui na zona rural de Conquista, no Rancho Alegre. As dificuldades sempre foi tremenda, principalmente pra quem tem uma baixa escolaridade. Trabalho fora do meu lugar porque é o jeito, porque aqui a gente não tem outra opção de vida (Depoimento oral, entrevistado 5, 2017).

Outra curiosidade que Ravenstein (1980) desperta, em suas análises, diz respeito à migração de nativos de uma cidade, pois, para ele, as pessoas que nascem no lugar são menos vulneráveis a migrar do que as pessoas do campo. Isto é comprovado pelo crescimento maior das áreas urbanas, se comparadas aos distritos rurais.

Os estudos deste teórico vão adiante, afirmando que as mulheres migram com mais frequência que os homens. Esta afirmação se apoia no fato de que elas, além de terem oportunidades de emprego em lojas e indústrias, também possuem a possibilidade de encontrar serviços domésticos e em restaurantes. Ou seja, a possibilidade de a mulher se encaixar no mercado de trabalho é muito maior que a do homem. Em entrevista realizada, nota-se que a teoria de Ravenstein (1980) condiz com os dias atuais, pois a pesquisa revelou que a saída da mulher do campo para a cidade, em busca de trabalho, ainda é uma realidade.

Trabalho em Vitória da Conquista em três casa diferente, lavando, passando, cozinhando, arrumando... faço tudo! Sou diarista. Trabalho fora daqui da roça porque é o jeito, eu preciso. Vou e venho todos os dias porque minha casa é aqui na roça. Eu trabalho em Conquista pela falta de emprego aqui na roça. Se aqui no Rancho Alegre tivesse trabalho eu não ia para Conquista. Ficava aqui! (Depoimento oral, entrevistado 4, 2017).

Porém, Peres e Baeninger (2011) alertam para o fato de que as análises acerca das migrações, na maioria das vezes, atribuíam grande importância ao papel do homem e do jovem, nesse processo, e a mulher, quase sempre, era incluída somente como cônjuge. Ou seja, elas eram vistas, apenas, como agentes secundários no processo migratório e, praticamente, não tinham visibilidade nas análises. Conforme esses autores, no momento em que a figura feminina é analisada como agente secundário dos processos migratórios, tornando-se “invisível” em suas especificidades, isso implica ignorar as complexidades e heterogeneidades envolvidas no processo. Eles ainda completam que o atual contexto dos fenômenos migratórios obriga a construção de novos olhares e perspectivas.

Ravenstein (1980) ainda verifica que a maioria dos migrantes se locomove numa distância relativamente curta, em relação ao seu lugar de origem. Porém, ele afirma, em seus escritos, que as cidades grandes, geralmente, eram a opção de migração do trabalhador do campo. Principalmente as que possuem centros industriais, porque oferecem mais oportunidade de emprego. Ademais, ele ressalta que os deslocamentos aconteciam em todo o país, uma vez que os fluxos migratórios em umas regiões eram em maior quantidade, enquanto em outras eram menos pessoas que migravam.

Outro estudioso vinculado a essa temática é Everett Lee. Sua obra data de 1966. Ele analisa que a migração ocorreu em todas as sociedades urbano-industriais. Claro que umas com mais intensidade e outras com menos. Diferentemente de Ravenstein, que atrelou as migrações aos aspectos econômicos, Lee (1966) partiu da ideia de que os fatores motivacionais para o indivíduo migrar vão além do fator econômico. De acordo com ele, os movimentos migratórios envolviam um conjunto de processos avaliados como negativos e positivos, tanto nas áreas de origem, quanto nos lugares de destino dos migrantes.

Lee trabalhou com os termos “fatores de atração” e “fatores de repulsão” que determinados lugares possuem. Para ele, a quantidade de migração de um lugar está relacionada com as diferenças regionais e de acordo com a população que vive em cada região, levando em conta os obstáculos e as dificuldades advindas das flutuações da economia. É importante ressaltar que o autor não inclui, entre os movimentos migratórios, os deslocamentos contínuos dos nômades e dos trabalhadores que não possuem residência, durante um período prolongado, bem como as mudanças temporárias.

Sua teoria defende que a ação migratória é um ato voluntário. Isto significa que ele não agrupa a migração forçada com as livres, em seus estudos sobre os deslocamentos populacionais no espaço, pois considera a vontade e a decisão próprias do migrante. A posição de Lee (1966), quando defende que o migrante se desloca por sua própria vontade, não confere com entrevistas realizadas no trabalho de campo, pois a fala dos entrevistados revela que eles são obrigados a migrar do campo para se colocarem no mercado de trabalho, na cidade:

Trabalho em casa de família como empregada doméstica. Sou levada a sair para trabalhar fora porque aqui no meu povoado não tem trabalho. Então é obrigado a gente sair para ir trabalhar em Vitória da Conquista. As pessoas só podem trabalhar lá porque aqui não tem trabalho. Se aqui tivesse emprego eu não ia trabalhar fora. Não ia pagar transporte sem precisão. Só vou trabalhar fora mesmo pela precisão. Se arrumasse um lugar pra trabalhar por

aqui, aqui mesmo eu ficava. Não tinha necessidade de sair pra Conquista (Depoimento oral, entrevistado 3, 2017).

Neste sentido, Lee (1966) admite que os migrantes voluntários são influenciados por vários fatores, como a distância e uma série de motivos pessoais. Mas, para ele, estes processos não impossibilitam as pessoas de se deslocarem voluntariamente, o que não ocorre com as migrações forçadas. Segundo Sampaio:

A teoria da migração de Everett Lee, apesar de ser um modelo neoclássico, é bem mais aceita nos dias atuais e segundo ela os fatores que entram na decisão de migrar e o processo de migração, podem ser resumidos em três pontos: o volume da migração, o fluxo e o refluxo e as características dos migrantes (SAMPAIO, 2013, p. 68).

Dentre outras análises, Lee (1966) destaca que a quantidade de pessoas que migram é variável conforme a diversificação dos lugares e da população. Ele atrela a este fato a capacidade que os migrantes têm de superar os obstáculos que lhes são apresentados, de acordo com a dinâmica econômica e com o desenvolvimento da região ou até mesmo do país. Esse mesmo autor afirma que as transformações econômicas provocaram mudanças estruturais nas relações de trabalho e a principal consequência se refere à mobilidade do trabalho (LEE, 1966). Isto porque a mão de obra do campo se desloca para a cidade, configurando-se no êxodo rural.

Outro teórico que se destaca com os estudos e investigações sobre os deslocamentos realizados pelos homens é Todaro. Sua obra data de 1977. Em sua teoria, ele relaciona o desempenho dos países desenvolvidos com a transferência da mão de obra das pessoas da zona rural para a urbana. Este autor afirma que no meio rural havia predominância de atividades agrícolas, enquanto na cidade preponderava o trabalho industrial. Nesse sentido, essa divisão do trabalho entre o rural e o urbano foi determinante para a distribuição da mão de obra, marcada pelo êxodo rural.

Todaro (1979) aponta vários fatores que interferem na decisão das pessoas quando pensam em migrar. Entre os motivos que determinam esta deliberação, ele cita: os processos sociais, físicos, demográficos, culturais, além da atração que as cidades exercem sobre as pessoas do campo. Conforme mencionado, a obra de Todaro data do século XX, e esta pesquisa indica uma transformação desse último fator apontado por ele. Ela revela que a atração que a cidade exerceu sobre as pessoas do campo diminuiu consideravelmente. Atualmente, o processo que mais atrai a população do campo para a cidade é o econômico, pois a pesquisa mostra que as pessoas não expressaram o desejo de morar na cidade. Elas

migram, trabalham e voltam. Guardam consigo um sentimento de pertencimento ao lugar de moradia. Isto pode ser constatado nos depoimentos dos entrevistados.

Minha relação com Conquista é o trabalho, fazer compras e adquirir algum bem. Vou a Conquista pelo menos seis dias na semana. Fico em Vitória da Conquista, mas quando chega a parte da noite quero vir para o meu lugar. Aqui o crime é de um porte menor. A gente sente felicidade de morar aqui (Depoimento oral, entrevistado 2, 2017).

O fato de você sair da zona rural para trabalhar na cidade não significa que você vai viver na cidade. Você sai pela necessidade... vai buscar melhoria... uma renda, mas não para dizer que vou morar lá na cidade. Eu me sinto rural, eu sou rural totalmente, minha vida aqui na roça é boa demais. Isso aqui pra mim é ótimo! Quando eu chego ali e desço daquele ônibus parece que minha cabeça tá deste tamanho. Quando eu desço do ônibus e não escuto nada, só o grilo cantando e o ventinho em minha cara, parece que minha cabeça murcha... esvazia. Não tenho vontade de morar na cidade! (Depoimento oral, entrevistado 5, 2017).

Eu nasci em outro povoado, mas vim pra cá com três anos de idade. Trabalho na produção de pamonha, juntamente com minha família. Sem a produção da pamonha eu estaria vivendo aqui, mas com certeza, trabalhando em Conquista. Não me vejo morando em uma cidade sem segurança e liberdade. Não me vejo numa cidade trancada em quatro muros sem conhecer nem meu vizinho, sem privacidade (Depoimento oral, entrevistado 1, 2017).

No que diz respeito aos fatores físicos que Todaro (1979) indica como elemento determinante para que as pessoas migrem, pode-se afirmar que esta realidade ainda persistente, pois o trabalho de campo identificou este aspecto na fala de entrevistados:

Aqui, há uns quinze anos atrás a gente podia viver da roça, plantando feijão, milho, mandioca, fazendo uma horta... Hoje não temos mais chuva para produzir. Então sair da zona rural para ir para a cidade é a única opção de vida. Eu saio, vou para a cidade, porque aqui não tem outro meio de viver (Depoimento oral, entrevistado 5, 2017).

Há, ainda, outros fatores apontados por Todaro, que exercem influência na decisão de migrar: a modernização dos meios de comunicação e de transportes que, sem dúvidas, possibilitou maior acesso e engendrou diversas formas de contato do homem rural com o meio urbano. Quando o autor se refere ao fato de que a evolução dos meios de comunicação e transporte interferiu e até hoje influencia na decisão de migrar, afirma-se que esse fato foi observado no trabalho de campo, quando, em entrevista, os trabalhadores revelaram que possuem maior acesso ao transporte que os leva ao trabalho. Porém, a pesquisa não indica

resultados a respeito das características que dizem respeito aos custos e à qualidade deste transporte.

Eu vou e venho todos os dias. Saio daqui sete horas da manhã e chego quatro, cinco ou até sete da noite. Vai depender do meu trabalho. Só tenho esta opção de vim todos os dias porque sou a chefe da família e minha casa é aqui, na roça. Aí a gente paga dez reais por dia. Cinco para ir e cinco para voltar. Aqui nós não tem dificuldade com transporte não (Depoimento oral, entrevistada 3, 2017).

Aliado a todas as questões que Todaro (1979) cita como intermediadoras dos movimentos migratórios, soma-se o fato de que o sistema educacional é muito tendencioso no sentido de dar prioridade em trabalhar com conteúdos que sempre envolvem os aspectos que dizem respeito às áreas urbanas. Mesmo na zona rural os alunos estudam matérias que envolvem e enaltecem a cidade. Sem dúvidas, isso proporciona certo encantamento do homem rural pelo espaço urbano.

Todaro (1979) ressalta quatro características para explicar os motivos pelos quais as pessoas migram. A primeira diz respeito aos estímulos econômicos que as pessoas recebem, quando avaliam o custo/benefício que se adquire ao migrar. Ele enfatiza que os aspectos psicológicos são aliados à questão econômica. A segunda característica também está atrelada ao aspecto econômico, pois sua teoria afirma que a decisão de migrar depende do que se espera dos salários e do que realmente o migrante irá receber como remuneração do seu trabalho.

Quanto à terceira característica, Todaro (1979) assevera que a possibilidade de se obter emprego no espaço urbano é inversamente proporcional à taxa de desemprego, ou seja, o migrante deve avaliar os riscos de não conseguir inserir-se no mercado de trabalho ou até mesmo de limitar-se ao subemprego. Finalmente, o autor expõe a quarta característica, ao chamar atenção para o fato de que as taxas de migração podem ser superiores aos índices de crescimento da oportunidade de emprego. As palavras do entrevistado corroboram algumas características que Todaro utiliza para explicar os motivos pelos quais as pessoas migram:

Eu trabalho em um hospital em Vitória da Conquista, na construção civil. Fui levado a sair para trabalhar em Conquista porque a disponibilidade de emprego aqui no povoado é muito pouca. Vou todos os dias de segunda a sexta. Saio pela manhã e volto a noite. Vou de ônibus do próprio povoado. O ônibus é só de trabalhador. Faço o pagamento mensal, gasto 140 reais por mês (Depoimento oral, entrevistado 2, 2017).

Se eu for olhar essa rotina de ir e vir todos os dias, seria melhor eu morar em Conquista, porém eu observo a questão familiar, minha mãe, avó e esposa está aqui. Tem também a tranquilidade. Quando a gente chega, sente uma paz porque aqui é um povoado tranquilo. Se eu tivesse a opção de trabalhar aqui no povoado, eu não sairia. Preferia ficar aqui porque é muito cansativo o transporte, a rotina de ir vir todos os dias (Depoimento oral, entrevistado 2, 2017).

Pelo que se pode observar, as características apontadas e analisadas por Todaro (1979) estão fortemente relacionadas aos fatores econômicos. Porém, Sampaio defende que o ato de migrar vai além dos aspectos relacionados à economia. A autora defende que:

A migração é um processo seletivo que afeta as pessoas possuidoras de determinadas características econômicas, sociais, educacionais e demográficas, a relativa influência dos fatores econômicos e não econômicos pode variar não somente entre as nações e regiões, mas também dentro de populações e áreas geográficas definidas (SAMPAIO, 2013, p. 70).

Segundo Todaro (1997), grande parte das primeiras teorias sobre as migrações não coloca as variáveis econômicas em um patamar que realmente merecem. Para ele, normalmente, as teorias pioneiras focam em fatores sociais, culturais e psicológicos, desvinculados do contexto econômico.

Outra realidade que o autor analisa é sobre a “fuga de cérebros”. Ele explica que os países subdesenvolvidos, além de ter carência de mão de obra qualificada, não possuem uma política de valorização, especialmente salarial, para cientistas, engenheiros e outros profissionais. Este fato, que o autor classificou como “evasão de cérebros”, contribui para que os profissionais migrem para os países desenvolvidos em busca de emprego e consequentemente melhores condições de trabalho e de vida (TODARO, 1997). Sobre esta questão, pode-se afirmar que essa realidade também é pertinente ao Brasil, pois sabe-se que ele é um país que investe minimamente em pesquisa e tecnologia. Fato que contribui para a expulsão dos nossos talentos.

Para concluir sobre a teoria de Todaro, resta dizer que ele afirma que o ato de migrar abrange pontos negativos e positivos e que resta ao trabalhador a decisão do que será melhor para ele. A fala do entrevistado 5 coloca em cheque a posição de Todaro, quando defende que é do trabalhador a decisão de migrar. O entrevistado realmente pondera os pontos positivos e negativos, mas, no final de seu depoimento, revela que não há outra solução. Ela é forçada a migrar!

Aqui a gente veve de forma mais natural, é mais livre... as crianças vivem soltas, tem mais liberdade para brincar. Eu já morei na cidade. Lá eu era uma mãe postiça. Não tinha tempo para as minhas filhas. Na roça o povo é acolhedor. Na cidade é cada qual por si. Eu não saio da minha roça por nada. Aqui eu crio uma galinha, tenho o ovo... a gente cria uma vaquinha e tem o leite. Com toda dificuldade eu não me vejo fora daqui, já tentamos morar lá em Conquista, mas não dá. Ganho em Conquista mil e duzentos reais. Se eu tivesse uma renda fixa, aqui na roça, de quinhentos reais, eu não saía para a cidade por mil (Depoimento oral, entrevistada 5, 2017).

Todaro considera que a mobilidade é um meio de ajustamento propício para as oportunidades de trabalho e, segundo sua visão, a migração é um ponto positivo para o mercado. Após investigação aprimorada sobre essa corrente, pode-se tecer algumas críticas, pois nota-se que os estudos neoclássicos tendem a privilegiar as análises quantitativas, utilizando-se de aspectos demográficos como principal subsídio para realizar análises sobre o deslocamento dos trabalhadores. Ademais, essa concepção acerca da migração possui a centralidade dos seus estudos no indivíduo, não considera que a transferência de pessoas elimina as desigualdades regionais e econômicas e vê como um fenômeno complexo que possui múltiplos fatores, que o afeta de forma diferenciada, de acordo com as características dos lugares, regiões ou países.

Os neoclássicos homogeneizam os elementos de análises, como: custo, benefício, distância, salários etc. Eles não respeitam a existência de diferentes realidades. Por isso, explicam as migrações internas ou internacionais em iguais condições, colocando-as em um mesmo patamar e não distinguem os estudos do micro para o macro. Segundo Gaudemar (1977, p, 179), “o discurso dos neoclássicos está claramente pronto para justificar todas as políticas de mobilidade forçada”.

Outro fato importante é que este tronco teórico obscurece as causas essenciais no momento em que dá ênfase à análise dos custos-benefícios e não leva em conta o caráter histórico das migrações. Eles partem da liberdade de escolha que o trabalhador possui em migrar. Apesar de todas estas críticas ao modelo neoclássico, Salim (1992) alerta para o fato de que não se pode ignorar os avanços que essa perspectiva teve na condução dos procedimentos na pesquisa empírica e no fato de compreenderem, relativamente, alguns acontecimentos, como: a motivação, os custos socioeconômicos e psicológicos, as distâncias, as oportunidades etc.

5.3 Tronco teórico histórico-estrutural

Nos anos de 1970, a Geografia passa por uma transformação, com a ascensão do pensamento crítico, que a torna uma ciência de análise da realidade que nos circunda, deixando de ter uma mera visão quantitativista dos fatos sociais. Quando seus teóricos começam a ter este novo olhar sobre o mundo, os estudos sobre a mobilidade humana também passam a ser influenciados por esta nova perspectiva. Nesse momento, as análises neoclássicas perdem força para os estudos histórico-estruturais. Essa perspectiva sobrepõe as características históricas, especificamente sobre as migrações internas, e analisam esse fenômeno, tanto do ponto de vista social quanto do econômico.

Quanto ao tronco teórico histórico-estrutural, os estudos indicam que essa vertente baseia-se no materialismo histórico, e, segundo Salim (1992, p. 8), seus teóricos veem “a migração não como um ato soberano do indivíduo ou soma de escolhas individuais, mas como fenômeno social”. Singer (1976) e Salim (1992) comungam a ideia de que a desigualdade regional é motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. Eles ainda apontam alguns estudos que combinam unidades de análises no âmbito individual e conjunto, mas a migração possui a desigualdade regional como motor desse fenômeno. A linha histórico-estrutural defende que a migração acontece justamente com o intuito de redimensionar esta desigualdade, não só no que diz respeito às regiões, mas também à desigualdade dos grupos sociais.

Essa perspectiva considera a migração uma estratégia do desenvolvimento do capital. Para os autores dessa corrente, ela também é um elemento contributivo à concentração espacial capitalista. Eles analisam o fenômeno da migração sob o ponto de vista da totalidade, pois seus estudiosos entendem que esse fenômeno possui múltiplas determinações. Sendo assim, os teóricos concebem que a migração possui condições estruturais de nível social, econômico e político que contextualizam a sua dinâmica. Apesar de terem essa ótica, eles sobrelevam os aspectos econômicos como determinantes para a migração.

Conforme alguns estudos e concepções a respeito desse tronco teórico, pode-se realizar algumas ponderações sobre o reducionismo econômico e o ato de analisarem a acumulação como fator determinante no processo da migração, por exemplo. Salim (1992) preocupa-se com a possibilidade de esse pensamento tornar mecânico o que deveria ser dialético.

Ademais, os partícipes dessa corrente minimizam alguns aspectos, como a natureza do processo de tomada de decisão em migrar, principalmente em relação aos custos benefícios.

Outra fragilidade detectada, nessa corrente, é a fraqueza empírica dos argumentos e conclusões. Neste aspecto, Salim (1992) ressalta a inadequada utilização dos dados, a deficiência no teste das hipóteses e a exígua exploração das variáveis demográficas.

Raczynski (1984) aponta duas limitações inerentes a essa vertente. A primeira se refere ao tratamento simplista e, às vezes, inadequado das variáveis demográficas. Ela argumenta que isso pode ser um impeditivo para que se estabeleça relações entre os processos migratórios e as mudanças estruturais, deixando lacunas entre a dinâmica da população e os elementos estruturais que formam as classes sociais e as relações de produção. A segunda restrição está relacionada ao enfoque da força de trabalho considerada livre e subordinada às necessidades de acumulação do capital. Segundo a autora, essa abordagem concebe a força de trabalho em termos estáticos, não revelando o conteúdo, a transformação e sua face oculta no processo de acumulação. Para ela, o processo de constituição da mobilidade envolve etapas de produção, circulação e utilização da força de trabalho.

Vainer (1998), por sua vez, faz a seguinte leitura: os neoclássicos privilegiam as investigações dos motivos que levam as pessoas a migrarem e a vertente histórico-estrutural enfatiza os fatores que determinam a estrutura e os indivíduos ou grupos sociais, normalmente são percebidos como meros atores de “um drama cujo cenário e *script* está na estrutura, em primeiro lugar no mercado – principalmente no mercado de trabalho” (VAINER, 1998, p. 8). Vainer segue sua avaliação:

Neo-clássicos [*sic*] e estruturalistas mostram-se incapazes de identificar o lugar e o papel da coerção na produção e reprodução dos deslocamentos e localizações do trabalho no movimento *normal* do desenvolvimento capitalista. Em consequência, suas análises acabam por omitir a dimensão essencial da dinâmica que subjaz a fluxos e localizações de populações (VAINER, 1998, p. 10, destaque do autor).

Vainer (1998, p. 10) ainda continua, afirmando que “as abordagens neoclássicas e estruturais abstraíram do campo da teoria e da pesquisa os processos de localização e deslocamento territoriais diretamente associados às relações de poder, à coação, à violência”. Ele segue avante, dizendo:

Ora, é neste conjunto de processos e conflitos que encontramos homens e mulheres que, contra toda racionalidade e contra todas as estruturas, querem permanecer nos lugares de onde deveriam sair. É aí também que encontramos as pessoas e grupos que querem se deslocar em direção a lugares que lhes são proibidos. Deslocamentos compulsórios, restrições à circulação nos falam de um território que não é nem espaço abstrato da

racionalidade, nem mera manifestação da estrutura; eles nos contam a história de um território que é lugar do conflito e do exercício do poder (VAINER, 1998, p. 10).

5.4 Tronco teórico – mobilidade da força de trabalho

A mobilidade da força de trabalho, o terceiro tronco teórico, apontado por Singer (1976) e, posteriormente, analisado por Salim (1992), apresenta uma nova perspectiva que reúne em um novo foco de análise, centrado na relação capital/trabalho, bem como a produção e reprodução ampliada dessa relação. Segundo Salim (1992, p. 10), nesta corrente, “a migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado e passa a ser um agente de transformação”. Salim ainda complementa:

Segmentos da população ou contingentes da força de trabalho deslocam-se no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento. Significa dizer que existe uma característica adquirida da força de trabalho – a mobilidade – que faculta não apenas o seu movimento, mas também a localização e realocação espacial do capital, nas diversas esferas da produção (SALIM, 1992, p. 10).

No ponto de vista desse tronco teórico, a mobilidade tem relação com a produtividade e com a expansão do capital. Segundo Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho ocorre devido à mobilidade do capital. Portanto, ela é condição e ao mesmo tempo consequência do desenvolvimento das forças produtivas. Possui papel imprescindível no processo de acumulação, que tem como consequências a concentração, a centralização, a proletarianização, a exclusão social e a própria mobilidade do trabalho. Conforme Salim (1992), os autores dessa corrente divulgam que em uma sociedade capitalista a mobilidade do trabalho acontece como fenômeno de submissão e não de liberdade. Ao considerar este pensamento como uma verdade, Gaudemar (1977, p. 17) “afirma que toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada”. Salim dialoga com Gaudemar, quando expõe a seguinte consideração:

A mobilidade forçada é uma estratégia capitalista de mobilização do trabalho. Não existe migração maciça espontânea: as razões estruturais compelem os emigrantes a deslocarem-se no espaço, determinando os fluxos e refluxos, assentamento e/ou redistribuição da população ou, especificamente, da força de trabalho “livre” (SALIM, 1992, p. 11, destaque do autor).

Gaudemar (1977, p. 192-195) revela que o capitalismo possui três momentos importantes e tece reflexões a respeito da mobilidade do trabalho. O primeiro revelado por ele é sobre a produção das forças de trabalho; o segundo, a utilização das forças de trabalho; e, finalmente, o terceiro diz respeito à circulação das forças de trabalho. Este último, ele analisa que é o momento de submissão da mobilidade às condições de mercado, ou seja, o trabalhador sofre com os movimentos cíclicos do capital e se desloca, face a crises periódicas, nos variados ramos de atividades econômicas.

Nesse sentido, é possível afirmar que esse terceiro tronco teórico faz análises sobre a mobilidade da força de trabalho e mostra que a sua natureza contém uma estreita relação com os ciclos do capitalismo. Mediante esse fato, pode-se conceber que esta mobilidade é própria do capital e está a serviço dele.

A perspectiva da mobilidade da força de trabalho se opõe aos teóricos que analisam a migração apenas do ponto de vista das desigualdades salariais e também aos que privilegiam os aspectos estruturais. Para seus seguidores, essas formas de análises escamoteiam o real significado e a riqueza de possibilidades existentes nas estruturas socioeconômicas capitalistas. Assim, Gaudemar (1977) pondera que essas maneiras de pensar podem causar mal-entendidos.

A principal crítica que pode ser tecida acerca da mobilidade da força de trabalho é sobre sua insipiência nas questões teóricas, pois, de fato, isso se constitui em um impeditivo para que seus seguidores contribuam, de forma mais incisiva, para o acervo de conhecimentos sobre o fenômeno da migração. Salim nos apresenta suas ponderações sobre esta perspectiva, quando afirma que

A concepção de mobilidade da força de trabalho traz preocupações mais epistemológicas que empíricas pouco contribuindo, até o momento, para a ampliação efetiva do acervo de conhecimentos sobre os deslocamentos populacionais. Apesar de acenar uma grande riqueza de possibilidades, ela apresenta limites inquestionáveis (SALIM, 1992, p. 17).

Diante dos estudos realizados sobre as perspectivas que analisam a migração, pode-se acreditar que este é um fenômeno social, carregado de nuances históricas e é determinado pelas relações socioeconômicas de produção. Sendo assim, Salim reforça tal ideia, ao afirmar que:

Destaca-se a importância de se reter a migração como fenômeno social historicamente determinado pelo conteúdo das relações sociais de produção, na medida em que se pressupõe não ser a população, entidade abstrata, que migra, mas grupos ou categorias sociais específicas em decorrência do processo de mudança (SALIM, 1992, p. 21).

Portanto, a migração deve ser analisada para além das variáveis: lugar, distância e tempo, pois a transferência de pessoas envolve movimentos com interrupções, não intermitentes ou circulares que podem provocar mudanças temporárias, permanentes ou puramente uma simples mobilidade da força de trabalho.

5.5 O processo histórico e a realidade dos deslocamentos populacionais no Brasil

Para analisar os fluxos populacionais brasileiros, mais apuradamente, deve-se fazer um retorno à história do Brasil, desde os ciclos econômicos que ele viveu, iniciando esta análise com a afirmação de que a formação do território brasileiro foi marcada pelas migrações, tanto internas quanto internacionais. Ao realizar esta retrospectiva, não significa estar optando por fazer análises das migrações por motivações puramente econômicas, pois se torna complicado tentar explicar um fenômeno de caráter social apenas pelo viés da economia.

Sem dúvidas, os ciclos econômicos pelos quais o Brasil passou motivaram os movimentos migratórios, que marcaram o processo de produção do espaço do território brasileiro. Segundo Valim (1996, p. 9), “as migrações são muito antigas na história do Brasil. De modo geral, deixaram marcas profundas e acompanharam de perto os ciclos econômicos da atividade agroexportadora”. No século XVIII, o Brasil passou pelo ciclo da mineração, na região de Minas Gerais. Fato que motivou e atraiu o deslocamento de muitas pessoas para esta região. Houve, também, o ciclo da borracha, que trouxe nordestinos para a região norte, no século XIX.

Nesse mesmo século, o país viveu o ciclo do café. Este produto promoveu um conjunto de transformações socioespaciais no território brasileiro e forneceu a base para a formação de uma lógica econômica, com a criação de ferrovias, portos, melhoramentos e aberturas de rodovias, além de investimentos nos meios de comunicação, marcados pela chegada do telégrafo, por exemplo. É importante lembrar que foi nesse último ciclo que o Brasil recebeu um grande volume de migrantes estrangeiros de várias nacionalidades e foi nesse período que a região Sudeste começou a adquirir sua importância no território nacional. Pode-se constatar, sobre o aparato infraestrutural, que a cafeicultura forneceu ao país, conforme a afirmação de Furtado:

A elasticidade da oferta de mão de obra e a abundância de terras, que caracterizavam os países produtores de café, constituíam clara indicação de que os preços desse artigo tenderiam a baixar, a longo prazo, sob a ação persistente das inversões em estradas de ferro, portos e meios de transporte

marítimo que se iam avolumando no último quartel do século passado (FURTADO, 2005, p. 185).

A assertiva de Furtado (2005) é procedente, pois, no período em que a principal referência de sua economia foi o café, e na medida em que a produção cafeeira esteve em expansão, o país necessitou cada vez mais de trabalhadores. Com a mão de obra mais capacitada que a dos escravos, o imigrante colonizou grande parte das terras do Sul brasileiro, promoveu o desenvolvimento de novas lavouras e influenciou a formação cultural do Brasil. Nesse sentido, o país recebeu os fluxos migratórios portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, árabes e, principalmente, italianos. Estes foram os que chegaram em maior número e seguiram para as fazendas do interior paulista, destinados a lidar com o café.

Quando se passa a analisar as migrações internas do século XX, encontram-se três elementos que se constituem em motivações econômicas para o deslocamento das pessoas. Primeiramente, a atividade fabril passa a ser uma realidade no Brasil, que começa a desenvolver sua prática industrial na região Sudeste. Fato que a torna um polo de atração de migrantes. Outro fenômeno muito importante ocorrido na segunda metade desse século, contribuindo para mudanças de pessoas rumo à região Centro-Oeste do Brasil, foi a agricultura mecanizada de exportação. Isto transformou a região em um polo de atração de trabalhadores, de grande relevância para o país. Estes dois fatores contribuíram para o terceiro elemento, que está ligado ao processo de urbanização dessas duas regiões, e marca o surgimento de algumas cidades importantes, bem como a promoção de outras que adquiriram destaque na hierarquia urbana brasileira.

Com a ascensão da indústria, São Paulo se torna o grande centro econômico do país e se consolida como a grande metrópole brasileira. O Rio de Janeiro também tem a sua importância, mas, sem dúvidas, São Paulo é o centro mais significativo. Na década de cinquenta, as indústrias chegaram às cidades próximas a São Paulo e formou o 'A, B, C paulista'. Nesse contexto, este estado se destaca e o Sudeste tornou-se um dos principais polos atrativos de imigrantes. Dentro dessa lógica, pode-se dizer que o principal fluxo populacional ocorrido na década de cinquenta, que merece atenção, é o do Nordeste para o Sudeste. Vale lembrar que, apesar de ter menos intensidade, isto perdura nos dias atuais.

Outros dois fatos que se pode destacar em relação aos fluxos migratórios brasileiros foram: a transferência da capital do Brasil para a região Centro-Oeste, com a construção do Planalto Central e os incentivos do Estado, no que diz respeito à agricultura. Com a intenção de promover o povoamento da região central do Brasil, o governo engendrou estímulos que

serviram de motivação para o surgimento de um fluxo de agricultores em direção ao Centro-Oeste. Este movimento foi marcado pela agricultura da soja e foi executado, em sua grande maioria por gaúchos que saíram de suas terras em busca de incentivos do governo, tais como: financiamentos, isenção de impostos e investimentos para uma agricultura comercial de exportação, dentre outros. Esse fluxo de produtores gaúchos foi tão significativo que recebeu o nome de diáspora gaúcha. Toda essa dinâmica favoreceu o surgimento de cidades marcadas fortemente pelo agronegócio.

Na década de noventa, uma nova realidade se apresentou e as migrações inter-regionais ganharam um grande destaque. Este fenômeno aconteceu motivado por vários aspectos. Primeiro, a desconcentração industrial das regiões Sudeste e Sul. As indústrias automobilísticas, calçadistas, autopeças, petroquímica, dentre outras, começaram a buscar novos mercados no interior e o Brasil passou a assistir o processo de “descentralização” da indústria de grandes capitais brasileiras. Conforme Peres e Baeninger:

Ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o País conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais. Para esse período, pode-se concluir que essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas (PERES; BAENINGER, 2012, p. 5).

Esse fenômeno fez com que houvesse uma interiorização da produção. Fato que tem gerado vários fluxos migratórios para as cidades médias e a redução populacional nas cidades grandes. As empresas que possuíam ou ainda possuem suas sedes nas grandes áreas urbanas passaram a terceirizar funções em cidades nordestinas. Isto tem proporcionado ao Nordeste uma mudança em seu perfil econômico e, conseqüentemente, nos movimentos migratórios. Martine (1994) ressalta que essa mudança vem acontecendo desde os anos 1980. Assim ele explica:

Houve, nitidamente, um arrefecimento da migração rural-urbana e inter-regional, assim como uma redução do ímpeto da concentração em cidades grandes ou cada vez maiores, especialmente na região Sudeste. As áreas rurais e localidades pequenas tiveram um crescimento surpreendente, assim como o teve também a rede urbana nordestina (MARTINE, 1994, p. 29).

O fenômeno da migração contribuiu, incisivamente, para algumas particularidades do processo de formação do território brasileiro, principalmente no que diz respeito à urbanização. A concepção desse território ocorreu de forma tão desigual ao ponto de provocar

desequilíbrios regionais: econômicos e sociais, que atualmente ainda perduram. Segundo Brito (2007, p. 12), “essas particularidades serviram como pano de fundo para o fantástico movimento migratório de sua população”. Conforme este autor:

Somente entre 1960 e o final dos anos oitenta, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas, inclusive os efeitos indiretos nas respectivas décadas. Um deslocamento populacional gigantesco, num breve espaço de tempo (BRITO, 2007, p. 12).

Os movimentos migratórios internos, que aconteceram no Brasil, redimensionaram a população da zona rural para as cidades, de uma região para outra e dentro da própria região. Este fato ocorreu principalmente com a população nordestina. O destino dos fluxos, geralmente, era as grandes cidades e os grandes aglomerados metropolitanos da região sudeste, com destaque para São Paulo. Isso pode ser confirmado nas palavras de Brito:

As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades eram o pivô das atividades econômicas. Mas, o destino fundamental dos migrantes que abandonavam os grandes reservatórios de mão de obra – o Nordeste e Minas Gerais, principalmente – eram as grandes cidades, particularmente, os grandes aglomerados metropolitanos em formação no Sudeste, entre os quais a Região Metropolitana de São Paulo se destacava (BRITO, 2007, p. 13).

Estudos indicam que as migrações internas brasileiras são analisadas sob a ótica de duas correntes teóricas: uma é a do desenvolvimento econômico, que foca na oferta da mão de obra; e a outra é a teoria da modernização social, voltada para o arranjo social e cultural. A primeira possui a concepção de que os fluxos migratórios têm um grande poder de transportar a população de regiões agrícolas, que possuem ínfima oferta de trabalho, para os setores urbanos e industriais, com uma produtividade muito mais elevada. E a segunda defende a transferência do excedente da população de áreas tradicionais, principalmente para as grandes cidades, em que há predominância de aspectos sociais e culturais modernos. Deve-se entender que estas duas correntes se referem à migração, visto que uma dá ênfase na Economia e a outra na Sociologia. Nesse sentido, nota-se que ambas possuem um olhar positivo acerca das migrações.

Sabe-se que o espaço passa por metamorfoses devido ao seu caráter dinâmico. Sendo assim, as transformações que a economia e a sociedade brasileira sofreram provocaram uma redução do ritmo dos fluxos migratórios e, conseqüentemente, do crescimento das grandes áreas urbanas e dos aglomerados metropolitanos. Então, pode-se afirmar que o padrão

migratório que prevaleceu na década de setenta sofreu profundas modificações, e tanto a economia quanto a sociedade passaram a não mais necessitar da transferência do excedente populacional, na forma como aconteceu entre os anos 50 e 80.

A década de 1980 foi um período em que o Brasil passou por profundas transformações em sua dinâmica populacional, principalmente no que diz respeito aos movimentos migratórios. Martine (1994) adverte para o fato de que as regiões Norte e Centro-Oeste receberam um contingente significativo de migrantes nessa década, mas, quanto aos fluxos em direção ao Nordeste-Sudeste, houve uma contenção. Ele ainda completa:

A região Nordeste, por sua vez, parece ter contido seu tradicional fluxo migratório. Sem dúvidas, a recessão quase permanente da década reduziu o ímpeto da migração para o sudeste, provocando, inclusive, uma migração de retorno. Em contrapartida, houve também expansão da fronteira interna e alguns focos de dinamismo econômico na região (MARTINE, 1994, p. 10).

Como resultado dessa dinâmica, observa-se que as grandes cidades e as áreas metropolitanas passaram a ter oferta de mão de obra que suprisse a demanda do mercado de trabalho. Neste contexto, as transferências da população deixaram de ser viáveis, tanto do ponto de vista econômico quanto social. O padrão migratório, até então existente no Brasil, foi modificado, pois as migrações tornaram-se menos necessárias e menos prováveis. Diante disso, ratifica-se que há, nos dias atuais, uma redução no crescimento das áreas metropolitanas e um redimensionamento de parte dos fluxos internos para as cidades médias brasileiras. Brito corrobora esta análise quando afirma que:

Dentro dos aglomerados metropolitanos, tem havido uma notável tendência a um maior crescimento dos municípios periféricos, em relação às capitais, evidenciando um processo de inversão espacial do comando do crescimento demográfico metropolitano, acelerado pelos saldos negativos dos fluxos migratórios entre capitais e os outros municípios metropolitanos (BRITO, 2007, p. 17).

O fato de as cidades brasileiras terem crescido rapidamente, e desprovidas de infraestrutura para receber os fluxos populacionais, engendrou alguns indicativos que destituíram os aglomerados urbanos de alguns benefícios relacionados à qualidade de vida. Os moradores das metrópoles e do seu entorno passaram a conviver com uma realidade expressa pela violência, desemprego, dificuldade de acesso à moradia, oferta precária e insuficiente dos serviços públicos e outros aspectos que definem o caos urbano vivido hodiernamente. Esta realidade das cidades grandes brasileiras tem sido bastante divulgada pelos meios de

comunicação por meio das telecomunicações e das redes sociais. Sem dúvidas, isto tem contribuído para a redução dos fluxos migratórios internos no Brasil. Brito ainda destaca:

Hoje, é basicamente impossível, para o migrante pobre e sem um nível educacional elevado, sair do interior nordestino, ir para São Paulo e lá conseguir alguma forma de ascensão social, mesmo dentro dos estreitos limites da classe trabalhadora. Além do mais, a sociedade urbana, mais competitiva e cada vez menos solidária, assombrada com a barbárie que tem predominado nas relações sociais, aumentou os seus mecanismos de discriminação e de exclusão dos mais pobres. Consequentemente, as barreiras ao livre trânsito dos migrantes têm sido frequentes e exacerbam os mecanismos de seletividade estrutural (BRITO, 2007, p. 18).

Mediante esta análise, é importante ressaltar que a tradição migratória brasileira não desapareceu. Mesmo porque a migração, no Brasil, ainda se constitui em uma opção, apesar de ilusória, para se melhorar de vida e ascender socialmente. Conforme Brito (2007, p. 2), “Migrantes potenciais ainda são gerados pelas grandes desigualdades e pelos agudos desequilíbrios sociais que ainda prevalecem no Brasil”. Porém, os migrantes de agora ganham uma nova configuração, pois eles se deslocam, muito mais, pela manutenção de sua sobrevivência do que, unicamente, pelo desejo de ascensão social. Ainda com base neste raciocínio, não se pode deixar de lembrar que Damiani (1998) ressalta que no Brasil a maioria das correntes migratórias envolve uma população expropriada e empobrecida.

Nesse contexto, as migrações de retorno se ampliaram nas grandes regiões metropolitanas e as pessoas têm sido incentivadas, ou mesmo “forçadas”, pela economia e pela própria sociedade, a voltarem ao seu lugar de origem, ainda que não tenham a possibilidade de obter uma sobrevivência digna. Segundo Peres e Baeninger:

Foi particularmente importante no período 1981-1991, o movimento de retorno aos Estados de nascimento, os quais também contribuíram para a elevação no número de Estados ganhadores. Nos anos 70, o movimento de retorno aos Estados de nascimento representava apenas 11,0% do total da migração nacional, proporção que chegou a dobrar no período 1981-1991, alcançando 24,5% do total; passou-se de um volume anual de retorno de 105.482 pessoas, no período 1970-1980, para 259.582, entre 1981-1991 (PERES; BAENINGER, 2012, p. 5).

Observa-se que nos anos de 1990 ocorreram mudanças consideráveis nos movimentos migratórios internos no Brasil. Com base nessas transformações, pode-se citar pelo menos quatro tendências. A primeira se refere aos fluxos migratórios de longas distâncias que se reduziram consideravelmente. Em particular, os que se deslocavam em direção às fronteiras agrícolas. A segunda é que São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal continuaram

absorvendo (mesmo que em menor quantidade) os fluxos migratórios de longas distâncias, advindos do Nordeste. A terceira tendência indica que, com as migrações de retorno, alguns estados, especialmente os nordestinos, recuperaram parte de sua população emigrante. Finalmente, a última diz respeito à consolidação de alguns polos de absorção migratória.

A sociedade brasileira tem sofrido os rebatimentos das transformações que o país vem passando ao longo dos tempos, e não resta outra saída que não seja a de criar mecanismos para que a sociedade aprenda a lidar com as adversidades e sobreviver em meio às crises. Nesse sentido, as migrações assumem um caráter que redefine sua relação com a indústria, com a agricultura, com o emprego, com a economia e, sobretudo, com a reestruturação produtiva do capital, que leva os fluxos migratórios a assumirem um novo dinamismo. Dessa forma, Peres e Baeninger corroboram esse pensamento. Em suas palavras:

A redefinição da relação migração-industrialização, migração-fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino –, onde as migrações assumem um caráter mais reversível do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século XX. Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno (PERES; BAENINGER, 2012, p. 7).

Portanto, afirma-se que as migrações no Brasil continuam apontando decréscimos em seus volumes. Contudo, isto não indica uma estagnação dos fluxos migratórios internos. Pelo contrário, atualmente esse fenômeno tem revelado desdobramentos e novas modalidades de deslocamentos populacionais, não só em escala local, mas também regional e nacional. Para entender essa nova realidade das migrações no país, é condição *sine qua non* que se observe as tendências atuais do Nordeste brasileiro, pois estudos apontam que essa região vem apresentando saldos migratórios negativos desde os últimos vinte anos. Isto indica a força da migração de retorno. Claro que não se pode fazer esta análise de forma isolada, pois essa nova fase está relacionada ao contexto da região metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro, bem como à nova configuração da indústria e das fronteiras agrícolas, tanto no território nacional quanto internacional.

Para Peres e Baeninger (2012), o novo olhar acerca dos processos migratórios permite rever os conceitos e substituí-los, de forma que se adequem à nova realidade. Então,

atualmente existe a substituição, por alguns autores, do termo “áreas de evasão” por “áreas de perdas migratórias”; as “áreas de atração ou absorção” passaram para “áreas de retenção migratória”; e para “áreas de origem e destino” houve a substituição por “áreas constituintes dos processos de rotatividade migratória”.

Dessa forma, pode-se afirmar que o panorama migratório brasileiro do século XXI apresenta duas novas realidades. A primeira diz respeito à dispersão migratória metropolitana, que, no âmbito interestadual, pode citar as migrações de retorno da região Sudeste para a Nordeste. Conforme Martine (1994), os deslocamentos populacionais para a região Sudeste sofreram um declínio considerável em relação aos padrões anteriores. E dentro dos estados acontecem os fluxos da área metropolitana para o interior, especialmente para as cidades médias. A segunda realidade refere-se aos trajetos migratórios de curta distância que envolvem espaços não metropolitanos. Estas modificações do perfil migratório ocorreram devido às transformações econômicas e políticas impostas, tanto nacional quanto internacionalmente.

Nesse contexto, afirma-se que é cada vez mais complexo o entendimento acerca das migrações internas no Brasil, na contemporaneidade. Portanto, não é tarefa fácil encontrar caminhos teóricos e metodológicos que contemplem a leitura dessa nova realidade.

5.6 A mobilidade do campo para a cidade e suas características expressas no tempo e no espaço

Quando se recorre à História, logo é possível verificar que o deslocamento das pessoas do campo para a cidade é um fenômeno que acontece desde a Antiguidade. Pode-se notar que este fato teve expressividade e preocupava os líderes das áreas urbanas romanas, que recebiam pessoas da zona rural. Foi o surgimento de atividades comerciais que deu impulso ao desenvolvimento e até mesmo à criação de algumas cidades. Muitas até assumiram uma posição de destaque, como Roma, por exemplo. A Antiguidade foi um período histórico em que o urbano exerceria forte atração sobre a população do campo, que vivia em condições de vida precárias. Segundo Carlos (1992, p. 62), “Roma estendia sua influência até o Norte da África, utilizando suas terras férteis como verdadeiro celeiro do império”.

Os povos bárbaros invadiram o Mediterrâneo e impossibilitaram o prosseguimento do comércio entre as cidades. Em consequência deste acontecimento, muitas delas entraram em declínio e algumas até desapareceram. Conforme Carlos (1992, p. 62), “nesse período, a Europa Ocidental regride ao estado de região exclusivamente agrícola, onde a terra passava a

ser a única fonte de subsistência e condição de riqueza”. Apenas algumas cidades romanas sobreviveram, porém com uma grande perda de força econômica.

A Idade Média foi uma etapa da História em que houve um movimento de retorno, de parte significativa, da população da zona urbana para o campo. Ocorreram várias transformações socioespaciais na passagem da Antiguidade para a sociedade medieval. O modo de produção passou a ser o Feudalismo e surgiu uma nova estrutura de classe. A terra passa a ser sinônimo de riqueza e a população passa a viver direta ou indiretamente da produção agrícola. Este fato levou as pessoas que viviam nas cidades a voltarem para a zona rural, pois os feudos eram autossuficientes, produzindo tudo que a população necessitava e não originava excedentes de mercadorias. Isto gerava o seu isolamento, porque a falta de um comércio, significativo, dificultava as relações entre pessoas e lugares. No período medieval, as cidades, na Europa Feudal, perderam força e, conseqüentemente, importância. Não exerciam mais atração das pessoas do campo. A narração de Carlos deixa isso mais evidente:

Enquanto na Antiguidade o comércio impulsionava o crescimento das cidades e produzia um determinado espaço, no Feudalismo, dentro do feudo produzia-se e consumia-se os próprios produtos, numa economia autossuficiente, sem mercados externos e sem ligações. Tudo que se precisava, quer na alimentação, no vestuário, ou no mobiliário era produzido no feudo, não havendo excedentes, capazes de permitir a troca e com isso as relações entre populações e lugares (CARLOS, 1992, p. 63).

Esse cenário perdurou por muitos anos, mas começou a haver sinais de mudanças no século XI. A cidade renasce e se prolifera quando os feudos transformam-se em uma economia de mercado e o comércio volta a ganhar força. Ganha, paulatinamente, mais expressividade e a terra passa, novamente, a dividir espaço com o comércio, como fonte de riqueza. A indústria que existia, anteriormente, de forma incipiente, assume algumas especializações e favorece a produção do excedente, que viabiliza a possibilidade de troca. O dinheiro fornece ao artesão a oportunidade de viver do seu próprio ofício e deixar a agricultura. Apresenta-se, novamente, uma realidade de migração do homem do campo para a cidade.

À medida que a manufatura foi tomando força, a cidade passou a ganhar mais importância e readquirir sua dinâmica, tornando-se novamente expressiva. Começou a atrair, outra vez, a população da zona rural, que, nesse momento, estava sendo expulsa em função de uma série de inovações agrícolas. Essa massa de trabalhadores, advinda do meio rural, forneceu um volume de mão de obra barata, para as manufaturas – tornaram-se assalariados e

possibilitaram a formação de um mercado consumidor interno. Nesse momento, inicia-se um novo regime socioeconômico e um novo modo de produção, o capitalismo. Este sistema provocou alterações no espaço e no cotidiano dos homens. Conforme Santos (2013, p. 14), “as cidades passaram a ser o centro do processo de produção, ao assumirem o papel como *locus* da tomada de decisões e reproduzirem o modelo capitalista de sociedade”.

O sistema capitalista engendrou modificações na estrutura das cidades, tanto espacial quanto econômica, cultural e política, que acabaram por assumir ou, muitas vezes, redefinir novos conteúdos e novas relações. Elas passaram a assumir um novo papel. Nesse sentido, afirma-se que não é possível analisar o espaço urbano dissociado do rural, pois averigua-se que o espaço sofreu transformações que atingiram não só o campo, mas também a cidade. Ela, novamente, passou a ser o lugar da produção e as pessoas do campo voltaram a sofrer atração por ela, além de terem sido motivados a migrar por conta de todas as metamorfoses que a reestruturação produtiva do capital provocou no meio rural, sobretudo nas relações de trabalho.

No século XVIII, as indústrias começaram a se despontar na Europa Ocidental e, por conta disso, as cidades atraíram uma grande quantidade de pessoas da zona rural, que migraram em busca de trabalho, melhores salários e condições de vida mais dignas. Em relação ao continente europeu, pode-se dizer que esse movimento aconteceu tardiamente no Brasil, pois a indústria brasileira só teve maior impulso no século XX, por volta da década de 1960 com o governo de Juscelino Kubitschek. Como as unidades fabris se concentraram na região Sudeste, foram as cidades desse lugar que receberam a maior leva de migrantes.

Nesse contexto, percebe-se que o deslocamento do homem do campo para a cidade é um fenômeno antigo. No Brasil, mesmo com menor intensidade, esse movimento ainda ocorre nos dias atuais. Hodiernamente, no caso brasileiro, o fato de os fluxos migratórios terem perdido sua intensidade pode ser explicado por vários motivos, dentre eles discute-se sobre dois que são basilares para o desvelamento do processo que possibilita os movimentos migratórios da zona rural para a zona urbana. Um diz respeito à concentração da produção nas cidades e o outro trata da ausência de políticas de estabilização de renda para a agricultura familiar.

Durante muito tempo, o Brasil teve uma industrialização concentrada nas grandes cidades da região Sudeste. Porém, entre 1990 e 2010, o país assiste a uma política de descentralização da indústria e do agronegócio, que transferiram suas instalações para outras regiões do seu território, cidades médias e até mesmo pequenas. Esses lugares passaram a competir por trabalho com o meio rural e transformaram-se em polos de atração da mão de

obra do campo. Ao analisar sob o ponto de vista puramente econômico, é salutar compreender que a força da migração encontra-se no potencial de renda que as pessoas possuem. Então, quanto menor a renda, maior a capacidade que o homem tem de se deslocar em busca do incremento de seus rendimentos. Isto, também, acontece com as pessoas que migram do campo para a cidade.

Alia-se a toda esta problemática econômica a questão da atração que a cidade ainda exerce sobre o indivíduo do campo, com o processo de industrialização, principalmente sobre o homem nordestino. Para se ter uma compreensão dessa temática, deve-se entender que as transformações que acontecem no meio rural não possuem o mesmo ritmo do meio urbano, principalmente no que diz respeito à região nordestina.

Mesmo que a zona rural obteve e vem adquirindo alguns avanços em relação a determinados aspectos estruturais, como melhoria e mais acesso ao transporte, à comunicação e à energia, por exemplo, a sua população ainda padece com os baixos salários e, conseqüentemente, o reduzido poder de compra; com a dificuldade de acesso aos serviços institucionais, como saúde e educação, dentre outros problemas que fazem perdurar a segregação socioespacial que o homem do campo sofre, fazendo-o migrar em busca de melhores condições de vida. No caso do Nordeste, há, ainda, as condições hostis do meio ambiente, que se apresentam em períodos de crise climática. Ainda vale lembrar que essa região é a que apresenta mais possibilidades de migração pela baixa renda e pelo tamanho de sua população.

Enquanto isso, observa-se que a cidade não perdeu o atributo de seduzir e encantar as pessoas do campo, pois, mesmo que ela apresente as suas contradições, ainda é nela que o homem rural vislumbra a possibilidade de viver em condições mais dignas e obter algumas vantagens em relação ao espaço rural, como: serviços de educação e saúde, com melhor qualidade e maior acessibilidade; melhores empregos, com salários mais justos, que proporcione maior poder aquisitivo; maior acesso à tecnologia, dentre outros fatores, que já foram discutidos no desenvolvimento deste estudo. Finalmente, maior acesso à presença de bens e serviços públicos, que são mais difíceis de serem ofertados no campo.

Quanto às políticas de estabilização de renda destinadas aos agricultores familiares, com o objetivo de fixar o homem no campo, avalia-se que a adoção de políticas como estas poderia ser uma forma de ressarcimento das perdas que os pequenos agricultores tiveram com o processo de modernização ao qual eles não conseguiram acompanhar. Segundo Teixeira (2000), na verdade, os agricultores familiares foram penalizados pelas elevadas transferências

de renda para outros setores, e se tornaram descapitalizados. Este fato impossibilitou que eles acompanhassem os avanços dos meios de produção, tornando-os tecnologicamente atrasados.

De acordo com Teixeira (2000), a política de estabilização de renda é uma estratégia que poderia garantir a melhoria e a distribuição da renda no setor agrícola, além de assegurar a estabilidade dos produtores, pois pode eliminar o risco de *déficit* na atividade. Acredita-se que, se assim ocorresse, haveria um impulso na adoção de novas tecnologias e o produtor familiar passaria a participar, mais efetivamente, nos setores de insumo, produtos e trabalho. Esse incentivo poderia ser também uma motivação para fixação do homem no campo, pois ele pode possibilitar acréscimos na renda do pequeno produtor e inseri-lo no mercado.

Sem o intuito de concluir a discussão, mas com a intensão de tentar “amarrar” algumas questões, é necessário fazer algumas ponderações acerca da migração do campo para a cidade. A primeira é a de que esse movimento ocorre em virtude da modernização agropecuária, para atender às expectativas das relações capitalistas modernas; a segunda diz respeito à presença de um modelo econômico que dá prioridade aos grandes produtores. Outra questão é que a população do campo observa a substituição da sua mão de obra em razão da mecanização das atividades rurais. E, por último, há o fato de os pequenos agricultores não conseguirem mecanizar sua lavoura e, devido a isto, obterem um baixo rendimento na produtividade. Este acontecimento o impossibilita ter uma vida com mais conforto e dignidade.

Ao prosseguir por essas análises, ainda podem ser tecidas algumas considerações sobre os efeitos sociais que são provocados por esse tipo de migração, como, por exemplo: as pessoas advindas do campo, geralmente, possuem mão de obra desqualificada profissionalmente e, por isso, podem não ser absorvidas pelo mercado de trabalho, restando-lhes o desemprego ou o subemprego, nas grandes cidades. Outrossim, existem as questões que estão relacionadas ao crescimento desordenado das cidades, que esse deslocamento provoca, em função da ausência de um planejamento urbano, a fim de receber os fluxos de pessoas que possuem perfil do mundo rural. Aliado a isto, há, ainda, a realidade do superpovoamento de bairros mais carentes, a continuidade do processo de favelização e das moradias em locais sem estrutura.

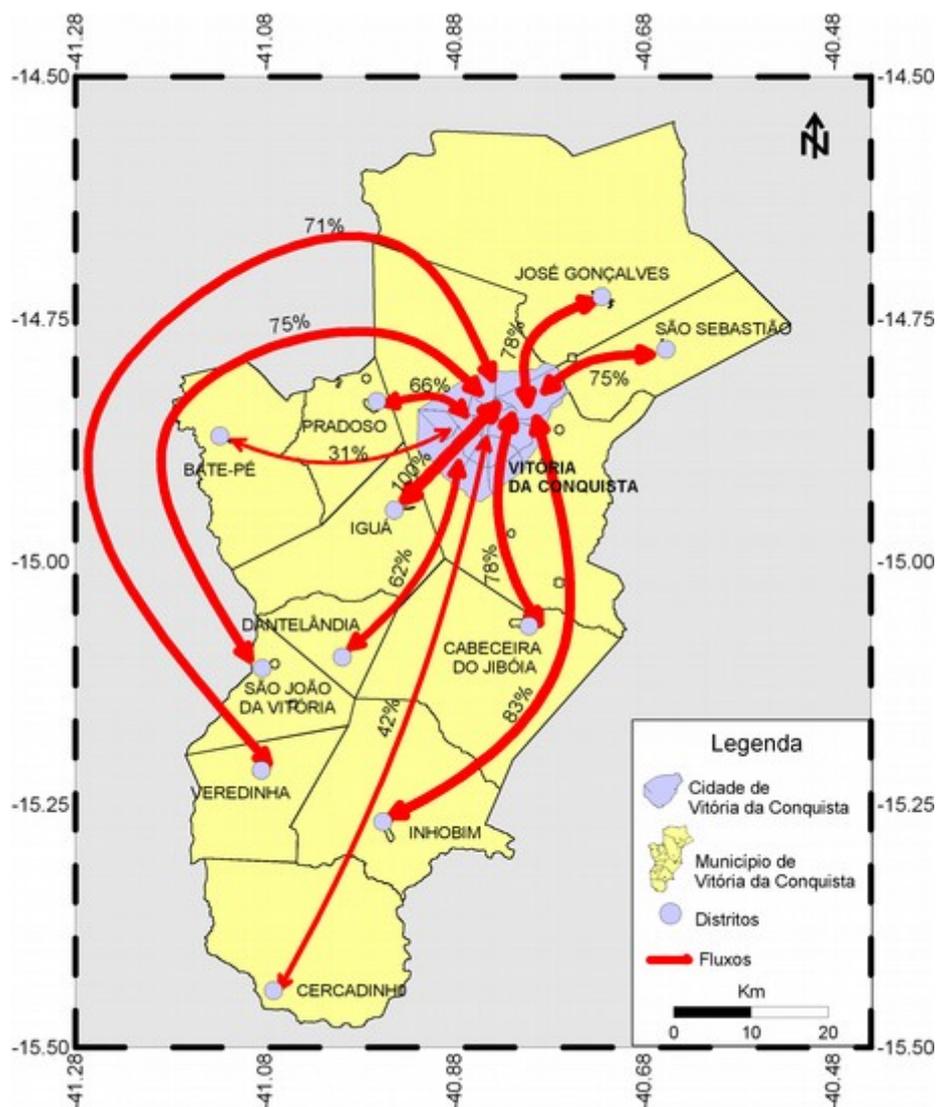
5.7 A mobilidade campo-cidade em Vitória da Conquista-BA

Após estudos teóricos acerca do tema que envolve as migrações e o trabalho de campo que foi realizado na zona rural de Vitória da Conquista, é impossível não falar da realidade observada e analisada por meio da aplicação de questionários, observações e entrevistas.

Sobretudo, realizar ponderações entre o que se vê na teoria e se constatou nos procedimentos empíricos. Fazer este *link* é necessário para que o pesquisador tenha uma compreensão holística da realidade que permeia a sociedade.

A pesquisa revelou que grande parte das pessoas que residem na zona rural do município de Vitória da Conquista precisa se deslocar para a cidade, em busca de emprego e de outros serviços (conforme mapa da figura 15).

FIGURA 15 – Mapa de fluxo campo-cidade-campo no município de Vitória da Conquista – BA. 2018.



Fonte: Trabalho de campo, 2018
Elaboração: Vagner Alves da Silva

Esta constatação corrobora os estudos teóricos quando afirmam que parte da população do campo migra para a cidade em busca de trabalho, pois os entrevistados declararam que no lugar onde moram a oferta de emprego é escassa e só têm a opção de ir

para outro lugar, principalmente para Vitória da Conquista, em busca de trabalho. Esse fato foi manifestado em vários depoimentos. O exemplo, a seguir, deixa claro essa realidade:

Vou trabalhar em Vitória da Conquista de van e todas as pessoas que vão nesta van, comigo, vão trabalhar lá. Meu filho também vai trabalhar lá, ele não tem emprego fixo, é ajudante de pedreiro, ele é diarista também. Já eu tenho três faxinas certas, nas casas certas. Cada dia eu vou para uma (Depoimento oral, entrevistado 4, 2017).

Outro aspecto indicado pelas pesquisas diz respeito ao tipo de migração que é realizada do campo para a cidade de Vitória da Conquista, pois vários trabalhadores revelaram que vão para o trabalho e voltam diariamente para suas casas. A falta de interesse em morar no local de trabalho também foi um aspecto apontado nas entrevistas e questionários aplicados. Seja por questões econômicas, seja por motivos familiares, ou até mesmo culturais. Desse modo, os estudos empíricos que abrangeram esta área do município de Vitória da Conquista levam à seguinte reflexão: a cidade exerce uma forte atração sobre o homem do campo, pois hodiernamente eles conseguem fazer a análise e ponderar os aspectos positivos e negativos existentes, tanto da cidade quanto do campo. O depoimento seguinte revela estas questões:

Nunca pensei em morar em Conquista, porque, se eu for, meu salário vai todo no aluguel. Então decidi que no lugar de pagar aluguel lá eu ia investir em minha casa aqui na roça... fui fazendo os pouquinho, juntando o dinheiro daqui e dali e assim nós terminou o nosso rancho. Aqui pelo menos tem tranquilidade e tem minha família e os amigo que está aqui também. Todo mundo conhece todo mundo... todo mundo ajuda todo mundo quando precisa (Depoimento oral, entrevistado 3, 2017).

Com base no depoimento dos entrevistados 5 e 4, a seguir, nota-se que existe o discernimento sobre as condições de vida e, mesmo sem ter a infraestrutura de energia, água tratada e encanada no seu lugar de moradia, eles ainda dão prioridade à morada na zona rural, próximo da família.

Eu tenho duas filhas e para dar a elas uma melhor qualidade de vida tenho que ir trabalhar fora, na cidade, mas não me vejo saindo da minha zona rural para morar dentro da cidade. Até mesmo porque minha qualidade de vida aqui, na roça, é melhor do que na cidade. Apesar de não ter os recursos próximos, tipo energia, que a gente não tem. A gente não pode usar o chuveiro. Meu vizinho aí do lado usa candeeiro e nós aqui puxamos a energia de um vizinho um pouco mais distante (Depoimento oral, entrevistado 5, 2017).

Saio para trabalhar fora, na cidade, mas minhas raízes continua aqui. Eu não deixo de morar aqui porque minha casa é aqui! Tem seis anos que trabalho em Vitória da Conquista. Antes trabalhei na colheita do café, mas esses trabalho não tem mais aqui. Então tenho que sair para Conquista para trabalhar e sobreviver. É a vida... Sou feliz assim! (Depoimento oral, entrevistado 4, 2017).

A pesquisa de campo identificou a existência de vários elementos que têm levado os homens do campo a migrarem para a cidade, porém o trabalho é o principal componente socioeconômico que os conduz a essa mobilidade. Paradoxalmente, a atividade laborativa é um dos fatores que têm permitido a fixação das pessoas na zona rural, pois é com o trabalho, na cidade, que o homem tem conseguido sobreviver no campo e construir uma estrutura de moradia que satisfaça suas necessidades mínimas. Os entrevistados declararam que com a renda adquirida na cidade eles puderam construir suas casas e comprar eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e tudo que possuem.

Aqui minha casa é própria. Se eu morasse em Conquista eu tinha que pagar aluguel. Eu construí minha casa e comprei geladeira, fogão, televisão, computador e outros objetos com a renda do meu trabalho lá de Conquista. Tem cinco anos que estou neste trabalho com carteira assinada e todos os direitos. Se eu não tivesse trabalhando em Conquista eu não tinha conseguido nada disso aqui. Minha vida é ótima. Eu tenho trabalho e ganho o suficiente para não faltar nada. Tudo que temos aqui foi fruto do trabalho (Depoimento oral, entrevistado 2, 2017).

A gente morava aqui numa casinha simplesinha feito de adobão. Chegou um dia que, graças a Deus, tive a oportunidade de arrumar esse trabalho lá em Conquista. Chamei meus irmão e disse que eu tinha arrumado meu trabalho e que a gente ia fazer uma casinha para sair do sofrimento. A água da chuva invadia a nossa casa e a gente ia pra casa da nossa avó. Com um pouquinho de dinheiro de cada um, nós consegui construir a nossa casa. Graças a Deus! Se fosse depender do trabalho daqui da roça eu não construí esta casa que nós tem hoje não. Graças a Deus o meu emprego de Conquista (Depoimento oral, entrevistado 3, 2017).

As figuras, a seguir (Figuras 16, 17, 18 19, 20, 21e 22), revelam detalhes, dentre tantos outros, observados na empiria, os quais mostram o contraste entre as moradias mais antigas e as mais modernas nos povoados dos distritos de Vitória da Conquista.

FIGURA 16 – Casa antiga do entrevistado 3, no povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá. Vitória da Conquista- BA. (2017)



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

FIGURA 17 – Casa nova do entrevistado 3, no povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá, Vitória da Conquista, Bahia. (2017)



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

FIGURA 18 – Casa antiga e casa nova da entrevistada 3, no povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá, Vitória da Conquista, Bahia. (2017)



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

FIGURA 19- Estrutura interna (cozinha) da casa antiga da entrevistada 3, do povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá, Vitória da Conquista, Bahia. (2017)



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

FIGURA 20 - Estrutura interna (cozinha) da casa nova da entrevistada 3, do povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá, Vitória da Conquista, Bahia. 2017



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

FIGURA 21 - Banheiro da casa antiga da entrevistada 3, do povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá, Vitória da Conquista, Bahia. 2017



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

FIGURA 22 - Banheiro da casa nova da entrevistada 3, do povoado Rancho Alegre, distrito do Iguá Vitória da Conquista, Bahia. 2017



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

O tipo de migração, na direção campo-cidade, que predomina, atualmente, no município de Vitória da Conquista se difere dos deslocamentos que eram realizados nos anos de 1970 e 1980, pois, segundo Martins (1986), nessa época, o homem do campo ou migrava para as grandes cidades em busca de emprego nas indústrias, construção civil ou setor de serviços, ou se deslocava para realizar suas atividades no campo de outros municípios, até mesmo em outros estados. Nas palavras do autor:

Trabalhadores rurais que migravam temporariamente para as cidades em busca de trabalho na indústria, na construção civil ou no setor de serviços, como os que, da Bahia e outros pontos do Nordeste e de Minas Gerais, vão trabalhar na cidade de São Paulo, em Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro. [...] Trabalhadores rurais que migram temporariamente para outras zonas rurais em busca de trabalho, que aproveitam os períodos de entressafra de suas próprias lavouras para trabalhar na safra de outros produtos, em outras regiões são, geralmente, pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou foreiros (MARTINS, 1986, p. 47).

Para Martins (1986), as migrações mais comuns eram de médias e longas distâncias. Por meio desta pesquisa, foi possível observar que, atualmente, a maioria dos trabalhadores do campo de Vitória da Conquista realiza uma migração pendular. Isto se deve a uma

mudança estrutural na sociedade brasileira, tanto em suas características econômicas quanto em seus aspectos sociais e culturais. Esta afirmação pode ser confirmada, em vários momentos, com os depoimentos que foram dados nas entrevistas, pois quase todos os trabalhadores inquiridos responderam que vão trabalhar, mas voltam todos os dias para suas casas.

Outra análise para se realizar é sobre as profissões que não são relacionadas às atividades agrícolas, as quais foram declaradas nas entrevistas, pois normalmente são as que exigem pouca escolaridade, como: empregada doméstica, pedreiro, faxineira, vigilante, dentre outras. Esse fato é perceptível na fala dos entrevistados. No sistema capitalista, é comum as atividades mais “pesadas” serem destinadas às pessoas de baixa intelectualidade. Esta situação não é *sui generis* da atualidade, ela acontece desde tempos remotos. No Império Romano, por exemplo, os serviços braçais, intensos e cansativos, eram exclusivos dos escravos e as atividades relacionadas à intelectualidade eram peculiares dos homens livres. Quando se concretiza a analogia das profissões com o grau de escolaridade das pessoas entrevistadas, no trabalho de campo, logo se chega à conclusão de que isso ocorre até os dias atuais.

Tabela 2 - Grau de escolaridade das pessoas entrevistadas nos distritos do município de Vitória da Conquista-BA (2014, 2016, 2017)

Distrito	Grau de escolaridade					Total
	Não alfabetizado	Ensino Fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Não respondeu	
Bate-Pé	15,87%	50,79%	31,75%	1,59%	0,00%	100,00%
Cabeceira do Jiboia	20,00%	51,43%	18,57%	0,00%	10,00%	100,00%
Cercadinho	4,00%	70,00%	24,00%	2,00%	0,00%	100,00%
Dantelândia	12,61%	63,06%	17,12%	0,90%	6,31%	100,00%
Iguá	4,92%	57,38%	29,51%	4,92%	3,28%	100,00%
Inhobim	7,94%	68,25%	19,05%	1,59%	3,17%	100,00%
José Gonçalves	9,26%	51,85%	29,01%	4,94%	4,94%	100,00%
Pradoso	1,69%	45,76%	44,07%	6,78%	1,69%	100,00%
São João da Vitória	9,80%	56,86%	29,41%	0,00%	3,92%	100,00%
São Sebastião	8,89%	37,78%	35,56%	7,78%	10,00%	100,00%
Sede	8,73%	52,38%	27,78%	3,17%	7,94%	100,00%
Veredinha	10,71%	32,14%	35,71%	14,29%	7,14%	100,00%
Total	9,74%	53,53%	27,73%	3,64%	5,35%	100,00%

Fonte: trabalho de campo, 2014 a 2017.

A Tabela 2 expõe dados preocupantes acerca da escolaridade dos moradores da zona rural do município de Vitória da Conquista, pois, no total de todos os distritos, consta um percentual de quase 10% de analfabetos. O distrito de Cabeceira do Jiboia revelou um índice de 20% de analfabetos. Bate-Pé tem um número menor, mas não menos inquietante, pois ele conta com 15,8% de pessoas que nunca frequentaram escola. Em terceiro lugar está Dantelândia com o indicativo de 12,61% de indivíduos não alfabetizados e na quarta colocação apresenta-se Veredinha com 10,71% de analfabetismo.

Ao lidar com estes índices, é impossível não os relacionar aos dos países desenvolvidos, pois, segundo Vincent (2014), lugares como Inglaterra, País de Gales, Holanda, Escócia, França e Alemanha, acompanhados por outro grupo de países de outras partes da Europa, conseguiram diminuir e até quase zerar os índices de analfabetismo, desde 1900. Desse modo, quando, em pleno século XXI, encontram-se dados de 20% de pessoas analfabetas em um lugar é verdadeiramente desalentador, visto que esse índice pode implicar diversos problemas sociais, culturais e econômicos em uma sociedade. Com isso, surgem alguns questionamentos, só a título de provocação: de onde vem a ideia de país em desenvolvimento em uma nação que investe minimamente em educação? Onde cabe pensar em um país emergente? A quem interessam estas novas nomenclaturas?

Conforme os dados da Tabela 2, o percentual de pessoas que só possuem o ensino fundamental, no campo de Vitória da Conquista, é igualmente crítico, pois o Cercadinho apresenta 70% de pessoas que só conseguiram chegar a esse grau de escolaridade. O distrito de Inhobim não fica muito distante, porque indica um quantitativo de 68,25% de indivíduos que interromperam os estudos no ensino fundamental. Dantelândia encontra-se na terceira posição nesse cômputo, com 63,06%. Ademais, seis distritos apresentam um coeficiente de mais de 50% de pessoas que só atingiram o nível do ensino fundamental e os outros têm um indicativo que ainda é inquietante, porque apontam entre 32% e 45,76%.

Quanto ao ensino médio, foi o Pradoso que obteve maior índice de pessoas concluintes deste grau de escolaridade, apresentando um dado de 45,76%, que não é o desejável. Na segunda posição ficou Veredinha, com 35,71% de pessoas que encerraram seus estudos no ensino médio. O terceiro lugar em que os indivíduos apenas fizeram o ensino médio foi São Sebastião, com 35,56% e a quarta colocação ficou com o distrito de Bate-Pé, que revelou 31,75%. Os demais distritos apontaram um indicativo menor que 30%.

Sobre o ensino superior, apenas um distrito atingiu um número de 14,29% de pessoas que conseguiram alcançar este grau e os demais ficaram com média percentual inferior aos 10%. Esse cenário mostra que a educação brasileira funciona, realmente, como um funil, são

muitos os que adentram o ensino fundamental, mas, conforme os dados da Tabela 3, anterior, o número dos que atingem o ensino superior é bastante aquém dos que entraram na educação básica. A Figura 23, que se segue, ilustra bem essa realidade, que vai além da encontrada na zona rural do município de Vitória da Conquista. Ela mostra que a educação no Brasil é excludente e, por isso, não existe para todos.

FIGURA 23 – Situação de afunilamento da educação brasileira (PNAD/2009)



Fonte: Disponível em: <<http://www.semeandohistoria.com/2014/03/a-valorizacao-da-docencia-e-das.html>>. Acesso em: 28 mar. 2108

Esses dados causam inquietação, porque eles são um dos principais responsáveis pela cegueira social, além de provocar a divisão e o distanciamento entre as classes sociais. Nessa perspectiva, Lacoste (1989) se refere ao saber estratégico que se concentra nas mãos de alguns indivíduos, garantindo-lhes o poder sobre outros. O autor faz uma analogia entre aquele que

não sabe ler com a miopia e o outro com sonambulismo, porque sem o saber não é possível ter consciência da realidade, do caminho ou da trilha. Ainda segundo o autor, o conhecimento é privilégio de poucos e, dessa forma, segue afirmando:

Durante séculos o saber ler, escrever e contar foi o apanágio das classes dirigentes e, desse monopólio, elas obtinham um acréscimo de poder. Mas as transformações econômicas, sociais, políticas, culturais na Europa do século XIX, como hoje nos países “subdesenvolvidos” fazem com que tenha se tornado indispensável que o conjunto da população saiba ler (LACOSTE, 1989, p. 24, destaque do autor).

Foucault (1979) corrobora Lacoste (1989), quando afirma que duas palavras não podem ser dissociadas: poder e saber. As pessoas não detentoras do conhecimento são fáceis de serem manipuladas, porque não conseguem fazer as devidas leituras e análises da realidade em que vivem. Esta reflexão é conduzida pela assertiva de Foucault (1979, p. 8), ou seja: “ser intelectual é um pouco ser a consciência de todos”. O analfabetismo é um problema social que deve ser resolvido, para que o cidadão possa viver com dignidade e exercer uma cidadania plena, com consciência da realidade que o cerca.

Pelo que se pode observar, os estudos teóricos e as análises empíricas revelam particularidades acerca dos movimentos realizados pelo homem, ao longo de sua existência, tanto por motivações culturais e históricas quanto por fatores econômicos. Esse fenômeno carrega consigo aspectos sociológicos, geográficos e históricos. Ele é imbuído de variáveis determinadas pelo tempo e, sobretudo, pelo espaço.

6 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUAS MATERIALIDADES.

Para melhor compreender a (re)produção do espaço na relação que os distritos do município de Vitória da Conquista mantêm com a cidade, é importante realizar, primeiramente, uma caracterização geográfica do espaço envolvido pelo estudo. Vitória da Conquista é um município que possui uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, em aproximadamente 348.718 habitantes. Localizado no estado da Bahia, mais especificamente na região do Sudoeste baiano.

Atualmente, este município possui uma área de, aproximadamente, 3.740km², sendo composta por doze distritos: Bate Pé, Cabeceira do Jiboia, Cercadinho, Dantelândia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião, Veredinha e o distrito sede Vitória da Conquista. Todos possuem áreas urbanas e rurais. Na sede, encontram-se a cidade de Vitória da Conquista, vários povoados e propriedades rurais. Nos outros distritos, existem as vilas, que são consideradas pelo IBGE como áreas urbanas, povoados e propriedades rurais. Portanto, a área urbana corresponde a onze (11) vilas e a cidade. A Tabela 3, a seguir, detalha a distribuição populacional do município.

TABELA 3 - População do município de Vitória da Conquista por situação de domicílio, segundo os distritos – 2010

LOCALIDADE	Urbana		Rural		Total
	Total	Total %	Total	Total %	
Vitória da Conquista (Município)	274 739	89,5%	32 127	10,5%	306 866
DISTRITOS					
Bate-Pé	1 181	29,7%	2 797	70,3%	3 978
Cabeceira do Jiboia	742	19,9%	2 987	80,1%	3 729
Cercadinho	795	39,8%	1 203	60,2%	1 998
Dantelândia	656	44,0%	836	56,0%	1 492
Iguá	824	21,4%	3 027	78,6%	3 851
Inhobim	2 464	41,0%	3 547	59,0%	6 011
José Gonçalves	2 019	34,3%	3 867	65,7%	5 886
Pradoso	1 428	44,2%	1 803	55,8%	3 231
São João da Vitória	1 587	67,1%	777	32,9%	2 364
São Sebastião	1 641	51,8%	1 528	48,2%	3 169
Veredinha	1 142	50,4%	1 126	49,6%	2 268
Vitória da Conquista (Distrito)	260 260	96,8%	8 629	3,2%	268 889

Fontes: ROCHA, A. A. e FERRAZ, A. E. de Q. Atlas geográfico de Vitória da Conquista Bahia, (2015).

Conforme pode ser observado na Tabela 3, o distrito que se destaca em primeiro lugar quanto à população é Vitória da Conquista, com 85,3% do total. José Gonçalves é o segundo, com 2,7%; em terceiro lugar está Bate-Pé, com 2,3%; e a quarta posição é ocupada pelo distrito de Inhobim, com 2%. O que apresenta o menor quantitativo de todos os distritos é Dantelândia, que possui apenas 0,6%. Como pode ser observado, os dados indicam que o município conquistense é, predominantemente, urbano.

Destaca-se que, neste capítulo, é analisada a reprodução do espaço engendrada pela relação campo-cidade e mobilidade do trabalho no município conquistense. Desse modo, é impossível conduzir esta discussão sem recorrer aos escritos de Harvey (2004), que concebe o espaço como o lugar da ação e interação entre os elementos naturais e as ações do homem. O autor afirma que o espaço não é nem absoluto, nem relativo, mas, dependendo das circunstâncias, pode se tornar os dois ao mesmo tempo. Ele relaciona aspectos da prática social à conceituação de espaço, por isso o concebe como resultado da prática humana, porque o movimento de pessoas, bens, serviços e informações toma lugar no espaço. Segundo Harvey:

Space is neither absolute, relative or relational in itself, but it can become one or all simultaneously depending on the circumstances. The problem of the proper conceptualization of space is resolved through human practice with respect to it. In other words, there are no philosophical answers to philosophical questions that arise over the nature of space - the answers lie in human practice. The question “what is space?” is therefore replaced by the question “how is it that different human practices create and make use of different conceptualizations of space?” The property relationship, for example, creates absolute spaces within which monopoly control can operate. The movement of people, goods, services, and information takes place in a relative space because it takes money, time, energy, and the like to overcome the friction of distance. Parcels of land also capture benefits because they contain relationships with other parcels... in the form of rent relational space comes into its own as an important aspect of human social practice³ (HARVEY, 2004, p. 5).

Voiron e Chery (2005) também comungam a ideia de espaço como produto da sociedade. Eles defendem que a sociedade concebe o espaço de acordo com seus projetos e

3 Espaço é nem absoluto, relativo ou relacional em si, mas pode se tornar um ou todos ao mesmo tempo dependendo das circunstâncias. Está resolvido o problema da conceituação adequada de espaço através da prática humana em relação a isso. Em outras palavras, não há filosóficas respostas para questões filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço – as respostas estão na prática humana. A pergunta “o que é espaço?”, portanto, é substituída pela pergunta “como é que humanos diferentes práticas de criar e fazer uso de diferentes conceituações de espaço?”. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos dentro que monopólio controle pode operar. O movimento de pessoas, bens, serviços e informações toma lugar num espaço relativo, porque é preciso dinheiro, tempo, energia e assim superar a fricção da distância. Parcelas de terra também capturar benefícios, porque eles contêm relações com outras parcelas... sob a forma de renda relacional vem do espaço em sua própria como um importante aspecto da prática social humana (Tradução nossa).

possibilidades tecnológicas. Ademais, advogam que o espaço pode se expressar tanto pelo visível, como os lugares, as redes etc., quanto pelo invisível, formado por meio das relações que constituem a estrutura da sociedade. Conforme os autores:

L'espace géographique n'est pas l'étendue. C'est la société qui, en fonction de ses projets et de ses possibilités techniques, transforme de l'étendue en espace. L'espace géographique est un tout complexe formé d'éléments visibles: les lieux, les réseaux, les espacements et d'éléments invisibles, les inter-relations entre les lieux qui constituent sa structure⁴ (VOIRAN; CHERY, 2005, p. 2).

Para Lefebvre (2000), o espaço geográfico diz respeito à prática espacial de uma sociedade, pois se desvenda essas práticas quando se consegue decifrar o espaço. Assim, ele afirma que o espaço é a expressão das relações sociais. O autor avança suas análises, quando assegura que o espaço social não pode ser reduzido a um único objeto e tem efeitos de ações do passado. Lefebvre distingue uma triplicidade do espaço: a representação do espaço, a prática espacial e o espaço das representações. Segundo ele:

Les représentations de l'espace, liées aux rapports de production, à « l'ordre » qu'ils imposent et par là, à des connaissances, à des signes, à des codes, à des relations « frontales ». C'est donc l'espace conçu, celui des savants : des planificateurs, des urbanistes, des technocrates « découpeurs » et « agenceurs », de certains artistes proches de la scientificité, identifiant le vécu et le perçu au conçu.

La pratique spatiale englobe production et reproduction, lieux spécifiés et ensembles spatiaux propres à chaque formation, en assurant sa continuité dans une relative cohésion. La pratique spatiale d'une société secrète son espace ; elle le pose et le suppose, dans une interaction dialectique : elle le produit lentement et sûrement en le dominant et en se l'appropriant. Par conséquent, la pratique spatiale d'une société se découvre en déchiffrant son espace.

Les espaces de représentation expriment quant à eux des symbolismes complexes, liés au côté clandestin et souterrain de la vie sociale, mais aussi à l'art, qui pourrait éventuellement se définir non pas comme code de l'espace mais comme code des espaces de représentation. C'est l'espace vécu à travers les images et les symboles qui l'accompagnent, par l'intermédiaire des « habitants », des « usagers [...] »⁵ (LEFEBVRE, 2000, p. 42-43).

4 O espaço geográfico não é a extensão. É a sociedade que, de acordo com seus projetos e possibilidades técnicas, transforma o espaço no espaço. O espaço geográfico é um conjunto complexo composto de elementos visíveis: lugares, redes, espaçamentos e elementos invisíveis, inter-relações entre os locais que constituem sua estrutura (Tradução nossa).

5 As representações do espaço, relacionadas às relações de produção, à “ordem” que impõem e, portanto, ao conhecimento, sinais, códigos e relações “frontais”. É, portanto, o espaço projetado, o de cientistas: planejadores, planejadores urbanos, tecnócratas “cortadores” e “instaladores”, alguns artistas próximos ao científico, identificando o vivido e o percebido ao projetado. É “o espaço dominante em uma sociedade”. A prática espacial engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais específicos para

Santos (1978) corrobora a concepção de espaço social, pois, para este teórico, o espaço nada mais é, do que um conjunto de formas representadas pelas relações sociais, tanto do passado quanto do presente. Para Santos (1978, p. 122), “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. Nesse sentido pode-se afirmar que a reprodução do espaço no município em foco é mesmo diferenciada, como afirma o autor, pois segue duas direções: a do lugar da produção (Vitória da Conquista) e a do lugar de reprodução do trabalho (onde o trabalhador reside). Observou-se que esses espaços são produzidos de forma diferenciada, pois eles guardam suas especificidades, mas são, ao mesmo tempo, imbricados e complementares.

Santos concebe o espaço geográfico como uma construção social e resultado de um conjunto de objetos, tanto naturais quanto produzidos pela ação humana, associados ao conjunto das relações que determinam a sociedade. Dessa forma, ele assim define: “O espaço é o resultado de uma práxis coletiva que produz as relações sociais, evoluindo pelo movimento da sociedade total” (SANTOS, 1978, p. 171). Esse autor defende que o espaço geográfico precisa ser considerado em sua totalidade por meio das funções e formas apresentadas nos processos históricos do passado e do presente. Assim, o espaço é, também, uma forma resultante da interação de diferentes variáveis.

6.1 A produção do espaço geográfico na relação campo-cidade: as materialidades expressas na cidade

Nesse sentido, pode-se afirmar que uma das variáveis marcantes da reprodução do espaço geográfico, é a mobilidade da força de trabalho, pois esse movimento realizado pelos trabalhadores é a força motriz que o produz, tanto no campo quanto na cidade de Vitória da Conquista. Esse fenômeno ocorre das formas mais diversas possíveis, seja pelo fluxo de veículos, seja por conta do deslocamento cotidiano de trabalhadores, ou por meio da

cada formação, garantindo sua continuidade em uma coesão relativa. A prática espacial de uma sociedade secreta é o seu espaço; Ele o postula e assume, em uma interação dialética: ele o produz devagar e certamente, dominando-o e apropriando-se dele. Portanto, a prática espacial de uma sociedade é descoberta descifrando seu espaço. Associa-se estreitamente no espaço percebido à realidade diária (o cronograma) e à realidade urbana (caminhos e redes que ligam os locais de trabalho, a vida “privada” e as atividades de lazer). É por isso que “a competência espacial e o desempenho de cada membro dessa sociedade só podem ser avaliados empiricamente”. Os espaços representam simbolismos complexos ligados ao lado subterrâneo e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que poderia ser definida não como um código de espaço, mas como um código de espaços de representação. (PE: 42-43). É o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, através dos “habitantes”, “usuários”, mas também alguns artistas e talvez aqueles que descrevem e pensam apenas descrevem: escritores, filósofos. É o espaço dominado e subjugado que a imaginação tenta apropriar e modificar. Cobre assim o espaço físico usando simbolicamente seus objetos (Tradução nossa).

construção civil, ou pelo fluxo gerado pelo comércio devido à circulação de bens, produtos, serviços, capital etc. Os estudos revelam que a reprodução do espaço conquistense é resultado de todas essas variáveis, porém é a mobilidade da força de trabalho que possui centralidade no processo da relação campo-cidade. A entrevista concedida por uma moradora do Igua corrobora esta análise:

Quando eu empreguei a primeira vez em Conquista eu tinha doze anos de idade. Passei por várias casas de família e não adaptava. Até que consegui firmá nesse emprego de agora e consegui construir minha casa e aos pouquim estou comprando os móveis. Já comprei fogão, a mesa e o armário da cozinha graças ao meu trabalho em Conquista (Depoimento oral, entrevistado 3, 2017).

As palavras do entrevistado demonstram a íntima relação da mobilidade da força de trabalho com a reprodução do espaço, no campo. Porém, não se pode esquecer que esse fenômeno acontece, dialeticamente, como resultado da relação campo-cidade, que tem como sustentação o movimento de trabalhadores da zona rural para Vitória da Conquista. Observa-se que as transformações socioespaciais decorrentes desse deslocamento engendram um processo dialético, porque se constata as materialidades advindas dele, tanto no espaço rural quanto no urbano.

As materialidades proporcionadas por meio da mobilidade de trabalhadores rurícolas para Vitória da Conquista corroboram a concepção de que essa cidade é o lugar das oportunidades, pois, no momento em que o indivíduo passa a adquirir bens materiais, ele consegue conquistar uma posição de destaque na comunidade e as pessoas que observam sua ascensão, acabam incorporando a ideia da necessidade da mobilidade da força de trabalho para obter melhor qualidade de vida. Esse fato contribui para a perpetuação dessa prática e leva Vitória da Conquista a adquirir, cada vez mais, um grau de importância significativo na relação campo-cidade.

As declarações dos entrevistados 5 e 6 comprovam a importância que a cidade, sede do seu município, possui para as pessoas que moram no campo. De acordo com eles, as dificuldades encontradas pelos moradores da zona rural rebatem no trabalho, levando-os a migrar, para venderem suas forças de trabalho na cidade. Os relatos também apontam o vínculo do trabalhador com seu lugar de residência, pois, mesmo diante tantas dificuldades, sua prioridade é morar no campo, porque prefere estar próximo da família e dos amigos. Assim, os depoimentos ratificam Vitória da Conquista como o espaço da reprodução do trabalho.

Foi com o trabalho de Conquista que eu construí minha casa, mais rápido. Se fosse com o trabalho daqui da roça seria muito mais lento, porque ia depender de uma criação ou plantação para vender e tirar o dinheiro. A dificuldade aqui da roça é bem intensa com a seca e a falta de água. Aqui tudo é mais difícil, mas ainda assim é aqui que eu gosto de morar. Se aqui eu tivesse onde trabalhar, eu não ia para a cidade (Depoimento oral, entrevistado 5, 2017).

Se a gente tivesse mais recurso ninguém sairia daqui pra ir pra cidade trabalhar. Na cidade tem o stress do dia a dia, o barulho, a violência [...] Você não pode nem andar de bolsa no centro da cidade e aqui na roça tem sossego, liberdade [...] Aqui a única dificuldade é só a falta de água e de energia (Depoimento oral, entrevistado 6, 2017).

A declaração do entrevistado 7 revela a leitura que o homem do campo faz sobre a cidade e reafirma as verdadeiras razões pelas quais os trabalhadores necessitam se deslocar em busca de emprego. Com base no depoimento seguinte, percebe-se o quanto a falta de trabalho na zona rural possibilita que a cidade ainda exerça uma forte atração sobre o homem do campo. Ou seja, a cidade, para ele, é mesmo o *locus* das oportunidades que resguardam aos trabalhadores rurais uma vida de melhor qualidade e com mais acesso aos bens que proporcionam isso.

Desde a infância eu trabalhei na roça com meus pais na plantação de café, de mandioca e na casa de farinha que minha mãe tem lá. Eu trabalhei muito tempo com eles. Só que eu precisava de algo melhor para minha vida. Meus pais não queriam que eu sáisse. Só que com 26 anos eu não queria ficar na roça. Eu tinha um sonho de trabalhar no comércio aqui de Vitória da Conquista. Aí foi chegando um tempo que a lavoura ficou fraca, meu pai começou a comprar mandioca, porque, com a seca, o pessoal não planta mais. O trabalho começou a diminuir ainda mais e ele teve que dispensar os funcionários. Aí foi a possibilidade de eu vim trabalhar aqui em Conquista. Na roça eu não tava conseguindo comprar nada pra mim. Eu tinha mal o vestir e o comer. Com a lavoura eu não tinha como construir nada pra mim. Aí eu comecei a trabalhar num salão aqui em Conquista e ia pra roça no final de semana. Melhor aqui em Conquista do que lá na roça. Eu até tentei trabalhar lá. Mais não tinha renda lá. Aqui é melhor pro trabalho do que na zona rural (Depoimento oral, entrevistado 7, 2017).

O entrevistado 9, por sua vez, faz uma leitura diferente de todas que aqui se apresentam. Ele apresenta dois fatos relevantes. Um, sobre a questão do transporte, que leva à análise acerca da estrutura que a mobilidade da força do trabalho faz no município, pois o próprio deslocamento gera emprego. O outro é sobre a migração para São Paulo. Pela percepção dele, nota-se a importância do dinamismo socioeconômico existente em Vitória da Conquista, porque essa cidade tem sido capaz de conter a saída da mão de obra para outros

lugares. Se ela não tivesse esse potencial, certamente essa mobilidade seria para outros lugares.

Conheço várias pessoas do São Sebastião que trabalham aqui em Conquista. Lá tem duas vans e um ônibus que traz e leva os trabalhadores. Eles fazem um pacote e pagam no final do mês. Já morei em São Paulo, mas lá é cansativo demais, longe da família, não vale a pena o dinheiro que ganha, o estresse é muito grande e o dinheiro acaba ficando pouco, porque a gente gasta tudo com transporte, alimento e morada (Depoimento oral, entrevistado 9, 2017).

As análises revelam que a relação campo-cidade acontece de forma intensa em Vitória da Conquista. Essa realidade também se expressa por meio da reprodução do espaço, não só do rural, mas também do urbano. Existem diversos lugares, nesta cidade, que podem servir de exemplo para esse fenômeno, sendo a praça Hercílio Lima (Figuras 24 e 25) um deles, pois ela é o ponto mais significativo de parada dos ônibus que trazem as pessoas da zona rural. A praça está em uma localização estratégica para escoamento das pessoas que utilizam esse transporte, visto que encontra-se situada no centro da cidade, além de ser próxima da central de abastecimento de alimentos e do terminal de ônibus intraurbano. Sem dúvidas, isto facilita a locomoção das pessoas. Corrêa confere importância à área central, ao afirmar que ela

constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviço, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos [*sic*]. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização (CORRÊA, 1989, p. 38).

Por outro lado, ocorre um processo de desorganização intenso, nesse lugar, em dois aspectos: do trânsito e da higienização. O primeiro acontece porque não há espaço para embarque e desembarque de mercadorias, então as pessoas estacionam carros de forma irregular, nas calçadas, por exemplo, quando querem fazer o embarque de algum produto. Quanto à higiene, no final do dia, os indivíduos se deslocam para retornar às suas casas e deixam cascas de frutas no chão e outros tipos de lixo. A praça Hercílio Lima funciona como um terminal rodoviário, porém não possui estrutura para tal, e, no que diz respeito aos cuidados com a higienização, o poder público deixa a desejar.

Essa praça já foi revitalizada várias vezes. Em 1987, ela foi reformada e transformou-se em um comércio de revenda de carros usados (pedra), conforme a Figura 24. Este tipo de negócio perdurou durante muitos anos nesse lugar. O mercado de veículos permaneceu até

2008, quando realizaram nova reforma, transferindo a “pedra” para outra localidade, oficializando o ponto de ônibus da zona rural, nesse lugar (Figuras 25, 26 e 27).

FIGURA 24 – Reforma da praça Hercílio Lima, em 1987. Vitória da Conquista-BA (2018)



Fonte: Arquivo municipal, 2018.

FIGURA 25 – Praça Hercílio Lima, reformada de 2008. Vitória da Conquista-BA (2018)



Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br>>. Acesso em: 28 mar. de 2018.

FIGURA 26 - Ponto de parada de ônibus da zona rural, na Praça Hercílio Lima, em Vitória da Conquista-BA (2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

FIGURA 27 - Ponto de parada de ônibus da zona rural, na Praça Hercílio Lima, em Vitória da Conquista-BA (2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

As Figuras 28, 29 e 30 a seguir, mostram a reprodução do espaço no entorno da Praça Hercílio Lima, pois, aos poucos, seus arredores vão tomando novas formas e contornos. Os casarões (Figura 30) estão desaparecendo paulatinamente e dando lugar ao comércio de bares, lanchonetes, salões de beleza, restaurantes, barbearia, serviços odontológicos, dentre outros. A área adjacente ao jardim tem passado pelo processo de valorização imobiliária, não só devido ao fluxo de pessoas e carros, gerado pelo ponto de ônibus da zona rural, mas, também, por fazer parte do núcleo central da cidade e ter uma dinâmica diferenciada das demais áreas urbanas. Segundo Corrêa (1989), uma das características do centro de uma cidade é o uso intensivo do solo. Ele afirma: “trata-se da área da cidade de uso mais intensivo, com maior concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário. É aí que se encontram os mais elevados preços da terra, justificando-se assim a intensidade do uso do solo” (CORRÊA, 1989, p. 40).

FIGURA 28 - Fixos gerados no entorno do ponto de parada de ônibus da zona rural, na Praça Hercílio Lima, em Vitória da Conquista-BA (2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

FIGURA 29 - Entorno da Praça Hercílio Lima, ponto de parada de ônibus da zona rural, em Vitória da Conquista-BA (2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

FIGURA 30 – Casarões no entorno da Praça Hercílio Lima, ponto de parada de ônibus da zona rural, em Vitória da Conquista-BA (2018)



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Outro aspecto observado na pesquisa é a verticalização do entorno da praça Hercílio Lima, pois, em razão do uso intenso do solo, da valorização imobiliária e da restrita escala horizontal, não existe outra opção a não ser a de crescer verticalmente. Ao analisar o espaço urbano, Corrêa (1989, p. 42) faz alusão a essa questão, quando afirma que por conta do “limitado crescimento horizontal da área central sua expansão se faz, sobretudo, por uma mais acentuada verticalização, demolindo-se os prédios mais antigos, que são substituídos por outros mais elevados”.

Os pontos de parada dos ônibus da zona rural, em Vitória da Conquista, estão situados em sua área central. Além deste, existem outros, porém o da praça Hercílio Lima é um dos mais antigos e expressivos. Representa a referência principal, pois, como não existe espaço suficiente para estacionamento de todos os transportes da zona rural, ao chegarem, desembarcam as pessoas, no jardim, e vão estacionar em ruas adjacentes a ele.

Mediante as transformações que têm ocorrido nesse espaço em função da valorização imobiliária e da verticalização, pode-se afirmar que a relação entre o rural e o urbano tem resistido dentro da cidade, sendo a praça Hercílio Lima um exemplo de materialidade desse fenômeno. O fato de ela ter sido escolhida para funcionar como um tipo de “terminal rodoviário” da zona rural decorre de sua localização em uma área central, o que favorece o homem do campo, porque, além de não onerar os custos para sua circulação, ele conhece e sabe se locomover nessa parte da cidade.

6.2 A produção do espaço geográfico na relação campo-cidade: as materialidades expressas no campo

Quanto às materialidades expressas na zona rural, a pesquisa possibilitou a realização de várias análises, por meio de observações diretas. Os resultados dos estudos conduziram ao entendimento de que a zona rural de Vitória da Conquista tem muitas carências e este fato torna a relação campo cidade muito mais íntima e intensa. No que diz respeito às feiras livres, somente três distritos as possuem: Bate-Pé, José Gonçalves e São João da Vitória – o que equivale a 28% do total das vilas. As demais não possuem esse tipo de negócio, ficando com o percentual de 72% de pessoas que necessitam se deslocar para fazerem compras de mercado. As Figuras 31 e 32 mostram a estrutura interna e externa do mercado de carnes da vila de Bate-Pé. A feira acontece aos domingos. Segundo depoimentos de moradores, é bem pequena e com pouco movimento. Uma produtora de biscoitos, por exemplo, relatou que só vale a pena estar lá de quinze em quinze dias.

FIGURA 31 – Área externa do mercado de carnes na vila do Bate-pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 32 – Área interna do mercado de carnes na vila do Bate-pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

O comércio de Bate-Pé é um dos que mais se destacam entre os demais distritos, pois, nele, há loja de confecções (Figura 33), supermercado (Figura 34), loja de material de construção (Figura 35), de eletroeletrônicos e eletrodomésticos (Figura 36), além de ponto de venda de lanches e verduras (Figura 37) e outros fixos voltados para o mercado. Esta vila é a única que possui uma estrutura comercial desse porte, que atende, relativamente, às necessidades dos moradores.

FIGURA 33 – Loja de confecções na vila do Bate-pé, em Vitoria da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 34 – Supermercado na vila do Bate-pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 35 – Loja de material de construção civil na vila do Bate-pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 36 – Loja de eletroeletrônico e eletrodoméstico na vila do Bate-pé, em Vitoria da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 37 – Ponto de vendas de lanches e verduras na vila do Bate-pé, em Vitoria da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016

Sobre as atividades bancárias, somente 36% das vilas possuem este serviço. Apenas Veredinha (Figura 38), José Gonçalves e São João da Vitória têm postos bancários. Os

equipamentos urbanos que podem substituí-los são a lotérica e os correios, mas nenhum dos distritos possui correios e apenas um deles, São Sebastião, tem lotérica (Figura 38). Isto explica o fato de os entrevistados terem declarado que pagam suas contas e recebem pagamentos na sede do seu município.

FIGURA 38 – Posto bancário na vila de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: trabalho de campo, 2017.

FIGURA 39 – Agência lotérica na vila de São Sebastião, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

A Tabela 4, que se segue, demonstra que 79,1% dos entrevistados, nos distritos de Vitória da Conquista, recebem benefícios e fazem pagamentos na sede do seu município. Apenas 19,5% revelaram que adquirem benefícios e efetuam proventos nos próprios distritos de moradia. As incipientes atividades bancárias existentes nas vilas conquistenses proporcionam uma profunda relação do campo com a cidade. Conforme pode ser averiguado na Tabela 3, 99,1% dos povoados de Vitória da conquista realizam as atividades bancárias na cidade. 96,8% dos entrevistados de Cabeceira do Jiboia indicaram que efetivam as atividades de pagamentos e recebimentos de contas na sede municipal; e o distrito de Inhobim revelou o indicativo de 96,6% de pessoas que se deslocam com o intuito de realizar essas atividades. Em terceiro lugar está o Bate-Pé, com 96,4%.

O distrito que demonstrou menor dependência de Vitória da Conquista para realização de pagamentos e recebimentos de contas foi São Sebastião, com o índice de apenas 32,6%. Esse tipo de mobilidade é, dialeticamente, de suma importância tanto para a cidade quanto para o campo, pois ambos são beneficiados. A cidade adquire mercado consumidor que movimenta a sua economia e o campo se beneficia dos serviços que não possui. Os fluxos engendram fixos, tais como: restaurante, lanchonete, salão de beleza, postos bancários, dentre outros.

TABELA 4 - Lugar onde os entrevistados dos distritos de Vitória da Conquista realizam atividades bancárias (2014-2017)

Local onde as famílias entrevistadas realizam atividades bancárias							
Distrito	No distrito		Em Vitória da Conquista		Em outra localidade	Não Respondeu	Total
	Recebem benefícios	Pagamento de contas	Recebem benefícios	Pagamento de contas			
Bate-Pé	2	0	26	28	0	0	56
Cabeceira do Jibóia	1	1	31	31	0	0	64
Cercadinh	0	0	20	19	6	0	45
Dantelândi	8	3	39	44	0	0	94
Iguá	1	2	23	22	0	0	48
Inhobim	0	2	29	27	0	0	58
José Gonçalves	19	33	53	38	4	1	148
Pradoso	3	1	23	24	0	1	52
São João da Vitória	9	15	14	8	0	0	46
São Sebastião	24	34	20	8	0	0	86
Sede	1	0	55	56	0	0	112
Veredinha	3	2	11	12	0	0	28
Total	71	93	344	317	10	2	837

Fonte: trabalho de campo, 2014 a 2017

Com base nos dados da tabela anterior, apenas 18,92% das vilas possuem cartório, isto equivale a somente duas vilas das onze existentes. 81,8% dos distritos não contam com esse serviço. Dessa forma, quando a população rural necessita realizar atividades, como: registro de nascimento, casamento, reconhecimento de firma, registro de procuração pública, dentre outros serviços, ela precisa se deslocar para Vitória da Conquista. Por outro lado, os cartórios da cidade ficam sobrecarregados, pois, além de ter que atender à demanda da cidade, tem ainda que sanar as necessidades da zona rural. Como resultado dessa sobrecarga, tem-se os cartórios superlotados, que acabam deixando a desejar quanto à qualidade de atendimento e dos serviços prestados à população.

A pesquisa também possibilitou a observação da precariedade no aspecto da política de segurança pública, pois 45,5% dos distritos possuem posto policial, mas nenhum se encontra em funcionamento e 54,5% são totalmente desprovidos desse tipo de equipamento público. Apenas José Gonçalves, Inhobim, Veredinha, São João da Vitória e Bate-Pé possuem o prédio, porém averiguou-se que todos estão abandonados. Segundo relatos da população, quando acontece qualquer delito, os policiais são chamados em Vitória da Conquista e levam o infrator para a prisão na cidade. Sendo assim, as cadeias e presídios ficam superlotados por terem que atender toda a demanda, urbana e rural, do município.

As Figuras 40, 41, 42 e 43 mostram as bases da polícia militar, no distrito de Bate-Pé, Inhobim, Veredinha e São João da Vitória, porém os moradores declararam que não há policiamento diário. Apenas de vez em quando a guarda rural passa para vistoriar. Portanto, só existe o fixo, mas a comunidade não conta com a parte humana. Quando necessitam do serviço, acionam o policiamento rural, que fica em Vitória da Conquista e se desloca apenas no momento de necessidade. As vilas mais próximas ainda podem contar com a proteção policial, mas as mais distantes ficam completamente desprovidas de segurança pública. Cercadinho é um exemplo, pois está a aproximadamente 70 km da cidade, e Bate-Pé por volta de 30 km. Os rebatimentos dessa falta de política de segurança pública têm se materializado com a chegada da droga e, conseqüentemente, do aumento da violência no campo.

FIGURA 40 – Posto policial no distrito do Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 41 – Posto policial no distrito de Inhobim, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 42 – Posto policial no distrito de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 43 – Posto policial no distrito de São João da Vitória, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Sabe-se que, durante muitos anos, o campo viveu um processo de isolamento por causa da falta dos meios de comunicação ou precariedade deles. No entanto, atualmente, observa-se que essa realidade tem se modificado, pois, das onze vilas de Vitória da Conquista, 10 possuem serviço de telefonia pública e apenas Dantelândia não conta com o aparelho de telefone que serve para todos. Quanto à internet, somente Dantelândia não tem acesso a este recurso de comunicação. As demais vilas possuem esse serviço. As Figuras 44 e 45 mostram de que maneira os meios de comunicação se materializam nas vilas de Inhobim e Bate-Pé.

FIGURA 44 – *Lan House* na vila de Inhobim, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 45 – Telefone público na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Já saneamento básico, iluminação, esgotamento sanitário, água tratada e encanada, na zona rural de Vitória da Conquista, não fogem muito da realidade brasileira. Das onze vilas existentes no município, apenas José Gonçalves possui esgotamento sanitário, mesmo assim, somente em sua área central. Nessa vila, observou-se uma grande precariedade em sua periferia. A Figura 46 mostra a situação de famílias que vivem, cotidianamente, próximas ao esgoto a céu aberto, pois ele passa no fundo, bem próximo às casas de moradores. É importante alertar que essa é a única vila do município que possui esse tipo de serviço, porém ela também foi a única em que se identificou essa precariedade em sua periferia.

FIGURA 46 – Esgoto a céu aberto na periferia da vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2014)



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Dez vilas do município não possuem esgotamento sanitário, suas casas possuem fossa séptica, contudo não foi detectada tamanha precariedade. Somente em alguns lugares, esporádicos, como Bate-Pé, Inhobim e São Sebastião, pôde-se observar o escoamento de esgotos em algumas casas, conforme ilustram as Figuras 47, 48 e 49.

FIGURA 47 – Esgoto a céu aberto na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2014)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 48 – Esgoto a céu aberto na vila de Inhobim, em Vitória da Conquista-BA (2014)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 49 – Esgoto a céu aberto na periferia na vila de São Sebastião, em Vitória da Conquista-BA (2014)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Quanto à iluminação pública, 100% das vilas possuem este serviço. Sobre a água tratada e encanada, 18,92% não conta com este bem em suas casas. Veredinha e Cabeceira do Jiboia são as únicas vilas desprovidas desse benefício. Os moradores de Veredinha declararam que o poder público municipal fez as instalações (em época de eleições) para levar água da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) à vila. Porém, nunca concretizou e concluiu a obra. A vila está sem água encanada e tratada até hoje. A população só conta com a água de poço e com o abastecimento do carro-pipa do exército (Figura 50). As pessoas se queixam que a EMBASA foi à vila, quebrou o asfalto para fazer a tubulação e deixou sem o acabamento. As ruas ficaram esburacadas e, quando chove, o trânsito torna-se quase impossível por conta do lamaçal que se forma (Figuras 51 e 52). Conforme o entrevistado:

O pessoal da EMBASA vieram aqui moça, quebrou as rua tudo, dizendo que era para colocar água encanada nas casa, depois deixou tudo assim desse jeito. A senhora precisa vê como isso fica nos dia de chuva, uma lama doida. Veio só na época das eleição, animou o povo todo e quando passou as eleição, ninguém voltou mais aqui, E aí tá assim desse jeito que a senhora tá vendo (Depoimento oral, entrevistado 12, 2014).

FIGURA 50 – Abastecimento de água em casas de moradores da vila de Dantelândia, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 51 – Rua na vila de Veredinha, na qual o poder público municipal fez a tubulação para conduzir água encanada às casas, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 52 – Rua na vila de Veredinha, na qual o poder público municipal fez a tubulação para conduzir água encanada às casas, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

No que se refere ao tratamento do lixo, a pesquisa indicou que a prefeitura faz a coleta dos resíduos de apenas 45,5% das vilas. Dessa forma, somente Dantelândia, São Sebastião, Veredinha, Cabeceira do Jiboia e Iguá não possuem lixão a céu aberto, uma vez que o caminhão da prefeitura recolhe e leva para o aterro sanitário existente no município. Os demais 54,5% descartam seus resíduos em lixão a céu aberto. Em Cabeceira do Jiboia, por exemplo, foram observados vários lugares em que o lixo encontra-se exposto dentro da própria vila (Figura 53).

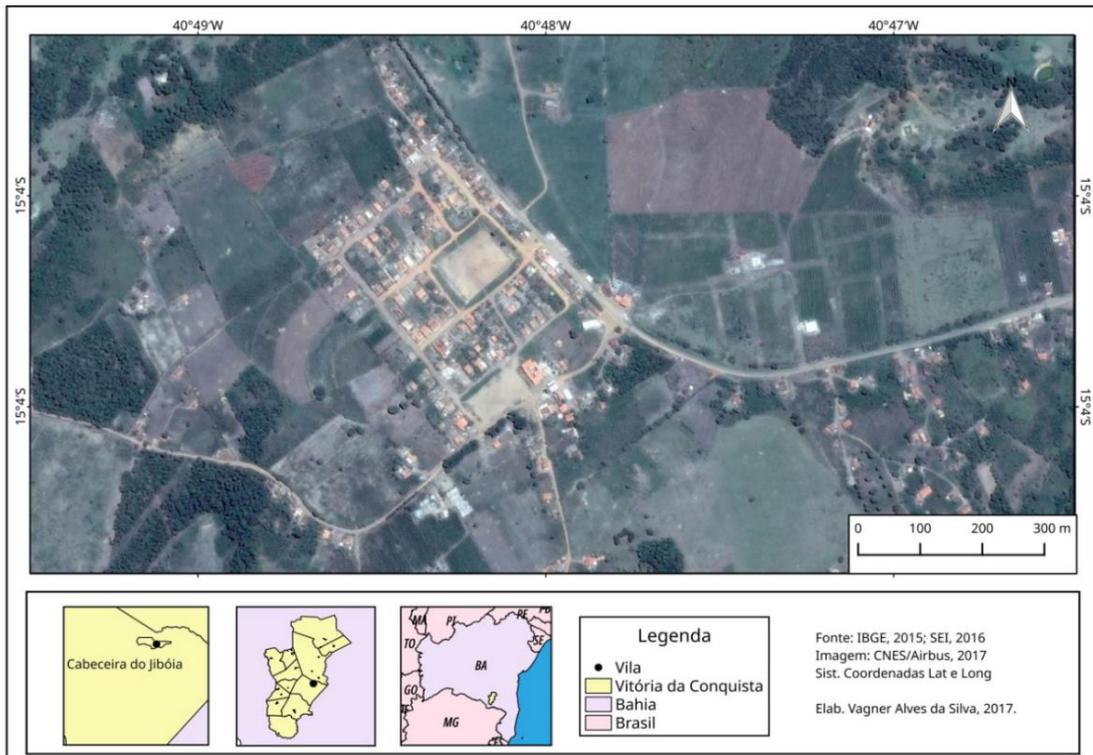
FIGURA 53 – Lixo descartado em rua da Vila de Cabeceira do Jiboia, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

De acordo com os dados da pesquisa sobre a pavimentação, destaca-se que somente a vila de Cabeceira do Jiboia não possui nenhuma de suas ruas com calçamento, conforme pode ser visualizado na Figura 54 – a carta imagem possibilita a realização dessa leitura. Entre as onze, ela é a que tem a estrutura mais precária, em todos os aspectos. Foi o lugar em que mais se observou a carência dos serviços e equipamentos públicos.

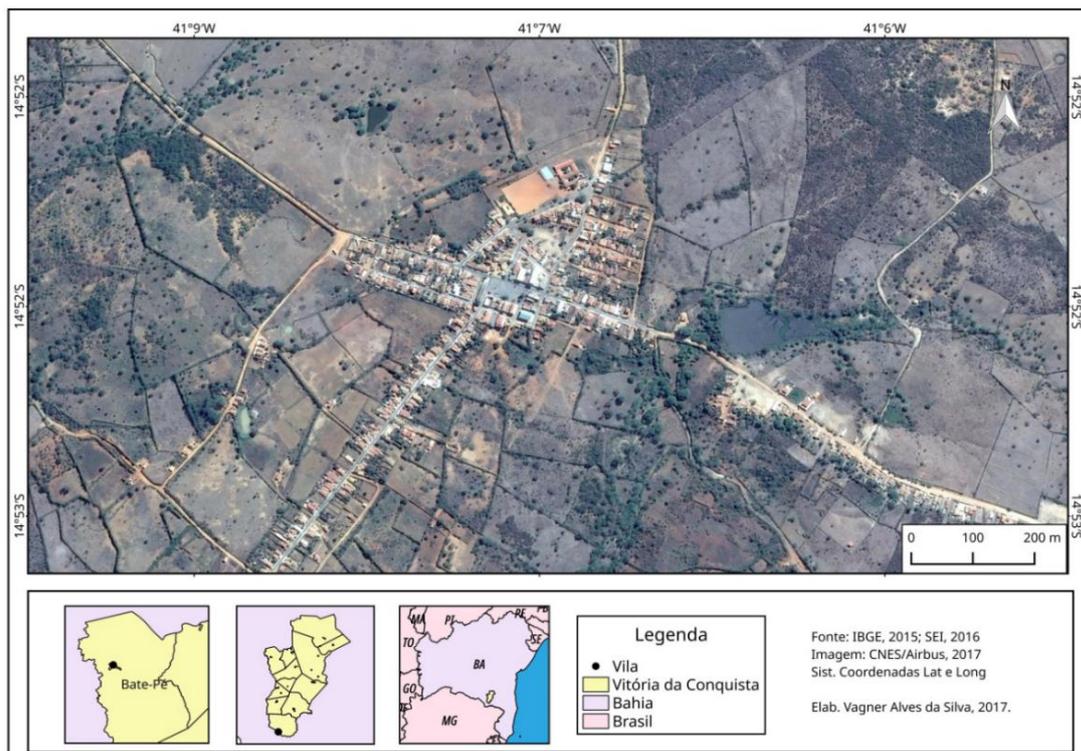
FIGURA 54 – Carta imagem da vila de Cabeceira do Jiboia, em Vitória da Conquista-BA (2018)



Fonte: IBGE (2015), SEI (2016).

Bate-Pé é a vila que se apresenta com maior número de ruas pavimentadas. A carta imagem revela este fato, conforme mostra a Figura 55; já as Figuras 56 e 57 mostram ruas que são pavimentadas e não pavimentadas, nesse lugar. Nas demais, Iguá, Veredinha, Inhobim, São João da Vitória, São Sebastião, Dantelândia, José Gonçalves e Cercadinho, são pavimentadas apenas poucas ruas, localizadas na área central. A carta imagem da vila do Pradoso, por exemplo, possibilita a observação de suas ruas, que são, na maioria, sem qualquer tipo de pavimentação (Figura 56).

FIGURA 55 - Carta imagem da vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2018)



Fonte: IBGE (2015), SEI (2016).

FIGURAS 56 – Rua pavimentada na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



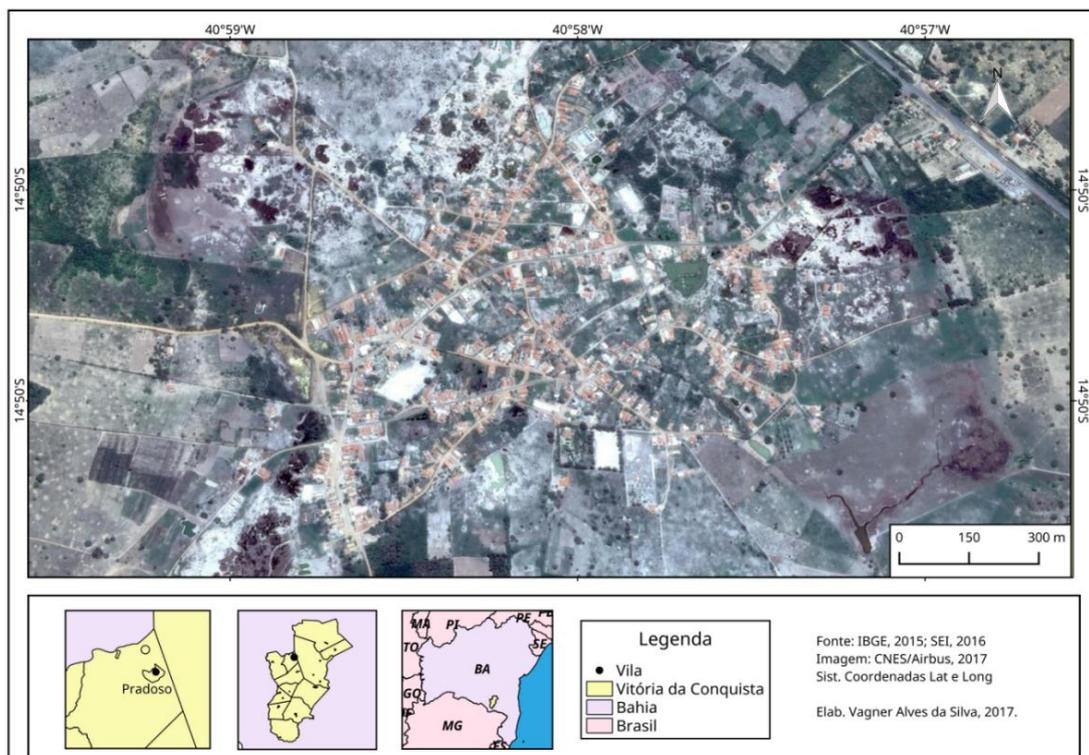
Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURAS 57 – Rua não pavimentada na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 58 - Carta imagem da vila do Pradoso, em Vitória da Conquista-BA (2018)



Fonte: IBGE (2015), SEI (2016).

As estradas que, de Vitória da Conquista, dão acesso às vilas de Bate-Pé e Cercadinho são, a maior parte, de terra. Quando o ponto de referência é Vitória da Conquista para Cercadinho, por exemplo, segue-se no sentido da BR-116 e percorre-se, aproximadamente, 44 km de estrada asfaltada, depois ainda segue cerca de 26 km de estrada de chão. Para Bate-Pé, vai até o Pradoso, que se aproxima de 13 km com asfalto e depois tem mais 17 km de estrada de terra (Figura 59). Em direção a José Gonçalves, Inhobim, Veredinha, São João da Vitória, Dantelândia, Pradoso e Cabeceira do Jiboia as vias são completamente asfaltadas. As rodovias no sentido a Iguaú e São Sebastião são pavimentadas parcialmente, pois possuem uma parte de asfalto e outra de terra.

Essa questão do acesso é muito importante para a construção da relação campo-cidade, uma vez que a pesquisa revelou que os distritos que possuem maior facilidade para se chegar a Vitória da Conquista são os que têm uma relação mais próxima a ela, principalmente no que diz respeito à mobilidade do trabalho.

FIGURA 59 – Estrada de acesso de Vitória da Conquista à vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Foi observado que as vilas não possuem opções variadas de lazer. Neste aspecto, elas são muito limitadas, pois todas contam apenas com campo de futebol e somente 45,5% tem quadra poliesportiva. Esse equipamento foi verificado apenas em São João da Vitória, Bate-

Pé, José Gonçalves, Verdinha e São Sebastião. As Figuras 60 e 61 mostram a estrutura de quadras nas vilas de Veredinha e Bate-Pé.

FIGURA 60 – Quadra poliesportiva na vila de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 61 – Quadra poliesportiva na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Há campos de futebol em 100% das vilas, sendo esta modalidade esportiva a única forma de lazer praticada pelas pessoas rurícolas desse município. Conforme a Figura 62, os espaços existentes para o futebol, nas vilas, têm uma estrutura simples, sem gramado, sem arquibancada para os torcedores e sem nenhuma estrutura física destinada aos jogadores (Figuras 63 e 64).

FIGURA 62 – Campo de futebol na vila de Dantelândia, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 63 – Campo de futebol na vila de Cabeceira do Jiboia, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 64 – Campo de futebol na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Existem alguns lugares onde o campo é privado, mas a maioria é público. No caso do povoado do Rancho Alegre, no distrito do Iguá, esse equipamento é privado. Quanto às quadras, elas são construídas pelo poder público municipal, mas só existem em vilas. Conforme a entrevista concedida por moradores, para a realização de jogos, nesse espaço, é necessária a autorização do proprietário. Quem sempre marca os jogos é o dono do campo. Esse fato pode ser constatado na fala do entrevistado:

O campo aqui tem um dono. No caso quando nois for jogá, nois não paga, mas precisa da autorização dele. As vez ele faz campeonato, mas a maior parte dos jogo é amistoso. Quer vê coisa boa é quando tem time de homem e mulher. A nossa salvação lá no Rancho Alegre é o jogo. Quando não tem, é uma tristeza doida, porque lá não tem mais nada de lazer, só isso mesmo! (Depoimento oral, entrevistado 13, 2017).

Os times não possuem nenhum tipo de patrocínio. São os próprios jogadores que arcam com as despesas, tanto de transporte, quando necessitam fazer deslocamento para jogar, quanto dos uniformes, remédios e tudo que um time pode precisar. De acordo com o depoimento do entrevistado, eles não possuem nenhum aparato financeiro e técnico.

Se machucar é nois que tem que tomá providência, que nois não tem patrocínio. Se for o caso de quebradura, nois que tem que tomá providência. Faz vaquinha pra comprar os remédios. Quando o jogo é fora, nois faz bingo pra pagar o transporte e quando o dinheiro não dá, as veiz a gente tira do próprio bolso pra pagar. Mais do futebol, a gente não desiste não. É a única coisa que nois tem aqui na roça (Depoimento oral, entrevistado 13, 2017).

Outras opções de lazer que as vilas podem oferecer são as praças públicas. Ressalta-se que somente Cabeceira do Jiboia não possui este espaço. Elas podem servir de ponto de encontro dos moradores e configurar uma forma de lazer, pois é uma possibilidade de a população sair de casa, reencontrar amigos, bater papo, dentre outras coisas que representam a possibilidade de interagir e obter uma vida social mais ampla. As Figuras 65 a 67 retratam as praças de algumas vilas.

FIGURA 65 – Praça central da vila de Cercadinho, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 66 – Praça central da vila de São João da Vitória, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 67 – Praça central da vila de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Conforme pode ser averiguado nas Figuras 65, 66 e 67, as praças existentes nas vilas têm uma arquitetura simples e uma estrutura precária, pois muitas não possuem nem mesmo um lugar para sentar e ter mais conforto.

Sobre a assistência de saúde da família, apenas a vila de Dantelândia e Cabeceira do Jiboia não possuem unidade de saúde familiar. Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), de acordo com as normas do Ministério da Saúde (MS), essas vilas ainda não possuem os critérios para a instalação de um posto de saúde da família, principalmente no que diz respeito à quantidade populacional. Sendo assim, elas têm unidades satélites e são atendidas por equipes de saúde de outras vilas. Dantelândia recebe a de São João da Vitória. Ela comparece, nesse lugar, uma vez por mês ou caso tenha uma necessidade, fora do habitual, a equipe é acionada e vai prestar os serviços básicos de saúde à comunidade. No caso de Cabeceira do Jiboia, a vila está vinculada aos cuidados da equipe do Pradoso.

Então, conforme informações da SMS das onze vilas do município, nove têm postos de saúde da família fixos, com atendimento médico diário. A Figura 68 mostra a estrutura externa do posto de saúde na vila do Iguá. Nos povoados, há unidades satélites, ou seja, uma estrutura física para receber o grupo que vai atender uma vez por mês (Figura 69). Em caso de necessidade e urgência, as pessoas são conduzidas aos hospitais da sede do seu município. Essas unidades não têm uma equipe fixa. O grupo que atende nos postos de saúde é composto de profissionais, como: médico, técnico de enfermagem, odontólogo, auxiliar de saúde bucal e agentes comunitários de saúde. Ocorre, nesses espaços, atendimento médico e odontológico diário, pré-natal, acompanhamento de diabéticos e hipertensos, além de assistência odontológica básica.

FIGURA 68 – Unidade de Saúde da Família na vila do Iguá, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 69 – Unidade Satélite de Saúde da Família no povoado de São Joaquim, distrito de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Sobre a educação, segundo a Secretaria Municipal, todas as vilas têm escolas e apenas uma delas possui creche, o Iguá (Figura 70). Os colégios municipais (Figura 71) oferecem o ensino fundamental completo e as extensões do estado ofertam o ensino médio (Figura 72). Segundo a Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Vitória da Conquista, somente em alguns povoados há escolas, denominadas nucleadas. Naqueles onde não têm esse serviço, o transporte conduz os alunos para assistirem aula na vila do respectivo distrito. Esta é uma responsabilidade do poder público municipal. A Figura 74 retrata o transporte escolar estacionado na porta do colégio municipal localizado na vila do Bate-Pé.

FIGURA 70 – Creche municipal na vila do Iguá, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 71 – Escola municipal na vila do São Sebastião, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 72 – Escola estadual na vila do Iguá, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

FIGURA 73 – Transporte escolar na vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2016)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

As únicas vilas que têm estação rodoviária são Veredinha, José Gonçalves, Bate-Pé e Inhobim. A estrutura é modesta e não oferece conforto ao usuário, como pode ser observado nas Figuras 74 e 75.

FIGURA 74 – Estação rodoviária na vila de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 75 – Estação rodoviária na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

A estrutura de economia de mercado das vilas se apresenta de forma simples, somente para atender a uma necessidade mais imediata. Quando se tem precisão de alguma mercadoria mais elaborada e que implica custos mais altos, busca-se em Vitória da Conquista. Em caso de demanda de remédios, por exemplo, as farmácias têm medicamentos apenas para o tratamento de doenças mais comuns. Somente nas vilas do Iguá, Dantelândia, Cabeceira do Jiboia e Veredinha não foi verificado este tipo de fixo. A Figura 76, a seguir, mostra a estrutura de uma farmácia na vila de São Sebastião.

FIGURA 76 – Farmácia na vila de São Sebastião, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Normalmente, quando as pessoas da zona rural de Vitória da Conquista precisam comprar roupas, procuram o mercado de confecções em Vitória da Conquista, pois a vila do Iguá, Pradoso, Dantelândia e Cabeceira do Jiboia não possuem este tipo de comércio. As demais, têm poucas lojas e não oferecem variedades. Apesar de os entrevistados de sete vilas terem declarado haver loja de confecção, isso só foi observado em Bate-Pé (Figura 33 na página 176).

Sobre lojas de material de construção, somente Dantelândia e Cabeceira do Jiboia não possuem este tipo de comércio. Mesmo que de forma modesta, para atender a uma simples

demanda, nove vilas têm a mercadoria relacionada à construção civil, para vender à sua população. Isso foi observado, por exemplo, na vila de Bate-Pé.

Os salões de beleza também são formas, encontradas nas vilas, de materialidade da relação campo-cidade na reprodução do espaço. Alguns anos atrás, esta era uma atividade não muito comum na zona rural, porém, atualmente, este fixo só não foi encontrado em Cercadinho e Cabeceira do Jiboia. As demais vilas têm o serviço a ser prestado à população, conforme as Figuras 77 e 78. Nas figuras, os estabelecimentos encontram-se de portas fechadas, porque, normalmente, eles funcionam nos fins de semana. Como pode-se observar, a imagem do salão da vila de Inhobim revela um fenômeno interessante, pois ele está anexo a uma casa – provavelmente a moradia do profissional que presta o serviço no espaço destinado a atender pessoas que querem fazer cabelo e ou unhas.

FIGURA 77 – Salão de beleza na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 78 – Salão de beleza na vila de Inhobim, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

De acordo com muitos entrevistados, no período de descanso, nos finais de semana, eles frequentam igrejas. Foram identificados templos de segmentos católico e protestante em todas as vilas e em muitos povoados (Figuras 79, 80 e 81). Nota-se que, mesmo com uma instalação modesta, as igrejas têm estado presentes em todos os lugares. Segundo depoimentos dos entrevistados, em muitos distritos pratica-se o candomblé, mas a pesquisa não identificou nenhum terreiro.

FIGURA 79 – Igreja católica na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 80 – Igreja protestante na vila de Veredinha, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 81 – Igreja protestante na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Sobre produtos alimentícios, o trabalho aponta que todas as vilas possuem mercadinho. Em algumas, os estabelecimentos são modestos, como se pode verificar na Figura 81 e, em outras, um pouco mais sofisticados. As instalações mais sofisticadas, desse tipo de comércio, só foram verificadas nas vilas de José Gonçalves (Figura 82) e no Bate-Pé (Figura 34, p. 177). Nas demais vilas, os mercadinhos são de pequeno porte.

FIGURA 82 – Mercadinho na vila de José Gonçalves, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 83 – Mercadinho na vila de São Sebastião, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Em consonância com a pesquisa, esses estabelecimentos, normalmente, servem para as pessoas comprarem produtos dos quais necessitam no dia a dia, ou seja, um café, ou arroz, ou sabão, que podem faltar. Grande parte dos entrevistados declarou fazer feira em Vitória da Conquista. As quitandas foram encontradas apenas em José Gonçalves, São João da Vitória, Cercadinho, São Sebastião e Bate-Pé. Só não existe padaria em Cabeceira do Jiboia; ademais, há açougue somente em São João da Vitória.

Dentre tantas variáveis observadas no trabalho de campo, acerca da reprodução do espaço, é imprescindível mencionar a verticalização averiguada em alguns lugares da zona rural conquistense (Figuras 84 e 85). Isto instiga questionamentos, pois entende-se este fenômeno como um processo espacial intrínseco ao solo urbano, por razões diversas, dentre elas: a escassez de terra, que conseqüentemente rebate em seu valor.

FIGURA 84 - Verticalização na vila de Cercadinho, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte; Trabalho de campo, 2017.

FIGURA 85 - Verticalização no entorno da vila de Bate-Pé, em Vitória da Conquista-BA (2017)



Fonte; Trabalho de campo, 2017.

Sabe-se que, em tempos remotos, o campo tinha autossuficiência e vivia, praticamente, independente da cidade. Durante os primeiros séculos de sua existência, o Brasil como um todo era um país agrário e essencialmente agrícola. As pessoas só frequentavam a cidade em ocasiões especiais de festas cívicas ou religiosas. Somente há uns 60 anos, este perfil começou a sofrer transformações e as cidades brasileiras passaram se despontar. A relação campo-cidade começou a formar suas bases. De acordo com Santos (1993, p. 19), “[...] O urbanismo é condição moderníssima de nossa evolução social”. Isto significa que a história do Brasil é de um povo agrícola e de uma sociedade de lavradores e pastores. Ainda segundo Santos (1993, p. 19), “O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial”.

Atualmente, essa situação tem passado por uma inversão, pois o estudo acerca da relação campo-cidade no município de Vitória da Conquista revela que a zona rural possui um intenso grau de dependência da cidade, não somente no que diz respeito aos aspectos ligados à mobilidade do trabalho, mas, também, aos fatos relacionados às carências infraestruturais. Isso tem levado, cada vez mais, as pessoas rurícolas a dependerem dos serviços que Vitória da Conquista oferece. A pesquisa possibilita reconhecer que esse fenômeno acontece nas

mínimas atividades que os moradores da zona rural, do município conquistense, necessitam realizar, pois, desde a compra do sapato, da vestimenta, dos remédios, dos alimentos até os negócios bancários, quase tudo é realizado na sede do município. Esse fenômeno rebate tanto na reprodução do espaço rural quanto do urbano.

Sem dúvidas, a precariedade infraestrutural do mundo rural faz com que o grau de dependência do campo com a cidade se torne cada vez mais forte. Essa questão, aliada à escassez na oferta de trabalho, leva o homem rurícola a viver em condições precárias e pode despertar nele o desejo de se deslocar para a cidade em busca de melhores condições de vida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao fim de uma tese é quase impossível e inconcebível, pois sabe-se que as investigações científicas são inacabadas, principalmente as que dizem respeito à sociedade, porque nela há uma infinidade de possibilidades e motivações, as quais se apresentam em suas metamorfoses, no decorrer da sua história e do processo socioeconômico que ela vive. Todavia, é necessário, por hora, fazer alguns remates da pesquisa apresentada, não para concluir, no sentido de por um fim aos estudos da temática, mas para realizar algumas ponderações e, dessa forma, contribuir para futuras investigações científicas.

Para começo de uma avaliação dos acontecimentos realizados durante o processo de doutoramento, é necessário tratar das descobertas ocorridas para além dos objetivos pré-estabelecidos, no projeto de pesquisa. As metas foram alcançadas e as perguntas foram respondidas. No processo de investigação, verificou-se uma articulação, significativa, do campo com a cidade de Vitória da Conquista, por meio de vários elementos, principalmente da mobilidade da força do trabalho. Constatou-se que esse deslocamento não provoca, de forma expressiva, a perda do vínculo e da condição de homem rural. Foram identificados, também, os fixos e fluxos socioespaciais advindos do deslocamento de pessoas em função de suas atividades laborativas, bem como os fatores que contribuem para esse processo. Ademais, descobriu-se que a produção do espaço é uma variável intrínseca ao processo norteador da relação campo cidade.

Ao final da construção de uma tese, são muitas as ponderações a serem realizadas. A primeira que os estudos possibilitam fazer é sobre a confirmação da centralidade do trabalho no processo da relação campo-cidade, principalmente com a cidade de Vitória da Conquista. No decorrer da pesquisa de campo, foi confirmada uma íntima ligação dos distritos com a cidade sede do município, sobretudo os menos distantes, por várias razões, mas principalmente devido à facilidade de transporte. Foram identificadas pessoas de vários lugares, como: São Sebastião, José Gonçalves, Capinal, Barrocas, Pradoso etc., que declararam a saída em busca de emprego.

As análises também revelaram a necessidade imperativa, na atualidade, de exaurir a visão dicotômica acerca do espaço rural e urbano, pois, apesar de o campo ter adquirido novos significados, tem resguardado suas peculiaridades. Hodiernamente, não se pode mais considerar o rural como o lugar do atrasado e da produção puramente agropecuária e, tampouco, a cidade como o *locus* da modernidade e o lugar dos serviços e da indústria. O

espaço urbano e rural apropriou-se de complexidades, as quais tem-no levado a adquirir uma hibridez incomensurável. Os estudos apontaram a ligação desse fato, direta e indiretamente, com o processo de industrialização ocorrido no Brasil.

A atividade fabril permitiu o deslocamento do centro do poder do campo para a cidade e da agricultura para a indústria. Com isso, houve uma reconfiguração do urbano e do rural e esses espaços adquiriram novos sentidos e apropriaram-se de novas imagens. Mediante esse quadro, surgiram correntes teóricas que realizam análises antagônicas acerca de papéis assumidos por esses espaços, na contemporaneidade.

Os estudos possibilitaram encontrar vertentes que identificam elementos característicos da relação campo-cidade. Uma é a dicotômica e a outra é a do *continuum*. Esta última divide-se em dois vieses. O primeiro defende a tomada do espaço rural pelo urbano e a sua homogeneização; e o segundo defende que o espaço rural realmente sofreu e tem sofrido alterações, assumindo uma nova roupagem, porém resguarda as peculiaridades do rural. As investigações e a pesquisa de campo trazem como resultados o fato de a zona rural do município de Vitória da Conquista apresentar alguns sintomas de urbanidades.

Realmente, as metamorfoses sofridas pelo espaço geográfico, devido à ascensão técnico-científico e informacional, promoveram mudanças no campo, tanto do ponto de vista socioespacial quanto no modo de vida das pessoas, pois elas usam internet, possuem celular, estão conectadas em redes sociais e tantos outros elementos concernentes ao espaço urbano. Porém, foi possível observar que, mesmo com as transformações ocorridas, o campo não perdeu sua singularidade e, tampouco, o indivíduo perdeu a sua condição de homem rural. Ademais, apesar de serem observadas novas ruralidades nos lugares, cerne das análises, eles não manifestam um espaço homogeneizado e tomado pelo urbano. Nesse sentido, pode-se afirmar a existência de uma integração entre o campo e a cidade, uma vez que os estudos comprovam vários fatores promovidos pela interligação entre eles.

As investigações realizadas na zona rural de Vitória da Conquista mostraram a carência infraestrutural dos seus distritos como um dos componentes viabilizadores da relação campo-cidade, pois, quando os moradores entrevistados foram inquiridos acerca do lugar onde fazem ou recebem pagamentos, a resposta foi um percentual de quase 100% na sede do seu município. Várias perguntas foram realizadas para se constatar o grau de vinculação do campo com a cidade, tais como: lugar onde fazem compras, onde utilizam os serviços prestados pelos correios, loterias, serviços de saúde, educação, segurança etc. As respostas conduziram à conclusão de que o campo, nessa região, possui uma intensa relação de interdependência com a cidade de Vitória da Conquista.

Outra descoberta apontada pela pesquisa se refere às considerações e concepções, generalizadas, que determinados teóricos fazem sobre as transformações ocorridas no campo. Esse fato pode ser observado quando se compara o caso brasileiro ao que acontece nos países desenvolvidos, pois, muitos deles, se encaixam na perspectiva do *continuum* (gestado por Graziano) do espaço homogeneizado pelo urbano. No entanto, não se pode afirmar o mesmo na situação do Brasil, pois ele possui realidades econômicas e socioespaciais múltiplas e sua configuração rural não pode ser comparada à dos países desenvolvidos, tampouco dentro do seu próprio território, porque a realidade apresentada pelas regiões Sul e Sudeste é adversa à da região Nordeste, principalmente na zona rural do município de Vitória da Conquista, que apresenta muitas carências infraestruturais e de políticas públicas no campo.

Dentre os elementos descobertos, os quais possibilitam a relação campo-cidade, desse município, as análises apontam o trabalho como principal elemento dessa interação, pois a carência de emprego e de políticas públicas, em seus distritos, leva um fluxo, expressivo, de pessoas a migrarem do campo em busca de emprego na cidade de Vitória da Conquista ou em outros lugares. Apesar de entender a migração como um fenômeno carregado de múltiplos significados de caráter social, político e econômico, pode-se afirmar que os dados adquiridos por meio do estudo indicam o fator econômico e a centralidade do trabalho como primordiais para a relação campo-cidade e a produção do espaço nos distritos do município conquistense.

Outro elemento revelado pelas análises é a quantidade significativa de pessoas que moram no campo, do município de Vitória da Conquista, mas não trabalham com atividades relacionadas a ele. Ou seja, não lidam com atividades agrárias, pois os resultados da pesquisa revelaram um percentual de 60,66% de trabalhadores em atividades não relacionadas à zona rural e apenas 27,98% declararam estarem ligados a atividades agrícolas. Com base nas entrevistas realizadas, esse número expressivo de trabalhadores que não exercem atividades do campo pode, também, se justificar em decorrência de fatores climáticos, como a seca e a falta de água.

Um fenômeno bastante discutido no desenvolvimento da tese, durante o processo de doutoramento, é sobre a descentralização da indústria do espaço urbano para o rural, pois essa atividade era exclusiva da cidade, reservando para o campo somente os trabalhos relacionados à agricultura e pecuária. No entanto, essa realidade não foi observada no espaço em que a pesquisa foi efetivada, pois a área não apresenta nenhum tipo de atividade em grande escala que justifique a presença da agroindústria nesse espaço. A maioria das atividades rurais, do município de Vitória da Conquista, está relacionada à pecuária e à agricultura, em pequena e média escala.

Observam-se algumas tendências no campo de determinadas regiões brasileiras, as quais possuem atividades ligadas ao turismo, pesque-pague, hotéis-fazendas, turismo de aventura, dentre outras, como estratégias de produção de renda e fixação do homem no campo, porém não foi identificado nenhum tipo desses afazeres na área de estudo, durante as investigações. Dessa forma, pode-se afirmar que o campo conquistense possui pouco dinamismo no sentido de reinventar novas atividades para geração de empregos.

Os estudos possibilitaram o aprofundamento sobre questionamentos teórico-conceituais acerca do trabalho. Constatou-se, por exemplo, a evolução de conceitos e concepções pelos quais a temática passou, da antiguidade aos dias atuais, revelando que, em tempos remotos, o trabalho era fruto de um castigo e desmerecedor do ser humano. Tanto na cultura grega quanto na romana, o trabalho manual era desvalorizado, sendo, em sua maior parte, uma atribuição exclusiva de escravos. Para os homens livres, eram destinadas as atividades relacionadas à intelectualidade.

Apesar de essa visão ter se modificado na modernidade e de se conceber, hoje, o trabalho como condição libertadora do homem, possibilitando-o não só satisfazer as suas necessidades, mas torná-lo capaz de transformar a realidade e participar, efetivamente, da vida em sociedade, conclui-se que os trabalhos manuais e mais pesados ainda estão reservados aos trabalhadores de baixa escolaridade.

Percebe-se, portanto, a resistência dessa realidade até os dias atuais, pois as profissões não agrícolas mais indicadas, na pesquisa, como opção de sobrevivência, manutenção e reprodução social do homem na zona rural são: pedreiros, domésticas, diaristas etc. Esse dado aponta outro índice, em decorrência de quase todos os serviços realizados por quem sai do campo para a cidade, no município de Vitória da Conquista, em busca de emprego, não exigirem alto grau de escolaridade, para executá-los. Nesse sentido, averiguou-se um índice de 9,74% de analfabetismo nas vilas e 53,53% de pessoas que cursaram apenas o ensino fundamental.

As análises realizadas, com base nos dados coletados no trabalho de campo, indicaram a existência de uma quantidade expressiva de pessoas desempregadas, na zona rural de Vitória da Conquista. Em outras palavras, a pesquisa apontou que em seus distritos (vilas e povoados) apenas 58,58% das pessoas possuem trabalho. Portanto, este índice revela a existência de uma quantidade considerável de pessoas sem conseguir inserção no mercado de trabalho. Sem dúvidas, esse indicativo de desemprego interfere na vida socioeconômica do município e dos moradores de sua zona rural, porque o desemprego gera diversos problemas, despontando, dentre eles, a pobreza e, conseqüentemente, o enfraquecimento da capacidade

de consumo da população. Para o sistema capitalista, este é um indicativo desanimador, pois o consumo é um dos elementos basilares à sua sobrevivência. Sem consumo expressivo, o capital fica sujeito a uma debacle.

Os estudos também apontaram a precariedade nas relações de trabalho, na área de investigação, porque, do total de pessoas que declararam estar empregadas, apenas 55,14% delas possuem emprego fixo e 36,36% declararam realizar atividades temporárias. Os dados revelam um número de trabalhadores sem nenhum tipo de vínculo empregatício considerável. Isso indica a existência de muitas pessoas que não possuem os direitos trabalhistas garantidos por lei. Atualmente, vive-se em um mundo de instabilidade e de grande reserva de mão de obra. O que, indubitavelmente, leva os trabalhadores a aceitarem essa condição.

Outro dado comprobatório da precariedade nas relações de trabalho, na área norteadora dos estudos empíricos para construção da tese, diz respeito à quantidade de pessoas que trabalham sem carteira assinada. O corolário do trabalho empírico apresenta um percentual de apenas 30,20% de trabalhadores portadores de carteira assinada e 62,06% declararam não possuir registro na carteira. Este número corrobora a ideia de que grande parte dos trabalhadores do campo, no município de Vitória da Conquista, vive em situação de desamparo legal.

Os trabalhadores destituídos do registro na carteira profissional ficam prejudicados, porque isso ocasiona, para o empregado, uma série de implicações negativas, pois ele não consegue obter aposentadoria, auxílio doença e outros benefícios previdenciários, permanece em total insegurança caso sofra algum acidente de trabalho, não possui qualquer valor depositado a título de Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) e não tem direito de receber as parcelas do seguro-desemprego, além, é claro, de não possuir comprovação de experiência profissional registrada.

Os estudos indicam que 34,08% da população rurícola migra para trabalhar fora do seu distrito de moradia. Este dado confirma a escassez de emprego na zona rural do município conquistense e corrobora a centralidade da mobilidade do trabalho no processo da relação campo-cidade.

No entanto, algumas estratégias de captação de renda e fixação do homem no campo foram averiguadas em determinados lugares da zona rural de Vitória da Conquista. Dentre essas atividades, despontam a produção de biscoitos, de pamonhas, de farinha e o cultivo de hortas. É importante ressaltar que essas atividades são de iniciativa puramente privada e de produção comercial, mas em pequena escala.

Quanto aos estudos acerca das migrações, deslocamentos ou mobilidades das pessoas, observou-se a existência de três troncos teóricos sobre essa temática. O primeiro a ser explorado foi referente aos estudos neoclássicos. Nota-se que as análises desta corrente visualizam a migração da mão de obra de áreas rurais, não desenvolvidas, como um ponto positivo para a satisfação da carência de mão de obra existente, principalmente do setor urbano industrial. Eles defendem, também, que as migrações possuem um papel importante no sentido de elucidar as diferenças regionais e corrigir os desequilíbrios socioeconômicos ocorridos nos países capitalistas. Nesse sentido, os autores neoclássicos consideram necessários os movimentos migratórios.

No que diz respeito ao tronco teórico histórico-estrutural descobriu-se que esta corrente defende que a migração acontece por causa das desigualdades regionais e, também, dos grupos sociais. Seus teóricos veem a migração como estratégia do desenvolvimento do capital e como um fator importante para concentração espacial de bens, de serviços e de pessoas. Apesar de terem a visão da migração como um fenômeno social, econômico e político, essa corrente sobrepõe o econômico. Assim, esse tronco teórico afirma ser a motivação econômica mais importante na decisão de migrar.

A outra vertente teórica é a da mobilidade da força de trabalho. Nesta perspectiva, a migração deixa de ser uma consequência da produção do espaço desigual e passa a ser um agente de produção dele. O fenômeno é retirado da condição de reflexo e passa a ser condicionante da sociedade. Nesse ponto de vista, a mobilidade do trabalhador tem relação com a produtividade e com a expansão do capital. Ademais, os seguidores desse tronco não acreditam na possibilidade de escolhas das pessoas em migrar, pelo contrário, eles defendem a existência de um processo de subordinação do trabalhador ao capital. Então, concebem o fenômeno como uma mobilidade forçada.

As análises comprovam que as migrações são um fenômeno antigo e inerente ao homem. É um acontecimento social, carregado de fundamentos históricos e determinado pelas relações socioeconômicas de produção. No que diz respeito à saída de pessoas do campo para a cidade, em busca do sustento familiar e, sobretudo, de melhores condições de vida, é possível afirmar que esse fato ocorre desde tempos remotos, mas perdura nos dias atuais, pois a pesquisa revelou que os moradores da zona rural de Vitória da Conquista, quase sempre, migram para a cidade, principalmente em virtude da carência existente no setor de serviços nos distritos (vilas e povoados) do município conquistense, mas cabe ressaltar que a pesquisa de campo indicou como principal motivação desse movimento a mobilidade da força de trabalho.

Os estudos revelaram, ainda, um paradoxo: é a saída do trabalhador do campo para a cidade que promove a sua fixação na zona rural, porque é com o trabalho na cidade que o homem tem conseguido garantir a sua sobrevivência no campo e construir as estruturas que lhe possibilitam ter uma vida com melhor qualidade. Os entrevistados declararam a necessidade de muitas pessoas migrarem por conta da falta de emprego no lugar onde moram. Desse modo, da renda adquirida, com o emprego da cidade, conseguiram melhorar suas casas e comprar objetos e utensílios que necessitam para viver melhor, como: fogão a gás, geladeira, liquidificador, ferro elétrico, televisão e móveis de modo geral.

O tipo de migração que os estudos constataram, na direção campo-cidade, predominante no município de Vitória da Conquista, é diferenciado dos fluxos realizados no passado, década de setenta e oitenta, quando os trabalhadores objetivavam mudar-se para as cidades grandes, em busca de emprego nas indústrias, na construção civil e no setor de serviços. Era um deslocamento de médias e longas distâncias em que as pessoas saíam e passavam um período mais longo até retornarem para suas casas. Hoje, observa-se que a maior parte dos fluxos, aqui da região, realizam uma migração pendular, pois, quase sempre, vão e voltam diariamente para casa, ou, quando mais demorado, voltam nos finais de semana. Isso indica que não perdem o vínculo com o lugar de origem.

O combate à situação do desemprego e da precariedade do trabalho deve caminhar de mãos dadas com as políticas do crescimento e da dinamização do mercado interno. Um não deve se sobrepor ao outro. Para tanto, precisa-se de esforços mais amplos da sociedade civil e, sobretudo, de uma expansão das políticas públicas de assessoramento técnico, de crédito e de educação. Portanto, o desenvolvimento econômico e as políticas voltadas a ele devem visar o bem-estar, a qualidade de vida e a centralidade do trabalho como fenômeno que produz e organiza a vida social. Sem esses requisitos a sociedade pode adentrar uma crise.

Assim sendo, a produção do espaço como reflexo da mobilidade do trabalho e da relação campo-cidade ficou evidente, tanto nos estudos teóricos quanto na empiria. Esse fenômeno se revela, dialeticamente, na cidade de Vitória da Conquista e na zona rural do seu município, pois, em ambos os espaços, foram observadas expressões das relações socioeconômicas, que acontecem em decorrência dos fluxos gerados pelos trabalhadores e dos fixos que são, também, engendrados por causa desse fenômeno. Verificou-se, na cidade, uma infraestrutura de comércio produzida em razão desse movimento. E, no campo, foram observadas transformações socioespaciais advindas da íntima relação que os rurícolas possuem com a cidade.

Outrora, se a zona rural conquistense possuía autossuficiência e as pessoas sobreviviam com certa independência da cidade, os estudos indicam que esse fato não é mais concernente à realidade vivida atualmente. As análises possibilitam a conclusão de que o homem do campo não produz suficientemente para garantir a sua fixação nele. Por isso, necessita migrar em busca de trabalho na cidade.

Espera-se que o conhecimento produzido por esta pesquisa possa subsidiar futuras análises acerca da temática em que o município de Vitória da Conquista está inserido, sobre a mobilidade da força de trabalho e da relação que as pessoas moradoras do campo possuem com a sua cidade. Ademais, não se pode perder de vista que os estudos geográficos relacionados ao tema que envolve a relação campo-cidade e o espaço são profícuos.

Do ponto de vista prático, espera-se que as informações sistematizadas possam servir, também, como suporte para futuros estudos, bem como para subsidiar a elaboração de políticas, vinculadas tanto ao poder estatal quanto aos movimentos da sociedade civil, fundamentada em um desenvolvimento socioespacial, cujos objetivos sejam a melhoria de qualidade de vida do trabalho no campo e maior justiça social. Os indicativos encontrados nas investigações são resultados da realidade pela qual o Brasil passa atualmente.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do Passado. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ABRAMOVAY, R. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Rio de Janeiro: FEA/PROCAM/UPS, 2000.

ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1997.

Disponível: <www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/.../1806> Acesso em: 27 mar. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BAENINGER, Rosana, Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BERTERO, José F. **Parceiros do Rio Pardo: um estudo do processo de trabalho na cultura da cebola**. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1983. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br> Acesso em: 24 de maio 2017.

BLUME, R. **Território e ruralidade: A desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre: FCE, 2004.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. In: **Anais do CELADE de Migracion Interna**, Brasília: Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população, pp 1. – 25, 2007.

CANDIOTTO, L. Z.P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, Urbanidades e a Tecnicização do Rural no Contexto do Debate Cidade-Campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/.../14382> Acesso em: 15 fev. 2016.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula?". **GEOUSP**

Espaço e Tempo, São Paulo, v. 13, p. 179-187, 2003. Disponível em: <
www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/viewFile/1423/1247> Acesso em: 12 Jan.
2016.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**. Natal, agosto, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DAMIANI, Amélia L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI Escolar: O minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **EURE** (Santiago - Chile), vol. 26, nº 78, p. 123-130, Set. 2000. Disponível em: <
www.scienciaplena.org.br/sp/article/download/133/21> Acesso em: 22 jan.
2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCESCONI, Léa. **Trabalho, tema de pesquisa geográfica**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

FULLER, A. M. From Part Time Farming to Pluriativity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, London, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990. Disponível em: <
ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/download/27305/18193> Acesso em: 15 mar. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GARCIA RAMON. M. Dolores et al. **Geografia rural**. Madrid: Editorial Sintesis, 1995.

GEORGE, Pierre. **Populações ativas**. São Paulo: Difel, 1979.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito**. Lisboa: 3ª Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GONÇALVES, Pe. Alfredo J. APARECIDA, Marilda . **Migrações no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

GOODE, William. HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1973.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna**. Belo Horizonte: Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. Belo Horizonte: **Revista Nova Economia**, 1997.

Disponível em: < www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf > Acesso em: 18 jan. 2016.

GRINT, K. **Sociologia do Trabalho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HARVEY, D. SPACE AS A KEY WORD. **Paper for Marx and Philosophy Conference**, 29 May 2004, Institute of Education, London. Disponível em: <<file:///D:/Arquivos%20e%20documentos/Documents/TESE-DOCTORADO/CITA%C3%87%C3%83O%20EM%20INGL%C3%8AS/TEXTOS%20DE%20HARVEY.pdf>. > Acesso em: 16 mar. 2018.

HARVEY, D. **Para Entender o Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito** (Tradução de Paulo Meneses), 5ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2008

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112, set. 2013. Disponível em : <www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1177/499> Acesso em: 20jan. 2016.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IBGE. **Cidades: Vitória da Conquista**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>> Acesso em: 05 abr. 2018.

KONINGS, J., et al. **Migrantes cidadãos**. São Paulo: Loyola, 2001.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1989

LEE, Everett. **A theory of migration**. University of Pennsylvania. Demography, 1966. Disponível em < www.jstor.org >. Acesso em 12 de jun. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **El derecho a la ciudad**. Barcelona: Ediciones Península, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de L'espace**. Anthropos première édition 1974 réédition 2000. Disponível em: < http://www.uppae.fr/wp-content/uploads/2015/05/Uppae_LeBris_Espace-et-politique.pdf >. Acesso em: 17 de mar. 2018.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no Capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Rodne de Oliveira. PARCERIA E COLONATO: relações de produção e formas de recrutamento da força de trabalho na agricultura capitalista brasileira. **Revista Mediações**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 7-14, jul./dez. 1998.
Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/9302/7986>
Acesso em: 24 maio 2017.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **A pluriatividade na agricultura Familiar do estado de Sergipe**. FAPISE: Sergipe, 2005.

MARAFON, Gláucio José. z. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1. Uberlândia, 2006. Disponível em:
<www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/.../6891> Acesso em: 15 mar. 2016.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 19, jul/dez. p. 95-112, 2002.
Disponível em: < www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1177/499>
Acesso em: 13 fev. 2016.

MARTINE, George. **A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80**. Serviço Editorial: Brasília, 1994. Disponível em:
< http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0329.pdf> Acesso em: 02 out. 2017.

MARTINEZ, Maria José. Nueva Ruralidad, “La Remake” Del Termino Pluriactividad. **Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**. 2010.

MARTINS, José de S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MARTINS, José de S. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 9ª ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital**. Livro 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINGIONE, E.; E. PUGLIESE (1987). A Difícil Delimitação do “Urbano” e do “Rural”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, 22:83-89 (abril). Disponível em <<https://www.passeidireto.com/arquivo/2286799>> Acesso em: 21 fev. 2106.

MOREIRA, Rui. As Três revoluções industriais. In GIL, Isabel C. Inovações tecnológicas neste final de século. **Revista Ciência Geográfica**. São Paulo. Nº 8/dezembro, 1997.

Disponível em < www.agbbauru.org.br/.../revista/...versao.../Revista_AGB_JanDez2013.>
Acesso em: 04 mar. 2016.

MOREIRA, Ruy. A Geografia da sociedade do trabalho. **Terra Livre**. v. 1, n. 40, p. 131-142, Jan/Jun, 2013.

Disponível em: <www.agbbauru.org.br/.../revista/...versao.../Revista_AGB_JanDez2013.>
Acesso em: 10 mar. 2016.

MOTA, Davide. **Formação e Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 1997.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciências Agrotecnicas**, v. 26, nº 2, 392-399, 2002.

Disponível em: < www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1177/499>
Acesso em: 16 jan. 2016.

OLIVEIRA, C. R. **História do Trabalho**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, V. F. **A Reestruturação Produtiva do Capital e o Trabalho na Agroindústria Cafeeira de Barra do Choça-BA**. 2009. 139 f. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2009.

PERES, R. G.; BAENINGER, R. Espaços Migratórios na Fronteira: Imigração Boliviana e Gênero. In: **IV Congresso Paraguaio de População da Associação Paraguaia de Estudos de População**. Assunção, 14 a 16 de novembro de 2011.

RACZYNSKI, Dagmar. La movilidad territorial de la poblacion em América Latina: perspectivas de analisis y lineamientos de investigacion. In: **Memorias del Congreso latinoamericano de poblacion e desarrollo**. México. Vol 2, p. 92-863, 1983.

RAVENSTEIN, E.G. As leis da migração. Traduzido de: RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. *Journal of the Statistical Society*, n. 47, p. 167-227. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 19-88.

REINERT, José Nilson. Desemprego: causas, consequências e possíveis soluções. **Revista de Ciências da Administração**. V. 19 n. 49 Dezembro de 2017. Disponível em: <<file:///D:/Arquivos%20e%20documentos/Downloads/8065-24311-1-PB.PDF>> Acesso em: 04 fev. 2018.

REIS, D. S. dos. O Rural e o urbano no Brasil. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 15. **Anais...** Caxambu (MG), p. 01-13, 2006.

REIS, Jair Teixeira. **História do Trabalho e seu conceito**. Espírito Santo: 2014. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF-D6-10.pdf>. >
Acesso em: 17 fev. 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Altemar Amaral. FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **Atlas Geográfico de Vitória da Conquista, BA**. Vitória da Conquista, 2015.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, 2002. p. 27-42.

RUA, João. A Resignificação do Rural e as Relações Campo-Cidade: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, ano1, n. 1, Curitiba-PR, 2003.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n.1, p.82-106, fev. 2006. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/.../6895> Acesso em: 12 mar. 2106.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SALIM, Celso A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, 1992, São Paulo. **Anais...** Campinas: ABEP, 1992. Disponível em: <<file:///D:/Arquivos%20e%20documentos/Documents/MOBILIDADE%20DO%20TRABALHO/SALIM%20-%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20INTERNAS.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

SAMPAIO, Andrecksia Viana Oliveira. **Mobilidade do trabalho e produção do espaço regional de Vitória da Conquista – Bahia**. 2013. 228f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. **Sociologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SANTOS, G. A. “Redes e território: reflexões sobre a migração” In.: **Redes, Sociedades e Territórios**. DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, Jânio. **A cidade Poli(multi)nucleada**. A reestruturação do espaço urbano de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (org.). **Entre el campo y la ciudad**. Ediciones CICCUS. Buenos Aires, 2006.

SCHNEIDER, S. A Pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE,

Luciano (Comp.) (Org.) **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª. ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie, 2009.

SINGER, P. Migrações internas, considerações teóricas sobre o estudo. In: **Economia, Política e Urbanização**. 3ª ed. CEBRAP, São Paulo, Brasiliense, 1976. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br> Acesso em: 08 jul. 2017.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C.C. e GALPIN, C. J. Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e urbano. (1929). In: MARTINS, J. S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **Considerações sobre a mobilidade do trabalho na relação campo-cidade em Vitória da Conquista, BA**. 2011. Disponível em< <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/8g.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2017

TEIXEIRA, E. C. Política de Garantia de Renda. In: SANTOS, M. L. e VIEIRA, W. C. (Editores) **A agricultura na virada do milênio: velhos e novos desafios**. Viçosa, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, 2002. v. 3, n. 1. Disponível em: <revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1700/1633> Acesso em: 15 mar. 2016.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Leitura geográfica da práxis social do trabalho. **Abalar**. Santiago de Compostela, 2005. n. 5. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/9porto/thomaz.htm><www.ub.edu/geocrit/9porto/thomaz.htm><www.ub.edu/geocrit/9porto/thomaz.htm> Acesso em: 24 mar. 2106.

TODARO, M. **Introdução à Economia: uma visão para o terceiro Mundo**. Tradução de Eliane Leopoldino de Barros, Jorge Arnaldo Fortes e José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

VAINER, Carlos B. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: Elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**. 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf>> Acesso em: 17 de jul. 2017.

VALIM, Ana. **Migrações: da perda da terra à exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996.

VATIN, François. **Epistemologia e Sociologia do trabalho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

VEIGA, José Eli da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: FIPE/IICA – MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

VIANNA, Segadas; SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio. **Instituições de Direito do Trabalho**, 9ª Ed. Ampliada e Atualizada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.

VINCENT, David. Analfabetismo e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Educação**. v. 19 n. 58 jul.set.2014. < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n58/02.pdf>> Acesso em: 17 de jul. 2018.

VOIRON, Christine. CHERY, Jean-Pierre. Espace géographique, spatialisation et modélisation en Dynamique des Systèmes. **6^{ème} Congrès Européen de Science des Systèmes**. Semtembre 2005 Disponível em: <<file:///D:/Arquivos%20e%20documentos/Downloads/artigo%20da%20cita%C3%A7%C3%A3o%20vera.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

WANDERLEY, M. de Nazareth. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2009.

WANDERLEY, M. N. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. N. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Rio de Janeiro, 2003.

ZAMBERLAM, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pollotti, 2004. Disponível em: <http://cibaimigracoes.com.br/arquivos/o_processo_migratorio_no_brasil.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017.

9 APÊNDICE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA EM PARCERIA COM PPGGeo-UFS

DISCIPLINA PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONQUISTENSE – Docente Prof.^a Dra. Ana Emília de Quadros Ferraz

PESQUISA 1: Produção dos espaços urbanos e rurais em Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: quero te conhecer. Os distritos do município: uma análise das redes. Coordenadora Prof.^a Dra. Ana Emília de Quadros Ferraz

PESQUISA 2: A relação campo-cidade, a produção do espaço e os rebatimentos da mobilidade do trabalho em Vitória da Conquista - BA. Coordenadora Doutoranda PPGGeo-UFS– Me. Verônica Ferraz de Oliveira (Orientador: Prof. Dr. José Eloízio da Costa)

- QUESTIONÁRIO – DATA _____

Questionário	Nº	Nome do entrevistador
--------------	----	-----------------------

Distrito: _____ () Vila () Povoado _____ () Fazenda

1. QUESTÕES SOBRE A FAMÍLIA

1.1. Qual é o município de origem da família? (Anote o nome do município e marque com X a situação do domicílio) Nome do município: _____	Nr/s
--	------

1.1.1. () Zona rural () Zona urbana

1.2. Há quanto **tempo** sua família **mora** aqui? (Marque com X somente uma alternativa)

Menos de 1 ano	Mais de 2 até 5 anos	Mais de 10 até 20 anos	Nr/s
De 1 até 2 anos	Mais de 5 até 10 anos	Mais de 20 anos	

1.3. Por que a família **escolheu esse lugar** para morar? (anote)

Nr/s

1.4. O que tem de **bom** aqui?

Nr/s

1.5. O que tem de **ruim** aqui?

Nr/s

1.6. A família **gosta de morar** onde mora?

Não

Sim

+ ou -

Uns sim outros não

Nr/s

1.6.1. Por que?

1.7. Algum membro da família recebe **benefício** do governo? (Marque com X e especifique)

Não	Sim	Caso sim. 1.7.1. Qual? () Bolsa família () Aposentadoria () Outro. Qual?	Nr/s
-----	-----	--	------

1.8. **Onde**, geralmente, a família: (Marque com X e especifique)

1.8.1. Faz feira semanal ?	Cidade V. da Conquista	Outro lugar	Onde?	Nr/s
1.8.2. Compra roupas ?	Cidade V. da Conquista	Outro lugar	Onde?	Nr/s
1.8.3. Compras do dia a dia ?	Cidade V. da Conquista	Outro lugar	Onde?	Nr/s
1.8.4. Paga as contas?	Cidade V. da Conquista	Outro lugar	Onde?	Nr/s
1.8.5. Recebe pagamentos?	Cidade V. da Conquista	Outro lugar	Onde?	Nr/s

1.9. Quando alguém da família necessita de **atendimento médico**, onde consegue ser atendido? (Marque com X e especifique)

Posto de saúde	Outro lugar	1.9.1. Onde?	Nr/s	
1.10. Fica satisfeita com o atendimento ?	Não	Sim	+ ou -	Nr/s
1.10.1 Por que?				

1.11. **A FAMÍLIA**: (Anote a **quantidade**)

Quantas pessoas moram neste domicílio?	Nr/s
---	------

(Marque com X)

1.12. O chefe da família é:	Homem	Mulher	Nr/s
-----------------------------	-------	--------	------

1.13. **IDADE DAS PESSOAS DA FAMÍLIA** (Anote as **quantidades**)

De 0 a 17 anos	De 18 a 64 anos	Acima de 65 anos	Nr/s
----------------	-----------------	------------------	------

1.14. O que os moradores costumam fazer na semana e nos finais de semana? <i>(Detalhe de acordo as faixas etárias)</i>		Nr/s
As crianças:		
Os jovens:		
Os que trabalham:		
Os idosos:		

SOBRE OS FAMILIARES COM MENOS DE 17 ANOS *(Marque com X e especifique)*

1.15 Os familiares de 7 a 17 anos frequentam a escola?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Caso não. 1.15.1. Por que?	Nr/s
--	------------------------------	------------------------------	-----------------------------------	------

SOBRE AQUELES MEMBROS DA FAMÍLIA QUE ESTÃO ESTUDANDO *(Anote)*

1.16. Onde estuda?	Nr/s
1.17. Qual é o meio de transporte que usa para ir à escola?	Nr/s
1.18. A família está satisfeita com a escola? () Sim () Não 1.18.1. Por que?	

SOBRE OS FAMILIARES COM MAIS DE 65 ANOS: *(Marque com X e especifique)*

1.19. Os familiares com mais de 65 anos estão aposentados?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Caso não. 1.19.1. Por que?	Nr/s
--	------------------------------	------------------------------	-----------------------------------	------

SOBRE OS MEMBROS DA FAMÍLIA QUE TEM ENTRE 18 E 64 ANOS *(Anote, marque com X e especifique)*

	1.20. Idade	1.21. Escolaridade	1.22. Profissão	1.23. Está trabalhando?	1.23.1. Se NÃO , por que?
1				() Não () SIM	
2				() Não () SIM	
3				() Não () SIM	
4				() Não () SIM	
5				() Não () SIM	
6				() Não () SIM	

(Faça essas perguntas somente) **SOBRE OS MEMBROS DA FAMÍLIA QUE TRABALHAM** *(Anote, marque com X e especifique)*

	1.24. Onde está localizado o trabalho?	1.25. Qual é a ocupação?	1.26. Carteira assinada?	1.27. Tipo de vínculo	1.28. Ajuda nas despesas da casa? 1.28.1. Se sim , com qual %?
1			() Não () Sim	() Fixo () Temporário	() Não () Sim %
2			() Não () Sim	() Fixo () Temporário	() Não () Sim %
3			() Não () Sim	() Fixo () Temporário	() Não () Sim %
4			() Não () Sim	() Fixo () Temporário	() Não () Sim %
5			() Não () Sim	() Fixo () Temporário	() Não () Sim %

(Faça essas perguntas somente) **SOBRE OS FAMILIARES QUE TRABALHAM FORA DA LOCALIDADE ONDE A FAMÍLIA MORA.** *(Marque com X, especifique e anote)*

1.29. A saída desse(s) familiar(es) para trabalhar ajudou a família a comprar alguma coisa? () Não () Sim					Nr/s
1.29.1. Caso não: Por que?					
1.29.2. Caso sim: O que?					
1.29.2.1. Se for imóvel, onde?					
	1.30. Com qual frequência que vem em casa?	1.31. Por que vem com essa frequência?	1.32. Qual é o transporte utilizado?	1.33. Quanto gasta com cada deslocamento (ida e volta)?	1.34. Por que essa pessoa saiu para trabalhar fora?
1					
2					

3					
4					
5					

2. QUESTÕES SOBRE A CASA

2.1. A casa onde a família mora é: *(Marque com X somente uma alternativa)*

<input type="checkbox"/>	Alugada	<input type="checkbox"/>	Própria	<input type="checkbox"/>	Emprestada	<input type="checkbox"/>	Vinculada ao trabalho	<input type="checkbox"/>	Outro. 2.1.1. O que?	<input type="checkbox"/>	Nr/s
--------------------------	---------	--------------------------	---------	--------------------------	------------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	-----------------------------	--------------------------	------

2.2. Quantos cômodos têm a casa da família? *(anote)* _____

2.3. A casa onde a família mora tem sanitário? *(Marque com X somente uma alternativa e especifique)*

<input type="checkbox"/>	Não	2.3.1. Se não, por quê?	<input type="checkbox"/>	Nr/s
<input type="checkbox"/>	Sim	2.3.2. Se sim, () Fora da casa () Dentro da casa	<input type="checkbox"/>	

2.4. Os dejetos da casa são lançados: *(Marque com X a(s) alternativa(s))*

<input type="checkbox"/>	Fossa	<input type="checkbox"/>	Esgotamento sanitário	<input type="checkbox"/>	Descarte a céu aberto	<input type="checkbox"/>	Outro. 2.4.1. Onde?	<input type="checkbox"/>	Nr/s
--------------------------	-------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	-----------------------	--------------------------	----------------------------	--------------------------	------

2.5. Qual é o acabamento do chão da casa da família? *(Marque com X a(s) alternativa(s))*

<input type="checkbox"/>	Chão batido	<input type="checkbox"/>	Cimento liso	<input type="checkbox"/>	Contra piso	<input type="checkbox"/>	Cerâmica	<input type="checkbox"/>	Outro. 2.5.1. Qual?	<input type="checkbox"/>	Nr/s
--------------------------	-------------	--------------------------	--------------	--------------------------	-------------	--------------------------	----------	--------------------------	----------------------------	--------------------------	------

2.6. A água que abastece a casa é encanada? *(Marque com X somente uma alternativa)*

<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	NR
--------------------------	-----	--------------------------	-----	--------------------------	----

2.7. Onde é conseguida a água que abastece a casa? *(Marque com X a(s) alternativa(s))*

<input type="checkbox"/>	Embasa	<input type="checkbox"/>	Caminhão pipa	<input type="checkbox"/>	Nr/s
<input type="checkbox"/>	Caixa d'água	<input type="checkbox"/>	Poço/Cisterna no terreno da casa	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	Cisterna de coleta de água da chuva	<input type="checkbox"/>	Poço/Cisterna coletivo fora do terreno da casa	<input type="checkbox"/>	

2.7.1. Distância?

2.7.2. Obs.

2.8. A casa onde a família mora tem energia elétrica? *(Marque com X uma alternativa e especifique)*

<input type="checkbox"/>	Não	2.8.1. Se não, o que utiliza como iluminação?	<input type="checkbox"/>	Nr/s		
<input type="checkbox"/>	Sim	2.8.2. Se sim	<input type="checkbox"/>	Rede – Coelba	<input type="checkbox"/>	Nr/s
<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	Energia solar	<input type="checkbox"/>	

2.9. Quais eletrodomésticos têm na casa? *(Marque com X a(s) alternativa(s) e especifique)*

<input type="checkbox"/>	Geladeira	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Nr/s		
<input type="checkbox"/>	Fogão a gás	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			
<input type="checkbox"/>	TV	2.9.1. Se sim, qual é o acesso?					
<input type="checkbox"/>	Computador	2.9.2. Se sim, tem acesso à internet?		<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Outros. 2.9.3. Quais?						

2.10. Estrutura da casa: *(Marque com X a(s) alternativa(s))*

<input type="checkbox"/>	Tijolo/ Bloco de cerâmica/cimento	<input type="checkbox"/>	Adobão.	<input type="checkbox"/>	Pau a pique	<input type="checkbox"/>	Outro tipo. 2.10.1. Qual?	<input type="checkbox"/>	Nr/s
--------------------------	-----------------------------------	--------------------------	---------	--------------------------	-------------	--------------------------	----------------------------------	--------------------------	------

2.11. Cobertura da casa: *(Marque com X a(s) alternativa(s))*

	Telha de cerâmica/barro		Telha de amianto		Lage		Outro tipo. 2.11.1. Qual?		Nr/s
--	-------------------------	--	------------------	--	------	--	----------------------------------	--	------

2.12. A casa tem **forro**? (Marque com X a(s) alternativa(s))

	Não		Sim		Alguns cômodos sim outros não		Nr/s
--	-----	--	-----	--	-------------------------------	--	------

2.13. A casa tem **portas** nos **cômodos internos**? (Marque com X somente uma alternativa)

	Não		Sim		Alguns sim outros não		Nr/s
--	-----	--	-----	--	-----------------------	--	------

2.14. Na casa, onde a família mora, como é realizado o **descarte do lixo**? (Marque com X a(s) alternativa(s))

	Serviço público de coleta		Queimado		Outro. 2.14.1. Como?		Nr/s
	Enterrado		Jogado em algum terreno				

2.15. A FAMÍLIA POSSUI OU ARRENDA ALGUMA PROPRIEDADE RURAL? (Marque com X somente uma alternativa)
(Pode ser no local de moradia ou não)

	Não		SIM	Caso SIM, faça as perguntas da Folha A .				
--	-----	--	-----	---	--	--	--	--

FOLHA A – APLIQUE SE A FAMÍLIA TIVER RELAÇÃO COM PROPRIEDADE RURAL.

A.1. Onde está localizada essa fazenda/lote da família? (Especifique)		Nr/s
--	--	------

Sobre a **propriedade**: (Anote)

A.2. Qual é a área da propriedade?		Nr/s
A.3. Quantas casas têm construídas na propriedade?		Nr/s
A.4. Quantas famílias moram na propriedade?		Nr/s
A.5. Como a propriedade foi adquirida/arrendada ?		Nr/s
A.6. Qual é o tipo de documentação que você tem da propriedade?		Nr/s
A.7. O que tem de bom em ter uma propriedade rural?		Nr/s
A.8. Quais as principais dificuldades enfrentadas?		Nr/s

Sobre o **trabalho familiar** (Anote as **quantidades**)

A.9. Quantas pessoas da família trabalham apenas na propriedade?		A.9.1. Qual é a situação?	() Permanente. Quantas?		Nr/s
			() Temporário. Quantas?		Nr/s
A.10. Quantas pessoas da família trabalham apenas fora da propriedade?		A.10.1. Qual é a situação?	() Permanente. Quantas?		Nr/s
			() Temporário. Quantas?		Nr/s
A.11. Quantas pessoas da família trabalham na propriedade e também em outro local ?		A.11.1. Qual é a situação?	() Permanente. Quantas?		Nr/s
			() Temporário. Quantas?		Nr/s

Sobre a **Produção Agropecuária**: (Marque com X e especifique)

A.12. Possui ou já possuiu algum tipo de financiamento ou empréstimo rural?		Não	A.12.1. Caso sim, qual?		Nr/s
		Sim			
A.13. Recebe ou já recebeu algum tipo de assistência técnica ?		Não	A.13.1. Caso sim, qual?		Nr/s
		Sim			
A.14. É produzido alguma coisa na propriedade?		Não	A.14.1. Se não, por que?		Nr/s
		SIM			

Caso **SIM** para a questão **A.14.**, faça as perguntas de **A.15 a A.22.** : (Anote, marque com X e especifique)

A.15. Quais são os principais produtos cultivados ?		Nr/s			
A.16. Quais são os principais tipos de criação ?		Nr/s			
A.17. Nessa propriedade se produz algo que não esteja		Não	A.17.1. Caso sim, o que?		Nr/s

diretamente vinculado à agricultura e a pecuária ?		Sim		
---	--	-----	--	--

A.18. Qual é o destino do que se produz nessa propriedade? <i>(Marque com X somente uma alternativa)</i>											
	Somente para consumo		Somente para vender		Para o consumo e para vender		Nr/s				
A.19. Como é realizada a comercialização da produção? <i>(Marque com X. Pode ser mais de uma alternativa)</i>											
	Intermediários/ atravessadores		Associações/ cooperativas		Prefeitura		Direto na feira/mercado. 19.1. Onde?		Outros 19.2. Onde?		Nr/s
A.20. Que tipo de mão de obra é utilizada na produção? <i>(Pode ser mais de uma alternativa)</i>			Familiar. Quantos?							Nr/s	
			Contratada. Quantos?		A.20.1.		Temporário		Permanente		Nr/s

A.21. Quais os equipamentos que existem na propriedade? <i>(Marque com X e especifique. Pode ser mais de uma alternativa)</i>		Equipamentos manuais como: enxada, foice e outros.		Nr/s
		Trator		
		Colheitadeira mecânica		
		Semeadeira mecânica		
		Outros. A.21.1. Quais?		
A.22. Quais insumos são utilizados? <i>(Marque com X e especifique. Pode ser mais de uma alternativa)</i>		Adubo ou fertilizante químico		Nr/s
		Esterco (Adubo natural)		
		Ração		
		Inseticidas, pesticidas		
		Outros. A.22.1. Quais?		